REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

EMERSON DUARTE MONTE

POLÍTICAS PÚBLICAS DE CARREIRA DOCENTE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Belém – PA
2015

EMERSON DUARTE MONTE

POLÍTICAS PÚBLICAS DE CARREIRA DOCENTE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Tese submetida à apreciação da Banca Examinadora com vistas a obtenção do Título de Doutor em Educação, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará. Área de concentração: Políticas Públicas Educacionais.

Orientadora: Profª. Drª. Vera Lúcia Jacob Chaves

Belém – PA
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Monte, Emerson Duarte , 1984-
Políticas públicas de carreira docente nas universidades federais / Emerson Duarte Monte. - 2015.

Orientadora: Vera Lúcia Jacob Chaves.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2015.

1. Educação e Estado - Brasil. 2. Professores universitários - Salários - Brasil. 3. Trabalho - Avaliação - Brasil. 4. Serviço público - Cargos e funções - Classificação - Brasil. 5. Universidades e faculdades - Corpo docente - Brasil. I. Título.

CDD 22. ed. 379.1570981

EMERSON DUARTE MONTE

POLÍTICAS PÚBLICAS DE CARREIRA DOCENTE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Tese submetida à apreciação da Banca Examinadora com vistas a obtenção do Título de Doutor em Educação, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará. Área de concentração: Políticas Públicas Educacionais.

Aprovada em: 17 de agosto de 2015.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Drª. Vera Lúcia Jacob Chaves
Universidade Federal do Pará

_____

Prof. Dr. João dos Reis Silva Júnior
Universidade Federal de São Carlos

_____

Prof. Dr. José dos Santos Souza
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

_____

Prof. Dr. Gilberto de Souza Marques
Universidade Federal do Pará

_____

Profª. Drª. Dalva Valente Guimarães Gutierres
Universidade Federal do Pará

_____

Profª. Drª. Olgaíses Cabral Maués [SUPLENTE]
Universidade Federal do Pará

Dedico este trabalho
às mulheres e aos homens
que não se dobraram
ante à perversidade do capital.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Terezinha Maria Duarte, principal responsável pela realização desta pesquisa, por ter garantido a mim tempo necessário à educação, condições materiais de existência e uma moral distinta da que é reproduzida na sociedade burguesa.

Aos meus avôs Jarbas e Miguel, às minhas avós Haidê e Deuzarina, aos meus irmãos Anderson, Alexandre e Edney pelo carinho e preocupação despendidos ao longo de minha vida.

Ao meu irmão Adilson Duarte (*In memoriam*) que em seu curta permanência em vida me possibilitou compreender com maior radicalidade o uso do marxismo na intervenção política cotidiana no interior da classe operária, com extrema sabedoria e paciência.

Sou grato a Profa. Vera Jacob, orientadora e companheira de luta, que lançou a proposta de objeto de pesquisa para o desenvolvimento deste curso e por representar a expressão que a mulher trabalhadora tem no interior da produção científica, na luta sindical do movimento docente e na ação política diante das contradições entre capital e trabalho.

Agradeço ao Prof. João dos Reis pela fraterna acolhida quando da realização do estágio ao longo do primeiro semestre de 2012 na Universidade Federal de São Carlos em que foi possível qualificar com rigorosidade os estudos das principais categorias da economia política marxiana.

Sou muito grato ao membros da banca de qualificação e defesa Prof. João dos Reis, Prof. José dos Santos Souza, Prof. Gilberto Marques e Profa. Dalva Valente por destinar atenção necessária nas análises sobre esta produção teórica.

Aos camaradas da Educação Física Aníbal Brito Neto, Eliane Aguiar, Érica Ferreira, Higson Coelho, Otávio Aranha e Rogério de Freitas, que compartilharam comigo importantes períodos de suas vidas e contribuíram com o acúmulo teórico no campo marxista.

Aos membros do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Superior – GEPES, pelos momentos importantes de construção de conhecimento, pesquisa e trabalho pela educação superior.

Aos membros do Grupo de Pesquisa Economia Política, Estética e Formação Humana – GEPEFH, que possibilitam estudos coletivos cotidianos e saltos de qualidade na investigação do objeto de pesquisa.

Agradeço em nome da Profa. Deise Mancebo a grandiosa contribuição da rede de pesquisadores UNIVERSITAS/BR.

Aos membros do Grupo de Pesquisa RessignificaR pela constante ação conjunta nas lutas políticas no interior da Educação Física. Expresso meus agradecimentos em nome da Profa. Marta Genú, que me possibilitou acessar a pesquisa científica assim como dar continuidade por meio da ação docente no interior da UEPA.

Sou grato à Profa. Carmen Lilia da Cunha Faro pela essencial acolhida no início da ação docente na UEPA que possibilitou articular o tempo para o ensino e seu planejamento e o tempo para a pesquisa, fundamentais no processo de produção desta pesquisa.

Aos camaradas do PPGED/UFPA André Guimarães, Francisco Gonçalves, Ilma Barleta, João Ribeiro, Laurimar de Matos, Rhoberta Santana, Salomão Santiago e Valéria Moraes, com quem pude compartilhar o processo de produção do conhecimento.

Sou grato à Giselle Ribeiro por toda a gama de cuidado despendido a partir da construção do verdadeiro companheirismo cotidiano.

Agradeço à Luana Carolina pelo companheirismo e contribuição material na produção desta pesquisa.

À Luciana Ferreira, pelo acúmulo de conhecimento conjunto que foi possível desenvolver ao longo da realização desse curso, em longas conversas sobre a educação superior.

Uma saudação e agradecimento ao ANDES – Sindicato Nacional que mantém viva a história de lutas e conquistas da categoria docente do magistério superior, assim como aos docentes que construíram e constroem a história deste sindicato.

Agradeço aos professores e professoras da Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Pará que estiveram presentes e dividindo tarefas no trabalho coletivo da comissão provisória – Prof. Arnaldo Barreto; Prof. Raimundo Miguel, Prof. Raimundo Sérgio e Profa. Zaira Valeska. Assim como aos professores e professoras que hoje compartilham as tarefas sindicais na atual gestão do SINDUEPA – Prof. Adnelson Araújo, Prof. Antônio Sérgio Darwich, Profa. Fernanda Mendes, Prof. Fernando Costa, Prof. João Colares, Prof. José Augusto, Prof. Raimundo Sérgio, Profa. Sueli Pinheiro e Profa. Zaira Valeska.

Agradeço aos estudantes do PPGED/UFPA que garantiram, por meio da organização coletiva e ação direta, as eleições diretas para coordenador do programa, portanto, na luta pela gestão democrática no interior de um programa de pós-graduação em educação.

À FAPESPA, pela concessão de bolsa de pesquisa, que possibilitou o custeio deste estudo.

Classe média, eu?

Notícia Tupiniquim:
A classe média cresceu!
Passou de mil, um "poquim"
E mudaram o que era Eu
Como pode ser assim,
Se o que tenho não é meu?

É fato que ter uma "Led",
E uns cartão de comprar,
Dar de presente um "Ai-Ped"
Pros "fii puder" navegar
Dá sensação que se perde
O lugar que você tá

Qualquer coisa que se passe
No rádio ou televisão
Diz que mudei de classe
Que eu vivo como um patrão
Mas vejam na minha face:
O espanto desse peão

Eu devo pra todo mundo
"Os cartão tudo estorado"
Meu nome segue Raimundo
Nada que compro é quitado
Não vivo nem um segundo
Sem eu tá sendo cobrado

E se me "dé" uma vontade
De repente, um supetão,
Pra almoçar de "alacarte"
Peixe, "munqueca" e pirão
Não tenho um tostão à parte
Pra eu pagar no balcão

Nem pra comprar um chinelo
Caso o meu arrebentar
Se não tiver um "Cielo"
Não vou ter como pagar
Como que sou classe média,
Se nem "média" eu vou tomar?

Quero sim esses acessos
Mereço, por trabalhar,
Mas não vem como esse processo
Tentando me enganar
Não preciso ter excesso,
Tão pouco pode faltar

É que por traz das "nutícia"
Dizendo que melhorou
Tem rico, feito milícia,
Esnobando o que roubou
E o governo enfeitiça
"Os pobre" que ele enganou

A classe trabalhadora
É a que eu sempre pertenci
Na fábrica ou na "lavora"
Lutando foi que aprendi:
- Pra ter vida duradora,
Livre e libertadora,
Patrão vai ter de sumir!

Atnágoras Lopes (2014)

RESUMO

Este trabalho versa sobre a política de Carreira Docente Unificada nas Universidades Federais a partir do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos criado em 1987. Tem como questão central analisar de que modo se desenvolveu a Carreira Docente nas Universidades Federais no marco histórico de mudanças da estrutura jurídica-política do Estado brasileiro do final do século XX e das novas formas de organização do mundo do trabalho. Desse modo objetiva analisar a Carreira Docente nas Universidades Federais, no período 1987-2012, no nível das relações estabelecidas entre os determinantes da reestruturação produtiva e as mudanças no âmbito da gerência do Estado brasileiro e sua relação com as políticas sociais, e o que deriva disso para o servidor público, a partir das mediações da política educacional do governo federal para a Carreira Docente nessas instituições de ensino. A pesquisa se alinha com a teoria do conhecimento Materialista Histórico-Dialética e se configura como uma pesquisa de natureza documental. Desta forma privilegia-se as informações presentes nas legislações relacionadas à Carreira Docente, em documentos do movimento docente e nos dados oficiais do governo federal referentes à política de educação superior e seu respectivo financiamento. Constatou-se que o desenvolvimento da Carreira Docente nas Universidades Federais ocorreu a partir da Reforma Universitária de 1968 e se unificou a partir de 1987, com um modelo de carreira em que se delimitou a forma de acesso exclusivamente por meio de concurso público, a isonomia salarial de acordo com a titulação, o regime de trabalho e o tempo na carreira, assim como indicou possibilitou condições de efetivar a formação continuada dentro da carreira. As mudanças que ocorreram a partir da Reforma do Estado brasileira e da nova dinâmica sócio-metabólica de organizar a produção da vida material incidiram na Carreira Docente em seu período de consolidação. O ordenamento jurídico gestado na década de 1990 se consolidou ao longo dos anos 2000 na direção de ampliar as relações entre universidade/corpo docente e o mercado, essencialmente por meio da pesquisa e inovação tecnológica com vistas a ampliar a taxa de lucro, que tendencialmente decresce, por meio de novos processos produtivos (ampliação da mais valia relativa) e de novas mercadorias e serviços. Aos poucos a política para o Magistério Superior Federal modificou a base da Carreira conquistada em 1987 e inseriu determinantes não previstos no seu início. A produtividade docente condicionou a remuneração em fins da década de 1990 e, com isso, desestruturou a isonomia salarial inicialmente formatada na carreira. Ao longo dos anos 2000 ela sofreu mudanças que podem ser resumidas em alta produtividade, competição, captação de recursos externos para desenvolver pesquisa, alta qualificação do corpo docente, precarização das condições de trabalho com destaque para perdas na remuneração, intensificação na jornada de trabalho e conversão do trabalho imaterial improdutivo em trabalho imaterial/material produtivo.

PALAVRAS-CHAVE: Instituições Federais de Ensino Superior; Magistério Superior Federal; Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos; Carreira Docente; Mundo do Trabalho; Reforma do Estado.

ABSTRACT

This study deals with Unified Teaching Career Policy in Federal Universities from Unified Plan of Offices and Employments Classification and Retribution created in 1987. Its central issue is to analyze how Teaching Career developed in Federal Universities when historical changes occurred on Brazilian nation political-juridical structure in the end of 20th century, also new ways of job world organization. Thus, this study aims to analyze Teaching Career in Federal Universities, from 1987 to 2012, on established relations level among productive re-structuration determinants and changes on Brazilian Nation management sphere. Also its relation to social policies and what derives from it to government employees, from federal government educational policy mediation to Teaching Career on this teaching institutions. This research matches to Historical-Dialectic Materialistic knowledge theory, and it is considered a documentary research. Therefore it favors information present on laws related to Teaching Career, on teaching manifestation documents and on federal government official data related to higher education policy and its financing. It was found that Teaching Career development in Federal Universities occurred from Academic Reform in 1968 and it was unified from 1987, with a career model in which the way of access was set out exclusively through civil service exam, isonomy in salary according to titles, working requirements and working time, as well as it made possible conditions to actualize a continuing education the career. Changes that happened after Brazilian Nation Reform and after the new social metabolic dynamic that organize material life production fell upon Teaching Career in its strengthening period. Legal system managed in 90's consolidated through 2000s aiming to extend relation between university/teaching staff and market, mainly through research and technological innovation aiming to increase fee profits (which usually decreases) through new productive processes (relative surplus value increase) and new e de goods and services. Policy to Federal Higher Teaching slowly modified conquered Career foundation in 1987 and inserted unpredicted determinants in its beginning. Teaching productivity made conditions to remuneration in the end of 90's and then eliminated the structure of initially established salary isonomy in career. During 2000s it suffered changes that can be summarized in high productivity, competition, external fund raising to research, high teaching staff qualification, precarious work conditions, a highlight on salary losses, working schedules intensification and a conversion of unproductive immaterial work in productive material/immaterial work.

KEYWORDS: Higher Education Federal Institutions; Federal Higher Teaching; Unified Plan of Offices and Employments Classification and Retribution; Teaching Career; Work world; Nation Reform.

RESUMEN

Este trabajo trata sobre la política Unificada de Carrera Docente en la Universidad Federal desde el Plan Único de Clasificación y Retribución de Puestos de Trabajo y el Empleo creado en 1987. Su cuestión central és analizar cómo se desarrolló la Carrera Docente en las Universidades Federales en hito cambios en el Estado brasileño de la estructura jurídico-político de finales del siglo XX y las nuevas formas de organización del mundo del trabajo. De esta manera tiene como objetivo analizar la Carrera Docente en las Universidades Federales en el período 1987-2012, en el nivel de las relaciones entre los determinantes de la reestructuración productiva y los cambios dentro de la administración del Estado brasileño y su relación con las políticas sociales, y que se derivan además del funcionario, de la mediación de la política educativa del gobierno federal para la Carrera Docente en estas instituciones educativas. La investigación se alinea con la teoría del Materialismo Histórico-Dialéctico y se configura como una investigación de carácter documental. Por lo tanto énfasis está información proporcionada en la legislación relacionada con la Carrera Magisterial en los documentos de traslado de enseñanza y datos oficiales del gobierno federal relacionados con la política de educación superior y su financiación. Se encontró que el desarrollo de la Carrera Docente en las Universidades Federales ocurrió a partir de la Reforma Universitaria de 1968 y se unificó en 1987, con un modelo de carrera en la que delimita la forma de acceso exclusivamente a través de una licitación pública, la igualdad salario de acuerdo a la valoración, el régimen y el tiempo de carrera de trabajo, tal como se indica posición posible para llevar a cabo la formación continua dentro de la carrera. Los cambios que vinieron de la Reforma del Estado brasileño y las nuevas dinámicas socio-metabólicas de organización de la producción de la vida material se centraron en la Carrera Docente en su período de consolidación. La ley gestada en los años 1990 se consolidó durante la década de 2000 hacia la expansión de las relaciones entre la universidad / facultad y el mercado, principalmente a través de la investigación y la innovación tecnológica con el fin de aumentar la tasa de ganancia, lo que tiende a disminuir a través de nuevos procesos de producción (extensión de valor más relativo superávit) y productos nuevos y servicios. Poco a poco, la política para el Magisterio Superior Federal cambió la base de la carrera conquistó en 1987 y entró determinantes imprevistos al inicio. La productividad de los profesores condicionó la remuneración a finales de 1990 y con ello interrumpió la igualdad salarial inicialmente el formato de carrera. A lo largo de la década de 2000 sufrió cambios que se pueden resumir en una alta productividad, la competencia, la captación de recursos externos para el desarrollo de la investigación, profesorado altamente cualificado, las condiciones de trabajo precarias, especialmente para las pérdidas en la mejora del ingreso en horas de trabajo y la conversión del trabajo inmaterial improductiva en el trabajo productivo inmaterial/material.

PALABRAS CLAVE: Instituciones Federales de Enseñanza Superior; Federal de Enseñanza Superior; Plan Único de Clasificación y Retribución de Puestos de Trabajo y el Empleo; Carrera Docente; Mundo del Trabajo; Reforma del Estado.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Categorias do Pessoal Docente no Estatuto do Magistério Superior de 1965 .. 71

Quadro 2 - Carreira do Magistério nas Instituições Federais Autárquicas de 1980 86

Quadro 3 - Carreira do Magistério Superior nas IFES a partir do PUCRCE em 1987 109

Quadro 4 - Ordenamento Jurídico da Educação Superior - 2004-2010 190

Gráfico 1 - Evolução da remuneração do corpo docente permanente das IFES, com graduação, mestrado e doutorado, em regime de trabalho de DE - Brasil - 1987/2012 219

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da remuneração do corpo docente permanente, com graduação, mestrado e doutorado, em regime de trabalho de 20h e DE das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) - Brasil - 1987, 1998 e 2012 29

Tabela 2 - Vencimentos dos ocupantes de Cargos do Magistério Superior para 12 horas semanais - Brasil - 1968 e 1970 72

Tabela 3 - Evolução do número de IES, matrículas e concluintes, em cursos de graduação presenciais, no setor público - Brasil - 1968-1978 74

Tabela 4 - Evolução do corpo docente nas IES públicas - Brasil - 1972-1977 75

Tabela 5 - Evolução no número de titulação em cursos de mestrado e doutorado - Brasil - 1974-1978 76

Tabela 6 - Cursos de mestrado e doutorado credenciados pelo CFE - Brasil - 1975-1978 77

Tabela 7 - Vencimentos na Carreira do Magistério Superior Federal - Brasil - 1980 87

Tabela 8 - Evolução do número de IES e matrículas, em cursos de graduação presenciais, no setor público - Brasil - 1980-1987 88

Tabela 9 - Evolução do corpo docente nas IFES, autárquicas e fundacionais, por classe - Brasil - 1980/1988 89

Tabela 10 - Evolução do corpo docente nas IFES, autárquicas e fundacionais, por titulação - Brasil - 1980/1988 90

Tabela 11 - Evolução do corpo docente nas IFES, autárquicas e fundacionais, por regime de trabalho - Brasil - 1980/1988 91

Tabela 12 - Vencimentos na Carreira do Magistério Superior Federal - Brasil - 1985 96

Tabela 13 - Remuneração na Carreira do Magistério Superior no PUCRCE, para docente com o título de Doutor - Brasil - ago. 1987 107

Tabela 14 - Remuneração na Carreira do Magistério Superior no PUCRCE, para docente com o título de Doutor - Brasil - dez. 1987 108

Tabela 15 - Evolução do número de IES e matrículas, em cursos de graduação presenciais, no setor público - Brasil - 1988-1994 125

Tabela 16 - Evolução do número de funções docentes em exercício nas Universidades Federais, por titulação - Brasil - 1988/1994 127

Tabela 17 - Evolução do número de funções docentes em exercício nas Universidades Federais, por regime de trabalho - Brasil - 1988/1994 128

Tabela 18 - Evolução do número de IES e matrículas, em cursos de graduação presenciais e à distância, no setor público - Brasil - 1995-2002 141

Tabela 19 - Evolução do número de matrículas totais, em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, no setor público - Brasil - 1998-2002 142

Tabela 20 - Orçamento geral liquidado das Universidades Federais - Brasil - 1995, 1998 e 2002 143

Tabela 21 - Evolução do número de funções docentes em exercício nas Universidades Federais, por titulação - Brasil - 1995-2002 144

Tabela 22 - Evolução do número de funções docentes em exercício nas Universidades Federais, por regime de trabalho - Brasil - 1995-2002 145

Tabela 23 - Evolução do número de docentes, em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, no setor público - Brasil - 1998-2002 147

Tabela 24 - Evolução da remuneração do corpo docente permanente, com graduação, mestrado e doutorado, em regime de trabalho de 20h e DE das IFES - Brasil - 1991, 1996 e 1998 151

Tabela 25 - Evolução da remuneração do corpo docente permanente, com graduação, mestrado e doutorado, em regime de trabalho de 20h e DE das IFES - Brasil - 1991 e 1998 153

Tabela 26 - Evolução da remuneração do corpo docente permanente, com graduação, mestrado e doutorado, em regime de trabalho de 20h e DE das Instituições Federais de Ensino Superior - Brasil - 1998 e 2002 160

Tabela 27 - Desempenho do governo Lula: síntese das variáveis e dos índices 172

Tabela 28 - Distribuição percentual dos ocupados, por faixas de rendimento em todos os trabalhos - Brasil e Grandes Regiões - 2002 e 2012 173

Tabela 29 - Evolução das Instituições de Ensino Superior, por categoria administrativa - Brasil - 1995, 2002, 2003 e 2012 191

Tabela 30 - Evolução dos cursos e das matrículas em cursos de graduação presencial e a distância, por categoria administrativa - Brasil - 1995, 2002, 2003 e 2012 191

Tabela 31 - Valores de ampliação percentual para as Progressões, entre níveis e classes, da tabela de remuneração da Carreira Docente do Magistério Superior Federal - Brasil - 1987, 1989, 1996 e 2002 194

Tabela 32 - Remuneração no Magistério Superior Federal, do DE com doutorado - jan. 2006 201

Tabela 33 - Remuneração no Magistério Superior Federal, do DE com doutorado - dez. 2006 201

Tabela 34 - Remuneração no Magistério Superior Federal, vencimento básico e retribuição por titulação - 2009 204

Tabela 35 - Evolução do número de IES e matrículas, em cursos de graduação presenciais, no setor público - Brasil - 2003-2012 205

Tabela 36 - Orçamento geral liquidado das Universidades Federais - Brasil - 2003, 2007 e 2012 206

Tabela 37 - Evolução do número de funções docentes em exercício nas Universidades Federais, por titulação - Brasil - 2003-2011 207

Tabela 38 - Evolução do número de funções docentes em exercício nas Universidades Federais, por regime de trabalho - Brasil - 2003-2012 209

Tabela 39 - Evolução do número de docentes, em cursos de pós-graduação stricto sensu, no setor público - Brasil - 2003-2012 211

Tabela 40 - Evolução da remuneração do corpo docente permanente, com graduação, mestrado e doutorado, em regime de trabalho de 20h e DE das IFES - Brasil - 2003, 2006 e 2012 212

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Associações Docentes
AI	Ato Institucional
ANDES	Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino
ANL	Ação Libertadora Nacional
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação
AP	Ação Popular
APUFSC	Associação dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina
APUSM	Associação dos Professores Universitários de Santa Maria
AUNL	Articulação – Unidade na Luta
BACEN	Banco Central do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BTN	Bônus do Tesouro Nacional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEF	Caixa Econômica Federal
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CFE	Conselho Federal de Educação
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNB	Construindo um Novo Brasil
CNDU	Congresso Nacional de Docentes Universitários
CNPq	Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAD	Conselho Nacional das Associações de Docentes
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONCLAT	Congresso das Classes Trabalhadoras
CONCLAT	Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
CONLUTAS	Coordenação Nacional de Lutas
Correios	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

CSP-Conlutas	Central Sindical e Popular - Conlutas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DE	Dedicação Exclusiva
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DPC	Diretrizes de Planos de Carreira
DS	Democracia Socialista
EAPES	Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior
EBTT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EC	Emenda Constitucional
ENAD	Encontro Nacional das Associações Docentes
EPES	Equipe de Planejamento do Ensino Superior
ERP	Exército Revolucionario del Pueblo
FASUBRA	Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNT	Fórum Nacional do Trabalho
FS	Força Sindical
FUNREI	Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei
Funpresp-Exe	Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GED	Gratificação de Estimulo à Docência
GEOCAPES	Sistema de Informações Georreferenciadas
GERES	Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
GTPE	Grupo de Trabalho de Política Educação
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDP	Índice de Desempenho Presidencial
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IGP-DI	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPÊS	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LO	Liga Operária
MARE	Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado
MCS	Movimento Convergência Socialista
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MR8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
OT	O Trabalho
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PBF	Programa Bolsa Família
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDRE	Plano Diretor da Reforma do Estado
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PFL	Partido da Frente Liberal

PIB	Produto Interno Bruto
PICD	Programa Institucional de Capacitação Docente
PICDT	Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica
PID	Programa de Bolsas de Incentivo a Docência
PL	Partido Liberal
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei Complementar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNCD	Plano Nacional de Capacitação Docente
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PND	Programa Nacional de Desestatização
PNE	Plano Nacional de Educação
PNPG	Planos Nacionais de Pós-Graduação
POL	Partido Operário Lêninista
POR	Partido Obrero Revolucionario
PPP	Parceria Público-Privada
PQI	Programa Qualificação Institucional
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PST	Partido Socialista de los Trabajadores
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC/RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUCRCE	Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RJU	Regime Jurídico Único
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior
SINAPES	Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior

SINASEFE	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
SMSBCD	Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema
SPF	Servidores Públicos Federais
STF	Supremo Tribunal Federal
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
SWP	Socialist Workers Party
UAB	Sistema Universidade Aberta do Brasil
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	Universidade Federal de São João del-Rei
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UnB	Universidade de Brasília

UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USP	Universidade de São Paulo
VPI	Vantagem Pecuniária Individual
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 23
1.1 OBJETIVOS 32
1.2 HIPÓTESE 33
1.3 BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA 33
1.4 ESTRUTURA DO TEXTO 44

2 POLÍTICA DE CARREIRA DOCENTE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: PRELÚDIOS DE UMA LUTA HISTÓRICA 46
2.1 REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968 E A RECONFIGURAÇÃO DA FUNÇÃO DOCENTE 50
2.2 A LUTA PELA APROVAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE UNIFICADA NO SISTEMA SUPERIOR FEDERAL 69

3 O PLANO ÚNICO DE CLASSIFICAÇÃO E RETRIBUIÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS NOS MEANDROS DAS METAMORFOSES DO MUNDO DO TRABALHO E DO ESTADO 100
3.1 AS DISPUTAS NO PUCRCE FRENTE OS PRIMEIROS GOVERNOS DA NOVA CONSTITUIÇÃO 103
3.2 A REFORMA DO ESTADO E O TRABALHO FLEXÍVEL E SEUS IMPACTOS NA CARREIRA DOCENTE 136

4 A FRENTE POPULAR PREVENTIVA E O DESMANTELAMENTO DA POLÍTICA DE CARREIRA DOCENTE 163
4.1 DE LULA "PAZ E AMOR" À DILMA "EM FRENTE COM FÉ" 164
4.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TEMPOS DE GOVERNO DE FRENTE POPULAR 182
4.3 A POLÍTICA DE CARREIRA DOCENTE DO MAGISTÉRIO SUPERIOR FEDERAL NO CONTEXTO DA CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DA FRENTE POPULAR 193

5 CONCLUSÃO 214

6 REFERÊNCIAS 224

APÊNDICE A - HISTÓRICO DAS GREVES DE DOCENTES NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS 258

APÊNDICE B - SÍNTESE DAS GREVES DE DOCENTES NAS IFES 265

APÊNDICE C - RELAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS, POR ORDEM CRONOLÓGICA 266

ANEXO A - GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA (GED) - DISTRIBUIÇÃO DE DOCENTES POR GRUPOS DE PONTUAÇÃO - 1998 269

ANEXO B - MANIFESTO DOS PROFESSORES DAS IFES EM GREVE DE FOME 271

ANEXO C - VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS SEGUNDO O MANDATO PRESIDENCIAL: 1890-2006 273

ANEXO D - ÍNDICE DE DESEMPENHO PRESIDENCIAL: 1890-2006 274

ANEXO E - PROJETO DE LEI DE CARREIRA ÚNICA PARA O MAGISTÉRIO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO ANDES-SN 275

1 INTRODUÇÃO

Privatizado
Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar
e seu direito de pensar
É da empresa o seu passo em frente,
seu pão e seu salário.
E agora não contentes querem
privatizar o conhecimento, a sabedoria,
o pensamento, que só à humanidade pertence.
Bertold Brecht (2007)

O trabalho docente e o desenvolvimento da Carreira Docente nas Universidades Federais encontram-se inseridos na dinâmica da produção de mercadorias e de serviços próprios da atual forma de organização do capitalismo de fim de século. Torna-se necessário, então, situar essa dinâmica para que se visualizem as mediações entre a conjuntura macro – da reestruturação produtiva e da reforma do estado brasileiro – e os determinantes da Carreira Docente nessas instituições de ensino.

O sistema de produção e reprodução da vida material de tipo especificamente capitalista vivenciou, nas duas últimas décadas de século XX, amplo processo de mudanças no regime de acumulação e na gerencia do Estado, desenvolvidas a partir da recessão iniciada na década de 1970 em virtude da explosão da crise estrutural do capital nessa década, instalada na produção de mercadorias aos moldes do Fordismo e do Taylorismo e na administração dos estados nacionais com base na redução da sua estrutura e no maior controle do mercado por parte do Estado, que em alguns países se consolidou como Estado do Bem-estar Social.

Esse quadro foi fruto da forma assumida pelo capitalismo no período posterior a Segunda Guerra Mundial em que se observou imenso crescimento da taxa de acumulação, tendo seu pico máximo, de acordo com Anderson (1996), na década de 1960, com o investimento de capital no setor produtivo na casa de 5,5%. Todavia, a lógica contraditória em que se funda o modo de produção capitalista, ou seja, ao passo em que se amplia a taxa de mais-valia relativa e, consequentemente, se amplia o volume de capital no final do processo produtivo, reduz-se a possibilidade de realização da mercadoria na condição de valor de uso, o que mantém sempre a possibilidade de crise como concreta.

Tal contradição é aprofundada quando da necessidade de ampliação da taxa de lucro do setor produtivo que entrou em declínio a partir de meados da década de 1960, reduzindo de cerca de 20% para quase 13% na década (1965-1975) na Europa (Alemanha, Reino Unido e

França) (ANDERSON, 1996). Isso demonstrou que o caráter estrutural e característico da crise, no modo de produção capitalista, é um elemento que se efetiva no plano concreto, tal como foi descrito por Marx (2011) ao destacar a "interdependência dependente" entre o processo de produção e o processo de circulação de mercadorias:

> Portanto, à medida que o capital sai do processo de produção e entra outra vez na circulação, ele parece, a) como *produção*, encontrar um obstáculo na magnitude dada do *consumo* – ou da *capacidade de consumo*. [...] b) Todavia, como *valor novo* e *valor* enquanto tal, o produto parece ter uma barreira na magnitude dos *equivalentes existentes*, em primeiro lugar, o dinheiro, não como meio de circulação, mas como dinheiro. O valor excedente (obviamente, excedente em relação ao original) requer um equivalente excedente. [...] c) Inicialmente, o dinheiro – *i.e.*, a riqueza enquanto tal, *i.e.*, a riqueza existente na e pela troca por trabalho *objetivado alheio* – parecia colapsar sobre si mesmo, na medida em que não passava à troca por *trabalho vivo alheio*, *i.e.*, ao processo de produção. A circulação era incapaz de renovar-se por si mesma. Por outro lado, o processo de produção aparece agora em uma situação delicada, porque não é capaz de passar ao processo de circulação. (MARX, 2011, p. 536, grifo do autor).

Portanto, o automatismo entre a produção e a circulação de mercadorias não se faz presente no desenvolvimento do capitalismo. A unidade contraditória entre produção e consumo implica a possibilidade de crises no sistema e, também, a sua constante busca de superação[1].

O movimento de reorganização do capitalismo, na década de 1980, implicou a retomada da ampliação da produtividade do capital, a ampliação da produtividade do trabalho e a redução do crescimento do custo da hora de trabalho, nos países do centro do capitalismo. (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 6)

Com tal objetivo, as mudanças no regime de acumulação foram no sentido de ampliar a mais-valia relativa por meio do investimento no corpo maquinário, que a essa altura já lançava mão dos avanços promovidos pela telemática[2]. O uso das inovações tecnológicas contribuiu para reduzir o tempo e os custos de produção e aumentar a qualidade e a

[1] Detalhamento exaustivo foi realizado por Marx (1983) no capítulo XVII de "Teorias da mais-valia", intitulado "Teoria Ricardiana da acumulação. Sua crítica. Desenvolvimento das crises em decorrência da forma fundamental do capital."

[2] Também chamada de teleinformática, ela surge "[...] da convergência entre os novos sistemas de telecomunicações por satélite e a cabo, as tecnologias de informatização e a microeletrônica. Ela abriu, às grandes empresas e aos bancos, maiores possibilidades de controlar a expansão de seus ativos em escala internacional e de reforçar o âmbito mundial de suas operações." (CHESNAIS, 1996, p. 28)

diversificação das mercadorias e serviços, e se configura como ferramenta orgânica e paralela a lei da queda tendencial da taxa de lucro[3].

O que demanda a partir de então é uma produção flexível que significa adequar-se às "necessidades" do consumidor e apresentar alto grau de diversificação, não apenas para ampliar o consumo/circulação e assim realizar a mais-valia oriunda da produção, contudo também para ampliar as taxas de lucro por meio da mais-valia relativa que, com a produção flexível, foi possível de se obter. Assim, como uma "especialização flexível" que pede um trabalhador mais especializado, não implicando aqui maior acúmulo de conhecimento como salientou Alves (2001), que domine processos particulares do processo produtivo e que, por isso, pode assumir mais de uma função na produção ou nos serviços (ANTUNES, 2008).

Dentre os modelos desenvolvidos no período de flexibilização da produção, o que apresenta maior destaque é o Toyotismo. Tal modelo,

> [...] mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias. (ANTUNES, 2008, p. 24).

Sob a égide do Toyotismo houve a retomada da taxa de lucro, não no mesmo patamar das taxas da década de 1960, e grande aumento da produção, à custa da classe trabalhadora. Em nível global, Petras (1998) demonstra a redução salarial e aumento da jornada de trabalho nos Estados Unidos da América. No período de 1973 a 1996, o salário semanal obteve queda de mais de 10%; assim como em 1987 o trabalhador médio destinou 163 horas a mais de trabalho anual do que em 1969. No Japão, no período que compreende os anos de 1975 e 1984, a produtividade do trabalho foi aumentada em 117%, todavia o índice dos salários reais cresceu apenas 5,9%.

O setor automobilístico, principal impulsionador do Toyotismo, também apresentou avultoso desenvolvimento. Durans (2008, p. 217) observa que, em 1989, a Volkswagen,

[3] Ver exposição de Marx (1986) sobre a lei da queda tendencial da taxa de lucro e a sua relação com a ampliação da mais-valia relativa na Seção III "Lei da queda da taxa de lucro" do livro III de "O Capital".

apresentou faturamento na ordem de US$ 3,74 bilhões em vendas, com 35.843 operários; ao passo que em 1996 avançou para US$ 9,2 bilhões e reduziu para 29.616 operários.

Articulado ao novo marco de organização da produção e da circulação de mercadorias e serviços na mundialização do capital[4] e na finança mundializada[5], o neoliberalismo se desenvolve para salvaguardar o desenvolvimento do mercado em bases flexíveis. Essa nova sociabilidade na gerência do Estado apresenta algumas características que foram presentes quando da sua implantação na Inglaterra e nos Estados Unidos da América.

Tais características podem ser relacionadas como a contração da emissão monetária, a ampliação das taxas de juros, a redução dos impostos sobre os rendimentos altos, a abolição dos controles sobre os fluxos financeiros, a elevação dos níveis de desemprego massivo, o enfraquecimento das greves, a imposição de uma nova legislação antissindical, a redução dos gastos sociais, e a implementação de um programa de privatização das empresas estatais (ANDERSON, 1996)

O neoliberalismo como a nova forma de sociabilidade da classe burguesa, pode ser entendido como:

> [...] uma *configuração de poder* particular dentro do capitalismo, na qual o poder e a renda da classe capitalista foram restabelecidos depois de um período de retrocesso. Considerando o crescimento da renda financeira e o novo progresso das instituições financeiras, esse período pode ser descrito como uma nova *hegemonia financeira*, que faz lembrar as primeiras décadas do século XX nos EUA. (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 2, grifo do autor).

A difusão dos princípios neoliberais pelo globo, particularmente para os países "em desenvolvimento", se deu pelo Consenso de Washington[6], como afirma Paulani (1999). O Instituto de Economia Internacional articulou uma reunião, em 1989 (Washington, DC), que congregou economistas liberais latino-americanos, membros do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e representantes do governo estadunidense para analisar a implementação do neoliberalismo para o conjunto dos países da América Latina. (NEGRÃO, 1998)

---

[4] Cf. Chesnais (1996).
[5] Cf. Chesnais (2005).
[6] A denominação "Consenso de Washington" foi cunhada por John Williamson (2002) em artigo publicado em 1990 que expressava dez pontos de consenso entre os que participaram da reunião em Washington no ano de 1989 que discutiu a aplicabilidade do neoliberalismo aos países "em desenvolvimento". Os pontos são: 1) disciplina fiscal; 2) prioridades nas despesas públicas; 3) reforma tributária; 4) taxa de juros de mercado; 5) taxa de câmbio competitiva; 6) política comercial de integração aos fluxos mundiais; 7) abertura ao investimento direto estrangeiro; 8) privatização de estatais; 9) desregulação de setores controlados ou cartelizados; 10) direitos de propriedade.

Todavia, a máxima da perspectiva neoliberal clássica, tal como implementada na Inglaterra e nos Estados Unidos da América, como salientou Anderson (1996), com grande interesse pela privatização do aparato estatal, não se deu de forma integral nos países da América Latina, assim como ocorreu de modo desigual nos países europeus. No Brasil, apesar do grande movimento de privatização[7] impulsionado no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), reduzindo o setor estatal e os investimentos do Estado na coisa pública, num primeiro momento de implementação do neoliberalismo, assim como o incentivo aos investimentos diretos estrangeiros (oriundos das privatizações), não se pode afirmar que a estratégia neoliberal foi consolidada em sua íntegra.

Como afirma Paulani (1999, p. 122, grifo nosso), no que concerne ao patamar econômico a estratégia neoliberal não foi tão eficaz, mas "Socialmente, ao contrário, conseguiu muitos de seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, **embora não tão desestatizadas como de início pretendia**."

Esse novo contorno por que passou a política neoliberal, no Brasil, por exemplo, é fruto das medidas de reestruturação da máquina pública, que ganharam formatação a partir do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), criado em 1995, tendo a sua frente o Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, ao desenvolver as ações necessárias para implementar a "desburocratização" da administração pública a partir da lógica gerencial. (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 1999)

Deste modo, a concepção de público e privado desenvolvida no Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE) elimina a contradição subjacente a estes dois âmbitos da sociedade: a oposição entre Estado e Mercado. Diluindo, ainda que fantasiosamente, a polaridade entre os dois campos é que se consolida a ideia de um espaço público em que transitam as ações do público e do privado, com finalidades equivalentes – atender ao público. (BRASIL, 1995)

Nessa perspectiva, o PDRE delimitou quatro setores constitutivos do aparelho do Estado: 1. Núcleo Estratégico (Poder executivo, Presidente da República, ministros, auxiliares e assessores diretos; poder Legislativo e Judiciário e o Ministério Público); 2. Atividades exclusivas do Estado (Polícia, Fazenda, Receita Federal, Segurança Pública, Seguridade Social, etc.); 3. Serviços não exclusivos do Estado (aqui inseridas as universidades); 4. Produção de bens e serviços para o mercado (Setor privado).

[7] Cf. Anuatti Neto *et al*. (2005, p. 171-172).

A relação entre público e privado, e aqui interessa para a análise da Carreira Docente nas Universidades Federais, não se estabelece mais em oposição, como polos opostos de uma unidade contraditória. Mas, como bem expressa Oliveira (2009), essa relação se estabelece, cada vez mais, em grau de extrema dependência do privado ante o público. O elevado nível de fragilidade com que o setor privado apresenta, assim como as suas limitações no campo dos recursos humanos e do desenvolvimento científico-tecnológico, potencializa a relação deste com as instituições mantidas pelo Estado, contudo não tem superado a crise estrutural na qual o sistema do capital se encontra desde a década de 1970.

Logo, a lógica das privatizações, como expressou Paulani (1999), apresenta limites e o que mais interessa na falsa "disputa" entre público e privado é o uso da estrutura pública (entende-se como o corpo de recursos humanos, a sua estrutura física e os recursos orçamentários anuais) com fins privados. Destarte "[...] critérios de mercado, privatizações, tudo não passa de um truque para **utilização dos fundos públicos em proveito de interesses privados**." (OLIVEIRA, 2009, p. 14, grifo nosso)

Na conjuntura desencadeada pelos princípios da reestruturação produtiva e pela reforma do Estado e, consequentemente, da Educação Superior, o desenvolvimento da Carreira Docente nas Universidades Federais, a partir de 1987, esteve imerso nessa realidade.

O marco do desenvolvimento da Carreira Docente unificada nas Universidades Federais se deu a partir da publicação do Decreto n. 94.664, de 23 de julho de 1987, ao definir o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE) dos servidores públicos das Instituições Federais de Ensino.

O Decreto foi fruto, também, da mobilização dos trabalhadores docentes das instituições federais de ensino superior, organizados em torno da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), que lutou ao longo da década de 1980, para a ampliação dos direitos relativos aos docentes destas instituições que se ampliavam conforme iam se proliferando as instituições federais.

O crescimento das Associações Docentes (AD) e a organização delas em torno da ANDES possibilitou a elaboração, a partir do acúmulo nos congressos nacionais da associação, em 1986, do Caderno 2, que continha a proposta da associação para a Universidade Brasileira. (OTRANTO, 2000)

A entidade partia da caracterização de que a Educação deixava de ser, desde o início do Regime Militar (1964), uma prioridade de investimento no Brasil. Os dados apresentados por Martins (1998, p. 67 *apud* OTRANTO, 2000, p. 3) demonstram que "Em 1965 a participação do MEC no orçamento da UNIÃO representava 11,7% e dez anos depois se

situava em torno de 5,4%. No final dos anos 70 a participação se reduz ainda mais, chegando a 4,17%." Dando continuidade a esses dados, em 1990 esse percentual regrediu para 2,35%. No ano 2000 o valor ficou situado em 1,72% e encerrou o ano de 2008 com 1,83% (DESPESA DA UNIÃO POR FUNÇÃO, 2009).

Apesar dos avanços contidos no Decreto 94.664/87 ao unificar a carreira e estabelecer um só padrão para os docentes das instituições federais de ensino superior, a carreira sofreu diversas modificações ao longo da década de 1990, fundamentalmente, e que se mantém na primeira década do século XXI. Os pontos de desenvolvimento da carreira: **Atividades**; Corpo Docente; Forma de Ingresso na Carreira; **Regime de Trabalho**; **Progressão Funcional**; Afastamento e **Remuneração**[8] perderam o caráter inicialmente previsto no plano.

A base de sustentação da carreira, ou seja, a remuneração, por garantir as condições objetivas de sobrevivência do trabalhador na era do capital, foi perversamente desvalorizada, fundamentalmente, na década de 1990. A título de exemplo, a remuneração do graduado, em regime de trabalho de 20h e Dedicação Exclusiva (DE), nas diversas classes, ao longo do período 1987 a 2012, não obteve aumento significativo, pelo contrário, ao final da década de 1990 a sua remuneração alcançou os piores patamares, conforme expressa a Tabela 1.

Tabela 1 - Evolução da remuneração do corpo docente permanente, com graduação, mestrado e doutorado, em regime de trabalho de 20h e DE das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) - Brasil - 1987, 1998 e 2012 [1]

Classes e Nível		Abril de 1987 [2]		Julho de 1998 [3]		Março de 2012 [4]	
		20h	DE	20h	DE	20h	DE
Titular	**U**	6.618,41	18.531,54	3.762,02	12.521,46	4.330,04	14.614,76
Adjunto	**1**	4.706,99	13.179,58	2.851,76	9.491,43	3.130,94	9.117,77
Assistente	**1**	3.499,76	9.799,34	1.924,81	6.262,43	2.477,91	5.783,21
Auxiliar	**1**	2.459,51	6.886,62	1.118,28	3.440,97	1.910,24	3.434,37
Valor Médio		4.321,16	12.099,27	2.414,22	7.929,07	2.962,28	8.237,52
Δ (%) Média (87-98/12)		..	..	-44,1	-34,4	-31,4	-31,9

Fontes: Brasil (1987); MOG/SEAP (1999a); MP/SEGEP (2012).
Notas: Sinal convencional utilizado:
.. Não se aplica dado numérico.
[1] Foi considerando, para fins de comparação, utilizar a gratificação por titulação de mestre para a classe de Assistente e de doutor para as classes de Adjunto e Titular. A atualização monetária da tabela ocorreu a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para valores referentes a janeiro de 2015.
[2] Os valores do ano de 1987 foram construídos com base no salário inicial do professor auxiliar, graduado, em regime de 20h, e dos percentuais adicionais conforme a variação no nível, na classe,

[8] Nesta pesquisa se utiliza o termo Remuneração para identificar a composição total dos rendimentos auferidos pelo servidor dentro do plano de carreira, e Vencimento como o quantum que corresponde ao Vencimento Básico na composição total da Remuneração.

na titulação e no regime de trabalho estipulados no artigo 31 do Decreto n. 94.664/87. Posteriormente, como há valores em Cruzado (Cz$), foi utilizado a Calculadora do Cidadão disponibilizada do *site* do Banco Central do Brasil para realizar a atualização da moeda e monetária, a partir do IPCA[9].
[3] Os dados utilizados para o ano de 1998 insere na composição da remuneração a GED e utiliza-se o valor da gratificação máxima (140 pontos).
[4] Para fins de comparação foi considerada apenas a classe de Adjunto.

De forma sintética, o que se observa na Tabela 1 é um quadro de retrocesso salarial para os trabalhadores docentes das IFES no período 1987-2012. Se em 1998 as perdas salariais eram maiores para os docentes em 20h (variação percentual média das quatro classes em relação aos valores de 1987), em 2012 as perdas são discretamente maiores para os DE.

A Carreira Docente sofreu, em 1998, grande modificação com a instituição da Gratificação de Estimulo à Docência (GED)[10]. A GED incidiu diretamente na produtividade dos docentes, variando de acordo com a classe, o nível e a titulação. Com a GED, o Governo conseguiu dividir a categoria em dois grupos salariais: docentes com graduação, aperfeiçoamento e especialização permanecem com salários aproximados; e os mestres e doutores se diferenciam dos demais docentes com um acréscimo maior, via GED, em seus proventos.

Da mesma forma, a dinâmica em torno da produção de ciência e tecnologia por meio da pós-graduação *stricto sensu* e dos grupos de pesquisa das diversas áreas do conhecimento, regidos pela lógica avaliativa e de produção do conhecimento (estipulados pelos editais públicos) do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), desencadeia a "dicotomia entre a carreira prescrita e a carreira efetiva, bem como a disputa entre os professores dentro das IFES." (SILVA; SILVA JÚNIOR, 2008, p. 190)

Articula-se a isso a descaracterização da isonomia, prevista no Decreto n. 94.664/87, promovida pelo então Ministro da Educação Paulo Renato, valendo-se dos dispositivos jurídicos contidos na Lei n. 9.394/96 e nos mecanismos jurídicos da Reforma do Estado, conforme salienta Silva e Silva Júnior (2008).

Ao longo dos anos de 2011 e 2012, esteve em fase de elaboração nova reformulação da Carreira Docente das IFES empreendida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), que pretendia criar, dentre outros pontos, mais uma classe entre a de professor Titular e a de professor Associado, denominada de Sênior, com quatro níveis. Para o

[9] O acesso à Correção de Valores da Calculadora do Cidadão pode ser feita no seguinte link: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO>.
[10] A GED foi instituída por meio da Lei n. 9.678, de 3 de julho de 1998.

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), a proposta do Ministério atacava "[...] a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, discriminando os aposentados, desqualificando a titulação e o regime de DE e condicionando o desenvolvimento da carreira à avaliação produtivista [...]" (GOVERNO, 2010, p. 2).

Portanto, a Carreira Docente deixa de ser algo que se consolida na atividade diária do docente dentro da universidade e que perpassa pela política de formação continuada, que implica o incentivo à pós-graduação *stricto sensu*, a participação em eventos, etc., pela atividade desenvolvida por cada classe de docente, pelo tripé fundante da Universidade, por uma política qualificada de progressão na carreira conforme o tempo de atividade laboral e torna-se restrita a um instrumento de potencialização do crescimento das matrículas na universidade sem, necessariamente, partir de uma política de contratação docente, mas de uma maior eficiência do uso dos recursos públicos no âmbito das IFES, tal como descrito no PDRE.

A Carreira Docente, em última análise, nas IFES, aparenta apresentar alguns traços da dinâmica empreendida no mundo do trabalho pós-reestruturação produtiva, em que se necessita de um quadro qualificado, produtivo, comprometido com o desenvolvimento técnico-científico e, por outro lado, grande parte, mesmo qualificado, assume os "postos menores" da produção e reprodução do conhecimento acadêmico no âmbito do ensino.

Esses indicadores possibilitam o alçar do seguinte questionamento: no período 1987-2012 a Carreira Docente nas Universidades Federais constituiu-se e consolidou-se no sentido de se adequar à lógica da produção e da reforma do Estado ou de se contrapor a esta lógica?

Assim, a questão central desta pesquisa se desdobra em questões menores, a saber: 1. Quais as características da política educacional, no que concerne à Carreira Docente, desenvolvida no período antes e depois de 1987?; 2. Que movimento, em nível de organização e remuneração, a Carreira Docente apresentou no período antes e depois de 1987?; 3. Quais elementos particulares desenvolvidos pelo processo de reestruturação da produção e de reforma do Estado brasileiro foram incorporados à Carreira Docente, por meio das políticas públicas, e que implicações esses elementos trouxeram a ela na realização da Carreira Docente nas Universidades Federais?; 4. Quais as estratégias, ferramentas, princípios e propostas do movimento docente, por meio do ANDES-SN, na construção da Carreira Docente no período 1987-2012?

Esta pesquisa tem como ponto de partida a produção do relatório final da pesquisa desenvolvida no Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA), no período de 2008 a 2010, que

investigou a configuração do trabalho docente no desenvolvimento dos cursos de graduação à distância, tendo como local de pesquisa um curso da UFPA.

Nessa pesquisa foi possível verificar alguns elementos particulares da carreira docente nas IFES. O destaque fica para as análises da política salarial, no período de 1995 a 2008, entre os docentes mestres e doutores, em regime de 20h e de Dedicação Exclusiva, ao expressar perdas salariais na maioria dos casos. É válido destacar, também, a relação que se estabelece com os docentes do curso a distância em análise no que se relaciona à (in)dissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. O que se efetiva na carreira de parte do corpo docente é o desenvolvimento das atividades docentes estritas ao âmbito do ensino. (MONTE, 2010)

1.1 OBJETIVOS

A. *Objetivo Geral:*

Analisar a Carreira Docente nas Universidades Federais, no período 1987-2012, no nível das relações estabelecidas entre os determinantes da reestruturação produtiva e as mudanças no âmbito da gerência do Estado brasileiro e sua relação com as políticas sociais, e o que deriva disso para o servidor público, a partir das mediações da política educacional do governo federal para a Carreira Docente nessas instituições de ensino.

B. *Objetivos Específicos:*

1. Analisar a Carreira Docente implementada nos governos federais no período anterior a sua unificação e no intervalo 1987-2012, no contexto da política educacional vigente;

2. Caracterizar a estrutura e o desenvolvimento nos pontos estruturadores da Carreira Docente (Forma de Ingresso na Carreira; Regime de Trabalho; Progressão Funcional; e Remuneração) no período 1987-2012;

3. Demonstrar a presença das características da reestruturação da produção e da reforma do Estado brasileiro na Carreira Docente;

4. Identificar as estratégias, ferramentas, princípios e propostas do movimento docente, por meio do ANDES-SN, na construção da Carreira Docente no período 1987-2012.

1.2 HIPÓTESE

Apresenta-se como hipótese desta pesquisa a noção de que as conquistas inerentes ao PUCRCE, no que concerne à Carreira Docente, presenciaram modificações, supressões e incorporações de dispositivos que apresentam origem teórico-prática no projeto de sociedade da burguesia mundial em sua fase do capital financeiro. Nesse sentido, há um conjunto de instrumentos particulares da reconfiguração do mundo do trabalho, largamente no regime de acumulação de tipo flexível, com centro para as características do Toyotismo, e do novo aparato jurídico-político de condução das ações do Estado que são responsáveis por estabelecer a reconfiguração da Carreira Docente no Magistério Superior Federal que é acompanhado do novo papel que a Universidade Pública assume no início do século XXI.

1.3 BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Em princípio a categoria trabalho mostra-se como central para o desenvolvimento desta produção. Mas não em sua configuração específica, do trabalho docente, e sim em sua forma genérica, como categoria abstrata, mas nem por isso idealista ou fictícia. A possibilidade de generalização da categoria trabalho fez com que Marx expressasse os seus determinantes gerais, comuns nas diversas formas de trabalho, isso o proporcionou compreender como o trabalho, em seu período histórico, era organizado. De modo que, o domínio da categoria trabalho faculta o domínio do trabalho docente (não em sua totalidade, por se ter clareza de que o trabalho docente apresenta especificidades). Como bem expressa Marx (2011) sobre a forma genérica do trabalho:

> A indiferença diante de um determinado tipo de trabalho pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de tipos efetivos de trabalho, nenhum dos quais predomina sobre os demais. Portanto, as abstrações mais gerais surgem unicamente com o desenvolvimento concreto mais rico, ali onde um aspecto aparece como comum a muitos, comum a todos. (MARX, 2011, p. 57).

O trabalho docente em si apresenta determinações que demonstram a sua estrutura interna, o seu funcionamento particular. A Carreira Docente, por conseguinte, é constituída de elementos peculiares a sua forma de realização do trabalho. Logo, compreender o processo de trabalho no capitalismo possibilita realizar mediações entre a organização do processo de trabalho docente, e aqui o desenvolvimento da Carreira Docente, e as mudanças no mundo do trabalho que se verifica com a propagação da reestruturação produtiva.

No tocante à reestruturação produtiva, são válidos os estudos desenvolvidos por Antunes (2001, 2008) e Alves (2001, 2007) ao desnudarem as estratégias da nova organização do mundo do trabalho em tempos de mudanças na produção. E nisso incide, como adverte Alves (2001, 2007), na "captura" da subjetividade do trabalhador, ou seja, no seu conhecimento científico acumulado e, não somente, como no período da grande indústria fordista/taylorista, no uso da capacidade de trabalho que é proveniente da força de trabalho em ação.

Isso implica, por exemplo, que para a atual forma de organização do capital e da relação que se estabelece entre as Universidades Federais (instituições que abrigam grande quantitativo de grupos de pesquisas e de programas de pós-graduação *stricto sensu*) e o mercado, ou seja, entre o setor público e o setor privado, é de grande valia o potencial de conhecimento que a "força de trabalho" trabalhador docente detém.

Afinal, é necessário realizar, constantemente, modificações na forma do trabalho, um dos principais elementos das forças produtivas, e isso é determinado, dentre outras, "[...] pelo grau médio de destreza dos trabalhadores, [pelo] grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, [pela] organização social do processo de produção, [pelo] volume e a eficácia dos meios de produção e [pelas] condições naturais." (MARX, 2013, p. 118)

O uso desse potencial intelectual, engendrador de melhorias nas relações de trabalho com fins de aumento da produtividade, de tecnologias e de produtos avançados, pelo capital, torna-se o centro na relação entre o público e o privado. A Carreira Docente, então, por meio das ações de reformas da Educação Superior possibilitadas pela base que foi construída ao longo dos governos de FHC com a implementação da reforma do Estado brasileiro, é tida como uma estrutura que deve ser adequada às demandas do desenvolvimento atual da sociedade do capital para dar nova aplicabilidade prática à função social da Universidade.

A produção científica no campo dos estudos sobre trabalho docente ganhou força a partir das publicações de Enguita (1989, 1993) e de Apple (1995) em que o trabalho do professor aparece submetido a diversas mudanças em suas condições de trabalho e na natureza do trabalho docente, no nível da educação básica.

A investigação realizada por Fontana (2005) da produção científica sobre trabalho docente na década de 1990, no Brasil, identificou o quantitativo de 120 publicações, entre artigos em periódicos, livros, dissertações e teses, relacionadas ao tema. Desse montante, apenas cinco referências localizavam-se no ensino superior, o que demonstra poucas investigações sobre o trabalho docente no ensino superior.

A produção científica na área da Carreira Docente no ensino superior é escassa, quase inexistente. Na análise da produção exposta nos grupos de trabalho "Política da Educação Superior" e "Estado e Política Educacional" da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED), nos últimos 10 anos, verifica-se que apenas quatro artigos perpassam pelo tema da Carreira Docente. Desse total, três se inserem no ensino superior, e apenas dois apresentam elementos expressivos para a análise da Carreira Docente e suas modificações conjunturais[11].

Uma produção mais sólida começa a surgir a partir da pesquisa desenvolvida por Silva Júnior e Sguissardi intitulada "Mercantilização da Esfera Pública e Universidade: Nova Identidade Universitária e Trabalho Docente das IFES da região Sudeste", em que findou com a publicação do livro "Trabalho intensificado nas federais", em 2009. Na referida obra, os autores explicitam a intensificação do trabalho docente, com foco para a pós-graduação, e alguns elementos da Carreira Docente, como a política salarial.

Além da produção de Silva Júnior, no que toca ao trabalho docente na educação superior, centralmente no âmbito da pós-graduação e para o caráter produtivo do trabalho docente[12], frisa-se a valiosa contribuição que Mancebo destina a essa área do conhecimento. Dentre a sua produção recente, vale destacar suas elaborações sobre o impacto do REUNI na ampliação da precarização do trabalho docente (MANCEBO; LÉDA, 2009); um crescente movimento de vínculos trabalhistas precários, com número elevados de horistas na educação superior em geral (MANCEBO, 2010); e adentra ao mundo da pós-graduação *stricto sensu* e seu impacto na vida dos docentes, principalmente pelas políticas de avaliação nessa área e pelo crescente produtivismo acadêmico. (MANCEBO, 2011, 2013)

No contexto de grande liberalização do mercado, de forte estímulo do Estado ao setor privado e na relação entre o público e o privado, de uso do fundo público por parte do privado, da grande tendência de produção do conhecimento para o capital e das mudanças empreendidas pela reestruturação produtiva no âmbito do mundo do trabalho, a Carreira Docente, particularmente nas Universidades Federais, tem sido alvo de constantes transformações que precisam ser exploradas, verificadas e analisadas, em seu conteúdo histórico e concreto, para poder modificar o quadro em que o trabalho docente se encontra, em uma perspectiva de classe.

[11] Os dois artigos são da autoria de Maués (2005; 2008).
[12] Centralmente os artigos de Silva Júnior (2009), Silva Júnior, Sguissardi e Silva (2010), Silva Júnior, Lucena e Ferreira (2013) e Silva Júnior, Ferreira e Kato (2013).

Investigar a reforma do Estado brasileiro e suas repercussões na Educação Superior garante o suporte necessário para a análise da Carreira Docente nas Universidades Federais. No que concerne a esses dois processos, dialoga-se com Silva Júnior e Sguissardi (1999) quando tratam das implicações da reforma do Estado para a Educação Superior e, particularmente, para as IFES.

De acordo com Silva Júnior e Sguissardi (1999, p. 168-174), as implicações da reforma do Estado no ensino superior público incidem em quatro nucleações: 1. Relação entre o público e o privado e a responsabilidade do Estado pela manutenção da Educação Superior; 2. Modelo de universidade – pesquisa e/ou ensino – e a **Carreira Docente**; 3. Autonomia financeira; 4. Avaliação institucional e o controle centralizado.

Da mesma forma, tem-se em Lima (2005) uma profunda análise da reforma da Educação Superior impulsionada a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso. Tal reforma, para a autora, segue as indicações dos "sujeitos políticos coletivos do capital", tais como o BM e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e isso implica à manutenção do padrão dependente que a Educação Superior no Brasil apresenta em sua história. O duplo movimento de ampliação do "empresariamento" das instituições de ensino superior públicas e a forte expansão do setor privado, por meio da liberalização do setor privado pautada na diversificação do financiamento e na diferenciação institucional, garante a inserção do capital na Educação Superior[13].

A. *Sobre a teoria do conhecimento:*

A relação que se estabelece aqui, entre o objetivo de pesquisa – Carreira Docente – e a totalidade em que este se insere não se processa de forma imediata e formal, mas sim mediada por determinações da realidade que são contraditórias, complexas e cindidas por uma disputa de projetos de sociedade, que são antagônicos e historicamente determinados, de duas classes sociais – burgueses e proletários.

[13] Em 1995 o Banco Mundial, por meio da publicação do documento "A Educação Superior: as lições derivadas da experiência", expos quatro pontos centrais para a orientação das reformas na Educação Superior para a América Latina e o Caribe, são eles: "1. Fomentar la mayor diferenciación de las instituciones, incluido el establecimiento de instituciones privadas; 2. Proporcionar incentivos para que las instituciones públicas diversifiquen las fuentes de financiamiento, entre ellas, la participación de los estudiantes en los gastos, y la estrecha vinculación entre el financiamiento fiscal y los resultados; 3. Redefinir la función del gobierno en la enseñanza superior; 4. Adoptar políticas que estén destinadas concretamente a otorgar prioridad a los objetivos de calidad y equidad." (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 29)

Dessa forma, além de indicar os teóricos tratados neste item e na problematização da pesquisa, é precípuo localizar a forma de conceber a realidade no plano do pensamento que, como se defende aqui uma ciência intencional e por isso política, identifica-se com a estrutura de análise construída pelo marxismo.

Ao tratar do uso do marxismo no âmbito da pesquisa educacional, Frigotto (1991) divide essa teoria do conhecimento em três partes, que se complementam e só apresentam sentido se utilizadas conjuntamente. Para o autor, o marxismo se configura, simultaneamente, como uma postura, um método e uma práxis.

O marxismo como método de investigação, inicialmente, não tem como premissa a garantia da objetividade e da neutralidade, portanto, aqui não será apresentado uma visão neutra referente às políticas do Estado para com a Carreira Docente das IFES, tão pouco um visão descolada da realidade à respeito das posições e ações do ANDES-SN.

Mas aqui começa a aparecer à inter-relação entre a postura e o método. O método se constitui como caminho necessário que favorece o processo de apreender o real, reproduzir o movimento real do objeto, o seu desenvolvimento e transformação (FRIGOTTO, 1999). Por isso a necessidade de rupturas com as formas tradicionais de explicação da realidade – a ideologia dominante, burguesa, assim como as concepções religiosas – e nisso incide a sua postura.

Estabelecidas estas rupturas basilares, Frigotto (1991) demonstra os caminhos que a pesquisa necessita percorrer. O método de investigação é o momento de "recolher a 'matéria' em suas múltiplas dimensões", apreendendo, dessa forma, o específico, a parte e suas relações com o todo. A organização da pesquisa, na forma de teoria, é feita pelo método de exposição que "busca ordenar de forma lógica e coerente a apreensão que se fez da realidade estudada". (FRIGOTTO, 1991, p. 80)

Por fim, o marxismo como práxis objetiva afirmar que a crítica não se sustenta pela simples crítica. O processo de investigação não pode ser fruto de ato diletante do pesquisador, por isso deve ter posicionamento claro no fenômeno maior da luta de classes presente na sociedade dual burguesa. Isso implica afirmar que deslindar a política de Carreira Docente terá consequências para a relação entre trabalhador docente e Estado, no sentido de fundamentar teoricamente a ação prática nas lutas cotidianas contra o Estado e, de modo intenso, nos processos de greve.

Especificamente sobre o método de conhecimento da realidade, ele se inicia com a aproximação do ser humano ao fenômeno que pretende conhecer. Logo, não é descartável a

estrutura aparente do objeto, pois ela constitui o caminho pelo qual se pode chegar à sua estrutura interna, tal como alude Netto (2011):

> O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: *o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto*. (NETTO, 2011, p. 22, grifo do autor).

Mas, em se tratando de pesquisa científica, não se objetiva apenas conhecer a superficialidade de determinado fenômeno. É necessário, para poder internalizar como concreto pensado, logo como elemento elaborado pela mente humana, mergulhar no fenômeno. No entanto, para realizar essa atividade de busca das relações internas do fenômeno, ou de sua essência, é necessário estabelecer o primeiro contato com o objeto de investigação.

A porção fenomênica do objeto é o elemento imediato de apreensão do ser humano, a atividade cotidiana prático-sensível. Essa imagem cognitiva inicial é o caminho que poderá conduzir ao conhecimento do objeto. Pode-se afirmar, então, que a porção fenomênica do objeto, ou seja, sua manifestação na realidade que se relaciona com outros objetos e entra em confronto com outros diversos, materializa elementos da sua essência, logo a "[...] realidade é a unidade do fenômeno e da essência [...]" do objeto. (KOSIK, 2002, p. 16)

A passagem da porção fenomênica do objeto em direção a sua essência é mediada pelo pensamento, capacidade que é pertencente apenas ao ser humano. É a partir do contato do ser humano com o que é real, concreto, que se torna possível a internalização na mente humana desse mundo concreto. Essa internalização não se estabelece de maneira conjunta, pois é necessária a fragmentação do todo, ou seja, a análise das múltiplas partes constitutivas do objeto, para, em seguida, realizar o movimento de abstração dessas partes e sua consequente transformação em objeto do pensamento humano, ou em concreto pensado, a partir da síntese determinada e ordenada pela relação das múltiplas partes[14].

Os elementos que possibilitam a compreensão do objeto – a Carreira Docente nas Universidades Federais – são determinantes que só podem ser conhecidos a partir da fragmentação, e posterior abstração, do todo que constitui o fenômeno em questão. Conhecer as partes do objeto, a exemplo da política de desenvolvimento da Carreira Docente,

[14] Esse movimento do real transposto para o pensamento, formulado por Marx (2011), foi analisado em profundidade por Dussel (2012), especialmente no item "O método dialético do abstrato ao concreto".

as intervenções do movimento docente na disputa das políticas públicas para a Carreira Docente, entre outros determinantes, é necessário para a elaboração de uma síntese das múltiplas partes.

A cotidianidade do desenvolvimento da Carreira Docente nas Universidades Federais não indica a sua relação com os determinantes da produção flexível, particularmente em sua formatação toyotista, ou com as características que a Reforma do Estado brasileiro deram na dinâmica da estrutura pública. Verificam-se alguns indícios de que essas relações estão presentes, todavia de forma imediata, sem o desenvolvimento de uma intervenção científica que considere as diversas partes constitutivas da Carreira Docente e sua posterior abstração e síntese, não é possível apreender a estrutura e a dinâmica desse objeto.

Diz-se, então, que o pensamento "não pode ser outra coisa senão uma imagem subjetiva do mundo objetivo", e se é uma imagem subjetiva, subjetivada, trata-se de uma aproximação do real, uma representação humana da realidade por meio do pensamento (KOPNIN, 1978, p. 127). Tal como expressa Netto (2011, p. 21): "pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa", ou seja, o pensamento nada produz, ele apenas reproduz a estrutura e a dinâmica do objeto real.

A constante atividade de ir e vir, em relação ao objeto de pesquisa, a partir da análise dos seus diversos determinantes, possibilita a compreensão da totalidade do objeto, de suas mediações com a realidade e de suas contradições internas[15]. O ponto de partida na análise da Carreira Docente é a sua própria manifestação prática, quer seja sua carga histórica ou seu movimento atual. A atividade de se deslocar da ação imediata do objeto implica duas tarefas: 1. A análise das partes que constituem o objeto de pesquisa (Carreira Docente nas Universidades Federais); 2. O movimento de sempre se afastar das partes do objeto (no momento da análise) e retornar para ele no seu movimento prático, que implica em visualizar o todo, a relação existente entre suas partes e como o objeto se insere na dinâmica social (complexa).

Dessa inicial explanação, pode-se afirmar que o mundo concreto independe da existência ou não existência de um ser que pense sobre a realidade material, assim como o conhecimento do mundo só é possível a partir da relação de um ser pensante (o ser humano) com a realidade material que o cerca.

Desta feita, é fundamental afirmar que a realidade, diferentemente da postura fenomenológica em que "o mundo possui forma e sentido e ambos são inseparáveis do sujeito

[15] Sobre as categorias totalidade, mediação e contradição, destaca-se a exposição que se encontra em Bottomore (2001).

da percepção" (MEKSENAS, 2002, p. 92), apresenta existência própria, e apenas cabe ao ser humano interpretá-la de forma sistematizada e científica.

Para acessar a realidade, interpretar e desvendar o movimento interno do objeto de investigação, concorda-se com Kopnin (1978, p. 127), quando este trata da função da dialética materialista:

> A dialética materialista revela as leis gerais do movimento do pensamento no processo de obtenção da verdade objetiva, as leis de transição de uma imagem cognitiva a outra mais completa e mais profunda. As leis do movimento da imagem cognitiva do objeto, do pensamento, guardam afinidade com as leis do movimento do próprio objeto, pois o pensamento se movimenta no campo de seu próprio conteúdo objetivo.

De maneira que a apreensão da realidade, a partir da dialética materialista como teoria do conhecimento, ultrapassa o âmbito da pseudoconcreticidade, e, para isso, é necessário compreender a coisa em si, a essência do objeto, os elementos constitutivos do fenômeno em seu movimento contínuo, em síntese, as leis do movimento do próprio objeto que é captada pela imagem cognitiva do objeto pela ação do pensamento. Mas o que se entende por "coisa"? E por compreensão da "coisa"? Utilizar-se-á da explicação de Kosik (2002) para esclarecer esses processos:

> O conceito da coisa é compreensão da coisa, e **compreender a coisa significa conhecer-lhe a estrutura**. **A característica precípua do conhecimento consiste na decomposição do todo**. A dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento é que é a própria dialética em uma das suas formas; **o conhecimento é a decomposição do todo**. O "conceito" e a "abstração", em uma concepção dialética, têm o significado de método que decompõe o todo para reproduzir espiritualmente [na mente humana] a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa. (KOSIK, 2002, p. 18, grifo nosso).

Portanto, o concreto ou a compreensão da coisa, torna-se concreto, como produto da mente humana, a partir da síntese que se faz da análise da realidade, que realiza conceituações e abstrações. A reprodução do movimento interno do objeto, fruto de um conjunto de abstrações, é a própria estrutura da coisa, do objeto investigado. O processo de análise da realidade, ou de se chegar ao conhecimento sobre a coisa (ou o objeto de pesquisa), se estabelece por meio da fragmentação da realidade a ser investigada, da análise das suas partes. É dessa forma que Marx sintetizou o seu método:

> O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de

> partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. (MARX, 2011, p. 54).

Todavia, o concreto do pensamento, como totalidade concreta é fruto da atividade do pensar. Isso não implica dizer que a realidade é produzida pela mente humana, mas que cabe a ela a tarefa exclusiva de interpretar a estrutura e a dinâmica do concreto real. Logo a totalidade concreta é produto do pensamento, "[...] mas **de forma alguma é um produto do conceito que pensa fora e acima da intuição e da representação**, **e gera a si próprio**, sendo antes **produto da elaboração da intuição e da representação em conceitos**". (MARX, 2011, p. 55, grifo nosso)

A observação imediata é realizada, de maneira estruturada e sistemática, com o auxílio de diversas técnicas e instrumentos que possibilitam apreender elementos para explicar a estrutura e a dinâmica do objeto real. Como expresso por Marx (2013, p. 90), é necessário, no método de pesquisa, "[...] se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real".

B. ***Técnicas de coleta de dados:***

Como versa Netto (2011), para compreender a dinâmica interna de um objeto é preciso apoderar-se da matéria em seus pormenores e, para isso, as técnicas de pesquisa são as mais variadas e não apresentam relação com a teoria do conhecimento. Conforme segue:

> Esses instrumentos e técnicas são meios de que se vale o pesquisador para "apoderar-se da matéria", mas não devem ser identificados com o método: instrumentos e técnicas similares podem servir (e de fato servem), em escala variada, a concepções metodológicas diferentes. (NETTO, 2011, p. 26).

Esta pesquisa lança mão do uso dos documentos como instrumento para a coleta dos dados relativos ao objetivo de pesquisa. A descrição detalhada dos documentos localiza quais foram as fontes dos dados.

Documentos: Legislações relacionadas à Educação Superior e a Carreira Docente; Relatorias dos Congressos e CONAD do ANDES-SN; Cadernos Temáticos do ANDES-SN; Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais do MP; Execução Orçamentária da União elaborada pela Câmara dos Deputados; Documentos do MP e do Ministério da Educação (MEC); Dados estatísticos da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG)

da CAPES; Planos Plurianuais de Governo; Dados estatísticos do Sistema de Informações Georreferenciadas (GEOCAPES).

Os documentos constituem informações sistemáticas, fruto de comunicações orais, escritos legais, elaborações teóricas e análises estatísticas, que, como salienta Chizzotti (2008, p. 109), fixaram-se "[...] em um suporte material, como fonte durável de comunicação". Os documentos de que se lançará mão são de natureza primária, logo provêm de fontes originárias, brutas, ainda não analisadas.

Dessa forma, Chizzotti (2008, p. 109) define o documento como "[...] qualquer informação sob a forma de textos, imagens, sons, sinais etc., contida em um suporte material (papel, madeira, tecido, pedra), fixados por técnicas especiais como impressão, gravação, pintura, incrustação etc."

O uso das legislações cumprirá a função de apresentar o movimento jurídico-político da origem, do desenvolvimento e da consolidação da Carreira Docente nas Universidades Federais, que teve sua unificação em 1987.

As relatorias dos Congressos Nacionais e dos Conselhos de AD do ANDES-SN (no período de 1982-2012) contêm o conteúdo político do movimento docente e expressam a perspectiva de Carreira Docente do próprio sindicato. O uso dos cadernos temáticos publicados pelo ANDES-SN será realizado a partir do critério do tema – Carreira Docente –, logo, prioritariamente, o caderno n. 14, que é específico do tema, encontra-se selecionado.

O uso da Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais do MP, no período de 1998 a 2012, tem como objetivo analisar o movimento da composição salarial dos docentes das Universidades Federais, assim como a evolução e involução dos rendimentos de acordo com as categorias e níveis. O trabalho com os valores salariais será feito a partir da atualização dos valores pelo deflator oficial do governo federal (IPCA).

A utilização da Execução Orçamentária da União elaborada pela Câmara dos Deputados anualmente (encontra-se disponível a partir do ano de 1995) possibilita verificar os gastos com pessoal (docentes e técnico-administrativos) efetivos e aposentados, assim como os gastos com docentes substitutos, por instituição. A atualização dos valores, como descrita para os salários, também se aplica para os dados orçamentários.

Os Planos Plurianuais dos governos federais possibilitam verificar as orientações político-econômico-sociais dos distintos governos, com foco para as ações de inovação tecnológica, dos grandes projetos industriais, da dinâmica do mundo do trabalho e da formação em nível de educação superior.

A coleta de documentação do MEC relativo à Carreira Docente é ampla e se expressa desde a década de 1960. Os dados estatísticos disponibilizados desde a década de 1980 pelo INEP, da Educação Superior, possibilitam analisar o desenvolvimento das funções docentes nas Universidades Federais considerando: 1. o gênero; 2. a titulação; 3. o regime de trabalho.

Por fim, a análise do direcionamento da política nacional de pós-graduação no Brasil e suas interferências na Carreira Docente, será analisada a luz dos PNPG da CAPES, a partir da década de 1970. Os dados estatísticos dos docentes na pós-graduação (*stricto sensu*) relativos ao número de cursos, discentes e docentes serão analisados a partir das publicações do GEOCAPES e de documentos do MEC.

Análise dos documentos: Para realizar a análise dos documentos utilizar-se-á a Análise de Conteúdo. Tal técnica de tratamento e análise de informações tem como objetivo "[...] compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, [e] as significações explícitas ou ocultas." (CHIZZOTTI, 2008, p. 98)

A forma procedimental a ser utilizada será a "análise categorial", que consiste na organização do conteúdo dos documentos e entrevistas a partir de categorias pré-determinadas do próprio objeto de pesquisa ou elaboradas a partir do conteúdo expresso nos dados. Nessa pesquisa, têm-se como categorias iniciais as seguintes: 1. Estrutura de Carreira e Ingresso; 2. Regime de trabalho; 3. Progressão Funcional; 4. Remuneração. A partir dessas categorias outras poderão ser elaboradas a partir do próprio conteúdo, para favorecer a interpretação e análise dos dados presentes nos documentos.

Contudo, torna-se necessário ampliar o grau de complexificação da análise dos dados documentais utilizados na pesquisa. Conforme expressou Shiroma, Campos e Garcia (2005, p. 434), para realizar análise no campo das políticas educacionais a partir dos documentos é necessário ter como pressuposto a análise do contexto, em três níveis: 1. Contexto de influência; 2. Contexto da produção de textos; 3. Contexto da prática.

O primeiro é responsável pela construção dos pressupostos políticos que vão orientar determinada formulação de política educacional, ou seja, trata da concepção de educação propalada pelos grupos, imersos nas classes, nos distintos espaços de construção da política. O segundo aspecto é relativo ao conteúdo material dos documentos, ao material documental propriamente dito, contudo eles expressam uma configuração difusa da própria política, como destaca as autoras: "Cumpre lembrar que os textos representam a política, mas não são a política." (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 434). Nesse sentido, torna-se importante acessar outros documentos e textos que tratam da legislação e dos documentos oficiais, por explicitarem o conteúdo, que muitas vezes fica velado ou difuso na legislação.

Por último, o contexto da prática é o local em que se visualiza a implementação da política educacional. É no cotidiano das Universidades Federais e da disputa que o Movimento Docente realiza entorno à política de Carreira Docente que se expressa o movimento prático de materialização da política de Carreira nessas instituições.

Ainda sobre a análise das políticas educacionais, vale destacar, no campo da lógica marxista, algumas considerações necessárias feitas por Masson (2013). A autora elenca cinco pontos centrais a se considerar nesse tipo de análise: 1. O *trabalho* como categoria primeira; 2. As relações sociais de produção; 3. A ideologia; 4. O Estado moderno; 5. A revolução. (MASSON, 2013, p. 72)

1.4 Estrutura do Texto

A primeira seção da tese introduz o trabalho ao realizar a apresentação e problematização do objeto de pesquisa. Além disso, expõe a pergunta científica e os objetivos a que se pretende alcançar com o desenvolvimento da investigação. Por fim, expõe-se os caminhos metodológicos com preocupação para a delimitação rigorosa da Teoria do Conhecimento que sustenta a ação de pesquisa desta tese.

Na segunda seção se aborda o desenvolvimento da Educação Superior no Brasil a partir do marco histórico da Reforma Universitária de 1968 e o processo de expansão desse nível de ensino ao longo das décadas de 1970 e 1980. Nesse percurso, expõe-se os principais fatos da política de expansão e a construção do cargo de professor do magistério público federal, no que concerne às atividades desenvolvidas e às questões relacionadas ao vínculo trabalhista no serviço público do magistério superior.

O início da implementação do PUCRCE é exposto na terceira seção. Nesse momento se estabelece relação entre o que se estruturou como Carreira Docente e a nova conjuntura sociopolítica que o Brasil adentrava. As diversas mudanças na estrutura Universitária, com grande influência da reorganização do mundo do trabalho e na gestão do Estado, influenciaram na etapa de consolidação da Carreira, ao longo dos governos de Collor de Melo e FHC.

Na quarta seção é feita uma caracterização da Frente Popular Preventiva que adentrou à direção do País em 2003, com o primeiro mandato presidencial do Partido dos Trabalhadores (PT). Ao longo desses anos a Carreira Docente vivenciou diversas mudanças muito influenciada pelas ações da Reforma da Educação Superior. Nesse sentido, as análises sobre as políticas para a Carreira, desse período, terão como eixo as políticas gerais para o

país e, em particular, os caminhos traçados no processo de expansão da Educação Superior até o ano de 2012.

Por fim, a quinta seção realiza síntese sobre o conteúdo abordado na tese. Expressa o movimento percorrido pela Carreira Docente, com foco para o período 1987-2012, que expressa a política da Carreira Unificada. Nela se explicita a articulação que existe entre as políticas desenvolvidas por diversos governos, com maior expressão para a Educação Superior, e seus impactos na Carreira Docente do Magistério Superior Federal.

2 POLÍTICA DE CARREIRA DOCENTE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: PRELÚDIOS DE UMA LUTA HISTÓRICA

Apesar de você (1970)
Hoje você é quem manda
Falou, tá falado
Não tem discussão
A minha gente hoje anda
Falando de lado
E olhando pro chão, viu
Você que inventou esse estado
E inventou de inventar
Toda a escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar
O perdão
Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Eu pergunto a você
Onde vai se esconder
Da enorme euforia
Como vai proibir
Quando o galo insistir
Em cantar
Água nova brotando
E a gente se amando
Sem parar
Chico Buarque (2010a, p. 40)

O ponto de partida para versar sobre a Política de Carreira Docente nas Universidades Federais do Brasil, encontra-se, precisamente, na conjuntura econômica vivenciada pela população brasileira em fins da primeira década do século XXI. A bancarrota do banco Lehman Brothers em 2007/2008 e a consequente explosão mundial da bolha financeira foi o substrato necessário para demonstrar que, desde as economias centrais, as economias periféricas, a exemplo dos BRICS[16], inserem-se na ciranda frágil do capital financeiro.

Desde 2009, o Brasil vivencia um processo de redução do seu crescimento. Apesar de não ter cessado, as taxas anuais estão abaixo das verificadas no período 2003-2008. A média de crescimento real nesse período foi de 4,1%, contudo no período 2009-2012 a média

[16] Sigla alusiva aos países Brasil, Rússia, Índia e China criada pelo economista-chefe do *Goldman Sachs* (um dos maiores grupos financeiros internacionais, com sede em Nova York) Jim O'Neill, em novembro de 2001, a partir da publicização do seu artigo intitulado "*Building Better Global Economic BRICs*", em que investigou o desenvolvimento gradativo desses quatro países e os colocou, no que diz respeito à primeira década do século XXI, como os impulsionadores da economia mundial (O'NEILL, 2001). Em 14 de abril de 2011, a África do Sul foi oficialmente inserida no grupo, o que converteu a sigla para BRICS.

ficou na ordem de 3,2%, com destaque para o crescimento negativo de -0,2% entre 2008 e 2009[17].

Na plenária de abertura do 31º Congresso do ANDES-SN, realizado na cidade de Manaus, no período de 15 a 20 de janeiro de 2012, a então presidenta do sindicato - Marina Barbosa Pinto - finalizou a sua intervenção com uma caracterização do governo e com uma política para ser implementada naquele ano. (ANDES, 2012)

Para os Docentes do Magistério Superior o que ficou, desde 2009, foi a estagnação salarial, elemento de maior impacto na categoria por incidir diretamente nas condições materiais objetivas de vida da classe trabalhadora. De junho de 2009 até março de 2012 o vencimento básico esteve, literalmente, *congelado* e o total dos proventos obteve discreto aumento, contudo, abaixo da inflação, ou seja, sem aumento real. (MP, 2009, p. 162; MP, 2011, p. 170). A média de ampliação, para os docentes em regime de dedicação exclusiva, ficou na ordem de 10,0%, enquanto que a inflação no período em destaque, aferida pelo IPCA, foi de 15,3%.

A política, então, foi uma só. A Presidente do ANDES-SN (gestão 2010-2012) frisou a necessidade de enveredar por Greves como instrumento histórico de luta da classe trabalhadora, mas para isso era preciso Greves fortes, unitárias e massivas para se obter vitórias. E finalizou: Só a luta muda a vida. Essa foi a principal política apontada pela presidenta do ANDES-SN. (ANDES, 2012)

Ao final do Congresso foi aprovada a Carta de Manaus que, entre outros pontos, destacou a necessidade de "Ampliar a luta para reestruturar a Carreira Docente e a luta pela Carreira Única do professor federal como meio de extinguir a discriminação entre professores do Ensino Superior e professores da EBTT [Ensino Básico, Técnico e Tecnológico]". (ANDES, 2012, p. 149)

Ainda nessa perspectiva da ação política, ficou aprovada na Carta de Manaus a construção de uma Semana Nacional de Luta para o período de 12 a 16 de março de 2012, que foi incorporada por outros Servidores Públicos Federais (SPF). Após a sanção da Medida Provisória (MP) n. 568, de 11 de maio de 2012, que modificou, dentre outros, a composição salarial da Carreira do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, a categoria deflagrou Greve Nacional com início para o dia 17 de maio. O principal motivo foi

[17] Os dados referentes ao Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil são oriundos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Os valores anuais do PIB foram corrigidos de acordo com a inflação do período para valores de janeiro de 2015 a partir do IPCA.

a continuidade da desvalorização salarial no plano de carreira ratificado por meio da MP n. 568/12.

A Greve de 2012 foi a maior da história do Sindicato, com 94% de adesão das instituições[18] e com duração de 123 dias de paralisação. Os pontos centrais foram a Reestruturação da Carreira, com foco para a Carreira Única, e o reajuste salarial que recuperasse as perdas históricas da categoria.

O movimento grevista dos Docentes do Magistério Federal foi acompanhado por outras categorias de SPF, totalizando 45 categorias[19]. Essa ampliação das greves dos SPF é parte do movimento de crescimento das greves da classe trabalhadora brasileira que iniciou um processo de novo ascenso de lutas desde 2008. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o ano de 2012 retomou patamares anteriores ao ano de 1997. De 1997 a 2007 se verificou um período de refluxo nas greves, com pontos mínimos em 2002 e 2005, totalizando 298 e 299 greves, respectivamente. A média anual desse período foi de 407 greves. (DIEESE, 2013, p. 33)

O ano de 2012 encerrou com 873 greves, nos setores público e privado, o ponto máximo do período 2008-2012, que marcou média anual de 560 greves. Dentre as principais pautas das greves na esfera pública o Plano de Cargos e Salários esteve presente em 40,8% das greves no ano de 2012, perdendo apenas para o Reajuste Salarial que totalizou 49,1% das greves (DIEESE, 2013, p. 13). Vale destacar, ainda, que apenas em 5,6%, do total de 873 greves em 2012, não foi atendida nenhuma reivindicação, o que atesta o acerto histórico de uma das principais ferramentas de luta da classe trabalhadora mundial. (DIEESE, 2013, p. 19)

A motivação da greve docente, desta forma, centra-se no desenvolvimento de um projeto de Carreira que qualifique a ação docente no interior das instituições. O Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, em si, ainda em vigor, criado a partir do que estipulou a Lei n. 7.596, de 10 de abril de 1987, e materializado por meio do Decreto n. 94.664, de 23 de julho de 1987, tem origem na luta histórica de unificação da categoria, luta essa desenvolvida ao longo das décadas de 1970 e 1980, impulsionada pela reabertura política e pelo desenvolvimento da reorganização sindical e político-partidária, em especial, da esquerda brasileira que se reerguera nesse período.

Portanto, para compreender o processo de desenvolvimento histórico do objeto aqui em análise - Política de Carreira do Magistério Superior nas Universidades Federais - torna-se necessário retomar o movimento de Reforma Universitária que deu origem ao modelo de

[18] Divididas em 56 Universidades Federais, do total de 59, e 37 Institutos Federais, do total de 40.
[19] Cf. Castro (2012).

Educação Superior ainda em vigor no Brasil, assim como estabeleceu as bases da Carreira Docente do magistério superior. Trata-se da Reforma Universitária de 1968, produto da contradição da Ditadura Militar iniciada em 31 de março de 1964.

Esta seção objetiva deslindar o percurso histórico do desenvolvimento recente da Educação Superior brasileira, com foco para as instituições Universitárias da rede Federal e o processo de desenvolvimento do quadro docente e suas distintas funções desempenhadas nesse nível de ensino, que moldaram o que se denomina de Carreira Docente, desde a Reforma Universitária de 1968 até a conquista do Plano de Carreira Unificada, em 1987. Apesar da ruptura com o antigo modelo de Universidade - no que diz respeito à organização da função docente o professor catedrático foi excluído - novas tendências foram impulsionadas pela reforma.

A primeira subseção versará sobre a reestruturação que a Universidade brasileira foi submetida ao longo da década de 1960, com importância central para o conteúdo da Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, legislação que ainda mantém o conteúdo do seu artigo 16 em vigor.

Com o início da organização docente em fins de 1970 a partir das AD, a dinâmica de uma política unificada da categoria, em nível nacional, que girou entorno a uma pauta clara de reivindicações, foi o ponto de partida para uma segunda etapa de desenvolvimento da Carreira Docente na Educação Superior, objeto que configura a segunda subseção. Navarro (1999, p. 65, grifo do autor) destaca que o processo de organização dos docentes da Educação Superior, centralmente em seu aspecto sindical, deu-se, principalmente, em virtude do "[...] perfil ideológico (militante) da maioria dos que organizaram e dirigiram a ANDES [e as AD], ancorado na natureza e nas *especificidades* do trabalho docente [...]".

Ainda a partir das análises da autora, três eram as bandeiras de luta centrais da nova categoria organizada que surgira: 1. A luta política pela democratização da sociedade articulado com a luta geral dos trabalhadores por meio da Central Única dos Trabalhadores (CUT); 2. A identificação da categoria com a necessidade da organização sindical em torno de pautas trabalhistas - salário, carreira, condições de trabalho, etc.; 3. A disputa de projeto de Universidade, fundamentada na defesa da Educação Superior pública, gratuita, democrática e autônoma. (NAVARRO, 1999, p. 66)

No I Congresso Nacional de Docentes Universitários (CNDU), em fevereiro de 1981, foi criada a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) e se enfatizou o que daria o tom da década de 1980: a necessidade da aprovação de um Plano de Carreira Unificada.

Desta forma, ficará expresso, no campo histórico, a gênese, o desenvolvimento e a consolidação da Política de Carreira Docente nas Universidades Federais ao longo do período que se inicia em 1968, cresce ao longo da década de 1970 e ganha feição superior em 1987 com a sua estrutura unificada.

2.1 Reforma Universitária de 1968 e a reconfiguração da Função Docente

O percurso inicial de desenvolvimento do processo de reformulação da Educação Superior remete ao texto da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sob o n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Cabe aqui apenas indicar que a aprovação desse texto foi o resultado de um movimento que se iniciou com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, formulado por liberais progressistas, que teve como expressão máxima a defesa da educação pública, gratuita, estatal e laica. (O MANIFESTO, 2006)

No Manifesto de 1932 foi destinado alguns parágrafos para versar sobre a Universidade no Brasil. O parecer expresso no citado Manifesto indicava que a Educação Superior, até àquele momento, era deveras limitada para atender as necessidades científicas e culturais do país. E atribuía à Universidade o papel de agente transformador da realidade a partir do momento em que, por meio da rigorosidade científica, fosse combatido o senso comum e, assim, afirmar a crítica e a tomada de partido perante os problemas da realidade brasileira. (O MANIFESTO, 2006, p. 198-201)

Em 1959, novo Manifesto foi lançado, sob a denominação de "Manifesto dos Educadores: mais uma vez convocados". Neste esteve presente outros intelectuais, de viés nitidamente de esquerda, tais como Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Florestan Fernandes. A defesa pela educação pública foi ampliada, apesar da manutenção da liberdade ao setor privado. Contudo, do ponto de vista dos intelectuais de esquerda, a Lei n. 4.024/61 empreendeu uma derrota para a classe trabalhadora. Nela ficou garantido, por exemplo, além da livre iniciativa ao setor privado, a possibilidade de financiamento desse setor pelo Estado. (GUIRALDELLI JÚNIOR, 2006)

No que diz respeito à Educação Superior, expresso na Lei n. 4.024/61, 22 artigos foram destinados a esse tema. O Título IX, denominado "Da Educação de Grau Superior", estava subdividido em três capítulos: I - Do Ensino Superior; II - Das Universidades; III - Dos Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior.

O conteúdo dos artigos organizou a estrutura da Educação Superior ao definir a existência dos Estabelecimentos Isolados e das Universidades - a partir da união de cinco ou

mais Estabelecimentos Isolados. Às Universidades foi assegurada autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, conforme estabelecido em seus estatutos, frisado no *caput* do art. 80. Fato que indica a possibilidade do desenvolvimento da democracia interna entre os membros da comunidade acadêmica. (BRASIL, 1961)

No que tange a organização do corpo docente, o "professor catedrático" não foi eliminado, pelo contrário, a ele foi garantido a exclusividade para assumir a função de diretor nos estabelecimentos oficiais da rede federal de ensino superior, como destacou o *caput* do art. 76. O sistema departamental disciplinar é indicado no corpo do art. 78, contudo nada mais é tratado sobre os departamentos. (BRASIL, 1961)

No período que compreende os anos de 1962 e 1966, o Conselho Federal de Educação (CFE), atuou no processo de aprovação de estatutos das Universidades de modo limitado, por não existir detalhamento quanto ao funcionamento da estrutura universitária prevista na Lei n. 4.024/61. Rothen (2008) denomina a atuação do CFE, nesse período, como "jurisprudencial", em virtude das lacunas apresentadas pelo texto da citada lei e, de outro modo, pela necessidade de decidir sobre aspectos relativos às Universidades.

Cabe destacar que a partir do Golpe Militar de 1964, a estrutura universitária, particularmente as de Universidades que possuíam professores e estudantes de viés progressista, passou a ser perseguida, vigiada, controlada e moldada pela direção dos governos ditatoriais. Nesse momento, o CFE atuou de modo sistemático nomeando reitores *pro tempore* em substituição aos professores "subversivos" sob a ótica do regime, conforme salientou Cunha (1988, p. 41-44).

A Universidade de Brasília foi um dos principais palcos de demissão de professores, mudanças de reitor, autodemissão de professores, mobilizações e protestos de professores e estudantes e repressão aberta (prisão e espancamento) por parte da Polícia Militar à estudantes e professores ao longo dos idos de 1965. (CUNHA, 1988, p. 45-46)

Torna-se necessário, a partir de agora, pela importância histórica para a compreensão do processo de luta pela Carreira do Magistério Superior, versar sobre a política de Reforma da Educação Superior que se deu ao longo da década de 1960, com centralidade para os elementos afins que dizem respeito ao trabalho docente.

Antes de versar sobre os documentos singulares que se constituíram como substrato material para determinar o que hoje é reconhecido como Reforma Universitária de 1968, materializada por meio da Lei n. 5.540/68, é necessário frisar, de modo sintético, que tal reforma se configurou como uma brusca ruptura de um modelo tradicional de Educação

Superior para adentrar numa era da Universidade Moderna, influenciada pelo idealismo alemão e pelo modelo organizacional norte-americano. (CUNHA, 1988, p. 18)

Essa "Modernização da Universidade" foi fundamentada, principalmente, a partir de dois grandes escopos teóricos produzidos ao longo da década de 1960: Relatório Atcon e Relatório da Comissão Meira Mattos (FÁVERO, 1990, p. 16). Para Cunha (1988) esses dois produtos deram a tônica na construção da forma acabada que se materializou na Lei n. 5.540/68, não necessariamente de forma imposta, mas "[...] a modernização do ensino superior na direção do modelo norte-americano já vinha ganhando terreno lenta, mas solidamente, desde os anos [19]40 [...]". (CUNHA, 1988, p. 18)

Aqui irá ser priorizado, para versar sobre o desenvolvimento da Carreira Docente do Magistério Superior Federal, alguns marcos teóricos e legais cronologicamente dados. O ponto de partida é a projeção, em nível internacional, do modelo norte-americano de universidade, ou seja, de uma universidade produtiva, atrelada aos preceitos empresarias. Em 1958, o assessor da UNESCO Rudolph P. Atcon (graduado no *Amherst College*, Estado de Massachusetts - EUA, em 1949), foi responsável pela publicização de um estudo que forjou as bases para a nova estrutura universitária na América Latina.

O texto apresentado à Universidade de Princeton, em 1958, sob o título "*Outline of a proposal for US policy concentration in Latin America on university reorganization and economic integration*", fora difundido na América Latina, em 1961, sob o título " *The Latin American University*", ou em sua versão espanhola "*El Informe Atcon*". É, então, que em 1963, o presente relatório foi utilizado pela recém criada Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID[20]), como subsídio do projeto educacional para a América Latina, no que toca às instituições de Educação Superior. (FÁVERO, 1990, p. 19-20)

Dentre os conceitos fundamentais apresentados nessa formulação de Atcon, no que concerne à Reforma Administrativa, o especialista chama atenção para a necessidade de criação de uma carreira universitária. Ainda sobre o pessoal docente, Atcon salientou que era preciso desvincular o pessoal docente das normas, regulamentos e limitações salariais particulares ao funcionalismo público, logo, defendia a vinculação trabalhista imediata entre as universidades e o pessoal docente, com contratos de trabalho próprios, conforme as demandas de cada instituição. (FÁVERO, 1990, p. 22)

[20] A United States Agency for International Development (USAID) foi criada em 1961 por meio do Decreto de Assistência Externa assinado pelo então Presidente dos EUA John F. Kennedy. Mais informações sobre a USAID podem ser obtidas em seu *site*: <http://www.usaid.gov/>.

Conforme frisado por Cunha (1988), de modo categórico, a gestação do novo modelo de universidade no Brasil dos anos 1960 não foi uma simples imposição, todavia se configurou como uma relação entre a intelectualidade universitária brasileira e as formulações norte-americanas para a modernização da universidade no mundo, no caminho da pesquisa científica qualificada com vistas ao desenvolvimento tecnológico do país. O excerto expressa a tese central do autor para sintetizar o que foi a Reforma Universitária de 1968:

> [...] a **concepção de universidade** calcada nos modelos norte-americanos **não foi imposta pela USAID**, com a conivência da burocracia da ditadura, mas, antes de tudo, foi buscada, desde fins da década de [19]40 por administradores educacionais, professores e estudantes, principalmente aqueles, como um imperativo da modernização e, até mesmo, da democratização do ensino superior em nosso país. **Quando os assessores norte-americanos aqui desembarcaram, encontraram um terreno arado e adubado para semear suas idéias**. (CUNHA, 1988, p. 22, grifo nosso).

Portanto, é preciso traçar os caminhos pelos quais se deu o processo de ampliação do ideário reformista que teve como marco o ano de 1968. Ainda no ano de 1962, o Conselho Universitário da Universidade do Brasil criou uma Comissão Especial (Comissão da Reforma) para desenvolver amplo processo de avaliação das condições de oferecimento do ensino e, consequentemente, a reforma da presente instituição. (CUNHA, 1988)

O produto da Comissão da Reforma, intitulado "Diretrizes para a Reforma da Universidade do Brasil", era composto por sete itens: 1. a conceituação da universidade; 2. os fins da universidade; 3. a autonomia universitária; 4. a estrutura; 5. o **corpo docente** e discente; 6. a política educacional e; 7. o aproveitamento dos recursos da universidade. (CABALLERO; RODRIGUES, 2012, p. 9)

No ano de 1963, o Estado brasileiro ampliara as relações diplomáticas com os EUA e suas agencias oficiais. Nesse particular, os contratos de assistência técnica e financeira do Ponto IV e da USAID foram fundamentais no processo de amadurecimento de um projeto de Reforma da Educação Superior (CUNHA, 1988, p. 167). O Ponto IV foi uma comissão criada pelo então presidente dos EUA Harry S. Truman, em 1949, com o objetivo de levar aos países periféricos o combate ao modelo societal da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e, para isso, propagar o vindouro e promissor modelo americano de vida (*American Way of Life*). De forma sintética:

> O Ponto IV transformou-se em um programa oficial do governo, ligado ao Departamento de Estado, e sua missão era financiar projetos de assistência técnica dos EUA para países sub-desenvolvidos. **O programa pretendia propagar o sistema cultural e social dos EUA por meio da disseminação de conhecimento e técnicas que permitiram seu funcionamento**. Tais

> programas de capacitação técnica eram importantes para os EUA ao disseminar uma economia de mercado, podendo ser controlados porque os técnicos eram provenientes de universidades e centros de pesquisa dos EUA. (ALCADIPANI; BERTERO, 2011, p. 4, grifo nosso).

Uma comissão não atrelada aos quadros de pessoal da USAID desembarcou no Brasil no dia 16 de março de 1963 e permaneceu por três semanas. A *Higher Education Team*, como foi denominada a citada comissão, teve como objetivo: "[...] descobrir meios para adequar a assistência ao ensino superior à estratégia geral da USAID e opinar sobre a conveniência de se organizar um programa especificamente voltado para o ensino superior [...]" (CUNHA, 1988, p. 168).

Dentre os resultados encontrados na rigorosa avaliação desenvolvida pela comissão e publicizados por meio de um relatório que ficou conhecido como *Gardner Report*[21], cabe destacar que a maioria dos docentes dedicavam poucas horas semanais de trabalho nas universidades (CUNHA, 1988, p. 169), o que indica a não existência de uma política de carreira para o magistério superior, ou ainda, baixa remuneração para 'a maioria dos docentes, o que fazia com que necessitassem possuir mais de um vínculo empregatício e não se dedicassem de modo integral às universidades.

Ainda constituiu parte significativa do *Gardner Report* a defesa de que a USAID deveria impulsionar o planejamento de um amplo processo de reforma da Educação Superior no Brasil. Para isso, a USAID iria oferecer assistência ao Ministério da Educação e Cultura, ao CFE e aos conselhos estaduais de educação, estes últimos subsidiariam a reforma das universidades estaduais e dos estabelecimentos isolados. (CUNHA, 1988)

É importante localizar a conjuntura política do período anterior ao golpe militar de 1964. Em 1961, chegou à presidência do Brasil àquele que ficou conhecido, na história da famigerada democracia brasileira, pela alcunha de "Jango". João Goulart, um dos emblemáticos representantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Getúlio Vargas, iniciou sua carreira nacional como Ministro do Trabalho no último mandato presidencial de Vargas. Ao longo dos anos de 1953 até fevereiro de 1954, Jango esteve à frente do ministério empreendendo um conjunto de medidas que se alinhavam aos interesses da classe trabalhadora. Motivo pelo qual ele renunciou em 1954 ao contribuir para o aumento salarial em 100%, tal como exigido pelos trabalhadores em suas mobilizações. (MOREIRA, 2011)

Em 1955, Jango foi eleito para vice-presidência do Brasil, ao lado de Juscelino Kubitschek. Com expressividade de votos, em 1960, novamente, Jango emplaca a vice-

[21] Em referência ao mais alto dirigente da USAID no Brasil. (CUNHA, 1988, p. 169)

presidência do país ao lado de Jânio Quadros. Contudo, em 1961, Jânio renunciou ao cargo. Nesse período, Jango realizava missão diplomática na República Popular da China, o que gerou uma mobilização por parte dos ministros militares [Odílio Denys (Exército), Gabriel Grün Moss (Aeronáutica) e Sílvio Heck (Marinha)], no sentido de impedir a posse de Jango à presidência do país. (MOREIRA, 2011)

Em 2 de setembro de 1961, Jango assumiu a presidência do país. A sua relação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fez com que a burguesia empresarial brasileira se reorganizasse, em virtude de uma suposta possibilidade de configuração de um Estado Socialista no Brasil. E é nesse momento que surge o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) como um plataforma de desenvolvimento e difusão do ideal da burguesia nacional para funcionar como força contra-hegemônica perante o governo Jango. (MOREIRA, 2011)

Em fins de 1961 surgia o IPÊS do Estado de São Paulo. Ao passo que o IPÊS do Rio de Janeiro teve início nos primeiros meses de 1962. A direção da instituição era composta por empresários dos dois Estados. O objetivo central do IPÊS era formar, na burguesia nacional, um projeto de sociedade de base liberal, para qualificar a intervenção dessa burguesia frente ao governo Jango. (RAMÍREZ, 2005, p. 219-220)

O IPÊS contribuiu, sobremaneira, no processo do Golpe Militar de 1964. A sua *intelligentsia* passou a atuar, sistematicamente, na condução do movimento contrário as ações do governo Jango. De modo pontual, o IPÊS iniciou, a partir de 1962, amplo processo de análise sobre variados temas que diziam respeito as reformas a serem desenvolvidas no Brasil, articulando-se, para isso, com outros órgãos como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). (RAMÍREZ, 2005, p. 221)

O primeiro grande tema foi as Reformas de Base. De tal modo que, em 1963, fora organizado o I Congresso Brasileiro para a definição de Reformas de Base, com um público total de 22 mil participantes, conforme expressa o excerto:

> De grande efeito para promoção desses projetos foi o Primeiro Congresso Brasileiro para a definição de Reformas de Base realizado na Faculdade de Direito de São Paulo, em janeiro de 1963, durante sete dias de sessões. Promovido pelo *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro e pela *Folha de São Paulo*, foi presidido pelo general Edmundo Macedo Soares da ADEP [Ação Democrática Parlamentar] e contou com um público estimado de 22.000 pessoas. Esse foi um esforço enorme organizado de maneira conjunta pelos GED [Grupo de Estudo e Doutrina] dos IPÊS do Rio e São Paulo envolvendo trezentos participantes, entre os quais se destacaram José Garrido Torres, Dênio Chagas Nogueira e Paulo de Assis Ribeiro, como figuras vitais na elaboração dos projetos e na discussão de mais de cinquenta tópicos, bem como na apresentação de oitenta propostas de diretrizes políticas, contituindo, assim, um verdadeiro programa de governo, que em

> grande parte seria implementado após 1964. (RAMÍREZ, 2005, p. 228-229, grifo do autor).

Como produto do evento, a editora do Instituto publicou, em 1963, o livro "Reformas de base: posição do IPÊS", em que sintetizou as diretrizes gerais oriundas do evento como proposta política da instituição para a condução política das Reformas de Base a serem desenvolvidas no Brasil, em direção oposta as ações do governo Jango. (RAMÍREZ, 2005)

O conjunto de ações que constituíram as "Reformas de Base" do governo Jango, podem ser divididas em dois grupos: 1. medidas de emergências; 2. medidas relevantes. Dentre as de emergência é preciso destacar a erradicação do analfabetismo, e para as medidas relevantes é válido frisar a reforma agrária, a reforma tributária, o controle de remessas de lucros para o exterior e a nacionalização das empresas concessionárias de serviços públicos que eram controladas pelos capitais estrangeiros, e que, a burguesia nacional se valia desses lucros. (MOREIRA, 2011, p. 260)

O pacote das Reformas de Base foram divididos em oito grupos: 1. Administrativa; 2. Agrária; 3. Bancária; 4. Eleitoral; 5. Reforma Cambial e Estatuto do capital estrangeiro; 6. Universitária e da Educação; 7. Urbana e; 8. Fiscal: tributária e orçamentária. No que concerne ao campo da Educação, o objetivo da reforma consistiu em "Ensino e pesquisa dirigidos às necessidades sociais e nacionais, democatrização e amplicação do ensino." (MOREIRA, 2011, p. 261)

Portante, as Reformas de Base do governo Jango, possuiram um caráter social, redistributivo e estatizante. O que justifica a grande movimentação, em nível organizacional, que a burguesia nacional realizou em torno do IPÊS, por exemplo, e de outras instituições do período. A ação dessas instituições era de funcionar como força ideológica contrária as ações do governo central, e a articulação com os militares, a exemplo do IPÊS, funcionou como catalisador para o Golpe de 1964. (MOREIRA, 2011)

As ações do governo Jango no campo da Reforma Universitária e da Educação podem ser sintetizadas em três: 1. Fortalecimento das escolas públicas e gratuitas; 2. Programas de alfabetização de adultos (a taxa de analfabetos em 1961, na faixa etária de 15 a 69 anos, era de 40%); 3. Ampliação das matrículas na Educação Superior. (MOREIRA, 2011, p. 299)

No particular da Educação Superior, Moreira (2011) apresenta o conteúdo que foi sugerido pelo governo Jango em comunicação feita ao Congresso Nacional, conforme segue:

> a) assegurar ao professor de qualquer dos níveis de ensino **plena liberdade docente** no exercício do magistério;

> b) **abolir a vitaliciedade da cátedra**, assegurada aos seus titulares a estabilidade, na forma da lei;
> c) **regulamentar, por meio de lei ordinária, a carreira do magistério**, estabelecendo os processos de seleção e provimento do pessoal docente de todas as categorias e organizar a docência, subordinando os professores aos respectivos departamentos;
> d) maior autonomia para as Universidades, permitindo a elas regulamentar os processos de seleção, provimento e acesso do seu pessoal docente, bem como o sistema departamental, *ad referendum* do Conselho Federal de Educação. (MOREIRA, 2011, p. 299-300, grifo nosso).

Conforme se observa, as propostas de Reforma Universitária do governo Jango, caminharam no sentido de garantir autonomia universitária, liberdade de ensino, democratização do acesso ao magistério superior, por meio de processo de seleção, ou seja, concurso público, além de um combate a cátedra universitária e a necessidade de se regulamentar a carreira do magistério superior, que já havia sido criada por meio da Lei n. 3.780, de 12 de julho de 1960, contudo ainda não regulamentada no que toca ao magistério superior.

Após o Golpe Militar de março/abril de 1964, contra o governo Jango, o IPÊS atuou, de modo sistemático, em conjunto com os governos militares, no sentido de conduzir as políticas de Reformas na direção dos interesses da burguesia nacional. No âmbito da Educação isso não foi diferente. O conteúdo materializado no livro "Reformas de Base...", publicado pelo IPÊS, em 1963, foi aprofundado e ampliado, no tocante à educação, num simpósio sobre a reforma da educação, promovido pela entidade no período de dezembro de 1964 a janeiro de 1965. A esse respeito, Cunha (1988) deslinda sobre o interesse do IPÊS em difundir o modelo de universidade estadunidense por meio do simpósio:

> Contando com a participação ativa de especialistas em educação como J. Roberto Moreira e Peri Porto, o simpósio permitiu a sistematização de idéias que viriam a ser defendidas por outros caminhos, algumas delas transformadas em política de governo.
> O modelo proposto para o ensino superior brasileiro nos textos preliminares, preparados para o simpósio, era o vigente nos EUA, às vezes difratado pelos "países europeus" ou oculto pelos "países ocidentais". A estrutura administrativa e pedagógica das universidades norte-americanas era enaltecida. Delas se propunha copiar ou adaptar vários aspectos como, por exemplo, os *colleges* e os *teachers*' *colleges*.[22] (CUNHA, 1988, p. 74).

[22] Sobre o movimento de cópia do modelo dos *colleges* e dos *teachers*' *colleges* é importante colocar uma observação. Quanto ao primeiro, a sua equivalência seria o bacharelado superior que consistiria na "[...] primeira graduação universitária, obtida em cursos de três anos de duração, em universidades ou em faculdades isoladas de filosofia, ciências e letras. Seu objetivo seria o de fornecer uma 'base de conhecimentos, suficientes para o exercício de um sem-número de profissões não especializadas, mas de nível superior, em atividades econômicas secundárias e terciárias'." Já os *teachers*' *colleges* "[...] deveriam servir de base para a extração, de dentro das faculdades de filosofia, ciências e letras, das

Portanto, as novas orientações para a política de reformas da Educação Superior tinham como modelo as orientações oriundas dos EUA. Não apenas para a Educação Superior, contudo a política implementada pelo Governo Militar de 1964 articulava-se com orientações internacionais para a economia brasileira. O principal plano orientador do conjunto de reformas que se iniciara com o Governo Militar foi o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), formulado em fins de 1964, no governo militar de Castello Branco (1964-1967).

Na mesma direção do Ato Institucional n. 1 (AI-1)[23], de 9 de abril de 1964, que propagou o governo militar como um movimento revolucionário, comandado pelas forças armadas, com o objetivo de "[...] reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil [...]", o PAEG consistiu num plano político-econômico para reestabelecer o crescimento do país. (KORNIS, 1983)

Os objetivos do PAEG podem, então, assim ser expostos:

> [...] acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país [...]; conter, progressivamente, o processo inflacionário durante 1964 e 1965 objetivando um razoável equilíbrio dos preços a partir de 1966; atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante a melhoria das condições de vida; assegurar pela política de investimentos oportunidades de emprego produtivo à mão-de-obra que continuamente aflui ao mercado de trabalho; corrigir a tendência a déficits descontrolados do balanço de pagamentos, que ameaçavam a continuidade do processo de desenvolvimento econômico, pelo estrangulamento periódico da capacidade para importar. (KORNIS, 1983, p. 44-45).

Nessa perspectiva, o PAEG apontou, como prioridades gerais para alcançar seus objetivos: consolidar a indústria de base, revolução tecnológica na agricultura e no sistema de abastecimento, política habitacional, fortalecer a empresa privada nacional, reforma administrativa e, no particular da educação, "revolução social pela educação, alocando novos recursos e planejando investimentos para esse setor". (BADO, 2006, p. 27)

Como expressão prática do desenvolvimento das ações do PAEG no campo da educação, Cunha (1988) chama atenção para a I Conferência Nacional de Educação, realizada

---

faculdades de educação ou escolas normais superiores. Estas unidades teriam seus cursos divididos em dois ciclos, cada um com dois anos de duração. O primeiro ciclo formaria bacharéis em ciências de educação. O segundo ciclo, visando à licenciatura, forneceria capacitação profissional para o ensino de matérias nos campos das artes, das letras, das ciências físicas e matemáticas, das ciências naturais e biológicas, das ciências sociais, etc." (CUNHA, 1988, p. 74-75).

[23] Cabe frisar que o AI-1 foi o primeiro instrumento antidemocrático do Golpe Militar, que forjou as bases para a legitimação de um governo ditatorial de matriz liberal, contrário ao projeto societal oriundo da URSS. Ver mais em Brasil (1964).

em Brasília no período de 31 de março a 2 de abril de 1965. O citado evento, que teve sua abertura no dia em que se comemorava o primeiro aniversário do Governo Militar, fora organizado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e reuniu "[...] toda a cúpula da burocracia educacional, além de membros de entidades nacionais e internacionais." (CUNHA, 1988, p. 72)

Nesse sentido, Cunha (1988) identifica que é neste exato momento, o momento da publicização do PAEG, que a educação assume função econômica na sociedade brasileira, por ter sido pensada como elemento potencializador da economia. Tal perspectiva está relacionada com o que ficou conhecido como "Teoria do Capital Humano"[24].

Após a realização da I Conferência Nacional de Educação, a articulação realizada no início da década de 1960, por meio da *Higher Education Team*, em 1963, fez com que o Ministério da Educação e Cultura implementasse uma das sugestões publicada no *Gardner Report* pela citada comissão: realizar convênio com a USAID para implementar amplo processo de reforma da Educação Superior no Brasil.

De modo que, em junho de 1965, foi oficializado convênio entre o Ministério da Educação e Cultura, por meio da sua Diretoria do Ensino Superior, e a USAID. O caminho adotado, conforme expõe Cunha (1988, p. 175), foi de "[...] constituição de uma Equipe de Planejamento do Ensino Superior (EPES), importando na doação, por aquela agência [USAID], de quase 500 mil dólares, num período de dois anos, e de recursos do governo brasileiro não expressos em termos monetários."

Fica explícito, no plano concreto, a clara orientação estadunidense no processo de construção do novo marco político para a Educação Superior no Brasil. Paralelo ao convênio que ficou conhecido como MEC-USAID, o consultor estadunidense, Rudolph Atcon, intelectual conhecido mundialmente pelas suas ideias para a reformulação do modelo de universidade no mundo, foi contratado pelo Diretoria do Ensino Superior para avaliar as condições de oferecimento da Educação Superior universitária e propor linhas gerais para o processo de reforma da Educação Superior no Brasil. Logo, o trabalho de Atcon funcionou como ponto de partida para a realização das ações do Convênio MEC-USAID. Sua tese central era a necessidade de transformar a instituição universitária, com todas as particularidades de uma repartição pública, numa universidade autônoma, ou seja, numa grande empresa. (CUNHA, 1988; FÁVERO, 1990)

[24] A esse respeito, cabe aprofundar em Schultz (1973), sobre a defesa dessa teoria e verificar a crítica realizada a essa teoria em Frigotto (2010).

A intervenção de Atcon se deu a partir da visita a 12 universidades espalhadas por diversos estados do Brasil[25]. O conteúdo do relatório, fruto do convênio com a Diretoria do Ensino Superior, levantou questões, dentre outras, relativas ao pessoal docente. O quadro docente, para Atcon, possuía baixa qualidade de formação para atuar na formação em nível superior, e ainda, as condições de trabalho docente eram deveras deficitárias. (FÁVERO, 1990)

Além disso, Atcon chama atenção para o que ele denominou de uma "política salarial suicida do serviço público" (CUNHA, 1988, p. 206). Os docentes, em geral, eram pessimamente remunerados para desenvolver a função no magistério superior, o que obrigava, àqueles que se aventuravam no labor docente, ao acúmulo de trabalho em outros locais, fato que contribuía com a baixa qualidade do trabalho desenvolvido pelos docentes nas universidades públicas.

Ainda no que toca aos elementos que passaram a ser identificados, a partir de 1987, como Carreira Docente, Atcon posiciona-se pela defesa da eliminação da Cátedra Universitária[26]. Além da defesa pelo fim da cátedra, no que seria necessário para desenvolver o que definiu como "Universidade Integral", o consultor era favorável ao fim das faculdades e das escolas. Em substituição a elas indicava a departamentalização, e eles seriam o motor da organização docente. (FÁVERO, 1990)

Essa reestruturação na estrutura organizacional docente nas universidades, implicaria num movimento de desmobilização do corpo docente, ao separar os docentes, de distintas áreas, organizados nos institutos/faculdades/escolas, em estruturas departamentais, específicas e fragmentadas. Essa nova dinâmica reduziria a possibilidade de contato entre os docentes de concepções teóricas diferenciadas. E isso ganhou materialidade a partir da publicação do

[25] Eram as universidades: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). (FÁVERO, 1990)

[26] A Cátedra Universitária foi introduzida, no Brasil, em 1808, período em que foi criado as cadeiras de Anatomia, no Rio de Janeiro, e de Cirurgia, no Rio de Janeiro e na Bahia. A Reforma Francisco Campos, de 1931, reconfigurou a Cátedra Universitária. Tal reforma garantiu a possibilidade de vitaliciedade ao cargo, assim como a aposentadoria no prazo de trinta anos de docência ou quando fosse atingido os 65 anos de idade. O professor Catedrático era o responsável pela introdução dos demais professores no ensino superior. Sob sua responsabilidade, estavam subordinados os professores auxiliares de ensino e os professores assistentes. Tal perspectiva, foi ratificada na Constituição de 1946, em seus incisos VI e VII do artigo 168. (FÁVERO, 2000; BRASIL, 1946).

Decreto-Lei n. 53, de 18 de novembro de 1966, e melhor detalhado, no que concerne aos departamentos, por meio do Decreto-Lei n. 252, de 28 de fevereiro de 1967[27].

Sobre o conteúdo dos decretos e a relação entre a cátedra e os departamentos, Cunha (1988) apresenta análise suficiente:

> Três meses depois daquele, outro decreto-lei, n. 252 [...], também tramitado pelo CFE, ampliou e detalhou as determinações do de n. 53. A definição dos departamentos, constante já das "diretrizes" de 1962, tinha sido omitida no primeiro decreto. Em seu lugar aparecia a secular distribuição dos docentes e pesquisadores por cadeiras e laboratórios de atividades afins, caracterizando seus cargos, subdividindo-se as cadeiras em disciplinas, regidas estas por professores-adjuntos, de preferência docentes livres. **Essa estruturação de base era completada com determinação de que se garantisse a chefia de órgãos colegiados e a maioria de votos aos professores catedráticos**. **Todos esses dispositivos vinham, paradoxalmente, em socorro à instituição da cátedra vitalícia, num projeto que visava à modernização do ensino superior**. Para corrigir essa contradição, o Decreto-lei n. 252 determinava que as unidades universitárias devessem se organizar em departamentos, entendidos como a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, compreendendo as disciplinas afins, os professores e os pesquisadores com objetivos comuns. **Mas, numa composição com os interesses criados, determinava que o chefe do departamento devesse ser um professor catedrático**. Os chefes de departamento de cada unidade constituiriam o conselho departamental e representantes dos departamentos participantes de cada curso formariam o colegiado desse curso, encarregado da sua coordenação didática. (CUNHA, 1988, p. 79-80, grifo nosso).

Como fica nítido na citação de Cunha (1988), o período, expresso no conteúdo dos decretos, apresenta enormes contradições. No mesmo instante em que se lutava pelo fim da Cátedra Universitária e, de outro modo, afirmava-se a estrutura departamental como unidade colegiada encarregada do ensino e da pesquisa, resgatava-se, de algum modo, a própria força da Cátedra no interior dos departamentos.

O autor complementa, ainda, no que diz respeito à desmobilização docente, em combate ao processo de luta que se iniciara com o regime militar[28]:

---

[27] Salienta-se que, ainda em 1965, foi aprovado o Estatuto do Magistério Superior, por meio da Lei n. 4.881-A, em 6 de dezembro de 1965. A análise do referido estatuto será realizada na próxima subseção desta tese.

[28] A título de ilustração, ganha validade histórica-política, a exposição de uma análise empreendida pela União Nacional dos Estudantes (UNE) - quando esta, de fato, lutava pelas demandas dos estudantes - no que diz respeito ao desmembramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL): "O primeiro decreto referente explicitamente à reforma universitária (Decreto-lei 53/66, LAC) foi o que prescrevia o desmembramento das faculdades de filosofia em institutos centrais. Faltam ainda dados para uma interpretação mais segura dos objetivos e conseqüências dessa medida. A primeira vista vê-se que, no processo de transformação estrutural das universidades, visando subordiná-las às grandes empresas, o desmembramento das filosofias separaria cursos prioritários para um investimento maciço (Física, Química, etc) dos cursos não prioritários para o 'desenvolvimento'

> Os interesses de autonomização dos pedagogos convergiam, decerto, com os de outras seções, que aspiravam transformar-se em institutos. Mas, convergiam, também, com os daqueles que, de dentro e de fora das universidades, ansiavam dividir as politicamente ativas Faculdades de Filosofia das grandes universidades (especialmente do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Belo Horizonte), assim como impedir que o "vírus" ideológico dos estudantes de cursos de mais tradição de mobilização, como os de Ciências Sociais, por exemplo, "contaminasse", os de menos tradição, como os de Pedagogia. A preservação da esterilidade ideológica dos estudantes de Pedagogia, assim como dos de Letras e dos que buscavam a licenciatura em outras matérias, visava manter o professorado da escola de 2º grau a salvo das posições contestadoras diante do ensino e da sociedade. (CUNHA, 1988, p. 83).

A essa altura, o convênio MEC-USAID, ainda não tinha iniciado seus trabalhos. As equipes criadas não se consolidaram, por diversos motivos. Apenas em maio de 1967, três meses posteriores ao Decreto-Lei n. 252/67, é que se estabeleceu novo convênio com uma nova equipe. Essa sim se consolidou, não em maio, contudo a partir de nova composição em julho daquele ano. (CUNHA, 1988)

A EPES foi substituída por uma Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES), com quatro "educadores brasileiros de alto nível" e quatro consultores dos EUA, especificamente, da *Midwest Universities Consortium*. No conjunto essencial do texto do novo convênio não foi acrescentado novas tarefas. Cabe destacar, dentre os 16 itens de uma relação de atividades de pesquisa e treinamento, anexa ao texto, o último, que ressalta a questão salarial: "Estudo sobre a política nacional de salários, visando à formulação de meios e métodos para assegurar a justa remuneração para os professores no ensino de tempo integral, bem como para o pessoal de pesquisa." (CUNHA, 1988, p. 224)

Os trabalhos da EAPES foram interrompidos antes do prazo final estabelecido para a sua existência, que era o ano de 1969. As mobilizações estudantis e dos movimentos sociais e partidos de esquerda, impuseram um freio aos trabalhos da equipe. (CUNHA, 1988)

O relatório, que veio a público apenas em 1969, continha 648 páginas. Dois terços do relatório era composto por textos dos consultores estadunidenses. No particular ao conteúdo dos consultores da USAID, especificamente sobre os docentes, existiu a defesa pela mudança do regime das universidades de autarquias para fundações. Estas possibilitariam maior

---

(Ciências Sociais, História, etc). Os recursos das empresas seriam canalizados para os cursos formadores de técnicos segundo suas necessidades e não para faculdades de filosofia do tipo antigo, inadequadas aos interesses dos monopólios. Por outro lado, observa-se também, que, no conjunto do movimento estudantil brasileiro, as faculdades de filosofia destacam-se por sua participação política. O desmembramento atende à necessidade que tem o governo de frear o avanço político do movimento estudantil." (CUNHA, 1988, p. 84)

flexibilidade no que concerne ao contrato de trabalho estabelecido entre as universidades e os docentes. Na mesma direção, quanto ao salário, os consultores apresentaram uma polêmica quanto a possibilidade de remunerações distintas para regimes de trabalho e nível de formação igual, a depender da área do docente. (CUNHA, 1988, p. 191-192)

A lógica dos consultores era de que o mercado estabelecia um determinado nível salarial para algumas profissões benquistas, tais como a engenharia, o direito e a medicina, contudo as demais não possuíam a mesma valorização. De modo que, estabelecer diferenças salariais, entre os docentes, era problemática, todavia tão problemático quanto era nivelar os salários dos docentes pelas profissões melhor remuneradas no mercado. A defesa dos consultores era de que nivelar por cima iria deixar o ensino superior deveras dispendioso e captaria poucos docentes, o que implicaria na reduzida expansão das matrículas. De outro modo, o texto dos consultores ainda ponderava: "A política de pagar a todos segundo o preço do mercado para as profissões menos procuradas seria ainda pior, pois resultaria na tendência do ensino universitário ser ministrado pelos piores engenheiros, piores advogados e piores médicos." (CUNHA, 1988, p. 192)

Ao final do ano de 1967, o governo Costa e Silva (1967-1969) tratou de cuidar do saneamento no Movimento Estudantil (ME), que se radicalizava conforme avançava o regime militar[29]. Cabe aqui apenas pontuar a ação do ME no período inicial da Ditadura Militar. Ainda em 1964 o então Ministro da Educação do governo Castelo Branco - Flávio Suplicy de Lacerda - empreendeu combate ferrenho à UNE que findou com a extinção da entidade[30]. Apesar de extinta, os Congressos da entidade de 1965, 1966 e 1967 foram realizados. Em 1966, os estudantes saíram às ruas, em diversos Estados, contra as eleições indiretas para governadores e vice-governadores[31], decretadas pelo AI-3. Nessa perspectiva, a Carta Política oriunda do XXIX Congresso da UNE (1967), conforme relatou o Jornal do Brasil, recomendou "[...] aos estudantes de todo o País a luta contra 'a ditadura e o imperialismo',

[29] Há vasta produção que analisa o papel preponderante do ME, capitaneada pela UNE, na luta contra o regime instalado no Brasil em 1964, a exemplo de Martins Filho (1987; 1996). Cabe frisar, para ilustrar o processo de perseguição aos militantes do ME, os volumosos relatórios da pesquisa "Brasil: Nunca Mais", publicado pela Arquidiocese de São Paulo, em 1985, composto por 12 volumes que encerram 6.891 páginas e que investigou o período de abril de 1964 a março de 1979. O volume 2 do tomo 2 intitulado "Os Atingidos", apresenta, por ordem alfabética, listagem de indivíduos "denunciados" e "indiciados" como subversivos, pelo regime militar, incluindo as suas ocupações. Vários são os estudantes, muitos deles são reportados duas vezes ou mais, dentre eles **José Dirceu** de Oliveira e Silva e **José Genoíno** Neto. (PESQUISA, 1985)

[30] Cf. Estudantes (1964).

[31] Cf. Estudantes (1966)

através de uma 'aliança com os camponeses e os operários, visando à tomada do Poder pelas classes populares'.”[32]

Deste modo, a promulgação do Decreto n. 62.024, de 29 de dezembro de 1967, foi responsável por criar uma comissão especial com o objetivo de propor ações para dar respostas, por parte do governo, ao que se identificava como “problemas estudantis”, ou seja, as manifestações, atos públicos, ocupações de prédios, etc. Em virtude de sua origem, a comissão colecionou severas críticas oriundas de distintos setores da sociedade, conforme salientou Fávero (1990, p. 36).

Para essa citada comissão especial foi designado o Coronel Meira Mattos[33] com a responsabilidade de presidi-la, e era composta pelos professores Hélio de Souza Gomes (diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)), Jorge Boaventura de Souza e Silva (diretor da Divisão de Educação Extra-escolar do Ministério da Educação e Cultura), e o Sr. Affonso Carlos Agapito de Vasconcelos (secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional). (FÁVERO, 1990, p. 36)

O relatório final da comissão especial, que ficara conhecido como Relatório Meira Mattos, veio a público em 30 de agosto de 1968, na parte 1, da seção 1 suplementar ao Diário Oficial da União de número 168 (BRASIL, 1968a). Dentre os pontos críticos do sistema educacional que afetam os estudantes apresentados pela comissão, cabe destacar àqueles que dizem respeito aos docentes[34]: “1. insuficiência de remuneração atribuída aos professôres gerando deturpações no exercício da profissão, particularmente no tocante ao professorado das escolas superiores federais; 2. conceito equívoco e injustificável do que seja liberdade de cátedra.” (BRASIL, 1968a, p. 4)

Cerca de uma página, do relatório, foi destinada para tratar dos dois pontos que apresentam relação direta com os docentes. Quanto ao salário pago aos docentes, especialmente, de nível superior, a remuneração, de acordo com o relatório, é estéril. Não por

[32] O documento ainda lança um conjunto de ações contra o acordo MEC-USAID. (CARTA, 1967)

[33] O Coronel Meira Mattos pertencia ao Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra e obteve promoção a General de Brigada em 25 de abril de 1968. (FÁVERO, 1990)

[34] Os demais itens são: "1. inadequabilidade estrutural do MEC; 2. crise de autoridade no sistema educacional; 3. ausência de uma diretriz visando ao atendimento de maior demanda anual de vagas em todos os níveis do ensino; 4. implantação lenta e desordenada da reforma universitária, sem uma visão objetiva da necessidade de reduzir currículos e duração de formação profissional de algumas especialidades; 5. inexistência de uma liderança estudantil democrática, autêntica e combativa consciente de suas responsabilidades para com o país; 6. insatisfações da área estudantil em face da legislação sobre as atividades gremiais e também pelos abusos cometidos em virtude das deficiências do sistema de proteção e assistência ao estudante; 7. ausência de fiscalização da aplicação das verbas públicas no setor educacional e de esforços no sentido de serem encontradas novas fontes de financiamento da educação." (BRASIL, 1968, p. 4)

acaso, a Constituição do Brasil de 1967, em seu artigo 97, colocou como exceção o acúmulo de cargo pelo professor. Apesar da possibilidade de acúmulo, quando se trata do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, o quadro se modifica, mesmo com o aumento na remuneração em 100%, a impossibilidade de acumular cargos fazia com que muitos docentes abandonassem o serviço público, em virtude das melhores oportunidades no setor privado. (BRASIL, 1968a, p. 5)

É emblemático, no relatório, o quadro com o vencimento básico mensal para diversos cargos docentes, dentre eles, o Professor Catedrático - NCr$ 657,00, o Professor Adjunto - NCr$ 613,80, o Assistente de Ensino Superior - NCr$ 504,00 e o Instrutor de Ensino Superior - NCr$ 460,80. Cabe salientar que o salário mínimo em vigor, à época dos trabalhos da comissão, era de NCr$ 105,00[35], o que implica dizer que o maior salário básico mensal - Professor Catedrático - equivalia a 6,25 salários mínimos. (BRASIL, 1968a, p. 5)

Contudo, a defesa da Meira Mattos para o problema dos baixos salários não era pela sua ampliação, mas sim pela desvinculação dos docentes do regime jurídico do funcionalismo público civil. Isso possibilitaria que se criasse, por meio de lei, "[...] um sistema especial de retribuição inspirado precipuamente na produtividade do professor." (BRASIL, 1968a, p. 5)

Por fim, sobre a liberdade de cátedra, a comissão se posicionou favorável à manutenção da Cátedra Universitária na perspectiva de que ela garante autonomia docente frente o Estado. Apesar disso, e a comissão é clara ao defender essa postura, a autonomia precisa caminhar em conjunto com os princípios da democracia e da moral, ou seja, manifesta-se contrária aos docentes que se utilizavam da liberdade de cátedra para incentivar ideias contrárias ao regime militar. (BRASIL, 1968a, p. 5-6)

Ainda sobre o trabalho docente a Meira Mattos saiu pela defesa da intensificação do ritmo de trabalho, para utilizar melhor o tempo docente que se mostrava, em algumas situações, ocioso, conforme segue:

> Em que pese deficiências com que lutam as unidades de ensino, muitas das quais, não podem, ser superadas de imediato, há algo que pode ser feito neste sentido de aceleração da implantação da reforma, e intensificação do ritmo de trabalho, ajustando currículos de curso e horários, visando a anulação dos dois fatores de improdutividade existentes na maioria das escolas - o professor ocioso e o espaço ocioso. (BRASIL, 1968a, p. 7).

Por fim, com a promulgação do Decreto n. 62.937, de 2 de julho de 1968, instituiu-se o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária para formular o novo marco legal da Educação Superior no Brasil. O objetivo da comissão, para com a universidade, centrou-se na "[...]

[35] Conforme Decreto n. 60.231, de 16 de fevereiro de 1967.

eficiência, [na] modernização, [na] flexibilidade administrativa e [na] formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País.” (BRASIL, 1968b)

A comissão foi instituída pelo Decreto s/n, de 2 de julho de 1968. Dentre os membros cabe destacar o nome de Newton Sucupira, grande defensor das ideias formatadas ao longo da década de 1960 sobre a reforma universitária, e o presidente da comissão, o então Ministro da Educação e Cultura - Tarso Dutra.

Num curto período de tempo, a comissão publicara seu relatório. No conjunto da obra a comissão incorporara parte dos materiais produzidos no Relatório Atcon e no Relatório Meira Mattos (FÁVERO, 1990). As necessidades imediatas imputadas à comissão foram:

> [...] forma jurídica, administração e estrutura da Universidade; organização dos cursos e currículos e articulação com a escola média; formação, **carreira**, **regime de trabalho e remuneração do corpo docente**; participação do estudante na vida universitária e na administração da instituição; criação de uma superestrutura destinada à pesquisa avançada e formação do professorado; expansão do ensino superior; recursos para a educação e mecanismo de financiamento da Universidade. (REFORMA, 1972, p. 22, grifo nosso).

O relatório apresenta um item específico para tratar sobre o Corpo Docente. De antemão, o relatório salienta que nada irá mudar na universidade se não existir a presença constante do professor. Para isso era necessário enfrentar dois problemas: 1. Fixar princípios gerais que definam a filosofia da docência universitária; 2. Reformular o Estatuto do Magistério de 1965. (REFORMA, 1972, p. 35)

Há ainda a defesa da carreira unificada para o Magistério Superior, na perspectiva de que todos os docentes atuassem no ensino e na pesquisa. A isso se articula o desenvolvimento do docente ao longo da carreira, ou seja, a progressão. Sobre esse particular, o relatório defende a progressão por mérito em oposição aos títulos, conforme segue o extrato:

> Unificada, deve a Carreira Docente, nos seus vários níveis que os estatutos e regimentos universitários estabelecerão, vincular-se, em caráter preferencial, aos graus e títulos acadêmicos, bem como ao teor científico-cultural dos trabalhos dos que a percorrem. Em outras palavras, a carreira deve ser aberta, sem pontos de estrangulamento e sempre ligada, na sua progressão, aos méritos reais dos docentes que os graus acadêmicos, para além de todo o formalismo, devem exprimir para legitimar-se. A carreira de um professor é como que a sua biografia intelectual, em que cada grau conquistado deve ser concebido como uma etapa que prepara e amadurece a etapa seguinte, numa contínua tensão espiritual que faz a autenticidade da vida daquele que permanentemente investiga, ensina e aprende com os olhos voltados para a dignificação e o enriquecimento do humano. (REFORMA, 1972, p. 36-37).

Logicamente, ao se defender o processo gradativo, por mérito, de progressão na carreira, articulada com o ensino e a pesquisa, do mesmo modo, há o posicionamento favorável ao regime de dedicação exclusiva em conjunto com o regime de trabalho flexível por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT[36]). Apenas dessa forma, atesta o relatório, seria possível desenvolver uma "universidade criadora" com uma "comunidade pensante", em oposição aos "visitantes ocasionais".

Nessa universidade criadora a Cátedra não é mais benquista. Ela mantém, em verdade, a ausência de democracia dentro da estrutura universitária, ao centralizar as decisões sobre quais conhecimentos seriam abordados nas disciplinas. Articulado com a defesa do fim da Cátedra, enfatiza-se a consolidação dos departamentos como estrutura que possibilitaria a ampliação da democracia para o desenvolvimento das atividades acadêmicas entre os docentes. (REFORMA, 1972, p. 39)

Por fim, em fins de 1968 há a aprovação de dois importantes dispositivos que se configuraram como marcos históricos na educação superior e na Carreira Docente do magistério superior federal. A Lei n. 5.539, de 27 de novembro de 1968, e a Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. A primeira tratou de alterar o Estatuto de Magistério Superior, de 1965, e a segunda estabeleceu as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média.

No conjunto sobre o que implicou o conteúdo da Lei 5.540/68, mais conhecida como "Reforma Universitária de 1968", há vasta produção sobre o tema. Desde análises gerais, como Cunha (1988) e Fávero (1990; 2006), a elaborações que captaram o principal significado político do conteúdo dessa Lei, a exemplo de Minto (2005) e Martins (2009). Contudo, aqui se prioriza os elementos particulares da Carreira Docente.

Nesse aspecto, o Capítulo II da Lei 5.540/68 trata exclusivamente do "Corpo Docente". O conjunto do capítulo é composto por sete artigos. O artigo 31 versa sobre o "regime do magistério superior", artigo que foi modificado por meio do Decreto-Lei n. 464, de 11 de fevereiro de 1969, no que tange ao conteúdo para "regime jurídico do magistério superior". O regime jurídico assumiria regulação própria em lei e foi concedido autonomia para as Instituições de Ensino Superior (IES) versarem sobre a pauta em seus estatutos e regimentos. (BRASIL, 1968c)

Essa autonomia caminhou em direção à desvinculação do regime jurídico público e construção de vínculos trabalhistas particulares, conforme a necessidade de cada instituição.

[36] Cf. Decreto-Lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943.

Tal perspectiva foi defendida pelas comissões Atcon e Meira Mattos, assim como expresso no relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária.

O artigo 32 definiu as atividades do magistério superior como as de ensino e pesquisa, na graduação e na pós-graduação, e as atividades de gestão. O artigo 33 foi responsável pela extinção da Cátedra Universitária, uma demanda que foi reivindicada nos diversos documentos sobre a reforma da educação superior ao longo da década de 1960, apesar da brecha deixada pelo Decreto-Lei n. 252/67. Paralelo a isso, o conteúdo do referido artigo enfatiza a organização departamental, como espaço de "livre escolha" das disciplinas curriculares pelos docentes. (BRASIL, 1968c)

Vale destacar, no particular sobre a extinção da Cátedra Universitária, que dentre os fatores impulsionadores da luta pela sua extinção, Cunha (1994, p. 10) destaca a criação da Universidade de Brasília, em 1962, como a primeira universidade com base na plataforma norte-americana de educação superior, que não possuía a Cátedra. Cita, ainda, a luta propagada pelo ME contra o autoritarismo dos catedráticos, articulado com o processo de federalização das universidades, no Brasil, ao longo das décadas de 1950 e 1960. Frisa também, a luta interna dentro da estrutura administrativa do Estado, tanto no CFE, quanto no Ministério da Educação e Cultura.

O conteúdo dos artigos 34 e 35 abordam a necessidade de ampliar o Regime de DE, para impulsionar as atividades de ensino e pesquisa. O artigo 36 designou a CAPES como entidade responsável pela promoção de programas de formação continuada para os docentes, a partir de uma política nacional e regional. Por fim, o artigo 37 versa sobre a possibilidade do contrato de trabalho para os docentes, por meio da CLT. (BRASIL, 1968c)

Portanto, o período inicial de desenvolvimento da Carreira Docente no magistério superior federal, no Brasil, tem início, mesmo que de modo pouco organizado, ao longo da década de 1960. Foram os embates, as disputas, mas também a coerção e a imposição do Regime Militar, que deu o contorno inicial ao conjunto de determinantes da Universidade nos últimos 40 anos, e nesse particular, da relação dos docentes com o serviço público.

Os pontos de avanços foram significativos, contudo o processo de transição não se dá de modo imediato, tal como no âmbito legal. Os avanços são condicionados à organização docente, no sentido de eliminar concretamente a Cátedra Universitária, de elevar os salários defasados, de construir uma real política de formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*, do combate a política de progressão por mérito.

A conquista da efetivação desse conteúdo foi o substrato material do início da organização docente a partir da década de 1970. Período em que há a redução brusca das

liberdades democráticas, mas também o fortalecimento das organizações de classe, na perspectiva de combater o Regime Militar e defender, por meio das estruturas da classe, o seu projeto de sociedade.

2.2 A LUTA PELA APROVAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE UNIFICADA NO SISTEMA SUPERIOR FEDERAL

A sanção da Lei n. 5.540/68, em fins de novembro, configurou-se como marco histórico para o desenvolvimento da educação superior brasileira. Contudo, o período em questão foi o prefácio do embrutecimento do regime ditatorial que se iniciara em 1964. Alguns dias após a sanção da citada Lei, foi outorgado o Ato Institucional n. 5, em 13 de dezembro de 1968. A melhor compreensão do significado político-social do AI-5 ficou expresso em seu *caput*:

> O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. (BRASIL, 1968d).

O conteúdo do AI-5 implicou na vida política da sociedade brasileira. Mais ainda, a *letra da lei* expressa no Art. 5º suspendia os direitos políticos para as atividades sindicais e atividades ou manifestações de natureza política. A ação docente, dessa forma, passa a ser vista como intervenção de natureza política, caso se encontrasse no campo da oposição ao governo; na defesa do governo seria uma ação para a manutenção da "revolução" civil-militar. (BRASIL, 1968d)

Da mesma forma, as garantias legais de estabilidade por meio do concurso público para quaisquer cargos na administração pública foram suspensas no Art. 6º. O poder atribuído ao Presidente da República, no citado artigo, garantia-lhe decretar a demissão, remoção ou aposentadoria imediata de qualquer funcionário civil[37]. (BRASIL, 1968d)

Meses após o AI-5, e pela força máxima do Presidente, foi publicado o Decreto-Lei n. 477, de 26 de fevereiro de 1969. A presente ordem definiu as infrações disciplinares praticadas por docentes, por discentes e pelos funcionários de estabelecimentos de ensino públicos ou particulares, fundamentada textualmente no AI-5.

[37] Sobre o processo de demissões e aposentadorias há produção sistematizada, pela Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (USP), que retrata esse período histórico autoritário da Ditadura Militar na educação superior, particularmente, sobre os docentes. (ADUSP, 2004)

Na prática, ficou proibido o direito de greve, as manifestações verbais ou escritas contra o sistema de ensino, a organização de movimentos e passeatas não autorizadas pelo regime, assim como a produção, distribuição ou porte de quaisquer material que se julgasse "subversivo". O conteúdo do Art. 3º tratou de criar uma relação de vigilância dentro das Universidades e Escolas, conforme segue:

> O processo sumário será realizado por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, designado por seu dirigente, que procederá às diligências convenientes e citará o infrator para, no prazo de quarenta e oito horas, apresentar defesa. Se houver mais de um infrator o prazo será comum e de noventa e seis horas. (BRASIL, 1969a).

O início do desenvolvimento da Carreira Docente no magistério superior é marcado, dessa forma, pela cassação dos direitos políticos. Apesar dos avanços no que diz respeito à democratização das decisões no interior das IES, em virtude do fim da Cátedra, as liberdades de ensino e pesquisa restringiram-se àquelas autorizadas pelo regime.

Visualiza-se que o fim da Cátedra Universitária contribuiu, sobremaneira, para o início do desenvolvimento de uma política de Carreira Docente, em que se privilegiasse a autonomia docente, frente aos programas e conteúdos disciplinares, e a formação continuada, em nível *stricto sensu*.

Sobre o aspecto legal da Carreira Docente a Reforma Universitária de 1968 incidiu diretamente ao realizar modificações naquilo que se estruturou como o primeiro escopo da Carreira Docente do magistério superior. A Lei n. 5.539, de 27 de novembro de 1968, portanto a Lei anterior a da Reforma - Lei n. 5.540/68 - modificou e revogou alguns elementos do Estatuto do Magistério Superior, criado por meio da Lei n. 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965.[38]

É importante destacar a síntese do que constituiu a Lei n. 4.881-A/65, para compreender o processo de mudanças na Carreira Docente. Cabe frisar que a presente Lei dizia respeito às IFES diretamente vinculadas à administração federal. O Quadro 1 abaixo expressa a estrutura das categorias do pessoal docente.

[38] A Classificação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo foi realizada por meio da Lei n. 3.780/60 previu a organização do Grupo Ocupacional do Magistério. Dentre as Classes foi discriminado àquelas relacionadas ao ensino superior, assim como as suas características, são elas: Professor Catedrático (Direção e orientação); Professor de Ensino Superior (Supervisão, coordenação e execução); Assistente de Ensino Superior (Execução); Instrutor de Ensino Superior (Execução). (BRASIL, 1960, Anexo I)

Quadro 1 - Categorias do Pessoal Docente no Estatuto do Magistério Superior de 1965

Categorias do Pessoal Docente [1]		**Forma de Ingresso**	**Formação Exigida**	**Tipo de Vínculo**	**Duração do Vínculo**
Cargos do Magistério Superior	**Professor Catedrático**	Concurso Público de Títulos e Provas	Adjunto; LD; Titular; Catedrático; Grad. (Notório Saber)	Quadro Único de Pessoal	Vitalício
	Professor Adjunto	Concurso Interno de Títulos entre os Professores Assistentes ou Concurso Público de Títulos e Provas	Assistente (LD ou Dr.); Assistente; LD ou Dr.; Grad. (Notório Saber)	Quadro Único de Pessoal	Estável
	Professor Assistente	Concurso Público de Provas e Títulos (preferência para os Auxiliares de Ensino)	*Não indica*	Quadro Único de Pessoal	Estável
Professores Contratados		Contrato	Especialização	CLT	3 anos
Auxiliares de Ensino		Caráter Probatório (escolha pelo Catedrático)	Graduação	CLT	2 anos (renováveis)

Fonte: Brasil (1965).
Nota: Conforme previsto no Art. 7º, constituía, ainda, classes do magistério superior as de: 1. Pesquisador-Chefe; 2. Pesquisador-Associado e; 3. Pesquisador-Auxiliar, com acesso exclusivo por meio de concurso público de títulos e provas a partir da classe de Pesquisador-Auxiliar, e de concurso de títulos para as demais.

Conforme o conteúdo da Lei n. 4.881-A/65, três eram os cargos ocupados pelos docentes que possuíam vínculo efetivo. Os docentes dos Cargos do Magistério Superior pertenciam ao Quadro Único de Pessoal de cada IES, logo o vínculo empregatício era diretamente ligado à IES.

Apesar da existência do Concurso Público de Títulos e Provas para ingresso nos cargos de Professor Assistente e Professor Adjunto, a mera aprovação no certame não garantia o direito imediato de ocupar o cargo. O resultado do concurso era submetido a avaliação das congregações ou colegiados e estes possuíam autonomia para decidir quem entraria. Tal medida expressa elementos antidemocráticos no acesso aos cargos do magistério superior e a centralização das decisões pelos Catedráticos. (BRASIL, 1965)

O que chama atenção no conteúdo da legislação são as regalias destinadas ao Professor Catedrático. Diversos espaços de representação e de direção pertenciam, exclusivamente, aos Catedráticos. Para a candidatura ao cargo de Reitor ou Diretor de Escola o critério inicial passava pelo cargo de Professor Catedrático. E não se restringia ao posto máximo das IES, os Catedráticos eram membros nato das congregações e colegiados, possuíam preferência na composição das bancas de concurso, além da exclusividade na chefia dos órgãos colegiados e da vitaliciedade no cargo. (BRASIL, 1965)

Portanto, a Lei n. 5.539/68 implicou num avanço significativo no que diz respeito a democracia interna nas IES, apesar das limitações impostas pelo AI-5 e pelo Decreto-Lei n. 477/69, conforme abordado anteriormente. No que concerne aos Cargos do Magistério

Superior, o Professor Catedrático foi substituído pelo Professor Titular, logo a ausência das Cátedras foi acompanhada pela presença dos Departamentos como unidade responsável por organizar as atividades de ensino e pesquisa dos docentes. (BRASIL, 1968e)

Apesar da manutenção do Quadro Único de Pessoal, por IES, os docentes passaram a ser regidos, juridicamente, pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, conforme Lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952. E mais, a Lei n. 5.539/68 garantiu isonomia de direitos e deveres para os professores contratados, nos planos didático, científico e administrativo, fato que implica num retrocesso ao colocar em iguais condições um docente efetivo e um docente contratado.

Após essa modificação do Estatuto do Magistério Superior, nova modificação foi realizada por meio do Decreto-Lei n. 465, de 11 de novembro de 1969. O artigo 11 desse Decreto tratou de enquadrar os Professores Catedráticos no cargo de Professor Titular, um detalhe que não foi previsto na Lei n. 5.539/68. Por fim, iniciou um processo de valorização da titulação de mestre e doutor para ocupar os cargos de Professor Adjunto e de mestre para o de Professor Assistente. (BRASIL, 1969b)

No que toca à questão salarial, elemento denunciado pela Comissão Meira Mattos, em 1968, alguns avanços são visualizados a partir da tabela fixada por meio do Decreto-Lei n. 1.086, de 25 de fevereiro de 1970. É importante aqui apresentar o movimento de desenvolvimento salarial, tendo como base o salário mínimo vigente nos períodos em análise.

Tabela 2 - Vencimentos dos ocupantes de Cargos do Magistério Superior para 12 horas semanais - Brasil - 1968 e 1970

Cargos do Magistério Superior	Valores em NCr$ (1968)	Proporção do SM	Valores em NCr$ (1970)	Proporção do SM	Variação 68-70
Professor Catedrático/Titular	657,00	6,25	998,89	6,40	52,0%
Professor Adjunto	613,80	5,84	887,11	5,69	44,5%
Professor Assistente	504,00	4,80	775,33	4,97	53,8%
Salário Mínimo [1]	105,00	..	156,00	..	48,6%

Fontes: Brasil (1968a); Brasil (1970).
Notas: Sinal convencional utilizado:
.. Não se aplica dado numérico.
[1] O valor do Salário Mínimo em 1968, em vigor até março de 1968, foi estipulado por meio do Decreto n. 60.231, de 16 de fevereiro de 1967, e em 1969, em vigor até abril de 1970, por meio do Decreto n. 64.442, de 1 de maio de 1969.

Conforme expresso na Tabela 2 houve variação salarial, no período em questão, superior à variação empreendida sobre o Salário Mínimo. Com exceção para o cargo de

Professor Adjunto, os demais obtiveram valores acima do mínimo, o que elevou a relação entre o vencimento e o Salário Mínimo.

Contudo é importante atentar para a carga inflacionária no período. Essa foi uma das bandeiras do governo ditatorial de Costa e Silva e de seu sucessor Emílio Garrastazu Médici (1969-1974): reduzir e controlar a inflação. Todavia, os anos de 1968, 1969 e os dois primeiros meses de 1970, somaram 43,4% de inflação, conforme o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI)[39]. Dessa forma, apesar do aumento real nos salários, os percentuais de ganho variam de 1,1%, para o Adjunto, a 10,4%, para o Assistente.

O produto da Reforma Universitária de 1968, como síntese das lutas e debates travados ao longo da década de 1960, foi a reconfiguração da Universidade brasileira, com centro para um modelo de Universidade em que se valorizou a pesquisa, assim como a abertura para o desenvolvimento do setor privado. Um elemento que merece atenção, novamente, é o desenvolvimento da Carreira Docente, conforme expresso por Cunha (1994):

> A Constituição de 1967 já havia revogado o privilégio da vitaliciedade da cátedra, substituída então, nas Universidades Federais, pela Carreira Docente, constante de concurso de títulos e provas para os níveis inicial e final. Essa era uma antiga reivindicação dos que defendiam a expansão e a melhoria do ensino superior. Com efeito, a inevitável expansão do ensino superior, particularmente na forma universitária, não poderia ficar limitada pelo mecanismo de recrutamento, formação e até contratação de professores, pela intermediação do catedrático. (CUNHA, 1984, p. 13).

A expansão do ensino superior, particularmente o das Universidades do sistema federal, ganhou impulso a partir da década de 1970, não em relação ao quantitativo de instituições, mas no que concerne ao crescimento interno das instituições. Contudo, os dados relativos às Universidades Federais, ao longo das décadas de 1960 e 1970, são escassos. Para esta análise serão utilizados dados gerais da educação superior pública.

Os dados contidos na Tabela 3 expressam importante crescimento das IES no setor público, do número de matrículas em cursos de graduação presenciais, assim como do quantitativo de discentes concluintes nesses cursos. O movimento da primeira década após a Reforma Universitária de 1968, foi responsável pela triplicação das matrículas no intervalo de uma década, com forte crescimento entre os anos de 1968 e 1973, com média de 16% ao ano.

---

[39] Dados da Série Histórica do IGP-DI, da FGV, podem ser encontrados em: <http://www.debit.com.br/consulta30.php?indice=igp>. Quanto a metodologia do cálculo do IGP-DI, pode-se consultar documento da Fundação. (FGV/IBRE, 2013)

Tabela 3 - Evolução do número de IES, matrículas e concluintes, em cursos de graduação presenciais, no setor público - Brasil - 1968-1978

Ano	IES	Δ (%) a.a.	Matrículas	Δ (%) a.a.	Concluintes	Δ (%) a.a.
1968	129	..	151.700	..	19.456	..
1969	142	10,1	185.100	22,0	24.287	24,8
1970	162	14,1	210.600	13,8	29.316	20,7
1971	175	8,0	252.300	19,8	36.375	24,1
1972	188	7,4	278.400	10,3	42.305	16,3
1973	204	8,5	317.000	13,9	48.330	14,2
1974	217	6,4	346.700	9,4	52.646	8,9
1975	239	10,1	363.900	5,0	57.230	8,7
1976	222	-7,1	402.900	10,7	57.907	1,2
1977	219	-1,4	428.600	6,4	62.705	8,3
1978	218	-0,5	452.300	5,5	65.628	4,7
Δ (%) 68-78	69,0	..	198,1	..	237,3	..

Fonte: MEC/SESu (1979a).
Nota: Sinal convencional utilizado:
.. Não se aplica dado numérico.

Em nível superior, o número de concluintes nos cursos de graduação presenciais alcançou, ao longo da década em análise, a marca de 237,3%. Os anos iniciais foram responsáveis por esse grande salto, com média, entre 1968 e 1973, de 20% de crescimento anual, contra o percentual de 6,3% entre os anos de 1973 e 1978. O crescimento menor no número de IES, 69%, no período, indica que houve um crescimento interno das IES, a partir da ampliação do número de vagas e cursos, impulsionados pela reforma e do uso da educação como fator de desenvolvimento econômico.

A elevação das matrículas articulada com o crescimento das IES, demanda maior efetivo de pessoal docente. É a partir da década de 1970 que o corpo docente ganha forma e se amplia efetivamente. Contudo, existiu um crescimento do corpo docente não apenas quantitativamente, é importante destacar para a qualidade dos novos docentes, em regime de trabalho de tempo integral e com progressiva ampliação do número de mestres e doutores. A Tabela 4, abaixo, ilustra o movimento de elevação dos números docentes.

Conforme expressa o conteúdo da Tabela 4, verifica-se elevação na ordem de 54,8% de pessoal docente, ao longo do período de 1972 a 1977. Os dados demonstram um crescimento importante. Tal afirmativa pode ser verificada na taxa de matrículas em cursos de graduação presenciais e número de docente, conforme a última coluna da tabela em análise. Ao longo do período em tela, houve redução de 0,1 pontos nessa taxa.

Tabela 4 - Evolução do corpo docente nas IES públicas - Brasil - 1972-1977

Ano	IES	Docentes					
		Total [A]	TI [B]	α (%) B-A	Me. e Dr. [C]	α (%) C-A	Taxa Matr./Doc.
1972	188	32.438	8.300	25,6	5.795	17,9	8,6
1973	204	37.100	8.545	23,0	7.820	21,1	8,5
1974	217	40.974	11.915	29,1	10.160	24,8	8,5
1975	239	47.124	14.054	29,8	14.102	29,9	7,7
1976	222	48.625	17.323	35,6	14.388	29,6	8,3
1977	219	50.206	22.164	44,1	15.523	30,9	8,5
Δ (%) 72-77	16,5	54,8	167,0	..	167,8	..	..

Fonte: MEC/SESu (1979a).
Nota: Sinal convencional utilizado:
.. Não se aplica dado numérico.

De outro modo, o corpo docente, nas IES públicas do Brasil, ganhou em qualidade, ao elevar em 167% o efetivo de professores em regime de tempo integral, e nesse quantitativo estão os professores em regime de DE. A variação percentual expressa um salto de 13.864 docentes em seis anos, o que implicou na injeção de 2.310 docentes por ano em regime de tempo integral. De igual modo, elevou o número de professores com a titulação de mestrado e doutorado de 5.795, em 1972, para 15.523, em 1977, o que perfez o percentil de ampliação na ordem dos 167,8%.

Há aqui a expressão clara da valorização da Carreira Docente, ao se elevar o quantitativo do corpo docente para tempo integral e em relação a titulação. No que diz respeito a proporção do tempo integral sobre o total de professores, a elevação foi de 25,6% para 44,1% do total em regime de tempo integral. No tocante à titulação, apesar do menor crescimento proporcional, os dados percentuais avançaram de 17,9% para 30,9% de professores com mestrado e/ou doutorado nas IES públicas.

Esse crescimento no efetivo de mestres e doutores nas IES públicas foi fruto de uma política de desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, sinalizada no art. 36 da Lei 5.540/68. De modo que, entre os anos de 1974 e 1978, houve crescimento significativo do quantitativo de titulação em programas de Pós-Graduação *stricto sensu*. Conforme os dados da Tabela 5, o quantum de novos mestres e doutores, no Brasil, avançou em 270,3% e 307,5%, respectivamente, no período em tela. Cabe destacar que a maioria dos titulados são produto do Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD), com bolsas da CAPES e do CNPq. (MEC, 1979)

Tabela 5 - Evolução no número de titulação em cursos de mestrado e doutorado - Brasil - 1974-1978

Ano	Titulação			
	Mestre	**Δ (%) a.a.**	**Doutor**	**Δ (%) a.a.**
1974	1.245	..	120	..
1975	2.171	74,4	138	15,0
1976	2.199	1,3	188	36,2
1977	2.907	32,2	316	68,1
1978	4.611	58,6	489	54,7
Δ (%) 74-78	270,3	..	307,5	..

Fonte: MEC/SESu (1979a).
Nota: Sinal convencional utilizado:
.. Não se aplica dado numérico.

É importante salientar que, paralelo ao desenvolvimento do ensino de graduação, estava em curso o crescimento do ensino de pós-graduação. O sistema de pós-graduação, no Brasil, ganha formatação a partir do Parecer CFE n. 977, de 3 de dezembro de 1965, em que se definiu as características do mestrado e do doutorado. A pós-graduação *stricto sensu* não foi encarada apenas como espaço para formar professores para as universidades, ou seja, por uma necessidade do plano de carreira. Contudo, buscou-se a formação de uma elite intelectual que, por meio da produção oriunda dos cursos de mestrado e doutorado, com base no modelo estadunidense, impulsionasse o desenvolvimento econômico no país.

Apesar da existência do CNPq e da CAPES, desde 1951[40], somente a partir da Portaria CFE n. 977/65 é que se iniciou o crescimento da pós-graduação *stricto sensu*. De forma planejada, foi por meio do Decreto n. 73.411, de 4 de janeiro de 1974, que se instituiu o Conselho Nacional de Pós-Graduação, no MEC. A partir dele é que se formulou, em 1975, o I PNPG (1975-1979) como política de governo para impulsionar o desenvolvimento na área, tendo em vista que os programas *stricto sensu* já existiam antes de 1966 (26 mestrados e 10 doutorados). (MEC/CAPES, 1976, p. 20; MEC/CAPES, 2004a)

A Tabela 6 demonstra o movimento de evolução dos cursos de mestrado e doutorado a partir da publicização do I PNPG, em 1975. Fica explícito o crescimento do número de cursos credenciados pelo CFE. A evolução no total de cursos credenciados foi de 37%, em 1975, para 46%, em 1978. Os dados expressos na Tabela 6 indicam que os docentes, a partir de meados da década de 1970, já acumulavam a carga de trabalho necessária para desenvolver

[40] O CNPq foi instituído por meio da Lei n. 1.310, de 15 de janeiro de 1951, e a CAPES por meio do Decreto n. 29.741, de 11 de julho de 1951.

os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, fato que deveria repercutir na política de Carreira Docente.

Tabela 6 - Cursos de mestrado e doutorado credenciados pelo CFE - Brasil - 1975-1978

Total de Cursos	1975			1976			1977			1978		
	M	**D**	**TT**	**M**	**D**	**TT**	**M**	**D**	**TT**	**M**	**D**	**TT**
Existentes	496	173	669	559	201	760	514	220	834	648	228	876
Credenciados	167	80	247	213	91	304	247	100	347	284	119	403
Percentual de Credenciados	33%	46%	37%	38%	45%	40%	48%	45%	41%	43%	52%	46%

Fonte: MEC/SESu (1979a).

Tais mudanças contribuíram para o processo de fortalecimento da estrutura departamental como unidade colegiada encarregada do ensino e da pesquisa, ao ampliar a possibilidade de intervenção de docentes que pertenciam aos demais Cargos do Magistério Superior, desprendidos do absolutismo catedrático de outrora. A organização do corpo docente, apesar das resistências aos departamentos, como categoria do serviço público, iniciou um processo de sindicalização, particularmente no que toca ao sistema federal, conforme expressou Cunha (1994):

> O regime departamental, que se generalizou a partir de 1969, veio para negar em tudo o regime de cátedras. No entanto, parece que houve persistências em meio a mudanças. A menos do formato organizacional, as criticas que têm sido feitas ao regime departamental apontam o reforço do particularismo entre os docentes, em especial do corporativismo (agora difratado pela ideologia e pela prática sindical) como seu contraponto a nível da instituição inclusiva. (CUNHA, 1994, p. 15).

Ainda em 1974, a partir da Lei n. 6.182, de 11 de dezembro, foi fixada novas normas para a retribuição do Magistério Público Federal. A partir desta lei ficou estipulado uma diferenciação salarial que levou em consideração seis itens a serem cumpridos, uma espécie de ganhos por produtividade e mérito, fator que não garantia isonomia salarial para alguns casos. Tal dispositivo foi tratado pela denominação de "Incentivos Funcionais", conforme previu o art. 5º:

> I - desempenho das respectivas atividades no regime de 40 (quarenta) horas semanais;
> II - obtenção do grau de Doutor em curso credenciado pelo conselho Federal de Educação ou título de Livre-Docência obtido na forma da legislação em vigor;
> III - obtenção do grau de Mestre em curso credenciado pelo Conselho Federal de Educação;
> IV - conclusão de curso de Aperfeiçoamento ou Especialização;

> V - produção científica ou técnica relevante, ligada ao ensino e à pesquisa;
> VI - dedicação integral e exclusiva ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem assim às atividades de administração universitária. (BRASIL, 1974a)

No que diz respeito ao regime de trabalho foi destinado aos órgãos centrais de ensino e pesquisa a responsabilidade de formulação dos critérios para a concessão de regime de 40 horas semanais aos docentes, a carga horária mínima de aulas e a avaliação das atividades desempenhadas pelos docentes (esta apenas para o regime de 40 horas). Mas, o desenvolvimento do docente na Carreira continuava restrito à titulação. Para os Cargos de Adjunto e Titular era necessário possuir o título de Doutor. (BRASIL, 1974a)

Contudo, a educação e a educação superior passam a ser encaradas pelo governo militar como instrumento de desenvolvimento da nação. O projeto para o Brasil expresso no II Plano Nacional de Desenvolvimento - 1975-1979 (PND), sob a presidência do general Ernesto Geisel, lançava para o país a demanda de elevar o PIB, ao ponto de se colocar em 8ª posição no mercado ocidental, além de ampliar em 3,5% ao ano a taxa de geração de empregos, chegar à renda per capita nacional, ao final do plano, em mil dólares e desenvolver uma sólida base industrial.

O centro do plano era o de colocar o Brasil entre as potências mundiais, com uma sociedade industrial moderna e um modelo de economia competitivo. E para isso, versa o plano, era necessário desenvolver as Indústrias Básicas, assim como investir em Desenvolvimento Científico e Tecnológico e em Infraestrutura Econômica (BRASIL, 1974b, Anexo II, p. 4-5). Tais investimentos, conforme ainda o Anexo II do II PND, seria efetivado por meio de uma Política Científica e Tecnológica, no qual se previa a materialização do II e do III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e do I PNPG, que foi lançado em 1975, setor que foi salientado dentre os de maior prioridade no âmbito social - a Educação, com foco para a pós-graduação. (BRASIL, 1974b, Anexo II, p. 78)

Cabe aqui pontuar que o II PND, aprovado por meio da Lei n. 6.151, de 4 de dezembro de 1974, veio como resposta do país aos impactos do primeiro choque do petróleo[41], em 1974, tendo em vista o elevado grau de dependência do Brasil em relação aos derivados de combustíveis fósseis na produção energética (antes de 1974 o Brasil produzia apenas 15% do petróleo que consumia). O crescimento da demanda interna pelo produto foi o principal motor da decadência do "milagre econômico[42]" nacional, fato que potencializou,

[41] Cf. Velloso (1986).
[42] Cf. Giannasi (2011).

inclusive, a produção de novas formas de energia, a exemplo do Proálcool lançado em 1975. (VELLOSO, 1998)

Portanto, o II PND significou a abertura do país para novos mercados externos, a diversificação das fontes de financiamento da indústria nacional e a ampliação do Investimento Estrangeiro Direto (IED), como forma de alavancar a indústria de matriz nacional, contudo incentivar uma indústria de matriz multinacional. (BRASIL, 1974b, Anexo II, p. 7)

No âmbito do ensino superior, as metas de ampliação para o período de vigência do II PND (1974-1979), foram de elevação na ordem de 55% no número de matrículas, de 84% no número de docentes em regime de tempo integral e de 32% no número de docentes em regime de tempo parcial. (BRASIL, 1974b, Anexo II, p. 80)

Um dos itens do II PND que abarcou o ensino superior foi a "Política Científica e Tecnológica" que traçou os pontos prioritários de investimentos para a ampliação da capacidade de inovação tecnológica da indústria nacional. Chama atenção a segunda seção desse item, que versou sobre a Pesquisa Fundamental, em virtude de lançar a proposta de criação de um novo grupo funcional no ensino superior, o de Pesquisador Científico e Tecnológico, como forma de proporcionar condições de trabalho satisfatórias aos docentes pesquisadores e, para isso, era necessário implementar, no ensino superior, a lógica do Plano de Classificação de Cargos[43] que já estava em vigor. (BRASIL, 1974b, Anexo II, p. 114)

Conforme explicitado por meio dos dados presentes nas Tabelas 4, 5 e 6 a previsão de ampliação do ensino superior foi efetivada, com valores até superiores àqueles estipulados no documento do II PND. Essa realidade implica na afirmação do ensino superior como peça importante no processo de efetivação da política desenvolvimentista do Brasil impulsionada pelos governos Militares.

Em 1980, iniciou no Brasil a expressão da Etapa Histórica que ganhou forma, em nível internacional, com a vitória da Revolução Cubana de 1959 e se expandiu com novos processos de ascenso e vitória da classe trabalhadora no mundo. Em 1974 caiu o Regime Salazarista, ditadura iniciada em 1926 em Portugal, a derrocada ficou conhecida como Revolução dos Cravos. Em 1975, a vitória do Vietnã do Sul, apoiado pela China, contra os soldados estadunidenses ampliaram a relação daquele país com a China, ao ponto de mudar o nome de sua capital Saigon para Ochi Min, em homenagem ao líder chinês da época. Na Nicarágua, em 1979, a Frente Sandinista de Libertação Nacional colocou abaixo a Ditadura de

[43] Tal Plano foi aprovado por meio da Lei n. 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

Somoza que perdurou por longos 45 anos. Ainda em 1979, a Revolução Xiita derrubou a monarquia de Mohammed Reza Pahlevi e proclamou a República Islâmica do Irã.

Portanto, é nessa conjuntura internacional que a Ditadura Militar no Brasil vê o seu final. O desgaste experimentado pelo Governo Geisel, de 1974 a 1979, marcados pelas mortes do jornalista Vladmir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, ambas no interior do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), assim como os dados econômicos do país que foram impactados pela crise internacional do petróleo.

Dois elementos retratam essa conjuntura: o PIB e a Inflação. O primeiro apresentou, ao longo da década de 1970, um significativo crescimento, contudo, a partir de 1974, com o impacto da crise do petróleo, as taxas de crescimento do PIB foram regredindo. A década de 1960 encerrou média anual de crescimento do PIB na ordem de 4,5%, a década de 1970 o salto foi para 8,5%, contudo esses valores são expressão de um curto período - 1968-1973 - que elevou para 11,4% ao ano. A década de 1980 fechou com 3,1% anual, fruto de dois períodos da crise: 1. Imediato (impacto da crise e tentativa de contorno por meio do II PND), no período de 1974-1980, com média anual de 6,7% (menor que o todo da década de 1970); 2. Médio prazo (endividamento externo do país, fruto da aplicação do II PND), no período de 1981-1983, com média anual de -1,1 (categoricamente reduzido frente o todo da década de 1980). (MONTEIRO NETO; GOMES, 1999, p. 858)

Do mesmo modo, a inflação no período da crise do petróleo alcançou taxas anuais astronômicas. De 1968 a 1973 o acumulado do IGP-DI alcançou a margem de 105,7% (média anual de 17,6%); no período de 1974 a 1980 o valor ficou em 298,3% (média anual de 42,6%); por fim, os anos de 1981 a 1983 emplacaram a alta inflacionária de 259,5% (média anual de 86,5%).[44] Os dados demonstram o descontrole do governo militar para com a economia nacional, impactado pela crise econômica mundial e pelo desgaste político do governo, como o Brasil importava grande quantidade de petróleo a balança comercial ampliou a sua negatividade, o que forçou a alta dos preços dos produtos derivados do petróleo, assim como os que dependiam direta ou indiretamente do produto. (MUNHOZ, 1997)

As mobilizações estudantis e operárias se aprofundaram ao longo da década de 1970. O 1º de Maio de 1977 indicou mudanças na organização da classe trabalhadora a partir do momento em que houveram prisões de estudantes e operários, o que alavancou uma onda de manifestações pelo Brasil, com expressividade para o dia 3 de maio, em que 6 mil pessoas

[44] Dados da Série Histórica do IGP-DI, da FGV, podem ser encontrados em: <http://www.debit.com.br/consulta30.php?indice=igp>.

protestaram defronte o prédio da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a passeata dos 10 mil estudantes, no dia 5 de maio, no Largo de São Francisco da Faculdade de Direito da USP. (PELLICCIOTTA, 1997, p. 269)

Ainda no primeiro semestre de 1977, os professores junto às diversas categorias de profissionais liberais protestavam em São Paulo contra a repressão e por liberdades de manifestação, a ação contou com cerca de 1400 pessoas (PELLICCIOTTA, 1997, p. 271). Em meados de 1979 a UNE vivia sua reconstrução e os professores e funcionários das Universidades Estaduais Paulistas (Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade Estadual Paulista (UNESP)) iniciaram uma greve por aumento salarial. (PELLICCIOTTA, 1997, p. 278)

No âmbito do operariado o crescimento das mobilizações vinha do ABC Paulista, em virtude da grande concentração do operariado nacional. São Bernardo do Campo foi, na década de 1970, responsável por 70% da produção nacional de veículos. O ABC vivia um crescimento populacional vigoroso, em virtude da industrialização. (MACEDO, 2010, p. 15)

Acompanhado do crescimento do operariado fabril veio a precarização e a intensificação do trabalho, com centro para os salários, assim como o "[...] aumento no ritmo/volume de trabalho, à elevada rotatividade no emprego, ao despotismo das chefias e aos padrões de salubridade/segurança no trabalho." (MACEDO, 2010, p. 20). Articulado com a repressão do governo militar sobre os sindicatos e os militantes de base.

As greves, então, vieram como uma resposta de classe. Organizada como classe trabalhadora, entorno de partidos, agrupamentos políticos, sindicatos, e os novos movimentos sociais - a exemplo da Pastoral Operária - as lutas ganharam corpo nessa conjuntura político-econômico-social, que teve impulso pelo fim do AI-5, em 13 de outubro de 1978, a partir da promulgação da Emenda Constitucional n. 11, que revogou todos os atos institucionais. Dessa forma, é nesse núcleo fabril que se inicia uma reorganização da classe trabalhadora, conforme segue:

> As greves dos metalúrgicos do ABC paulista servirão de referência política para a série de movimentos grevistas no Brasil daquela época, envolvendo toda a classe trabalhadora. A partir de 1978, a classe operária entra em cena – ou para ser mais preciso, a classe trabalhadora, pois o movimento social atinge dos operários industriais a funcionários públicos. (ALVES, 2000, p. 112).

As organizações da classe trabalhadora eram muitas. O PCB ainda tinha grande influência no movimento de massas, contudo agrupamentos menores também disputavam os rumos das mobilizações operarias e estudantis. Choma (2011) chama atenção para o papel

desempenhado pela Liga Operária (LO) ao longo da década de 1970 nas mobilizações populares, particularmente, no seio do operariado industrial.[45] Assim como outras organizações, por exemplo a Ação Popular (AP), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), entre outros.

Em 1978, eclodiu fortes greves no ABC Paulista, a partir da ação sindical, de oposição ao regime militar, com impulso dos pequenos partidos e frações, assim como dos grandes partidos, a exemplo do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). De modo que, os dois últimos anos da década de 1970 foram expressão do ascenso vitorioso das lutas da classe

[45] A LO é parte da expansão internacionalista do Programa Político-Programático da IV Internacional. A IV Internacional foi fundada, oficialmente, em 3 de setembro de 1938, na comuna de Périgny, pertencente ao Departamento de Val-de-Marne (França), com a participação de delegações de doze países. "Os principais partidos presentes eram o SWP [*Socialist Workers Party*], dos EUA, com 2.500 militantes, cujos delegados eram Cannon, Shachtman e Natham Gould, o POI (França) com 600 militantes, com Naville, Rous, Rousset, J. Bardin, Craipeau e Marcel Hic e o PSR (Bélgica), com 800, representado por Lesoil. O partido brasileiro, POL (Partido Operário Lêninista) possuía 50 militantes e seu delegado era Mário Pedrosa. [Assim como] Vitsoris e Raptis (ou Pablo), delegados por dois partidos gregos; Schüessler e Weber pelos Comunistas Internacionalistas da Alemanha; C. L. R. James, Harber e Summer-Boyd pelo RSL (Inglaterra); Lamed e Stockfisch pelo Grupo Bolchevique-Lêninista da Polônia; Tresso (Itália); De Wilde da Holanda; Zborowski (ou Etienne) pela Oposição de Esquerda (URSS) e Scheuer e Fischer pelos Comunistas Revolucionários (Áustria)." (MARGARIDO, 2008). A fundação da IV Internacional foi o resultado do trabalho de denuncia desenvolvido por Leon Trotsky contra o Regime Stalinista que destruiu o triunfo histórico dos primeiros anos da Revolução Russa de 1917, assim como dizimou os dirigentes do Partido Bolchevique. A LO surge na conjuntura de grande acirramento das ditaduras Latino-Americanas. Não apenas no Brasil, mas também na Argentina a perseguição aos movimentos e partidos de esquerda, e ai incluídos os Trotskystas, notadamente os dirigentes da Quarta Internacional (Secretariado Unificado - SU), que tinha à frente Ernest Mandel e Lívio Maitan (um desvio ao Castrismo guerrilheiro), fez com que muitas ações de resistência, do tipo guerrilheira, significassem a morte de importantes militantes, particularmente, do *Exército Revolucionario del Pueblo* (ERP) argentino e do *Partido Obrero Revolucionario* (POR) boliviano. Numa lógica contrária ao guerrilherismo e na intenção de criar partidos de tradição bolchevique com inserção no operariado, desenvolveu-se a tática, no SU, do SWP e do *Partido Socialista de los Trabajadores* (PST) argentino, este último tendo à sua frente Nahuel Moreno (Hugo Miguel Bressano Capacete). Com a vitória, no Chile, do governo de Salvador Allende, em 1970, diversos exilados políticos se radicaram nesse país, dentre eles alguns brasileiros, como Maria José Lourenço, Jorge Pinheiro e Waldo Mermelstein. Em 1973, o golpe do General Pinochet, no Chile, prendeu e assassinou diversos militantes de esquerda. Os três brasileiros conseguiram fugir para a Argentina, com apoio do PST de Moreno. É, então, que Moreno propõe a criação de uma nova organização Trotskysta para o Brasil e, em 1973, em Bueno Aires, foi criada a LO, com 4 militantes brasileiros - Maria José Lourenço, Jorge Pinheiro, Waldo Mermelstein e Valderez. Após o crescimento da LO, no Brasil, a partir da atuação no âmbito estudantil (PUC-SP, USP, UFF, UNICAMP e UFSCar - local de captação do centésimo militante, o camarada Celso Brambilla), a LO se lançou numa panfletagem clandestina para o ato do 1º de Maio de 1977 e teve alguns de seus militantes detidos, em 29 de abril, numa *blitz* da Polícia Civil, dentre eles Celso Giovanetti Brambilla, Márcia Basseto Paes, Ademir Mariri, Fernando Antonio de Oliveira Lopes, Anita Maria Fabri e José Maria de Almeida (Zé Maria), um metalúrgico da COFAP, em Santo André, todos foram torturados nas dependências do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). (CERDEIRA, 2008; PROIBIDAS, 1977)

trabalhadora internacional. Conforme expressa Macedo (2010, p. 36): “Se em 1978 as greves metalúrgicas ocorreram no interior das fábricas, em 1979 elas assumiram a característica de greve geral que se espraiou pelas ruas de São Bernardo do Campo e outras cidades do ABC paulista.”

A grande intervenção sindical se dava por meio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (SMSBCD). Na greve de 1979, o sindicato sofreu intervenção federal, em 23 de março. À frente do sindicato figurava Luiz Inácio da Silva (Lula) e cerca de 15 mil operários estavam presentes nessa greve, em São Bernardo do Campo. (MACEDO, 2010, p. 37)

Em fins de 1979 foi sancionada a Nova Lei Orgânica dos Partidos, por meio da Lei n. 6.767, de 20 de dezembro, o que reabriu para o pluripartidarismo. Apesar da abertura e do ascenso da classe trabalhadora na luta contra a Ditadura no Brasil, os militares ainda tentavam frear as organizações revolucionárias. Em 1977, a Operação Lótus, desencadeada pelo DOPS, tinha o objetivo de desestruturar a recente LO, de tradição Trotskista. Em janeiro de 1978, foi lançado o Movimento Convergência Socialista (MCS), impulsionado pela LO, que tinha como objetivo fundar um Partido Socialista com independência de classe em bases legais. Em agosto do mesmo ano foi realizado um congresso do MCS para lançar as bases de um novo partido, contudo seus dirigentes foram presos, produto da Operação Lótus, dentre eles o dirigente internacional Nahuel Moreno. (GOMES; WELMOWICH; CERDEIRA, 2012)

O MCS cumpriu papel histórico para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 10 de fevereiro de 1980. Conforme Bianchi (2005) e Faria (2005, p. 242), foi Zé Maria, militante da LO, que apresentou a tese do MCS no Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, em janeiro de 1979, na cidade de Lins, no qual propunha, dentre outros pontos, a criação de um “Partido dos Trabalhadores sem patrões”. O Congresso, por sua vez, aprovou a necessidade de se criar um Partido dos Trabalhadores.

No 1º de Maio de 1979 foi lançada a Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores no Brasil (PT). A Carta enfatizava a mobilização da classe trabalhadora nas lutas e nas greves, assim como a repressão aos sindicatos combativos e a necessidade de uma organização da classe trabalhadora de forma independente. Alguns elementos do Manifesto do Partido Comunista, produzidos por Marx e Engels como programa para a Liga dos Comunistas, em 1848, foi incorporado à Carta:

> O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores, que sabem que a democracia é participação organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais deverão

> esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de seus problemas. (CARTA DE PRINCÍPIOS, 1979, p. 5).

É justamente nesse período que o Movimento Docente ganha corpo. A criação das Associações de Docentes (AD) em fins de 1978, como da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), assim como as radicais mudanças que as antigas AD, que possuíam caráter assistencial, recreativo e de colaboração com as reitorias, assumiram feições político-sindical, a exemplo da Associação dos Professores Universitários de Santa Maria (APUSM) e da Associação dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (APUFSC). (COELHO, 1996)

Conforme o autor, o Movimento Docente "[...] é parte dos movimentos sociais que afloram no final da década de [19]70." Junto com o crescimento do corpo docente e sua crescente organização politico-sindical, há o que fora denominado por Coelho (1996) de "Profissionalização do Magistério Superior", que implicou na estruturação de uma Carreira Docente, e esse processo se deu, conforme verificado, em virtude do papel político-econômico que as IFES assumiram na política desenvolvimentista.

O Regime de Dedicação Exclusiva contribuiu, sobremaneira, para a "Profissionalização do Magistério Superior". O efetivo de docentes em regime de DE, entre 1971 e 1981, saltou de 15,3% para 29,9%, nas IFES (COELHO, 1996, p. 39). Na avaliação de Coelho (1996) o movimento de ampliar o efetivo de docente em regime de DE impulsionou a qualidade das IFES, contudo converteu os profissionais liberais em meros assalariados do Estado, ao não ser permitido o vínculo em outro espaço profissional.

Nessa conjuntura de reorganização da classe trabalhadora, de ascenso das lutas por meio de greves e atos, de reorganização política e sindical dos trabalhadores, a partir do Decreto-Lei n. 1.732, de 20 de dezembro de 1979, foi realizada nova alteração salarial, o que incluiu o grupo do Magistério Superior. Contudo, isso não foi suficiente para evitar a greve de 1980, que iniciou no dia 16 de novembro e findou no dia 11 de dezembro, com as pautas centrais entorno do reajuste salarial de 48% e de um Novo Plano de Carreira do Magistério.[46]

Desde 1979, especificamente no Encontro Nacional das Associações Docentes (ENAD) que ocorrera em Salvador, no período de 5 a 9 de setembro, os docentes realizaram ampla discussão e avaliação do Anteprojeto de Lei de Reestruturação da Carreira do

[46] Cf. Apêndice A.

Magistério Superior que compunha a uma das propostas do governo para a educação superior pertencente ao que ficou conhecido como "Pacote Portella".[47] (COELHO, 1996, p. 43)

Depois de idas e vindas do MD para o MEC, no que diz respeito as disputas do texto do Anteprojeto de Lei, a Coordenação das AD[48] propôs as AD que se deliberasse, junto às suas bases, por uma paralisação nacional de 3 dias. Esse movimento ganhou força no ENAD extraordinário, que ocorreu no Rio de Janeiro, no período de 5 a 9 de julho de 1980, em que se aprovou a pauta que sustentou a realização da greve em fins de 1980. Ou seja, o MD ganhou forma em virtude das suas novas características, do caráter intransigente encontrado nas negociações com o Estado, na figura do governo Figueiredo e da conjuntura geral na qual o país se encontrava, de alta inflacionária, arrocho salarial, elementos de autoritarismo e as lutas do ABC Paulista por meio de uma onda de greves vitoriosas desde 1978.

A década de 1980, dessa forma, foi o palco no qual a Carreira Docente nas IFES sofreu estruturação e consolidação, reivindicada pelo conjunto de docentes organizados nas AD. Ao final de 1980 novo reajuste foi conquistado pela categoria, assim como elementos que dariam forma organizativa para a Carreira foram consolidados. A sansão do Decreto-Lei n. 1.820, de 11 de dezembro daquele ano, pelo Governo Figueiredo (1979-1985), deu ganho, a partir de 1981, de 73% de aumento salarial (apesar da inflação elevada). De modo paralelo, foi sancionado o Decreto n. 85.487, de 11 de dezembro de 1980, em que ficou estipulado a nova Carreira do Magistério nas Instituições Federais Autárquicas.

A partir desse Decreto ficou estruturado, nitidamente, a Carreira do Magistério Superior Federal. O percentual maior de docentes estavam presentes no interior das IFES Autárquicas (cerca de 75%). De modo que era o percentual do corpo docente que estava num processo de organização sindical superior, não por acaso todas as greves dos docentes das IFES, no início da década de 1980, foram realizadas nas IFES Autárquicas. A primeira greve de docentes das IFES Fundacionais ocorreu em 1985.[49]

O Art. 1º do Decreto n. 85.487/80, delimitou as atividades de magistério superior, em três níveis, exclusivas ao corpo docente:

---

[47] O nome fazia alusão ao então Ministro de Estado da Educação, Cultura e Desportos, Eduardo Portella (1979-1980). Outros dois outros anteprojetos fizeram parte do "Pacote", são eles: Anteprojeto de Autarquia de Regime Especial e Anteprojeto de Escolha e Nomeação de Dirigentes Universitários (COELHO, 1996, p. 43). O conteúdo dos eventos que abordaram as três temáticas pode ser encontrado em MEC/SESu (1979b).

[48] Até então não existia a ANDES, de modo que o MD nacional era dirigido por uma Coordenação Nacional que foi criada no I ENAD, em julho de 1979. (COELHO, 1996, p. 43)

[49] Cf. Apêndice A.

> I - as pertinentes à pesquisa e ao ensino de graduação ou de nível mais elevado, que visem à produção, ampliação e transmissão do saber; II - as que estendem à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa; III - as inerentes à direção ou assessoramento exercidas por professores na própria instituição, ou em órgãos do Ministério da Educação e Cultura. (BRASIL, 1980b).

A Carreira sofreu leve modificação em suas classes. Um pequeno processo evolutivo frente a Lei n. 4.881-A/65, seguido das modificações por meio da Lei n. 5.539/68 e do Decreto-Lei n. 465/69. O Auxiliar de Ensino assumiu, de fato, o primeiro nível da Carreira, composta agora por 4 classes: I - Professor Títular; II - Professor Adjunto; III - Professor Assistente; IV - Professor Auxiliar. E cada classe, conforme Parágrafo único do Art. 5º Decreto n. 85.487/80, possuía 4 referências, o que depois passou a ser compreendido como níveis de uma classe.

Apesar de manutenção do ingresso na Carreira por meio de concurso público de provas e títulos, conforme Art. 8º, o provimento no cargo era por meio exclusivo no regime da CLT, como previu o Art. 7º. Contudo, era possível progredir ao longo de toda a Carreira sem a existência de titulação, conforme exposto no Quadro 2 abaixo.

Quadro 2 - Carreira do Magistério nas Instituições Federais Autárquicas de 1980

Classes	Forma de Ingresso	Formação Exigida	Forma de Ingresso	Critérios
Professor Titular	Concurso Público de Provas e Títulos	Adjunto ou Notório Saber	-	-
Professor Adjunto	Concurso Público de Provas e Títulos	Dr. ou LD	Progressão Vertical	Interstício de 2 anos na referência 4 do Assistente e Avaliação; Imediatamente com o Título de Doutor ou Livre Docente para o Assistente ou Auxiliar
Professor Assistente	Concurso Público de Provas e Títulos	Me.	Progressão Vertical	Interstício de 2 anos na referência 4 do Auxiliar e Avaliação; Imediatamente com o Título de Mestre
Professor Auxiliar	Concurso Público de Provas e Títulos	Grad.	-	-

Fonte: Brasil (1980b).

Portanto, ficou ampliado o movimento na Carreira, ao ponto de um professor aprovado no Concurso Público de Provas e Títulos para a Classe de Professor Auxiliar, apenas com o Diploma de Graduação, poderia progredir na Carreira até a referência 4 da Classe de Professor Adjunto, sem a necessidade de prestar novo Concurso Público de Provas e Títulos. Vale destacar que as progressões horizontais, ou seja, entre as referências de uma determinada classe, eram automáticas e sem avaliação de desempenho global do docente, apenas na progressão vertical o docente era submetido ao processo de avaliação e o setor

responsável por tal processo era a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). (BRASIL, 1980b)

Dessa forma, após 22 anos de trabalho o professor que ingressou na Classe de Professor Auxiliar, apenas com o Diploma de Graduação, chegaria ao final da Carreira. Todavia, esse professor poderia ocupar a Classe de Professor Titular se aprovado em Concurso Público de Provas e Títulos específico para esse cargo, e para isso era necessário apenas pertencer a qualquer referência da Classe de Professor Adjunto, conforme o Quadro 2. Desta feita, o final da Carreira seria alcançada ao longo de 30 anos de trabalho, sem a necessidade de titulação, momento em que esse professor iria adentrar a referência 4 da Classe de Professor Titular.

No que concerne ao Regime de Trabalho, manteve-se o que já estava estabelecido. Além disso, o Plano previa a base de remuneração e o afastamento docente em três níveis, conforme Art. 24: I - para aperfeiçoar-se em instituições nacionais ou estrangeiras; II - para prestar colaboração temporária a outra instituição federal de ensino superior ou de pesquisa; III - para comparecer a congresso ou reunião relacionado com sua atividade de magistério. (BRASIL, 1980b)

Quanto à questão salarial, os dados apresentados na Tabela 7 indicam que houve pequena elevação nos vencimentos da Carreira do Magistério Superior Federal, quando comparada com a Tabela 2. Ao longo de uma década a proporção do salário mínimo em relação ao vencimento do Professor Titular, em regime de tempo parcial, saltou de 6,40, em 1970, para 8,98, em 1980. Da mesma forma, houve elevação para o Professor Adjunto (de 5,69 para 7,53) e para o Professor Assistente (de 4,97 para 5,53).

Tabela 7 - Vencimentos na Carreira do Magistério Superior Federal - Brasil - 1980 [1]

Classes do Magistério Superior	Valores em Cr$ (1980)					
	20 Horas	Proporção do SM [2]	40 Horas	Proporção do SM [2]	Dedicação Exclusiva	Proporção do SM [2]
Professor Titular (1)	51.996	8,98	103.992	17,96	135.189	23,35
Professor Adjunto (1)	43.586	7,53	87.172	15,06	113.323	19,58
Professor Assistente (1)	32.005	5,53	64.010	11,06	83.212	14,37
Professor Auxiliar (1)	23.593	4,08	47.190	8,15	61.346	10,60

Fonte: Brasil (1980a, Anexo I).

[1] Não existiam diferenças na remuneração conforme a titulação do docente, as distinções salariais adotavam o critério do regime de trabalho.

[2] Considera-se o valor do Salário Mínimo estipulado por meio do Decreto n. 85.310, de 31 de outubro de 1980, no valor de Cr$ 5.788,80.

Salienta-se, ainda, que a essa altura já existia cerca de 30% do quadro docente em regime de Dedicação Exclusiva, conforme Tabela 11, o que colocava o patamar salarial, mínimo, na proporção de 10 salários mínimos. Apesar da ampliação salarial, quando comparado com o salário mínimo nacional, esse período era de alta inflacionária. Além disso, destaca-se que o salário mínimo, desde meados de 1970, vivenciava uma defasagem histórica quando comparado com o seu início em 1940, que chegou, em 1975, na ordem de 43,1% e de 38,2%, em 1980. (BOITO JÚNIOR, 1991, p. 72)

O elemento salarial configura-se como importante a partir do momento em que se amplia o efetivo de docentes em regime de Dedicação Exclusiva. Contudo, frisa-se que, de modo concomitante, as obrigações docentes, ou seja, as funções de responsabilidade do corpo docente tenderam a se ampliar ao longo da década de 1980, a começar pela delimitação sobre as atividades de magistério superior que o Decreto n. 85.487/80 realizou.

No entanto, foi na década de 1980 que se observou uma estagnação nas matrículas das Universidades Federais. A Tabela 8 demonstra que no período de 1980 a 1987, o crescimento das matrículas, nas Universidades Federais, foi de 3,6%, um total de pouco mais de 10 mil matrículas em quase uma década. Essa tendência foi seguida pelo crescimento do quantitativo das Universidades Federais, que saltou de 34 para 35, e no quadro docente, com crescimento de 4,7% no período de 1980 a 1988 (conforme Tabela 9).

Apesar disso, o setor das IES Públicas cresceu ao longo da presente década. Um salto de 20% no número de instituições, ampliando o efetivo em 40, assim como a evolução na ordem de 18,8% no número de matrículas, que representou pouco mais de 90 mil novas matrículas. De modo que, o papel na expansão do ensino superior público, ao longo da década de 1980, não foi creditado às Universidades Federais.

Tabela 8 - Evolução do número de IES e matrículas, em cursos de graduação presenciais, no setor público - Brasil - 1980-1987

Ano	IES				Matrículas			
	Públicas	Δ (%) a.a.	Univ. Federais	Δ (%) a.a.	Públicas	Δ (%) a.a.	Univ. Federais	Δ (%) a.a.
1980	200	..	34	..	492.232	..	305.099	..
1981	259	29,5	34	0,0	535.810	8,9	301.505	-1,2
1982	249	-3,9	35	2,9	548.388	2,3	305.468	1,3
1983	246	-1,2	35	0,0	576.689	5,2	328.044	7,4
1984	238	-3,3	35	0,0	571.879	-0,8	314.194	-4,2
1985	233	-2,1	35	0,0	556.680	-2,7	314.102	0,0
1986	263	12,9	35	0,0	577.632	3,8	313.520	-0,2
1987	240	-8,7	35	0,0	584.965	1,3	315.956	0,8
Δ (%) 80-87	**20,0**	**..**	**2,9**	**..**	**18,8**	**..**	**3,6**	**..**

Fontes: MEC/SAG/CPS (1992); MEC/SEDIAE/INEP (1996); MEC/CGEES/INEP (1999).
Nota: Sinal convencional utilizado:
.. Não se aplica dado numérico.

Apesar da estagnação no crescimento das Universidades Federais e no número de suas matrículas, o quadro docente sofreu profundas mudanças, fruto das disputas entorno do Plano de Carreira do Magistério Superior Federal que se iniciara no final da década de 1970. Ainda como produto do Decreto n. 85.487/80, o Art. 43 previu a incorporação dos Professores Colaboradores e dos Auxiliares de Ensino, que não eram estáveis, no novo plano, como efetivos na Classe de Professor Assistente.

Os dados expressos na Tabela 9 expõem esse movimento. No ano de 1980 foi contabilizado 11.999 docentes, entre substitutos (incluídos aqui os Professores Colaboradores e os Auxiliares de Ensino) e visitantes. Já em 1982, o efetivo desses docentes caiu para 968. Todo esse volume foi incorporado na Classe de Professor Assistente como se observa na Tabela 9. Em 1980 o efetivo de Professores Assistentes era de 10.573, em 1982 esse número saltou para 24.134, uma evolução percentual de 128,3%, representando os docentes incorporados, como previu o Decreto n. 85.487/80.

Tabela 9 - Evolução do corpo docente nas IFES, autárquicas e fundacionais, por classe - Brasil - 1980/1988

Ano	Docentes por Classe					
	Titular	**Adjunto**	**Assistente**	**Auxiliar**	**Outros [1]**	**Total**
1980	4.044	8.572	10.573	8.935	11.999	44.123
1982	4.105	12.465	24.134	3.797	968	45.469
1984	3.842	13.795	23.153	4.125	1.406	46.321
1986	4.084	19.206	19.085	5.041	773	48.189
1988	4.086	21.025	16.321	4.772	.. [2]	46.204
Δ (%) 80-88	**1,0**	**145,3**	**54,4**	**-46,6**	**..**	**4,7**

Fonte: MEC/SESu/SDI/CODAI (1989).
Nota: Sinal convencional utilizado:
.. Não se aplica dado numérico.
[1] Representa a somatória dos docentes Substitutos e Visitantes.
[2] O dado não consta na fonte.

Ao longo da década em análise, destaca-se a mudança qualitativa por que passou o quadro docente, o que fortalece a tese defendida por Coelho (1996) da “Profissionalização do Magistério Superior”. E, de fato, como pode ser verificado nas Tabelas 9, 10 e 11, houve uma vigorosa ampliação de um corpo docente que se comprometia com o desenvolvimento do ensino de graduação e pós-graduação, da pesquisa e da extensão.

No período 1980 a 1988, como destaca a Tabela 9, o efetivo de Professores Assistente e Adjunto passou por significativa ampliação, com percentuais de 54,4% e 145,3%, respectivamente, de novos docentes nessas classes. De outro modo, a Classe de Professores Auxiliares apresentou um decréscimo que explica dois processos: 1. o caráter progressivo dos docentes na carreira; 2. a reduzida ou inexistente política de concursos públicos para ampliar o quadro docente (o que ganha sustentação ao se verificar a ampliação de apenas 4,7% no total de docentes).

A partir da análise da Tabela 10 é possível afirmar a ampliação da maturidade acadêmico-científico do quadro docente, um fator importante para o fortalecimento da política de carreira, que carrega em si a possibilidade de ampliar o desenvolvimento da pesquisa acadêmica, fortalecer a política de pós-graduação *stricto sensu* e contribuir para a melhoria, paulatina, do elemento salarial.

Tabela 10 - Evolução do corpo docente nas IFES, autárquicas e fundacionais, por titulação - Brasil - 1980/1988

Ano	Docentes por Titulação						
	Doutor [B]	**α (%) B-A**	**Mestre [C]**	**α (%) C-A**	**Esp./Aperf.**	**Graduado**	**Total [A]**
1980	5.428	12,3	8.866	20,1	9.805	20.024	44.123
1982	6.247	13,7	10.603	23,3	13.996	14.623	45.469
1984	6.583	14,2	11.950	25,8	14.754	13.034	46.321
1986 [1]	..	..	..	..	..	..	48.189
1988	7.260	15,7	14.080	30,5	7.038	17.826	46.204
Δ (%) 80-88	**33,8**	**..**	**58,8**	**..**	**-28,2**	**-11,0**	**4,7**

Fonte: MEC/SESu/SDI/CODAI (1989).
Nota: Sinal convencional utilizado:
.. Não se aplica dado numérico.
[1] Os dados do quantitativo de docentes estratificados pela titulação não consta na fonte, apenas o valor total de docentes.

Verifica-se, dessa forma, um movimento de ampliação significativa, ao longo do período em análise, do efetivo de mestres e doutores, e a consequente redução do efetivo de docentes com especialização/aperfeiçoamento e graduação. Em 1980, o percentual de mestres e doutores representava, frente o todo, 32,4%, ao passo que em 1988 esse quantum saltou para 46,2%, com 30,5% de mestres e 15,7% de doutores.

Por fim, destaca-se, por meio da Tabela 11, o crescimento do efetivo de docentes que passam a adotar o ambiente da universidade pública como espaço exclusivo de trabalho. A ampliação do percentual de docentes em Regime de Trabalho de Dedicação Exclusiva,

sinaliza que o corpo docente via, na universidade pública, um espaço para se enraizar, no caminho da produção e socialização do conhecimento.

Tabela 11 - Evolução do corpo docente nas IFES, autárquicas e fundacionais, por regime de trabalho - Brasil - 1980/1988

Ano	Docentes por Regime de Trabalho				
	20 Horas [1]	40 Horas	DE [B]	α (%) B-A	Total [A]
1980	15.228	15.702	13.193	29,9	44.123
1982	12.917	14.230	18.322	40,3	45.469
1984	11.963	14.440	19.916	43,0	46.319
1986	12.076	14.089	22.024	45,7	48.189
1988	9.902	12.128	24.174	52,3	46.204
Δ (%) 80-88	-35,0	-22,8	83,2	..	4,7

Fonte: MEC/SESu/SDI/CODAI (1989).
Nota: Sinal convencional utilizado:
.. Não se aplica dado numérico.
[1] Estão incluídos os dados relativos aos docentes em regime de trabalho de 12 horas e os horistas, contudo os valores são vestigiais.

Indica, ainda, que se estruturou um corpo docente que adotou a lógica da produção de conhecimento de modo qualificado. Um corpo docente que começou a construir grupos de pesquisa, produzir conhecimento na lógica das demandas científico-tecnológicas para o Estado, na perspectiva do desenvolvimentismo, conforme frisou o II PND, e formar novos mestres e doutores para ampliar esse movimento. É certo, também, que poderia expressar, também, a necessária ampliação dos vencimentos, conforme atesta a Tabela 7.

O crescimento de docentes em regime de DE salta de 29,9%, em 1980, para 52,3% do total, em 1988. E ocorre uma redução na ordem de 35,0% de 20 horas, que representou 5.326 docentes, e um decréscimo de 22,8% de 40 horas, um saldo de 3.574 docentes. Contudo, o movimento de ampliação desses dados não ocorreu sem disputas em torno da política de carreira na década de 1980.

Como visto, o início de 1980 é responsável pela reorganização político-sindical da classe trabalhadora, impulsionada pelo operariado do ABC Paulista a partir da grande onda de greves que teve início em 1978. O MD ganhou corpo nessa conjuntura, conforme frisado por Coelho (1996), e o que passou a ser pauta do conjunto dos docentes foi uma política de Carreira Unificada para o Magistério Superior Federal. Já foi frisado aqui que o corpo docente das universidades autárquicas representava cerca de 75% do total de docentes.

Ao longo das greves de 1981, de 1982 e de 1984, que ocorreu pelos docentes das Universidades Autárquicas junto com algumas Escolas Isoladas, as pautas de reivindicações

caminharam no sentido de qualificar o Plano de Carreira, pontuando a necessidade da aposentadoria integral, da ampliação das vantagens dos estatutários aos regidos pela CLT, e vice-versa, da fixação de reajustes no salário semestrais, garantido em lei, em virtude da alta inflacionária, e do 13° salário para os estatutários e quinquênio para os celetistas.[50]

A fragilidade político-econômica que assolava o país contribuiu para o crescimento dos movimentos sociais e das organizações político-sindicais no país. A estrutura do Estado estava tão fragilizada que o III PND (1980-1985), aprovado pelo Congresso Nacional em 5 de dezembro de 1979, foi abandonado em virtude da inexistência de condições econômicas para desenvolvê-lo (MATOS, 2002). Ampliava-se o endividamento externo e interno *pari passu* ao crescimento da inflação e das oscilações no PIB.

Para exemplificar, em 1979 a dívida externa somava US$ 55,8 bilhões, ao passo que, em 1983, marcava US$ 93,5 bilhões, uma alta de 67,5% em quatro anos, e um salto discreto no período 1984 a 1986, de US$ 102,0 bilhões para US$ 111,0 bilhões, na ordem de 8,8%. Contudo, o endividamento interno do país, com emissão de títulos do governo e do Banco Central do Brasil (BACEN), vivenciou redução no período 1979 a 1983, de R$ 71,4 bilhões para R$ 50,4 bilhões, para adentrar numa alta no período 1984 a 1986, de R$ 85,7 bilhões para 323,9 bilhões, que perfez um salto de 277,9%. (MATOS, 2002)

O movimento desenvolvido pelo PIB apresentou algumas diferenças em relação às dívidas. De 1981 a 1983 obteve média anual de -1,1% e no período 1984-1986 alcançou média anual de 7,7% (MONTEIRO NETO; GOMES, 1999, p. 858). A inflação (IPCA)[51], ficou na ordem de 364,4%, no período de 1981 a 1983 e de 537,1% ao longo dos anos de 1984 a 1986, média anual de 179,0%.

Junto ao aprofundamento da crise de legitimidade da Ditadura Militar, a crise do próprio governo Figueiredo e o ascenso político-sindical da classe trabalhadora, somou-se o movimento das “Diretas Já”. Tal movimento teve início com a eleição do Deputado Federal Dante de Oliveira, do agora Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do Estado do Mato Grosso, de modo que, em 2 de março de 1983 ele apresentou emenda propondo o reestabelecimento das eleições diretas para presidente do país. A partir disso, o movimento ganha corpo com a realização dos Comícios das Diretas dirigidos pelo PMDB e pelo jovem PT. (LEONELLI; OLIVEIRA, 2004, p. 25)

---

[50] Cf. Apêndice A.

[51] Neste trabalho são utilizados os dados do IPCA por se configurar o deflator oficial do governo, contudo o seu início data, com abrangência significativa das grandes metrópoles, de 1980, em virtude disso, optou-se pelo uso do IGP-DI no período anterior. A metodologia e a série histórica do citado índice por ser encontrada em publicação do IBGE. (IBGE, 2014)

A partir de janeiro de 1984 o Diretas Já extravasa os limites político-partidários e se ramifica para o conjunto da sociedade civil, conforme destaca o fragmento:

> Publicitários, jornalistas, advogados, artistas, sindicalistas, empresários, professores, estudantes, arquitetos, engenheiros e muitas outras categorias se uniam, lançando manifestos e realizando atos Pró-Diretas.
> Surgiram, por todo o país, comitês, equipes de coordenação, grupos suprapartidários, para organizarem novas atividades. Nos bares, nos restaurantes, nos locais de maior movimento dos grandes centros urbanos, havia sempre alguma manifestação, uma votação simbólica, um ato público a favor das Diretas. (LEONELLI; OLIVEIRA, 2004, p. 337).

Conforme o movimento ganhava forma as estruturas da classe trabalhadora cresciam. A exemplo disso, ainda em 1983, precisamente em 28 de agosto, nascia a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Uma nova central sindical classista, de massas e de confronto (ALVES, 2000), surgiu no interior do 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), dentro do ABC Paulista, em São Bernardo do Campo, em que esteve presente 5.059 delegados de todos os estados do Brasil que pertenciam a 912 entidades e representavam 12.192.849 trabalhadores e trabalhadoras das bases dessas entidades (CUT, 1983).[52] Já nesse espaço a recém criada ANDES debateu e deliberou no seu VII Conselho Nacional das Associações de Docentes (CONAD) a participação no CONCLAT, assim como os seus delegados, conforme segue: Ignácio Delgado, Luiz Flávio Rainho T. Ribeiro, Márcio Antônio de Oliveira, Maria José Feres Ribeiro e Rômulo Garcia de Andrade. (ANDES, 1983, p. 82)

Dentre as resoluções do 1º CONCLAT, vale destacar alguns pontos do Plano de Lutas, como as de defesa dos servidores públicos: 1 – Reposição salarial de acordo com o índice do custo de vida do DIEESE; 2 – Reajuste semestral de salários no mínimo de acordo com o índice do custo de vida; 3 – 13º salário para os estatutários; 4 – Direito de sindicalização. Assim como as de liberdades democráticas, como destaque para a primeira: 1 – Pelo ensino público e gratuito em todos os níveis.[53] (CUT, 1983)

---

[52] É necessário frisar que, nesse momento de reorganização sindical no Brasil, com ápice na criação da CUT, as disputas pela direção que o movimento sindical classista iria assumir, em meio ao "novo sindicalismo", caminharam em quatro direções no interior da CUT, de reformistas a revolucionários: 1. Unidade Sindical; 2. Bloco dos sindicalistas "independentes" também denominados "autênticos" e mais tarde "combativos"; 3. As "oposições sindicais"; 4. A extrema esquerda. (RODRIGUES, 1991, p. 27-30)

[53] As demais são: 2 – Revogação da Lei de Segurança Nacional e demais leis de exceção; 3 – Pelo direito irrestrito de greve [em oposição a Lei n. 4.330, de 1 de junho de 1964]; 4 – Por liberdade e autonomia sindicais; 5 – Pelo direito de expressão, organização e manifestação; 6 – Por eleições diretas para presidente, prefeitos das capitais e áreas de Segurança Nacional; 7 – Pelo fim das intervenções nos sindicatos e reintegração das diretorias cassadas; 8 – Pelo reconhecimento da CUT como órgão máximo de representação dos trabalhadores; 9 – Contra todo tipo de discriminação do negro, da mulher e das minorias. (CUT, 1983)

Os momentos de ápice dos comícios e passeatas pelas Diretas Já, no qual o MD também estava presente, tiveram início em 25 de janeiro de 1984, com 300 mil pessoas na Praça da Sé, em São Paulo. Posteriormente, em 24 de fevereiro, com 400 mil pessoas na Praça da Rodoviária, em Belo Horizonte, seguido pelo comício de 1 milhão, em 10 de abril, no Rio de Janeiro, no famoso Comício da Candelária e pela passeata de 1,5 milhão em 16 de abril, na cidade de São Paulo, que saiu da Praça da Sé em direção ao Vale do Anhangabaú.[54] Essa expressividade demonstrou a inserção de setores médios, não organizados, e da própria direita que se colocava contrária aos militares, de modo que a reorganização do regime democrático-burguês se configurou como uma disputa entre a direita clássica, um setor de centro e a nova esquerda que surgira do ABC Paulista.

No âmbito da Educação Superior, em fins de 1982, foi publicado o Decreto n. 87.814, de 16 de novembro, no qual se aprovou o II PNPG a ser aplicado até 1985. O plano apresentou como premissas básicas da política nacional de pós-graduação a

> [...] existência de docentes e pesquisadores efetivamente engajados na produção de novos conhecimentos científicos, tecnológicos ou culturais, **em instituições que lhes garantam adequada dedicação horária, carga de ensino compatível com a pesquisa e as outras formas de produção intelectual**. (MEC/CAPES, 2004b, p. 178, grifo nosso).

Por fim, caracterizou as instituições do sistema da educação superior em dois blocos: 1. instituições que formam profissionais para o processo produtivo de bens e serviços; 2. universidades, geralmente públicas, que desenvolvem a pesquisa básica e a formação de pesquisadores. Contudo, frisou o documento, o conhecimento a ser produzido e reproduzido na educação superior devia atender as demandas do mercado de trabalho, logo, configurar-se-ia como instrumento de reprodução da lógica do capital. (MEC/CAPES, 2004b, p. 184)

Apesar disso, a político que o governo desenvolvia, no âmbito geral, não conseguia mais impulsionar o desenvolvimentismo experienciado no final de 1960 e na década de 1970. Do mesmo modo, no que diz respeitos as políticas educacionais, com foco para a Educação Superior, caminhavam no mesmo sentido. As universidades públicas vivenciavam uma política de contenção de gastos públicos, assim como os docentes sentiam com o congelamento salarial, quando muito pequenos aumentos, fruto das greves que a partir de 1980 passaram a ser constantes.

---

[54] Dados disponibilizados pelo Senado Federal do Brasil. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/quadros/qd_diretasja_02-2014.html>. Acesso em: 18 jun. 2014.

A política de carreira passa a ser disputada pelo MD. Não se configura mais como uma simples formulação do governo a ser implementada nas universidades. O MD passou a atuar de modo organizado, com seus fóruns, para discutir e propor políticas a ser implementadas nas universidades, assim como no que diz respeito a carreira. A relação entre Estado e MD assume, de forma explícita, a partir de 1983, a disputa de projetos antagônicos de universidade, que por detrás expressavam projetos de sociedade distintos. A característica sindical de intervenção nutre as ações do MD.

Tal perspectiva é relatada por Navarro (2001), ao discorrer sobre a participação da ANDES na construção do "novo sindicalismo" que aflorou na década de 1980. A inserção da ANDES nas ações da recém criada CUT, contribuiu para a qualificação da organização da entidade com viés sindical, contudo em oposição ao "sindicalismo de resultado", desenvolvendo-se na perspectiva do "sindicalismo de confronto". O primeiro atua de modo fragmentado, com greves por empresas, já o segundo intervêm com ações de uma categoria, e afirma, dessa forma, a ação do trabalhador coletivo, como classe, ultrapassando os limites do espaço fabril ou, no particular do MD, das Universidades Federais espraiadas pelo Brasil, empreendendo greves nacionais, do conjunto da categoria organizada. (ALVES, 2000)

Desde 1981 o MD defendia a construção da Carreira Unificada do Magistério Superior Federal. No 5º CONAD da ANDES, em junho de 1982, ficou definido uma proposta do MD para reestruturar a Universidade Brasileira, em que se caracterizou a situação da Educação Superior no Brasil, assim como apresentou um corpo teórico com diversos determinantes para se implementar uma verdadeira universidade pública, gratuita, democrática e autônoma.

O documento, publicado posteriormente como Caderno ANDES n. 2, destacou na defesa do padrão único de qualidade da universidade a construção de uma Carreira Unificada para todo o Magistério Superior, que consistia, dentre outros elementos, na "[...] isonomia salarial, regime de contratação, concursos públicos e ingresso na carreira, critérios de aprovação de projetos de pesquisa." (ANDES, 1982, p. 57)

Ao longo das greves essa pauta foi sempre colocada nas mesas de negociação com o Estado, contudo até 1987 não foi priorizada pelos governos. Essa disputa começou a se aprofundar em fins de 1983, quando o MEC iniciou a construção de um projeto de unificação salarial entre as Universidades Autárquicas e Fundacionais. No primeiro semestre de 1984 foi apresentado o Projeto de Lei (PL) elaborado pelo MEC em que essa proposta era exposta.

O PL do MEC constituiu o segundo ponto de pauta a ser debatido no 9º CONAD da ANDES, que ocorreu em Belo Horizonte, de 21 a 24 de junho de 1984. De tal modo que,

tanto o setor das Universidades Autárquicas quanto das Universidades Fundacionais se colocaram contrários ao conteúdo do PL. (ANDES, 1984)

A greve de 1984, que teve duração de 84 dias, foi cabalmente combatida pelo governo. Contribuiu para o fortalecimento da ANDES, assim como para demonstrar o caráter do governo, que não priorizava a educação e a educação superior. Expressão do grau de prioridade que o governo destinava à educação superior pode ser observada no arrocho salarial aos docentes do magistério superior. Em 1985, a nova tabela salarial, expressa na Tabela 12, apresentou valores, proporcionalmente ao salário mínimo em vigor, menores do que o salário de 1980, conforme dados da Tabela 7, com redução maior para os que se encontravam em regime de Dedicação Exclusiva.

Tabela 12 - Vencimentos na Carreira do Magistério Superior Federal - Brasil - 1985 [1]

Classes do Magistério Superior	Valores em Cr$ (1985)					
	20 Horas	Proporção do SM [2]	40 Horas	Proporção do SM [2]	Dedicação Exclusiva	Proporção do SM [2]
Professor Titular (U)	1.471.516	8,83	2.943.032	17,67	3.825.880	22,97
Professor Adjunto (1)	1.155.569	6,94	2.311.138	13,88	3.004.449	18,04
Professor Assistente (1)	848.518	5,09	1.697.035	10,19	2.206.098	13,25
Professor Auxiliar (1)	625.493	3,76	1.250.986	7,51	1.626.257	9,76

Fonte: Brasil (1985a, Anexo I).
[1] Não existiam diferenças na remuneração conforme a titulação do docente, as distinções salariais adotavam o critério do regime de trabalho.
[2] Considera-se o valor do Salário Mínimo estipulado por meio do Decreto n. 90.381, de 29 de outubro de 1984, no valor de Cr$ 166.560,00.

Ainda em 1985, já sob a presidência de José Sarney, foi instituído o Decreto n. 91.177, de 29 de março de 1985, em que criou a Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior. A Comissão Especial[55], proposta pelo MEC que tinha à sua frente o então Ministro Marco Maciel, surge no momento em que "[...] a educação superior [experimentava] problema cuja magnitude e gravidade estão a exigir soluções urgentes, construídas a partir de consultas à sociedade e, em especial, à comunidade universitária." (BRASIL, 1985b). Conforme o texto da Exposição de Motivos n. 88, de 25 de março de 1985, a educação

[55] Era responsabilidade da Comissão Especial realizar consultas à comunidade acadêmica e as entidades organizadas da educação superior. Segue os integrantes da Comissão: Caio Tácito Sá Pereira de Vasconcelos (Presidente), Almicar Tupiassu, Bolivar Lamounier, Carlos Nelson Coutinho, Clementino Fraga Filho, Dom Lourenço de Almeida Prado, Edmar Lisboa Bacha, Eduardo de Lamônica Freire, Fernando Jorge Lessa Sarmento, Francisco Javier Alfaya, Guiomar Namo de Mello, Haroldo Tavares, Jair Pereira dos Santos, Jorge Gerdau Johanpeter, José Leite Lopes, José Arthur Gianoti, Luiz Eduardo Wanderley, Marli Moisés, Paulo da Silveira Rosas, Roberto Cardoso de Oliveira, Romeu Ritter dos Reis, Simon Schwartzmann e Ubiratan Borges de Macedo. (BRASIL, 1985a)

superior vivia em estado de completa crise, frisam-se os professores mal remunerados, além de absurdos problemas de ordem financeira, estrutural e social, assim como não adequada as necessidades do novo Estado Democrático. Portanto, a Universidade, versa o texto da Exposição de Motivos n. 88/85, precisava ser revolucionada para se adequar as novas exigências do mercado de trabalho.

O relatório final da Comissão Especial foi publicado em novembro de 1985, intitulado "Uma nova política para a Educação Superior Brasileira". O relatório apresenta 13 recomendações, dentre elas uma relativa ao Corpo Docente. Salienta-se, nesse particular, a necessidade de uma Carreira Docente estável com remuneração condigna, e isso constitui ponto determinante para se alcançar o padrão de excelência numa IES. (MEC/SESu, 1985)

Este item apresenta dois pontos: 1. Situação funcional e regime de trabalho; 2. Titulação, aperfeiçoamento e avaliação do desempenho. O primeiro destaca o ingresso na carreira e o acesso ao posto máximo (subentende-se a Classe de Professor Titular) por meio de concurso público de provas e títulos, assim como elencou critérios para ascensão funcional; especificamente para o magistério federal, frisou a necessidade do vínculo docente por meio de regime jurídico próprio, distinto do funcionalismo público em geral; necessidade da construção do plano de carreira unificado para as IFES; e prioridade para o regime de DE, com possibilidade do regime de 20 horas e contrários ao regime de 40 horas sem DE, assim como completamente contrários ao sistema de pagamento por hora-aula. (MEC/SESu, 1985)

Quanto ao segundo item o destaque fica para a responsabilização das IES em colaboração com o MEC no desenvolvimento de condições para o aperfeiçoamento do quadro docente, por meio da pós-graduação *stricto sensu*, em programas no Brasil e no exterior. Assim como a institucionalização de um sistema de avaliação de desempenho do corpo docente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (MEC/SESu, 1985). Apesar disso, o MD destacou que o conjunto do relatório era "[...] globalmente contrária à ótica, à concepção e direção política das propostas do movimento docente, sendo portanto inaceitável." (ANDES, 1986a, p. 2)

De imediato à publicização do relatório da Comissão Especial de 1985, foi criado o Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES), vinculado ao MEC, por meio da Portaria n. 100, de 6 de fevereiro de 1986. Em setembro de 1986 o documento foi divulgado, contudo quando da realização do 14º CONAD da ANDES, a entidade denunciava que já havia solicitado cópia do documento do GERES há tempos e o MEC ainda não enviara o presente, vindo a receber apenas em 29 de setembro. Em síntese, o documento do GERES reproduz o conteúdo apresentado no relatório da Comissão Especial de 1985, reivindicando

diversas passagens para justificar as suas proposições e apresentou, ao final, o texto do PL que dava nova organicidade às IFES, incluindo aí elementos da Carreira Docente. (MEC, 1986)

Durante a realização do I Seminário Nacional sobre o Trabalho Intelectual e Avaliação Acadêmica, realizado na Universidade Federal do Paraná (UFPR) pela ANDES, nos dias 1 e 2 de outubro de 1986, foi possível ampliar o conhecimento sobre o conteúdo do PL apresentado pelo GERES. Na relatoria do Seminário, o MD foi categórico em afirmar que o documento do GERES "[...] não visa o fortalecimento da universidade pública, mas procura fragmentar o saber, promovendo dissociação de ensino e pesquisa e ensino privatizante, e encarando a sociedade como "eleitora" e "consumidora" (de bens e serviços)." (ANDES, 1986b, p. 97)

A essa altura, realizara-se as eleições gerais para os mandatos legislativos de deputado federal e senadores da república em novembro de 1986, estes estariam incumbidos de estruturar a nova Constituição do Brasil. A Assembleia Constituinte foi instalada em fevereiro de 1987, composta por 559 congressistas (72 senadores), dos quais 16 deputados do PT e a maioria do PMDB com 305 congressistas (45 senadores). Essa pauta passou a ser preocupação do MD, tanto pela sua inserção no movimento sindical geral, em que havia diversas pautas para disputar, quanto no que diz respeito à educação e a educação superior em particular.[56]

Eis que, depois de várias lutas travadas em fins de 1970 e durante os anos 1980, em 1987, estabeleceu-se um novo marco no âmbito da política de Carreira Docente do Magistério Superior Federal. Adentrava à mesa diretora da Câmara dos Deputados o PL 5 no dia 16 de março de 1987. Após deflagrada a greve do MD das IFES, a primeira que unificou as instituições autárquicas e fundacionais, totalizando 45 instituições, no dia 25 de março de 1987, é que se conseguiu rápida tramitação e a aprovação da Carreira Unificada.

As principais pautas da greve, que teve duração de 44 dias, foram: 1. adoção do Plano Único de Carreira para as IES Federais, proposto pela ANDES; 2. isonomia salarial plena aos docentes das Autarquias e Fundações, segundo a tabela salarial proposta pela ANDES; 3. aposentadoria integral. Com 17 dias do início da greve, foi aprovada a Lei n. 7.596/87, que previu o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), conforme segue:

[56] O conjunto de documentos produzidos na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 pode ser encontrado no *site* dos Anais do Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/CT_Abertura.asp>.

> Art. 3º As universidades e demais instituições federais de ensino superior, estruturadas sob a forma de autarquia ou de fundação pública, terão um Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos para o pessoal docente e para os servidores técnicos e administrativos, aprovado, em regulamento, pelo Poder Executivo, assegurada a observância do princípio da isonomia salarial e a uniformidade de critérios tanto para ingresso mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, quanto para a promoção e ascensão funcional, com valorização do desempenho e da titulação do servidor. (BRASIL, 1987a).

Portanto, foi a combinação da luta histórica pela "Profissionalização do Magistério Superior" (COELHO, 1996), da organização da categoria docente por meio da ANDES, do nível de desenvolvimento político-sindical que essa categoria alcançou e das disputas travadas por ela com os governos no centro das políticas para a construção da Universidade Pública que a síntese do PUCRCE pode ser construída.

Essa construção histórica da categoria docente das Universidades Federais no Brasil possibilita a análise da gênese e do desenvolvimento dessa fração da classe trabalhadora e, particularmente, da concepção de Carreira Docente e de Universidade formuladas por esta ao longo de vinte anos. A partir de então, tornou-se necessário a sua consolidação como categoria, na perspectiva de sua profissionalização, e mais ainda, na maturação completa da sua organização de classe.

A regulamentação o PUCRCE, que se deu por meio do Decreto n. 94.664/87, foi a primeira etapa de uma nova época de lutas no interior da construção da Carreira Docente Unificada do Magistério Superior Federal, a partir do enfrentamento de uma nova Constituição, num outro patamar de desenvolvimento das relações jurídicas do Estado e do mundo produtivo.

3 O PLANO ÚNICO DE CLASSIFICAÇÃO E RETRIBUIÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS NOS MEANDROS DAS METAMORFOSES DO MUNDO DO TRABALHO E DO ESTADO

Pelas Tabelas (1984)
Ando com minha cabeça já pelas tabelas
Claro que ninguém se toca com minha aflição
Quando vi todo mundo na rua de blusa amarela
Eu achei que era ela puxando um cordão
Oito horas e danço de blusa amarela
Minha cabeça talvez faça as pazes assim
Quando ouvi a cidade de noite batendo as panelas
Eu pensei que era ela voltando pra
Minha cabeça de noite batendo panelas
Provavelmente não deixa a cidade dormir
Quando vi um bocado de gente descendo as favelas
Eu achei que era o povo que vinha pedir
A cabeça de um homem que olhava as favelas
Minha cabeça rolando no Maracanã
Quando vi a galera aplaudindo de pé as tabelas
Eu jurei que era ela que vinha chegando
Com minha cabeça já pelas tabelas
Claro que ninguém se toca com minha aflição
Quando vi todo mundo na rua de blusa amarela
Eu achei que era ela puxando um cordão
Oito horas e danço de blusa amarela
Minha cabeça talvez faça as pazes assim
Quando ouvi a cidade de noite batendo as panelas
Eu pensei que era ela voltando pra
Minha cabeça de noite batendo panelas
Chico Buarque (2010b, p. 34)

O ponto de partida para tratar do Plano de Carreira do Magistério Superior Federal é determinado, precisamente, em 1987. A partir das modificações que a base legal sofreu, no que concerne a natureza das Universidades Federais Autárquicas e Fundacionais, foi possível unificar a política de Carreira Docente dessas instituições, que outrora se encontravam desmembradas.

Compreende-se o movimento precursor do objeto ora investigado quanto aos seus fundamentos políticos. A Carreira Unificada não foi uma concessão do Estado, mediado por um governo, de modo oposto, demonstrou-se as intenções dos governos militares no amoldamento de uma determinada carreira, para atender as necessidades de um projeto que se lançava desenvolvimentista e, impulsionado pela abertura política, ações do governo transitório, do início da década de 1980, e do governo do regime democrático-burguês no caminho de atender, de modo ponderado, as pressões que emergiram de uma nova categoria do funcionalismo público federal - Magistério Superior estruturado como Profissão, conforme destacou Coelho (1996).

É certo que o movimento nas disputas com o governo não foi linear e, tão pouco, harmônico. O impulso das greves do ABC Paulista despertou nessa categoria a necessidade de se organizar e lutar por direitos trabalhistas, até então negados em sua plenitude, essencialmente para os que não possuíam vínculo via CLT. Contudo, esse marco histórico representou um ganho significativo para a categoria, como destacou Newton Lima Neto[57], em 1995, ao ser entrevistado por Navarro (2001, p. 407-408):

> [...] nós coordenamos a maior greve, a mais reconhecidamente exitosa, em 1987. Ela obteve um êxito importante, ao unificar, ao ter ganho salarial concreto - o maior salário em dólares, em valor real, que se pôde ter nos últimos anos ao conseguir ganhos importantes, que deram o passo fundamental para a transformação de todos os docentes das federais em estatutários, para a unificação da natureza jurídica. Pouca gente se dá conta disso, mas as fundações deixam de existir como tal e passam a ser autarquias com o nome de fundações. A natureza jurídica muda no projeto; em 1985, já mudava. Em 1987, consolida-se isto, com o PUCRCE e todos os democráticos processos de progressão na carreira - apesar dos seus vieses ruins, pois foi impossível obter alguma coisa perfeita.

O conteúdo da fala do Prof. Lima Neto expressa a positividade que foi a aprovação do PUCRCE, contudo pondera os seus problemas. O plano em si, respondeu às demandas reivindicadas pela categoria docente, assim como representa a complexificação de alguns elementos que já existiam em planos anteriores.

É preciso destacar, para ampliar o nível de entendimento quanto as mudanças pelas quais foi submetido o PUCRCE a partir de sua implementação em 1987, a nova dinâmica no nível do regime de acumulação de riqueza e da gerencia dos estados nacionais. É sob os

---

[57] O Prof. Newton Lima Neto ocupou os cargos de 1º Secretário na primeira nominata da Direção Nacional da ANDES (1981-1982), Secretário Geral na segunda nominata da Direção Nacional da ANDES (1982-1984) e Presidente na quarta nominata da Direção Nacional da ANDES (1986-1988). No início da década de 1990 ocupou o cargo de Reitor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (1992-1996), eleito pela comunidade acadêmica. Na condição de Reitor pode assumir, em 1994, a Presidência da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (ANDIFES). Militante do PT, iniciou sua carreira política na condição de candidato a vice-governador de São Paulo junto à Marta Suplicy, em 1998. Sem sucesso no Estado, concorreu e obteve vitória para o pleito da Prefeitura de São Carlos, onde ocupou dois mandatos consecutivos (2001-2004 / 2005-2008). Nesse ínterim, foi o Coordenador Geral da área de Educação, Ciência e Tecnologia do Plano de Governo na campanha presidencial do PT, em 2002. Por fim, ocupa, desde 2010, uma cadeira na Câmara dos Deputados Federais, ainda pelo PT, onde preside a Comissão de Educação e Cultura. Portanto, aqui se expressa a história de um professor que construiu a ANDES, construiu a histórica greve de 1987, na luta contra um governo que se lançava na aplicação de uma política de fragmentação do ensino superior federal, e foi ludibriado pela política reformista que a direção majoritária do PT impôs ao partido, momento em que atuou e atua na organização da política dos mandatos presidenciais do PT, com ações no caminho de administrar a crise do capital e, em contrapartida, servir de freio às lutas da classe trabalhadora. As informações à respeito da biografia do professor foram extraídas do seu *site* de Deputado Federal. Disponível em: <http://www.newtonlima.com.br/biografia.asp>.

fundamentos teórico-práticos da produção de riquezas de tipo flexível, particularmente àquela formatada por Taiichi Ohno na base industrial da *Toyota Motor Corporation*, e das reformas de base nas relações estabelecidas entre a Sociedade Civil e o Estado, no mundo e no Brasil, que possibilitam compreender o movimento pelo qual a Carreira Docente do Magistério Superior Federal navegou a partir da década de 1990.

Dessa forma, ficará expresso, no plano teórico, o movimento da prática. O movimento da política de Carreira Docente do Magistério Superior Federal que foi implementada pelos governo pós-Constituição de 1988 no Brasil. Política que se lança com claro viés de classe, da classe dominante. Mantêm-se, em 1988, o "movimento democrático" de Sarney, na presidência do país, que é sucedido pelo prosaico marajá Collor de Mello e, fatidicamente, substituído pelo seu vice Itamar Franco, ambos do Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

As grandes mudanças vieram, de fato, com os dois mandatos presidenciais de FHC, momento em que foi garantido os condicionantes necessários para desenvolver o que foi gestado, no Brasil, nos dois governos anteriores - o Estado Neoliberal.

Portanto, compreender os motivos que levaram à eclosão da maior greve da história do MD das IFES, realizada em 2012, perpassa pela análise dos determinantes estruturais das mudanças que a atual Carreira Docente vivenciou desde o seu nascedouro. Há, dessa forma, um conjunto de mediações que necessitam ser investigadas no que concerne às políticas implementadas pelos governos democráticos burguês, de 1987 a 2012.

Para realizar essa exposição, esta seção objetiva analisar o conteúdo e a materialização da política educacional de Carreira Docente nas Universidades Federais dos governos a partir do PUCRCE, em 1987, até o últimos anos do segundo mandato presidencial de FHC. Esta análise terá como determinantes de contexto a reestruturação da produção e a reforma do Estado brasileiro afim de identificar as suas possíveis implicações na realização da Carreira Docente.

De modo que, a primeira subseção irá abordar os primeiros passos de aplicação do PUCRCE nas Universidades Federais. Compreende as políticas de Carreira Docente dos primeiros dois governos federais, período em que se desenvolve os passos iniciais de implementação da Carreira Unificada.

Em seguida, a segunda e última subseção é responsável por analisar o conjunto do novo ordenamento jurídico da Reforma do Estado e a introdução do *modus operandi* da produção flexível de tipo Toyotista no funcionalismo público, centralmente ao longo dos dois mandados do presidente FHC (1995-2002). Tal período foi responsável pela consolidação da

Carreira Unificada, momento em que muitos conflitos entre o Estado e o MD foram presenciados.

3.1 AS DISPUTAS NO PUCRCE FRENTE OS PRIMEIROS GOVERNOS DA NOVA CONSTITUIÇÃO

O conteúdo do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, aprovado por meio do Decreto n. 94.664/87, revogou todos os dispositivos contrários ao presente decreto. A grande conquista do novo plano era o seu caráter unitário, ou seja, apresentava validade para docentes (da educação básica e superior) e técnico-administrativos de todas as Instituições Federais de Ensino.

Cabe aqui detalhar o conteúdo do presente plano com o objetivo de deixar explícito a sua estrutura, tendo em vista que ele é o fio condutor desta pesquisa. O conteúdo do decreto está dividido em sete Títulos, dos quais três apresentam alguns Capítulos que os especificam. De modo que, a ordem dos Títulos é a que segue:

1. Título I: Da implantação do plano, coordenação, supervisão e controle (Art. 1º);
2. Título II: Da isonomia (Art. 2º);
3. Título III: Do pessoal docente (Arts. 3º ao 16º);
4. Título IV: Do pessoal técnico-administrativo (Arts. 17º ao 26º);
5. Título V: Das Funções de Confiança (Arts. 27º ao 29º);
6. Título VI: Das Disposições Gerais (Arts. 30º ao 50º);
7. Título VII: Das disposições finais e transitórias (Arts. 51º ao 68º).

Os sete Títulos se dividem ao longo dos 68 artigos que compõem a legislação. Os Títulos III, IV e VI são os únicos que se subdividem em Capítulos e configuram o detalhamento das duas categorias de SPF abordadas pelo PUCRCE. Para fins desta pesquisa, foi delimitado o conteúdo relativo apenas ao Magistério Superior.

De início, o Art. 2º do Decreto n. 94.664/87 define a isonomia salarial como um dos princípios que norteiam o PUCRCE, considerando o regime de trabalho, a classe, o nível e a titulação. Esse dispositivo se coloca, no campo da ação concreta da luta do MD, como importante agregador da categoria na perspectiva da unidade. A partir desse momento, as conquistas seriam expandidas à todos os docentes do Magistério Superior Federal, de modo que as suas ações deveriam se configurar, também, como ações unitárias.

A partir dessa delimitação, o PUCRCE trata do Pessoal Docente, Título esse que se subdivide em seis Capítulos: Capítulo I: Das Atividades do Pessoal Docente; Capítulo II: Do Corpo Docente; Capítulo III: Da Comissão Permanente de Pessoal Docente; Capítulo IV: Do Ingresso na Carreira; Capítulo V: Do Regime de Trabalho; Capítulo VI: Da Progressão Funcional. É aqui que se materializa, no plano teórico, o corpo da Carreira Docente das IFES, que carrega, na sua gênese, os elementos históricos do desenvolvimento da Profissionalização do Magistério Superior. (COELHO, 1996)

Ficou, dessa forma, definido no corpo do Art. 3º as Atividades do Pessoal Docente, que passa a ser, sem distinção de classe ou titulação, as de pesquisa, de ensino e de extensão, de modo indissociável. Essa definição é central para não estimular o segregacionismo funcional no interior da categoria, com docentes que pesquisam, docentes que são extensionistas e docentes para a sala de aula, tal como previsto no Estatuto do Magistério Superior, de 1965, com a função de docentes pesquisadores em sentido *stricto*. Além dessas, enquadra-se no rol de atividades àquelas "[...] inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente." (BRASIL, 1987b)

Passou a ser considerado, quanto ao Corpo Docente, todos os integrantes das carreiras do Magistério Superior e os professores Visitantes e Substitutos. A Carreira do Magistério Superior, delimitada no Art. 6º, continuou idêntica àquela definida no Decreto n. 85.487/80, ou seja, classes de Professor Titular, de Professor Adjunto, de Professor Assistente e de Professor Auxiliar. O parágrafo único do presente artigo manteve os quatro níveis para as três primeiras classes da carreira e permaneceu o nível único apenas à classe de Professor Titular, conforme modificação estabelecida por meio do Decreto-Lei n. 1.969, de 25 de novembro de 1982, para as IFES Autárquicas.

É importante fazer uma observação pontual quanto ao Professor Substituto. A contratação desse professor está relacionada a eventuais ausências de docentes da carreira e será realizada por prazo determinado, conforme delimitado no *caput* do Art. 9º. Contudo, por "substituições eventuais", o parágrafo segundo do citado artigo compreende como àquelas "[...] realizadas para **suprir a falta de docente da carreira**, **decorrente de exoneração ou demissão**, **falecimento**, **aposentadoria**, afastamento para tratamento de saúde ou licença à gestante." (BRASIL, 1987b, grifo nosso)

Torna-se necessário destacar o conteúdo desse parágrafo a partir do momento em que se abre o precedente de se utilizar Professor Substituto em situações que não há Professor da Carreira para ser substituído, tendo em vista que o docente exonerado, demitido, falecido e/ou

aposentado não mais pertence à carreira. Anula-se, completamente, com as devidas ressalvas para o docente aposentado, a possibilidade de retorno desse docente e, consequentemente, a garantia do fim do contrato do Professor Substituto. O que se legalizou aqui foi a presença, no Corpo Docente, do Professor Substituto, afinal à medida que não houver concurso público para suprir as vacâncias é permissível contratar substitutos.

Apesar de toda a defesa pela qualificação do corpo docente realizada nos relatórios da Comissão Especial, em 1985, e do GERES, em 1986, contraditoriamente, não foi previsto a contratação de Professor Substituto em casos de afastamento para qualificação em cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Coube ao Art. 11 abordar a permanência da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Estrutura criada em 1980 pelo Decreto n. 85.487, com a responsabilidade da política de pessoal docente. Contudo, no PUCRCE, a autonomia da CPPD foi reduzida, e coube a ela prestar assessoramento ao colegiado competente na formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente. Suas atribuições e forma de funcionamento foram regulamentadas a partir da Portaria n. 475, de 26 de agosto de 1987, do MEC.

Quanto ao Ingresso na Carreira, tal como previsto em legislações anteriores, ela seria realizada, exclusivamente, por meio de aprovação em concurso público de provas e títulos, no nível primeiro das classes da carreira. Ou seja, tal como previsto no Decreto n. 85.487/80, o ingresso por meio do concurso nas classes de Professor Auxiliar, de Professor Assistente e de Professor Adjunto, dar-se-ia sob a exigência do diploma de graduação, do grau de mestre e do título de doutor, respectivamente. Por fim, o ingresso na classe de Professor Titular ocorre mediante aprovação em "[...] concurso público de provas e títulos, na qual somente poderão inscrever-se portadores do título de Doutor ou de Livre-Docente, Professores Adjuntos, bem como pessoas de notório saber, reconhecido pelo conselho superior competente da IFE." (BRASIL, 1987b)

No que toca ao Regime de Trabalho docente está previsto o de Dedicação Exclusiva, regime no qual o docente se submete à uma carga de trabalho semanal de 40 horas, dividida em dois turnos diários e, de outro modo, fica impedido de exercer qualquer outra atividade remunerada, tanto na esfera pública, quanto no ambiente privado. Previu, ainda, o inciso II do Art. 14, a possibilidade do regime de trabalho parcial, com a obrigação de prestar 20 horas semanais de trabalho.

Distintamente do previsto no Decreto n. 85.487/80, o regime de 40 horas semanais de trabalho, assumiu a característica de "excepcionalidade", com o objetivo de atender às

necessidades de áreas com características específicas, a exemplo dos cursos de medicina, em que a presença do docente no ambiente de trabalho profissional contribui para a qualificação da sua intervenção na condição de docente do Magistério Superior. Apesar dessa abertura, o Art. 58 extingue o regime de 40 horas, o que implicou na redução quantitativa desse vínculo nas IFES.

No que diz respeito ao desenvolvimento na Carreira Docente, ela pode ser realizada livremente pelo docente que nela inicia na classe de Professor Auxiliar, sem a obrigação da titularidade, salvo exceção da classe de Professor Titular. Dois tipos de progressão são previstas no PUCRCE: 1. entre níveis dentro uma mesma classe (Progressão Horizontal); 2. entre classes (Progressão Vertical).

Os critérios para a realização dos dois tipos de progressão levam em consideração o tempo de serviço, a avaliação de desempenho e a titulação. A Progressão Horizontal ocorre a partir do intervalo de tempo de dois anos em determinado nível, correlacionado com a avaliação de desempenho das atividades desenvolvidas pelo docente. Na situação em que o docente não for contemplado com a Progressão Horizontal por meio da avaliação de desempenho, ele progredirá mediante interstício de quatro anos de atividades na instituição.

Por sua vez, a Progressão Vertical ocorre a partir da obtenção de título de mestre ou doutor. De modo que, o Professor Auxiliar progride para a classe de Professor Assistente com a apresentação do título de mestre, e o Professor Assistente avança para a classe de Professor Adjunto por meio do título de doutor. Contudo, é previsto a progressão sem a necessidade do título. Para isso, o docente necessita alcançar o último nível de sua classe e permanecer nele por dois anos para ser submetido a avaliação de desempenho, ou permanecer por quatro anos de atividade na instituição e progredir automaticamente.

A manutenção da possibilidade de progressão sem a obrigatoriedade da titulação confirma a realização da Carreira, na perspectiva de um processo contínuo, que avança conforme o tempo de trabalho e as atividades desenvolvidas pelo docente, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. Apesar disso, o PUCRCE estabeleceu limitação para o acesso a classe de Professor Titular, como já abordado aqui, de modo distinto da forma como foi abordado por meio do Decreto n. 85.487/80, em que era possível ascender à classe de Professor Titular sem a necessidade do título.

Essa limitação que o PUCRCE trouxe para o acesso à classe de Professor Titular, implicou no tempo que era possível percorrer a carreira sem a necessidade da titulação. De modo que, o docente que adentrou à carreira como Professor Auxiliar chegaria ao seu fim após 22 anos de trabalho. A partir desse ponto ele só poderia progredir se possuísse o título de

doutor para ascender à Professor Titular. Por fim, o PUCRCE apresenta os conteúdos relativos à remuneração, aos benefícios e as vantagens, contudo esse conteúdo, estipulado no Capítulo II do Título VI, que será abordado na quinta seção do presente relatório. Aqui será exposto apenas a nova base salarial comparada ao salário mínimo vigente no ano de publicação do PUCRCE.[58]

Desta forma, no âmbito da remuneração docente, considerando o nível máximo da carreira, ou seja, para àqueles que possuíam o título de Doutor (essa é uma novidade, a diferença de remuneração considerando a titulação), houve discreta elevação salarial em relação aos vencimentos de 1980 e significativa melhoria quando comparado com a remuneração de 1985, quando se compara com o salário mínimo vigente no período da análise.

Como se destaca na Tabela 13, com foco para os vencimentos no regime de DE, ocorreu pequena ampliação da proporção salarial em relação a 1980. É a expressão da crise econômica que assolou a década de 1980 por inteiro, com forte carga inflacionário, particularmente nos anos de 1987 a 1989, período em que o percentual acumulado anual totalizou 3.316,5% de inflação pelo IPCA.

Tabela 13 - Remuneração na Carreira do Magistério Superior no PUCRCE, para docente com o título de Doutor - Brasil - ago. 1987

Classes do Magistério Superior	Valores em Cz$ (1987)					
	20 Horas	Proporção do SM [1]	40 Horas	Proporção do SM [1]	Dedicação Exclusiva	Proporção do SM [1]
Professor Titular (U)	20.451,21	10,38	40.902,42	20,76	57.263,39	29,07
Professor Adjunto (1)	14.544,84	7,38	29.089,68	14,77	40.725,56	20,67
Professor Assistente (1)	11.754,83	5,97	23.509,66	11,93	32.913,52	16,71
Professor Auxiliar (1)	9.500,00	4,82	19.000,00	9,64	26.600,00	13,50

Fonte: Brasil (1987b, Anexo).
Nota: [1] Valores de agosto de 1987.

A maior ampliação, no regime de DE, foi da classe de Professor Auxiliar, que saltou de 10,60, em 1980, para 13,50, em 1987. Apesar de que a classe de Professor Titular alcançou 29,07 salários mínimos, em 1987, é preciso considerar que, em 1980, ainda existia quatro níveis na classe de Professor Titular.

[58] Para fins desta análise, cabe destacar que o ano de 1987 possuiu 10 valores de salários mínimos, em virtude da alta carga inflacionária. Optou-se, aqui, pelo valor do salário mínimo que vigorou no mês de agosto, praticamente idêntico ao do mês de julho, mês de aprovação do PUCRCE, no valor de Cz$ 1.970,00, conforme Decreto-Lei n. 2.351, de 7 agosto de 1987. Assim como o valor do mês de dezembro que foi de Cz$ 4.500,00, de acordo com o Decreto n. 95.579, de 29 de dezembro de 1987.

Contudo, a situação era de completa instabilidade financeira. A alta inflacionária forçou governos a trabalhar com aumentos salariais mensais (denominado de gatilho), como em 1987, que passou por 10 reajustes, por 12 reajustes em 1988 e findou 1989 com 10 reajustes no salário mínimo e mudança do padrão monetário. De modo que, em fins de 1987, a remuneração dos docentes do Magistério Superior, estipuladas por meio do PUCRCE, já apresentava elevada defasagem inflacionária, em virtude do congelamento dos salários pelo Plano Bresser[59], conforme se destaca na Tabela 14.

Tabela 14 - Remuneração na Carreira do Magistério Superior no PUCRCE, para docente com o título de Doutor - Brasil - dez. 1987

Classes do Magistério Superior	Valores em Cz$ (1987)					
	20 Horas	Proporção do SM [1]	40 Horas	Proporção do SM [1]	Dedicação Exclusiva	Proporção do SM [1]
Professor Titular (U)	20.451,21	4,54	40.902,42	9,09	57.263,39	12,73
Professor Adjunto (1)	14.544,84	3,23	29.089,68	6,46	40.725,56	9,05
Professor Assistente (1)	11.754,83	2,61	23.509,66	5,22	32.913,52	7,31
Professor Auxiliar (1)	9.500,00	2,11	19.000,00	4,22	26.600,00	5,91

Fonte: Brasil (1987b, Anexo).
Nota: [1] Valores de dezembro de 1987.

Uma rápida análise dos vencimentos estipulados a partir do PUCRCE, em fins de 1987, demonstra brusca redução no poder de compra dos salários dos docentes das IFES; um dos elementos centrais no âmbito da valorização da política de Carreira Docente. De acordo com a Tabela 14, a redução da proporção salarial ficou na ordem de 56,2%. A classe de Professor Auxiliar, em regime de DE, que recebia 13,50 salários mínimos, caiu para 5,91. Assim como as de Professor Auxiliar e de Professor Adjunto, representando quantitativo significativo de docentes.

Portanto, é possível construir uma síntese de como se configurou a Carreira Docente das IFES a partir do PUCRCE. O Quadro 3 apresenta a Carreira do Magistério Superior nas IFES, a partir da aprovação do PUCRCE, organizada em seis eixos centrais: 1. Princípio, 2. Atividades Docentes, 3. Estrutura da Carreira, 4. Ingresso na Carreira, 5. Regime de Trabalho e, 6. Progressão na Carreira.[60]

[59] Instituído por meio do Decreto-Lei n. 2.335, de 12 de junho de 1987, à época em que o Ministro da Fazenda era o Luiz Carlos Bresser Pereira, com o objetivo de conter a alta inflacionária.
[60] Destaca-se que as Normas Complementares para a execução do PUCRCE foram expedidas por meio da Portaria n. 475, de 26 de agosto de 1987, do MEC.

Quadro 3 - Carreira do Magistério Superior nas IFES a partir do PUCRCE em 1987

Princípio	Atividades Docentes	Estrutura da Carreira
Isonomia Salarial, considerando o regime de trabalho, a classe, o nível e a titulação.	Pesquisa, ensino e extensão de modo indissociável, sem distinção de classe ou titulação, e de gestão.	I. Auxiliar; II. Assistente; III. Adjunto; IV. Titular. A última com nível único e as demais com quatro níveis.
Ingresso na Carreira	**Regime de Trabalho**	**Progressão na Carreira**
Mediante Concurso Público de Provas e Títulos, relacionando as classes com a titulação. Novo concurso para a classe de Titular, observado a classe de Adjunto e a titulação de Dr. ou LD.	Regime de Tempo Parcial de 20 horas semanais. Regime de Tempo Integral de 40 horas semanais com Dedicação Exclusiva. Regime de 40 horas como exceção.	I. Horizontal: 2 anos de interstício e avaliação de desempenho ou 4 anos de interstício; II. Vertical: titulação ou 2 anos de interstício e avaliação de desempenho ou 4 anos de interstício.

Fonte: BRASIL (1987b).

Fica expresso aqui, um dado nível de desenvolvimento da Carreira do Magistério Superior das IFES, com particularidade para as Universidades Federais, objeto dessa pesquisa, em virtude da sua centralidade na produção e reprodução do conhecimento científico qualificado.

Não se vislumbra uma forma desorganizada da Carreira, contudo uma Carreira que possibilita, concretamente, o enraizamento de um conjunto de trabalhadores, vinculados juridicamente na estrutura pública estatal em cargos de professores do ensino superior, que apresentam, agora muito bem delimitado, como atividades a serem desenvolvidas em seus cargos, as ações de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão universitárias. Vale destacar, novamente, que a educação superior a essa altura, particularmente no sistema federal, amplia a oferta dos cursos de graduação e pós-graduação.

Há aqui, dessa forma, uma concepção de Carreira Docente, tal qual apresentada no Quadro 3. Concepção essa que preza pela Isonomia Salarial, mas que considera, para tal, o regime de trabalho, a classe, o nível e a titulação em que o docente se insere, juridicamente, no PUCRCE. Contudo, a materialização da Carreira ocorre com fins de promover, à sociedade em que se insere, a ampliação da função social que foi destinada à Universidade, logo implica em discutir a concepção de Universidade, o tipo de formação que nela é desenvolvida, assim como para que projeto de sociedade a Universidade se alinha.

Logo, os destinos da nova Carreira decretada por meio do PUCRCE estavam subordinados ao projeto de sociedade e de Universidade que foram forjados no processo da Assembleia Constituinte, que findou em 1988. De modo que, ao longo da década de 1980, a disputa nas políticas para a Educação Superior estiveram localizadas na polaridade público/privado.

Conforme as ações do governo pós ditadura iam se desenvolvendo, a partir de Sarney, no particular da Educação Superior, as tentativas de aprofundar o ideário liberal ampliavam-se. Desde as indicações de Atcon, na década de 1960, no que concerne ao caráter público e gratuito das instituições federais e da necessidade de se estabelecer, paulatinamente, uma privatização interna dessas instituições, esse ideário se ampliou.

O acirramento, contudo, deu-se num período em que o MD assumira maturidade político-sindical. De modo que, as proposições da Comissão Especial, em 1985, possuíam dentre os seus princípios um que tratou da diversidade e pluralidade das instituições, em que se indicou a necessidade de diversificar o quantitativo de tipos de instituições, com foco para o setor privado, tendo em vista que a defesa da Educação Superior universitária era forte dentro da academia, particularmente, nas IES públicas. (MEC/SESu, 1985)

O relatório salientou, ainda, uma concepção de autonomia universitária que percorria o sentido de liberdade de relações entre a instituição pública e o setor privado e, quando articulado com a defesa de "alterar os mecanismos de financiamento", deixava uma clara perspectiva de forçar as IES públicas adentrarem na dinâmica do financiamento privado, assim como abertura para cobrança de mensalidades e/ou anualidades. (MEC/SESu, 1985)

Em direção análoga caminhou o relatório do GERES, em 1986. A concepção de Universidade defendida pela comissão, não em sua totalidade, era de uma instituição autônoma para garantir os seus recursos financeiros, não necessariamente depender do financiamento público. De modo explícito, o relatório do GERES propunha fixar um orçamento mínimo e, caso necessário, ampliar por meio de créditos suplementares ou especiais. Numa década em que os Planos de Desenvolvimento não foram efetivados em virtude das limitações orçamentárias impostas pela crise mundial do capital, tal proposta era completamente infundada e abria precedentes para o financiamento privado. (MEC, 1986)

O combate à tentativa de se impor, a partir da proposição do GERES, um novo projeto de Universidade no Brasil foi imediato, conforme destaca Nogueira (2009):

> O documento elaborado pelo GERES motivou imediata reação da comunidade acadêmica, especialmente de docentes, pessoal técnico-administrativo e estudantes vinculados às instituições públicas. Duas questões sofreram as maiores objeções, ambas envolvendo o conceito de autonomia. A primeira, de natureza administrativa e econômico-financeira, era relativa ao financiamento das universidades. A segunda, de natureza acadêmica, referia-se à tipificação das universidades, isto é, do que concederia o status universitário a uma instituição. (NOGUEIRA, 2009, p. 13).

Além da concepção equivocada de autonomia universitária, quanto à natureza das atividades desenvolvidas pela Universidade, a defesa do GERES foi de negar a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, e de não considerar a extensão como atividade fundamental. Tal defesa foi feita por considerar que a pesquisa, de fato, não foi efetivada na maioria das IFES, contudo é importante frisar que não fora efetivada em virtude da ausência de uma política consequente e da carência de recursos financeiros, centralmente na década de 1980. (MEC, 1986)

Após o governo ter enviado ao Congresso Nacional o anteprojeto de Lei proposto pelo GERES, aprofundou-se as manifestações contrárias à concepção de Universidade da comissão. Além das três categorias (docentes, técnicos e discentes), o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), manifestaram-se contrárias. (NOGUEIRA, 2009)

Nesse período, inicia-se a luta política sobre concepção de educação e de educação superior, na construção do texto da nova Constituição do Brasil. Ainda em 1986, por ocasião da IV Conferência Brasileira de Educação, o documento síntese do evento, denominado de Carta de Goiânia, elencou 21 pontos orientadores da política a ser implementada na disputa do texto constitucional para a educação. Cabe, aqui, destaque para os pontos 12 e 13:

> 12. As universidade e demais instituições de ensino superior terão funcionamento autônomo e democrático;
> 13. As universidades públicas devem ser parte integrante do processo de elaboração da política de cultura, ciência e tecnologia do país, e agentes primordiais na execução dessa política que será decidida, por sua vez, no âmbito do Poder Legislativo. (CARTA, 1986, p. 9).

Mesmo que de modo tímido, o conteúdo da Carta de Goiânia indicou uma proposta concreta de disputa na constituinte do conteúdo relativo à educação. A fundamentação teórica que balizou os debates nas audiências públicas da comissão e subcomissão responsáveis pelo conteúdo da educação e da educação superior, partiu do projeto elaborado pela ANDES e pela Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA), a partir de extensivo debate realizado no Fórum da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito. (NOGUEIRA, 2009, p. 18)

A concepção de Universidade, expressa no projeto que foi endossado pela UNE, assentava-se nos princípios da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, na defesa das universidades e estabelecimentos isolados como estruturas primordiais do ensino superior, assim como se afirmou o ensino público e gratuito, a universalização da educação

superior, a democracia interna, a autonomia universitária e o padrão unitário de qualidade. (NOGUEIRA, 2009)

No que diz respeito ao texto aprovado da Assembleia Nacional Constituinte, materializado por meio do Art. 207 da Constituição de 1988, ele foi fruto, na sua essência, de uma emenda apresenta pelo constituinte Florestan Fernandes, então Deputado Federal pelo PT (SP). Apesar da mobilização dos setores organizados da educação superior na constituinte, o tema referente à Educação Superior foi pouco debatido. (NOGUEIRA, 2009, p. 41)[61]

O centro do debate, tanto no relativo à educação básica quanto à educação superior, foi a polarização entre ensino público e privado, com destaque para o uso de verbas públicas pelo setor privado. Abre-se, dessa forma, um claro conflito que perpassa pela concepção de educação e, no específico da educação superior, quanto a concepção de Universidade.

A intelectualidade do período versou sobre essa polêmica nos diversos meios de socialização do conhecimento científico. Aqui será ilustrado a partir de dois meios de divulgação, um evento científico e a análise de periódicos na área da educação. Como produto da VI Conferência Brasileira de Educação, realizado no ano de 1991, foram publicados cinco coletâneas com os eixos debatidos no evento, quais sejam: 1. Escola Básica; 2. Estado e Educação; 3. Sociedade Civil e Educação; 4. Trabalho e Educação e; 5. Universidade e Educação.

A coletânea do último eixo de debate apresenta alguns sub tópicos que problematizaram as "funções sociais do ensino superior" e "as condições de sobrevivência das universidades federais". Belloni (1992) destacou, em sua fala, a função social da Universidade e frisa que ela perpassa pelo desenvolvimento do saber com um determinado objetivo:

> Um saber comprometido com a verdade porque ela é a base de construção do conhecimento. Um saber comprometido com a justiça porque ela é a base das relações entre os humanos. Um saber comprometido com a beleza porque ela possibilita a expressão da emoção e do prazer, sem o que a

[61] O processo inteiro de formulação do texto constitucional relativo à educação superior foi exaustivamente explanado por Nogueira (2009, p. 24-75). A emenda apresentada por Florestan estruturou-se da seguinte forma: "'As universidades e demais instituições de ensino superior gozam, nos termos da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e financeira, obedecidos os seguintes princípios'. Estes estavam dispostos em três incisos. O primeiro definia a 'indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão'. O segundo estabelecia 'padrão unitário comum de qualidade, indispensável para que cumpram seu papel de agente da soberania cultural, científica, artística e tecnológica do País'. E o terceiro firmava a 'gestão democrática, através de critérios públicos e transparentes, com participação de docentes, alunos e funcionários e representantes da comunidade na escolha dos dirigentes'. (NOGUEIRA, 2009, p. 41). O texto final do Art. 207 é o que segue: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". (BRASIL, 1988)

> racionalidade reduz o humano a apenas uma de suas possibilidades. Um saber comprometido com a igualdade porque ela é a base da estrutura social e inerente à condição humana.
> Um saber comprometido com o verdadeiro, o justo, o igualitário e o belo é, em verdade, um compromisso com a transformação da sociedade, pois estes não são os valores predominantemente estabelecidos e praticados na organização da vida humana, apesar de lhe serem próprios e inerentes. (BELLONI, 1992, p. 73).

E essa defesa de Belloni (1992), só é possível, ainda de acordo com a autora, apenas nos limites da garantia do caráter público e gratuito da educação. Logo, a defesa da educação superior, com base na função social que ela deve afirmar, conforme a autora, só é possível nos limites da estrutura pública e gratuita.

Nessa perspectiva, a fala de Vieira (1992) frisou as diversas tentativas de se privatizar a educação superior pública. Por isso, Fávero (1992) saiu em defesa da Universidade pública, tendo em vista, ao corroborar com Vieira (1992), que a lógica apresentada pelos privatistas caminha fundamentada nos preceitos liberais, ao defender o pagamento de taxas e mensalidades nas instituições públicas e, para os que comprovem a impossibilidade de pagar, a concessão da isenção. Configura-se, dessa forma, os princípios defendidos por Milton Friedman em "Capitalismo e Liberdade" no que diz respeito à educação. (FRIEDMAN, 1982, p. 92)

Há a exposição da função e forma da Universidade numa das sínteses da rede de pesquisadores UNIVERSITAS-BR, vinculado ao Grupo de Trabalho de Políticas de Educação Superior da ANPED. O produto da pesquisa intitulada "A produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995: avaliação e perspectivas", apresenta análises referentes ao tema a partir, principalmente, dos periódicos na área.

Segenreich (2000) ao analisar a relação entre ensino e pesquisa nos cursos de graduação, expressa no periódico Ciência e Cultura, no período de 1982 a 1995, destaca quatro pontos que são relevantes para caracterizar essas duas funções definidoras da Universidade: 1. Desde a Reforma Universitária de 1968 essa relação passou a ser tida como natural, contudo, historicamente, ela não existia ou era muito frágil, basicamente as universidades desenvolviam o ensino; 2. A atividade de pesquisa é condição fundamental para a excelência da atividade docente; 3. Necessidade da efetivação do ensino como pesquisa, para não se configurar como espaço de mera reprodução do conhecimento; 4. Há uma grande negação, por parte do corpo docente, da pesquisa, de modo que o ensino é reprodução do conhecimento. (SEGENREICH, 2000, p. 160-161)

Ao se deter às categorias e subcategorias em que foram agrupados os artigos que versam sobre educação superior no citado periódico, no que concerne à subcategoria "Pesquisa e Graduação", a autora destaca a defesa da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, com centralidade para a formação de pesquisadores (SEGENREICH, 2000, p. 168), além de constatar uma ampliação, paulatina, na relação entre as agências de fomente, notadamente a CAPES e o CNPq, e a pesquisa nos cursos de graduação. (SEGENREICH, 2000, p. 170-171)

Tavares (2000), por sua vez, ao analisar um dos mais relevantes periódicos da área da educação - Educação e Sociedade -, com foco na temática "Universidade e Sociedade", elenca como síntese da produção científica a **autonomia**, a **democratização** e o **papel social da Universidade**, que dentro da relação entre Universidade e Sociedade, efetivar-se-ia por meio da "[...] redefinição da pesquisa, enquanto produtora de ciência e tecnologia voltadas para a solução de problemas da realidade e da extensão, enquanto processo de transformação da pesquisa e do ensino em algo relevante para a sociedade." (TAVARES, 2000, p. 177)

Por fim, Chaves, Medeiro e Vasconcelos (2000), ao se debruçarem sobre os 14 volumes do "Cadernos ANDES", publicação do MD organizado na ANDES, identificaram nove categorias relacionadas à Educação Superior, e aqui se destaca a categoria "Universidade e Sociedade", tendo em vista expressar a concepção de Universidade defendida pelos intelectuais do MD.

Diversos são os pontos problemáticos identificados nas análises sobre as políticas oficiais para a Universidade Pública, dentre elas a relação entre Universidade pública e o setor privado, a autonomia universitária, o controle das práticas universitárias por meio das avaliações e a "[...] aplicação da lógica racionalista nos currículos universitários, tais como flexibilização e descentralização." (CHAVES; MEDEIROS; VASCONCELOS, 2000, p. 201)

E finalizam o artigo com a defesa de uma concepção de Universidade, que expressa, em larga escala, à concepção defendida pelo MD, e que é reivindicada nesta pesquisa: "Em síntese, a pauta fundamental é a defesa intransigente e recorrente de um projeto de universidade que fale aos interesses da maioria da população brasileira e não aos interesses dos empreiteiros na educação que se põem a serviço dos poucos detentores do capital." (CHAVES; MEDEIROS; VASCONCELOS, 2000, p. 203)

Portanto, tratar da Carreira Docente, a partir do PUCRCE, dar-se-á fundamentado na concepção de Universidade que se pretende desenvolver essa Carreira. Isso implica numa concepção de sociedade, num projeto societal distinto, projeto esse que foi disputado na Constituinte de 1988, conforme já expresso aqui. De modo que, a própria implementação do

PUCRCE, que teve avanços e retrocessos, é uma disputa no interior das Universidades Federais, no que diz respeito à Carreira Docente.

Nesse marco histórico, o processo de redemocratização do Brasil, apesar das limitações impostas pela nova carta constitucional, de 1988, foi acompanhado por diversas mudanças de ordem nacional e internacional. E o MD acompanhava todas essas mudanças. O ano de 1989 é emblemático. Foi o ano das grandes metamorfoses. Apresentou uma das maiores cargas inflacionárias da década de 1980 no Brasil; foi o ano das eleições presidenciais amplas, com a vitória de Collor de Melo e a derrota do projeto Petista no segundo turno; forjou-se o "pacote" Neoliberal para a América Latina e o Caribe por meio do "Consenso de Washington"; colocou para o mundo a falência do que significou a burocracia Stalinista e a consequente derrota do Socialismo Real, após a Queda do Muro de Berlin e; impulsionou teses anistóricas como "O Fim da História" de Francis Fukuyama.

É preciso localizar, de modo breve, esses eventos. No patamar internacional o ascenso da Teoria Neoliberal, formatadas por Friedman (1982) e Hayek (1990)[62], iniciou em 1979 nos países desenvolvidos, a partir da Inglaterra, com Margaret Thatcher à frente do país, e nos Estados Unidos da América, já em 1980, com Ronald Reagan na direção do centro do imperialista.

As medidas de contenção da crise, de forma global, para garantir a estabilidade da moeda, os lucros do mercado e, por outro lado, enfraquecer o movimento operário e suas estruturas de organização política e sindical, na Inglaterra, foram de contrair a emissão monetária, elevar as taxas de juros, rebaixar os impostos sobre os rendimentos altos, abolir controles sobre os fluxos financeiros, criar níveis de desemprego massivos, enfraquecer as greves, impor uma nova legislação antissindical, reduzir e definir prioridades para os gastos sociais, e colocar em curso um "[...] amplo **programa de privatização**, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água." (ANDERSON, 1996, p. 12, grifo nosso).

Para Duménil e Lévy (2007), o Neoliberalismo funcionou como um golpe político da burguesia, com o objetivo de restaurar os privilégios dessa classe, que se encontravam ameaçados pela crise da década de 1970, e que viu sobre si todas as possibilidades de novo ascenso da ideologia burguesa a partir do enfraquecimento do Socialismo Real. Desta forma, para os autores, Neoliberalismo é

[62] É importante frisar que as ideias Neoliberais não são originárias da crise da década de 1970, mas sim do Pós-Segunda Guerra Mundial, a partir da defesa do mercado e contra o excessivo poder do Estado. (ANDERSON, 1996, p. 9)

> [...] uma *configuração de poder* particular dentro do capitalismo, na qual o poder e a renda da classe capitalista foram restabelecidos depois de um período de retrocesso. Considerando o crescimento da renda financeira e o novo progresso das instituições financeiras, esse período pode ser descrito como uma nova *hegemonia financeira*, que faz lembrar as primeiras décadas do século XX nos EUA. (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 2, grifo do autor).

A necessidade de aumentar a produtividade do trabalho e do capital, de conter o crescimento do custo da hora de trabalho e de elevar as taxas de lucro foi garantida pela reestruturação produtiva, que possibilitou o desenvolvimento de novas tecnologias da informação, computação e comunicação, e pela política Neoliberal, ao privatizar grande parte do sistema público estatal e combater as ações sindicais, conseguindo, assim, reduzir o crescimento do custo da hora de trabalho. (DUMÉNIL; LÉVY, 2007)

Todas essas medidas arquitetadas para salvaguardar a existência do capitalismo, que se encontrava ameaçado diante da crise da década de 1970, não foram, todavia, suficientes para elevar a taxa de acumulação que havia sido perdida, paulatinamente, no período da crise. No conjunto dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o investimento de capital no setor produtivo mantinha valores de 5,5%, na década de 1960, reduzindo para 3,6%, nos anos de 1970, e 2,9%, na década de 1980, nítido decréscimo da taxa de acumulação. (ANDERSON, 1996, p. 16)

O motivo pelo qual a taxa de acumulação apresenta redução gradativa, de acordo com Coggiola (2002), está relacionado com o aumento dos mercados financeiros (bolsas de valores, seguradoras, fundos financeiros, etc.), o que elevou o capital financeiro (ações, títulos, etc.) a patamares superiores do capital investido no setor produtivo. O salto nesse montante foi de US$ 10 trilhões, em 1980, para US$ 35 trilhões, em 1990, no mercado financeiro internacional. O grande problema, ainda segundo o autor, é relativo aos impactos do crescimento do capital financeiro à classe trabalhadora, conforme expresso no fragmento:

> A escala da produtividade da economia especulativa tem como consequência uma maior flexibilização do mercado de trabalho. O "regime de acumulação" financeira[63] procura inverter a relação capital-trabalho, através da crescente precariedade dos contratos trabalhistas, queda contínua dos salários reais, perda da estabilidade e dos benefícios. A rentabilidade da acumulação capitalista atual pressupõe o crescimento qualitativo da superexploração da força de trabalho, em cuja base se alimentam os mercados financeiros. (COGGIOLA, 2002, p. 410).

[63] A "acumulação financeira" caracteriza-se pela "[...] centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações – mantendo-os fora do processo de produção de bens e serviços." (CHESNAIS, 2005, p. 37).

Outra consequência do crescimento dos mercados financeiros é o aumento do endividamento público dos Estados nacionais, por se configurar, de acordo com Chesnais (2005), como um forte instrumento de acumulação financeira, ao ampliar sua dependência, no âmbito dos investimentos sociais de modo rápido e volumoso, da emissão de título do tesouro nacional, ou seja, de endividamento interno. Originário da redução das taxas de acumulação, conforme visto, os Estados são obrigados a recorrerem a empréstimos para efetivar políticas, quer seja para a manutenção da máquina estatal, seja para o financiamento, indireto, do setor privado.

A dependência crescente dos países "em desenvolvimento", a partir do elo de submissão criado pelo aumento das dívidas públicas, conforme se verificou no Brasil ao longo da década de 1980, possibilitou implementar, na periferia do capitalismo, as políticas de "ajustes estruturais", de modo que "a dívida levou a um forte crescimento da dominação econômica e política dos países capitalistas centrais sobre os da periferia." (CHESNAIS, 2005, p. 40). Essa mediação conduziu a uma forte política de privatização das empresas estatais dos países periféricos:

> [...] a dívida pública gera pressões fiscais fortes sobre as rendas menores e com menor mobilidade, austeridade orçamentária e paralisia das despesas públicas. No curso dos últimos dez anos, foi ela que facilitou a implantação das políticas de privatização nos países chamados "em desenvolvimento". (CHESNAIS, 2005, p. 42).

Inicialmente, a propagação da "receita" Neoliberal na América Latina, ou seja, nos países "em desenvolvimento", se deu via ditadura militar, que fora desenvolvida no Chile pelo General Augusto Pinochet (1973-1990), após a deposição do então presidente eleito – pelo voto direto – Salvador Allende. De acordo com Anderson (1996, p. 19), os elementos da "receita" consistiram em: "desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos". Em certa medida, destaca o autor, a experiência chilena serviu como exemplo para os países da América do Sul e do mundo.

Em meados da década de 1980, a Bolívia, dirigida por Jeffrey Sachs, preparou o país para a inserção da lógica Neoliberal, certamente uma variante para as necessidades do país. Mas, ao contrário do que foi pretendido por Sachs - eleger o General Banzer - teve sua política implementada por Victor Paz, de tradição populista, fato que possibilitou desenvolver um neoliberalismo "progressista". Mais tarde, em 1989, a Argentina de Menem e a Venezuela

de Carlos Perez e, em 1990, o Peru, presidido por Alberto Fujimori, foram palco das variantes neoliberais da América Latina. (ANDERSON, 1996)

Preocupados com o desenvolvimento da política neoliberal, e suas variantes, nos países da América Latina, o Instituto de Economia Internacional[64] articulou uma reunião, em 1989 (Washington, DC), que congregou economistas liberais latino-americanos, representantes do FMI, do BM, do BID e pelos dirigentes do governo estadunidense para formatar as orientações para a política econômica e social ao conjunto de países da América Latina. (NEGRÃO, 1998)

Em 1990, John Williamson, ao editar o livro *Latin American adjustment: how much has happened?*, publicou o artigo *O que Washington quer dizer com reforma política*[65]. Nesse artigo, Williamson cunhou a expressão "Consenso de Washington" que materializou dez[66] pontos de comum acordo entre os membros presentes na reunião de 1989, em Washington. (WILLIAMSON, 2002)

Cabe aqui priorizar dois pontos, dentre os dez, que mantêm relação direta com a política educacional desenvolvida no Brasil a partir da década de 1990 e mantida no século XXI. Os pontos 2 e 8, ou seja, respectivamente, "Prioridades da despesa pública" e "Privatização" ajudam a compreender o direcionamento da política neoliberal no Brasil.

Sobre as prioridades de uso das despesas públicas, o autor salienta a centralidade da "Educação e Saúde", ou seja, a importância de o Estado garantir o financiamento dessas duas necessidades básicas do ser humano, por considerar que existe uma massa de indivíduos na sociedade que não dispõe de condições para custear esses dois serviços. Colocar a educação e a saúde como prioridades de investimento público para os países latinos tem como objetivo "beneficiar os mais desfavorecidos[67]", explícito no décimo sexto parágrafo. (WILLIAMSON, 2002, tradução nossa)

---

[64] Entidade sem fins lucrativos, de caráter privado, que, de acordo com as informações contidas em seu *site* na aba "Sobre o Instituto", coloca-se como apartidária, e tem como objetivo desenvolver estudos e pesquisas no campo da política econômica internacional. Com funcionamento desde 1981, a entidade ajudou na elaboração de diversos documentos do BM e do FMI e apresenta, como orçamento anual, a cifra de US$ 10 milhões. Disponível em: <http://www.iie.com/institute/aboutiie.cfm>. Acesso em: 10 ago. 2014.

[65] Este artigo foi reproduzido no *site* do Instituto de Economia Internacional, em novembro de 2002. Disponível em: <http://www.iie.com/>.

[66] O documento encerra dez pontos para a adequação dos países em desenvolvimento às políticas neoliberais, são eles: 1) disciplina fiscal; 2) prioridades nas despesas públicas; 3) reforma tributária; 4) taxa de juros de mercado; 5) taxa de câmbio competitiva; 6) política comercial de integração aos fluxos mundiais; 7) abertura ao investimento estrangeiro direto; 8) privatização de estatais; 9) desregulação de setores controlados ou cartelizados; 10) direitos de propriedade.

[67] No original: "*benefit the disadvantaged*". (WILLIAMSON, 2002)

Mas, isso não significa dizer que o autor utiliza, ou o "Consenso de Washington" defendeu, os termos "educação e saúde" na sua máxima expressão – educação de qualidade e gratuita em todos os níveis e saúde em todas as suas instâncias (da atenção básica a alta complexidade). Pelo oposto, para Williamson (2002, tradução nossa), a "Educação primária é muito mais relevante do que o ensino universitário [...][68]", assim como os cuidados básicos no campo da saúde são os prioritários. Apesar de considerar que as Universidades são necessárias, explicita o autor ainda no décimo sexto parágrafo, para os países "em desenvolvimento" é preciso manter apenas a elite com alto nível educacional. É a reprodução do Concepção de Universidade privatista e elitizada que permanece como matriz que nutre as bases do Neoliberalismo.

E de forma direta, no que diz respeito à "Privatização", o autor é contundente em afirmar que "[...] a principal justificativa para a privatização é a crença de que a indústria privada é gerida de forma mais eficiente do que as empresas estatais [...][69]", ou seja, é necessário privatizar as empresas estatais para reduzir o volume de recursos investidos com a infraestrutura pública. Com isso, finaliza o parágrafo de número 34 com a indicação de que os países da América Latina terão o "apoio" do FMI e do BM para realizar as devidas privatizações. (WILLIAMSON, 2002, tradução nossa)

Portanto, as principais políticas de reforma impulsionadas pelos "sujeitos políticos coletivos do capital" (LIMA, 2005), com centralidade para o FMI e o BM, foram balizadas pelas diretrizes do que ficou conhecido como Consenso de Washington. E essas ações não estavam desconexas com a polarização que ainda permanecia no mundo.

Não foi um acaso da história. A Queda do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989, foi o resultado da falência do projeto de revolução mundial defendida por Lênin (1989, p. 9-16) a partir da burocratização do Estado operário (URSS) encabeçada por Stalin, que destruiu as estruturas democráticas de poder decisórias do Estado, junto à classe trabalhadora (*Soviets*), e dizimou os dirigentes do Partido Bolchevique e o próprio Partido (a exemplo de Leon Trotsky, Ievguêni Preobrajenski e Nikolai Bukharin). (COGGIOLA, 2002)

A Queda do Muro não foi uma simples ação simbólica com o intuito da reunificação entre Alemanha do Ocidente e do Oriente, antes disso representou um processo de recuo histórico no âmbito da luta de classes internacional. Mais ainda, ela representou a completa reorganização do modo do capital organizar a vida em nível planetário, com uma clara

[68] No original: "*Primary education is vastly more relevant than university education […]*". (WILLIAMSON, 2002)
[69] No original: "*[...] the main rationale for privatization is the belief that private industry is managed more efficiently than state enterprises […]*". (WILLIAMSON, 2002)

campanha, ao longo da década de 1980, na perspectiva de denunciar o regime completamente degenerado, apesar das diversas mudanças implementadas por Mikhail Gorbachev, no caminho da reabertura.

É exemplar o pronunciamento feito por Ronald Reagan na ocasião da comemoração do 750º aniversário de Berlim, em 12 de junho de 1987. Neste momento, Reagan defendeu a necessidade de uma suposta liberdade (a do capital) e segurança (sob o controle do imperialismo) e conclamou Gorbachev, com o intuito de prosperar a "paz" no mundo, para abrir os portões, para "derrubar o muro", o que demarcou sua histórica campanha intitulada "*Tear down this wall!*" (Derrubem esse Muro!)[70].

Esse fato histórico abriu uma nova etapa na luta de classes internacional dentro da época revolucionária. Todos os grandes feitos, os grandes processos revolucionários do século XX, a partir do fim da segunda guerra mundial, foram perdidos com a Queda do Muro de Berlim. Todas as vitórias da classe trabalhadora mundial, no sentido da construção de um novo projeto de sociabilidade humana, centrados no Socialismo, perderam-se. (ARCARY, 2000)

O impacto não foi apenas na falência do Estado Operário. Incidiu diretamente no aprofundamento da crise da esquerda revolucionária mundial, centrado na figura de suas direções nacionais e mundial[71]. De tal forma que se passou a caracterizar o pós-queda do Muro como um período de descenso nas lutas da classe trabalhadora, o que fez com que se desenvolvesse uma nova Etapa Histórica, não mais de grandes organizações da classe fundamentadas no referencial marxista, mas sim de organizações que iriam abandonar os

---

[70] Dados sobre esse fato histórico podem ser encontrados no *site* da Fundação Ronald Reagan. Disponível em: <http://www.reaganfoundation.org/details_t.aspx?session_args=4501C8A0-DF0A-40A3-8A5C-A1567B105711&p=LMBE76UP7&tx=1762&h1=0&h2=0&sw=0&lm=berlinwall&args_a=cms&args_b=77&argsb=N>. Acesso em: 29 ago. 2014.

[71] Há que se considerar que os argumentos contrários às bases do marxismo, fruto da conjuntura do período, são substanciais: "(1) a crise subjetiva do sujeito social, já que o proletariado não demonstrou o mesmo protagonismo revolucionário do passado no pós-guerra, pelo menos nos países imperialistas; (2) a crise objetiva do sujeito social, já que o peso econômico-social decrescente do operariado teria uma tendência de diminuição sobre o conjunto da população economicamente ativa; (3) a crise do internacionalismo, já que a questão nacional se afirmou um problema perene ao longo do século e suas pressões não podem ser subestimadas; (4) a crise do estatismo, já que a experiência da URSS, entre outras, demonstrou que a estatização não conduz "em linha reta" à socialização, pelo menos, sem mobilização permanente e democracia alargada; (5) a crise da democracia e da representação, já que as experiências de democracia direta e revolucionária foram fugazes; (6) a crise do cientificismo, já que as "certezas históricas" do marxismo determinista, especialmente influente entre os intelectuais vinculados aos ex-partidos comunistas, desmoronaram com o processo de restauração capitalista." (ARCARY, 2000, p. 50)

princípios do Marxismo e enveredar pelo discurso socialdemocrata e, desta forma, lutar por reformas no capital e abandonar a estratégia da revolução. (ARCARY, 2000)

A esse processo Hernandez (2004) denominou de Vendaval Oportunista, e caracterizou como o abandono, por parte das grandes direções revolucionárias das décadas de 1970 e 1980, da perspectiva da revolução, uma das bases que fundamenta a produção marxiana. Esse processo se iniciou, com expressão fática, a partir da Queda do Muro de Berlim e teve repercussão em todo o mundo. O seu principal produto foi o reascender, no seio da classe trabalhadora e das suas direções, a defesa do "[...] voto, os parlamentos, a legalidade dos partidos, ou seja, o conjunto das instituições da democracia burguesa." (HERNANDEZ, 2004, s/p)

A sua maior expressão, no patamar da defesa do projeto histórico da classe trabalhadora, é a guinada de revolucionários à reformistas, de defensores dos trabalhadores à "cupinchas" da burguesia, como expresso por Hernandez (2004):

> Lênin soube demonstrar que todo Estado tem um caráter de classe, que todo Estado capitalista, ainda que com formas democrático-burguesas, é uma ditadura e, mais ainda, que o Estado dos operários também será uma ditadura, só que da ampla maioria contra a minoria privilegiada[72]. Essa grande verdade, a história se encarregou de confirmar uma e outra vez, como recentemente na Bolívia, onde mais de 80 pessoas foram assassinadas pela democracia. A burguesia sempre tentou demonstrar que sua democracia não era uma ditadura, senão o governo do povo.
> **A esquerda revolucionária**, no passado, sempre denunciou a farsa da democracia burguesa e contra ela defendeu o Estado dos operários, ou seja, a ditadura do proletariado. Mas, **a partir da restauração do capitalismo** [pós-queda do Muro de Berlim], **a maioria dela também descobriu o valor universal da democracia e começou a fazer o que os reformistas fazem há dezenas de anos: realizar algumas poucas reformas no capitalismo e deixar o socialismo para os dias de festas**. Em outras palavras, a ampla maioria da esquerda revolucionária (ou ex-revolucionária) tirou uma

[72] Vale destacar aqui a expressão de Lênin sobre o assunto ao resgatar a defesa de Marx e Engels na ditadura revolucionária do proletariado: "Já dissemos, e o demonstraremos mais detalhadamente a seguir, que a doutrina de Marx e Engels sobre a necessidade da revolução violenta se refere ao Estado burguês. Este só pode, em geral, ceder lugar ao Estado proletário (ditadura do proletariado) por meio da revolução violenta e não por meio do "definhamento". A apologia que Engels faz da revolução violenta está plenamente de acordo com as numerosas declarações, altivas e categóricas, de Marx (lembremo-nos do final de A Miséria da Filosofia e do Manifesto Comunista) sobre a inevitabilidade da revolução violenta; lembremo-nos da Crítica ao Programa de Gotha em 1875 [em que Marx defende textualmente a Ditadura Revolucionária do Proletariado], quase trinta anos mais tarde, em que Marx flagela desapiedadamente o oportunismo. Essa apologia de Engels não é, decerto, o produto do "entusiasmo", nem das necessidades da declamação ou da polêmica. **A essência de toda a doutrina de Marx e de Engels é a necessidade de inocular sistematicamente nas massas essa ideia da revolução violenta. É a omissão dessa propaganda, dessa agitação, que marca com mais relevo a traição doutrinária das tendências socialpatrióticas e kautskistas**." (LÊNIN, 2011, p. 54-55, grifo nosso)

> conclusão fundamental: a classe operária não poderia, ou não deveria, tomar o poder. (HERNANDEZ, 2004, s/p, grifo nosso).

A mudança de direção que a esquerda mundial e brasileira iniciaram a partir do Vendaval Oportunista impactou nos caminhos sindicais e políticos traçados por ela a partir da década de 1990. Esses dois fatos - a queda do Muro de Berlim e consequente descrédito no socialismo e o Vendaval - impulsionaram ideias de exacerbação da lógica do capital, novamente, como a defesa de Francis Fukuyama no seu clássico "O Fim da História".

A análise de Fukuyama publicizada no periódico "*The National Interest*", em 1989, sob o título "*The end of history?*", posteriormente sob a forma de livro, em 1992, lança na comunidade acadêmica a máxima de que o modelo de democracia liberal, em que se valoriza o mercado e, consequentemente, as relações de exploração do capital, como exposto pela teoria marxiana do valor/trabalho, será hegemônico por longo período histórico, diante do fim do socialismo real. O "fim da história" para Fukuyama (1989, p. 2) significava "[...] o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a universalização da Democracia Liberal Ocidental como forma final de governo humano."[73]

A disputa de modelo societal que está por detrás das análises desenvolvidas por Fukuyama (1989; 1992), deturpa o significado prático do que representa a democracia liberal e o que representou os regimes socialistas (com todos os seus problemas de ordem burocrática). Há uma clara postura de matriz ideológica, na concepção Leninista do termo (LÊNIN, 1988), em suas análises, um revés que não apresenta sustentação prática, que a análise da realidade cancela suas elocuções, a exemplo do seguinte extrato: "[...] o estado totalitário pretendia refazer o próprio homem [...], mudando a estrutura de suas crenças e valores por meio do controle da imprensa, da educação e da propaganda." (FUKUYAMA, 1992, p. 45)

Ora, o modelo societal da democracia liberal o faz da mesma forma, e o faz para massacrar a classe trabalhadora e não com vistas a sua libertação. Essa é a radical distinção entre o capitalismo e o socialismo. Na dinâmica do capital organizar a vida material ele a faz por meio do controle da imprensa, dos sistemas educacionais (com larga privatização) e por meio de uma massiva propaganda que camufla o real e amplia a Alienação universal que o Trabalho assume no capitalismo[74].

---

[73] No original: "*[...] that is, the end point of mankind's ideological evolution and the universalization of Western liberal democracy as the final form of human government*". (FUKUYAMA, 1989, p. 2)
[74] Cf. Marx (2010, p. 79-90).

No Brasil, o reflexo dessa realidade internacional repercutiu nas disputas de projetos antagônicos dos candidatos presidenciáveis em 1989. O período era de crise profunda, com ampliação do desemprego e alta inflacionária, com patamares extremos nesse ano. A polarização que se desenvolveu nas eleições de 1989 girou entre a manutenção do modelo da democracia liberal de Sarney (representados por Ulysses Guimarães) e o projeto democrático popular de Lula. Contudo, uma terceira via, porém falsa via, apresentou-se para o Brasil. (OLIVEIRA, 1992)

Para Oliveira (1992, p. 17) a década de 1980 marcou "[...] o desgaste das instituições, a destruição da credibilidade da política e dos políticos, simbolizados em Ulysses Guimarães, o animal político brasileiro por excelência, e seus minguados 4% de votos". De modo que, o acirramento da polarização no segundo turno presidencial, entre a farsa de Collor e a expressão do projeto da esquerda, foi o ápice da luta de classes antes de ser abatida pelo Vendaval Oportunista. De um lado, a figura da metamorfose oligárquica, convertida em representante dos empresários capitalistas, com expressão dos conservadores do regime burocrático-militar, e, no outro extremo, a esperança equilibrista do novo ascenso do operariado industrial do ABC Paulista, simbolicamente expresso na figura de Lula junto ao PT.

Collor figurou como um salvador da pátria, totalmente desvinculado do governo do PMDB, ou seja, das velhas oligarquias. Contudo, por detrás dos bastidores, ele era o representante de uma parte da burguesia. Não por acaso, a partir do crescimento dos apoios na campanha de Collor, encabeçada pela Rede Globo, a resposta dada, pelo já eleito presidente, sobre como ele retribuiria o apoio recebido das burguesias, foi uníssona ao dizer "[...] que havia pago aquela dívida derrotando Lula, a besta-fera das burguesias e de todos os anéis empresariais-burocrátricos." (OLIVEIRA, 1992, p. 19)

A ascensão de Collor apresenta relação com a saída que a burguesia nacional visualizou para a crise que se instalara ao longo da década de 1980. Foi, então, um conjunto de determinantes, que podem ser sintetizados, conforme expressa Oliveira (1992):

> [...] a década perdida entre [19]80 e [19]90, com perda do dinamismo econômico, a primeira taxa negativa de crescimento do produto em toda a moderna história econômica brasileira - 4,3% em [19]81 -, uma grave crise de acumulação (para o que a dívida externa e seu serviço anual contribuíram poderosamente), a erosão total da capacidade do Estado para proporcionar previsibilidade a uma economia complexa (com uma enorme expansão da dívida interna que, se por um lado sustentava a solvabilidade dos capitais privados, por outro reduzia a capacidade de investimento estatal a quase zero, numa economia fortemente induzida pelo comportamento estatal); *quase como corolário necessário*, a deterioração de todos os serviços

> públicos, mormente daqueles mediante os quais o Estado, de certa forma, atendeu crescentes reivindicações populares; (OLIVEIRA, 1992, p. 30-31, grifo do autor).

É nesse quadro político-econômico-social que o marajá ascende. Fundamentado num programa de governo solidamente Neoliberal[75], ele obteve a vitória contra o projeto construído a partir das greves operárias da década de 1980. Ficou, dessa forma, instalada as bases para o que se convencionou denominar de Reforma do Aparelho de Estado no Brasil, o qual incidiu frontalmente nas Universidades Públicas e na Carreira do Magistério Superior Federal.

Tais medidas foram delimitadas no documento de campanha presidencial de Collor de 1989 intitulado: "Brasil: Um projeto de reconstrução nacional". No que toca a Educação Superior as ações são cristalinas no caminho de um Estado Neoliberal:

> [...] maior eficácia no ensino superior universitário federal, por meio de um profundo ajustamento curricular e da conseqüente adequação das carreiras profissionalizantes aos padrões emergentes de produção e utilização de ciência e tecnologia; [...] obtenção de maior eficiência na gestão das universidades federais, instituindo um novo sistema de alocação de recursos financeiros articulados à avaliação de desempenho para incentivar ganhos de produtividade e de qualidade no ensino, [...]; implantação de projetos de desenvolvimento institucional e capacitação gerencial nas universidades; estímulo às universidades para buscarem recursos extra-orçamentários para

[75] Oliveira (1992) apresenta nove pontos cardinais estruturantes do Programa de Governo de Collor de Melo: "1. Mudança do signo da moeda, que voltou a ser o cruzeiro, e um radical aperto monetário, tendo sido reduzida a liquidez, imediatamente, pela via do seqüestro e congelamento dos ativos financeiros, a uns 10% do nível imediatamente anterior. Essa era a pedra de toque do programa antiinflacionário; 2. Uma desindexação geral, principalmente entre preços e salários, com a anulação de todos os instrumentos da política salarial anterior. A relação capital-trabalho deveria ser resolvida na livre negociação; manteve-se, apenas, o BTN [Bônus do Tesouro Nacional], como indexador dos títulos da dívida pública interna, assim mesmo - no desejo da equipe econômica - provisoriamente até que a inflação estivesse completamente sob controle; 3. A reformulação dos mercados cambiais, com a manutenção do dólar-turismo e a criação do dólar livre, para as operações de exportação, importação e demais transações comerciais e financeiras. A taxa do dólar seria fixada pelo mecanismo de oferta e procura; não se fez nenhuma operação visando o dólar paralelo, pois na ótica livre-cambista do plano, este rapidamente perderia importância como veículo de operações de sub e superfaturamento e evasão de divisas, devido à instituição do dólar livre; **4. Um programa de privatização de empresas estatais**; 5. Manutenção da moratória técnica do serviço da dívida externa, isto é, nenhum pagamento, com as solenes declarações de independência e, ao mesmo tempo, de total abertura aos capitais estrangeiros; 6. A instituição dos certificados de privatização, mecanismo através do qual o setor privado poderia e deveria comprar as empresas estatais; 7. Um programa de desregulamentação, incidindo inicialmente sobre as facilidades de exportação e importação; **8. Uma reforma administrativa, no bojo da reforma do Estado, com o objetivo de demitir 360 mil funcionários públicos, diretos e indiretos, de um contingente estimado em 750 mil**; 9. A supressão dos subsídios fiscais, com exceção dos concedidos para empreendimentos na Zona Franca de Manaus, os únicos que constituem prescrição explícita da Constituição; os relativos ao Norte e Nordeste foram suspensos e posteriormente reativados." (OLIVEIRA, 1992, p. 55-56, grifo nosso)

> complementar seus orçamentos de pesquisa, sobretudo junto às empresas. (COLLOR, 2008, p. 78).

As diversas mudanças estruturais que o ano de 1989 destinou para o Brasil e o mundo são responsáveis pela condução da Carreira Docente. O novo modo de controlar a produção, as bases para as reformas da estrutura gerencial do Estado, o projeto societal na perspectiva da democracia liberal e o ceticismo quanto à perspectiva da revolução socialista foram condutores do MD e das políticas para a Carreira Docente nas IFES.

O quadro geral da Educação Superior no período de 1988 a 1994 foi de completo abandono da educação superior e das instituições públicas no Brasil, incluído as Universidades Federais. As contradições se aprofundavam na medida em que o corpo docente crescia e ampliava as suas obrigações funcionais. Logicamente, é importante o desenvolvimento do corpo docente no que diz respeito à titulação e ao regime de trabalho, contudo esse avanço na qualidade do quadro docente caminhou paralelo à ampliação das funções que esse quadro docente melhor qualificado assumia para si.

O crescimento das Universidades Federais, no período em análise, ficou na ordem de 11,4%, conforme dados da Tabela 15, que perfez um total de quatro novas instituições. Esse valor é significativo quando se verifica que as IES públicas decresceram em 6,4%, de modo que as Universidades Federais caminharam de modo desigual ante o desenvolvimento das IES públicas.

Tabela 15 - Evolução do número de IES e matrículas, em cursos de graduação presenciais, no setor público - Brasil - 1988-1994

Ano	IES				Matrículas			
	Públicas	**Δ (%) a.a.**	**Univ. Federais**	**Δ (%) a.a.**	**Públicas**	**Δ (%) a.a.**	**Univ. Federais**	**Δ (%) a.a.**
1988	233	..	35	..	585.351	..	304.465	..
1989	220	-5,6	35	-	584.414	-0,2	301.535	-1,0
1990	222	0,9	36	2,9	578.625	-1,0	294.626	-2,3
1991	222	-	37	2,8	605.736	4,7	305.350	3,6
1992	227	2,3	37	-	629.662	3,9	310.533	1,7
1993	221	-2,6	37	-	653.516	3,8	328.907	5,9
1994	218	-1,4	39	5,4	690.450	5,7	349.790	6,3
Δ (%) 88-94	**-6,4**	**..**	**11,4**	**..**	**17,9**	**..**	**14,9**	**..**

Fonte: MEC/SEDIAE/INEP (1996).
Nota: Sinal convencional utilizado:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
.. Não se aplica dado numérico.

Articulado com o crescimento do número de Universidades Federais, no Brasil, houve um salto no número de matrículas em cursos de graduação presenciais, o que se configura como ponto positivo no que concerne à política de expansão da Educação Superior, no período de 1988 a 1994. O salto nas matrículas ficou na ordem de 14,9%, média inferior ao crescimento das IES públicas no geral que foi de 17,9%, contudo significativo ao ampliar em 45.325 matrículas apenas nas Universidades Federais, o que perfaz um efetivo de 6.475 novas matrículas por ano nessas instituições.

São dados positivos, porém insuficientes para garantir qualidade no ensino de graduação e a efetivação do tripé universitário, ou seja, insuficientes para construir uma concepção de Universidade postulada pelo MD. Os dados das funções docentes em exercício nas Universidades Federais demonstram um descompasso ao longo da evolução das matrículas em cursos de graduação presenciais. Se é possível elogiar o crescimento das matrículas, que ficou na casa dos 14,9%, não se pode afirmar o mesmo para o número de funções docentes em exercício, que encerrou o ano de 1994 com valor menor do que no ano de 1988.

A redução na casa de -1,8% no número de funções docentes em exercício nas Universidades Federais, conforme dados da Tabela 16, indicam a materialização de elementos no campo da ampliação da produtividade do quadro docente a partir do acúmulo de tarefas, assim como a intensificação do seu trabalho, que é a expressão prática do uso eficiente dos recursos humanos e financeiros na estrutura pública como versa a perspectiva do Estado gerencial.

A análise dos dados da Tabela 16 indica um significativo aumento do número de doutores, o que abre a possibilidade para o crescimento do número de cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Isso é positivo a partir da perspectiva da necessidade de formar mestres e doutores para o Brasil, contudo diante da redução geral do número de funções docentes e do crescimento significativo de matrículas nos cursos de graduação presenciais, configuram-se como indícios concretos da ampliação do produtivismo docente e da intensificação do trabalho, sem melhorias no plano de carreira.

Tabela 16 - Evolução do número de funções docentes em exercício nas Universidades Federais, por titulação - Brasil - 1988/1994

Ano	Docentes por Titulação						
	Doutor [B]	α (%) B-A	Mestre [C]	α (%) C-A	Esp./Aperf.	Graduado	Total [A]
1988	6.616	15,7	12.440	29,6	10.835	12.138	42.029
1989	6.564	16,0	12.444	30,4	9.749	12.190	40.947
1990 [1]	..	..	..	..	..	..	41.281
1992	7.292	18,7	13.021	33,3	9.035	9.739	39.087
1993	7.960	20,0	13.393	33,6	9.190	9.348	39.891
1994	8.817	21,4	14.253	34,5	9.329	8.886	41.285
Δ (%) 88-94	**33,2**	**..**	**14,6**	**..**	**-13,9**	**-26,8**	**-1,8**

Fontes: MEC/SAG/CPS/CIP (1990a; 1990b); MEC/SAG/CPS/SEEC (1993; 1994a; 1994b); MEC/SEDIAE/INEP (1996).
Nota: Sinal convencional utilizado:
.. Não se aplica dado numérico.
[1] Os dados do quantitativo de docentes estratificados pela titulação não consta na fonte, apenas o valor total de docentes.

A relação entre quantidade de funções docentes em exercício e as matrículas em cursos de graduação presenciais para o ano de 1988 ficou na casa de 7,2 funções docentes para cada discente matriculado. Esse número saltou, em 1994, para 8,5 e se configurou como um movimento tendencial de crescimento para o próximo período.

Ainda é possível verificar que em 1988 o número de mestres e doutores não representava a maioria do corpo docente. Nesse ano, esses docentes perfaziam o total de 45,3%. A partir de 1992 o grupo dos mestres e doutores passou a representar mais da metade do corpo docente, e encerrou o ano de 1994 com 55,9% do total de funções docentes em exercício.

Articulado com o crescimento da titulação docente se tem mudanças quanto aos vínculos trabalhistas, ou seja, quanto ao regime de trabalho que também sofreram modificações ao longo desses sete anos. O PUCRCE colocou o regime de trabalho em 40 horas semanais, sem Dedicação Exclusiva, como uma excepcionalidade para os docentes. De modo que, os dados presentes na Tabela 17, na coluna do regime de trabalho de Tempo Integral, dizem respeito aos docentes com Dedicação Exclusiva e sem Dedicação Exclusiva. Essa proporção entre os docentes em regime de 40 horas semanais, em 1989, era de 75% com Dedicação Exclusiva e 25% sem Dedicação Exclusiva (MEC/SESu/SDI/CODAI, 1989, p.

61). A lógica é de que o percentual dos docentes com Dedicação Exclusiva, em 1994, tenha se localizado entre 75% a 80%[76].

Tabela 17 - Evolução do número de funções docentes em exercício nas Universidades Federais, por regime de trabalho - Brasil - 1988/1994

Ano	Docentes por Regime de Trabalho			
	Tempo Parcial	Tempo Integral [B] [1]	α (%) B-A	Total [A]
1988	9.654	32.375	77,0	42.029
1989	8.583	32.364	79,0	40.947
1992	8.328	30.759	78,7	39.087
1993	7.278	32.613	81,8	39.891
1994	7.797	33.488	81,1	41.285
Δ (%) 88-94	**-19,2**	**3,4**	**..**	**-1,8**

Fontes: MEC/SAG/CPS/CIP (1990a; 1990b); MEC/SAG/CPS/SEEC (1993; 1994a; 1994b); MEC/SEDIAE/INEP (1996).
[1] Estão incluídos os dados relativos aos docentes em regime de trabalho de 40 horas sem dedicação exclusiva e com dedicação exclusiva.

Vale frisar que o efetivo de funções docentes em Tempo Parcial apresentou redução significativa no período de 1988 a 1994, na ordem de 19,2%, conforme expressa a Tabela 17. Esses dados indicam um enraizamento do corpo docente na estrutura universitária, um processo que sinaliza para a consolidação da Carreira Docente das Universidades Federais, tendo em vista que a maioria dos docentes, em 1994, já pertenciam ao grupo de mestres e doutores em regime de DE.

Em direção à ampliação das funções docentes, o crescimento da pós-graduação *stricto sensu* foi significativo. Em 1975 o número total de docentes envolvidos com atividades neste segmento era de 7.500, valor que saltou para 20.900, em 1985. Uma evolução de 178,6% em 10 anos. De modo aproximado foi a evolução no número de programas de mestrado e doutorado cadastrados. Os programas de mestrado saltaram de 370 para 787 e os de doutorado de 89 para 325, no período em análise, ou seja, 112,7% para o mestrado e 265,1% no doutorado. (MEC/CAPES, 2004c, p. 197)

No particular à pós-graduação *stricto sensu*, destaca-se a implementação do III PNPG, que vigorou no período de 1986 a 1989. Contudo, frisa-se, o IV PNPG foi publicado apenas em dezembro de 2004, de modo que o III PNPG conduziu a política de pós-graduação *stricto sensu* ao longo da década de 1990, e teve os seguintes objetivos: "1. consolidação e

[76] Esses dados não foram encontrados em documentos posteriores a 1989. Os dados que são coletados anualmente pelo INEP, a partir de 1995, não possui essa diferenciação até o ano 2009. Em 2009, o número de funções docentes totais em regime de 40 horas semanais de trabalho foi de 56.912, desse total 82% estava em regime de Dedicação Exclusiva. (INEP, 2010)

melhoria do desempenho dos cursos de pós-graduação; 2. institucionalização da pesquisa nas universidades, para assegurar o funcionamento da pós-graduação; 3. **integração da pós-graduação no sistema de Ciência e Tecnologia, inclusive com o setor produtivo**." (MEC/CAPES, 2004c, p. 195, grifo nosso)

Começa a se desenvolver, no campo das políticas para a Educação Superior, uma vinculação profunda entre a produção de Ciência e Tecnologia, oriunda das grandes Universidades Públicas, e o setor produtivo, num estágio em que se iniciam as privatizações das empresas públicas e consequente crescimento do setor privado no âmbito da produção de mercadorias e dos serviços[77], logo era necessário materializar políticas de inovação tecnológica para tornar atrativo ao capital internacional o mercado brasileiro (um dos elementos do Consenso de Washington - ampliação dos investimentos externos diretos) e nada melhor do que a estrutura das Universidades públicas para contribuir com o setor produtivo.

Esse nível da educação superior foi pensado, no todo do III PNPG, como o principal responsável pela formação de recursos humanos na perspectiva da resolubilidade de todos os problemas sociais e econômicos os quais o Brasil vivenciava. Vale destacar três das premissas elencadas no III PNPG:

> 2.2. à pós-graduação cabe o duplo papel de formar recursos humanos de alto nível e de contribuir, por meio da pesquisa, para a solução de problemas sociais, econômicos e tecnológicos;
> 2.3. a universidade é o local privilegiado para a formação e o aperfeiçoamento cultural, científico e profissional do pessoal de alta qualificação, por meio da pós-graduação. O desenvolvimento científico e tecnológico depende do fortalecimento da universidade como um todo e da pós-graduação como atividade indissociável da pesquisa;
> 2.5. a expansão da base científica nacional se faz necessária para atender às políticas e estratégias de desenvolvimento científico e tecnológico e às necessidades do sistema educacional e do mercado de trabalho; (MEC/CAPES, 2004c, p. 196).

Para dar condições ao desenvolvimento dessas premissas, o III PNPG apresentou alguns pontos necessários para assegurar a institucionalização da pesquisa nas Universidades, com vistas a efetivação da política de pós-graduação *stricto sensu*. O documento denomina

[77] O processo de privatização das empresas estatais, no Brasil, aos moldes do que foi apresentado pelo Consenso de Washington, iniciou em 1991, conforme segue até 1994: 1991 – USIMINAS, CELMA, MAFERSA, COSINOR; 1992 – SNBP, INDAG, AFP, PETROFLEX, COPESUL, CAN, CST, NITRIFLEX, FOSFÉRTIL, POLISUL, PPH, GOIASFÉRTIL, ACESITA, CBE; 1993 – POLIOLEFINAS, CSN, ULTRAFÉRTIL, COSIPA, AÇOMINAS, OXITENO; 1994 – PQU, ARAFÉRTIL, CARAÍBA, ACRINOR, COPERBO, CIQUINE, POLIALDEN, POLITERO, EMBRAER. (ANUATTI NETO *et al.*, 2005, p. 171)

essas condições de medidas especialmente importantes, sendo que duas delas merecem atenção: “a. destacar, nos orçamentos das instituições universitárias, verbas específicas para pesquisa e pós-graduação; b. **reestruturar a Carreira Docente universitária para valorizar a produção científica, tanto para o acesso quanto para a promoção**, **com remuneração específica para o desempenho científico**;” (MEC/CAPES, 2004, p. 211, grifo nosso)

Desde o III PNPG já se defendia a relação entre política de carreira e a diferenciação na remuneração docente condicionada ao desempenho científico/produtivismo acadêmico, tanto para o acesso à ela quanto para as progressões (entre níveis e classes). Apesar do destaque para o incremento orçamentário de verbas específicas para a pesquisa e a pós-graduação, o que se visualizou foi o crescimento de um conjunto de agencias financiadoras desse nível de ensino, incluindo o setor privado, em menor proporção. Fica explícito, dessa forma, a intenção política de conduzir a efetivação da Carreira Docente a partir dos novos determinantes de produção científica articulada com o setor produtivo, na condição de atividade estratégica do país para ampliar a entrada de capitais externos.

O início da década de 1990 foi marcado pelo debate entorno do Regime Jurídico Único (RJU) e do novo texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nessa disputa, a Carreira Docente do Magistério Superior Federal poderia obter ganhos quanto ao processo de implementação de uma nova Carreira.

Apesar da aprovação do PUCRCE em 1987, a greve de 1989 dos docentes pautou, entre outros pontos, a regulamentação integral e aplicação imediata do PUCRCE em todas as IFES. Além disso, lutou por contratação docente e concurso público, reposição salarial, aposentadoria integral e a implementação da Carreira Única para todos os níveis de ensino, não apenas para o Magistério Superior. Como resultado da greve foi garantido algumas melhorias salariais e pequenos ajustes nos percentuais de progressão vertical e horizontal e discreta valorização para o regime de DE, em direção a efetivação de um projeto de Universidade que garantisse o ensino, a pesquisa e a extensão de modo qualificado. (Apêndice A)

A defesa da Carreira Docente no Magistério Superior foi potencializada, desde um ponto de vista legal, com a Constituição de 1988 do Brasil. O Art. 37 da Constituição chamou atenção para a necessidade da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, instituírem Regime Jurídico Único e Planos de Carreira para os servidores públicos civis. Ficou prevista, ainda, a aposentadoria e a estabilidade no cargo público. (BRASIL, 1988)

Desde o 17º CONAD, em 1988, a ANDES elaborava sobre o Regime Jurídico Único para os docentes que ocupavam cargos no magistério superior público, tanto nas

Universidades Estaduais quanto nas Federais. O tema foi explanado nesse CONAD e remetido à necessidade de ampla discussão com a categoria, com criação de Comissão Nacional das AD, assim como remeter ao VIII Congresso Nacional da ANDES, a ocorrer em 1989. (ANDES, 1988)

No 19º CONAD, agora organizado pelo ANDES-SN[78], após uma das mais vitoriosas greves do MD, com duração de 66 dias em que os docentes de 42 IFES paralisaram suas atividades, o RJU foi um dos pontos de debate no setor das federais, e contou com a deliberação de o MD apresentar uma contraproposta ao projeto de RJU apresentado pelo governo, em conjunto com as demais categorias dos SPF. (ANDES-SN, 1989a, p. 62)

Entre os pontos de defesa do MD na greve de 1989, destaca-se o item relativo ao texto do RJU que era sobre a aposentadoria integral[79], prevista de modo parcial na Constituição de 1988, e a regulamentação integral e aplicação imediata do PUCRCE em todas as IFES. Quantos às vitorias nessa greve, frisa-se a sansão da Lei n. 7.814, de 8 de setembro de 1989, em que ampliou alguns percentuais da tabela salarial do PUCRCE (dedicação exclusiva, de 40% para 50%, e progressão horizontal, de 4% para 5%). (BRASIL, 1989)

O aprofundamento sobre as análises e formulação de uma proposta do RJU foi realizada durante o 9º Congresso do ANDES-SN, em fins de 1989, em que foi o primeiro ponto a ser debatido no setor das IFES, dado seu grau de prioridade. Defendeu-se no congresso a necessidade de garantir grandes conquistas no texto do RJU a ser aprovado, tal como segue:

---

[78] Em virtude da Constituição de 1988, a organização sindical foi permitida ao funcionalismo público. Em junho de 1988 a ANDES iniciou seus debates sobre a conversão em Sindicato. Entre os pontos de debate do 17º CONAD, o direito à sindicalização foi objeto de discussão. A criação do ANDES-SN ocorreu na ocasião do II Congresso Extraordinário da ANDES, em fins de novembro de 1988. (ANDES-SN, 1989a, p. 13)

[79] Cabe destacar o texto do Art. 40 da Constituição de 1988 quando da sua aprovação, tendo em vista ter sofrido alterações por Emendas Constitucionais (EC) em fins da década de 1990 e início da década de 2000:

"Art. 40. O servidor será aposentado:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - voluntariamente:

a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;

b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;

c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço." (BRASIL, 1988)

> A tarefa é dotar este RJU de dispositivos capazes de assegurar direitos conquistados (Direito de Greve, de Sindicalização entre outros) [Regime Estatutário Renovado] e dispositivos que possam garantir a transparência necessária das relações trabalhistas Servidor/Estado/Público e venham atender às finalidades de um Estado democrático e voltado para os interesses da população. (ANDES-SN, 1990, p. 48).

Em fins de 1990 foi sancionada a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro. Nela ficou estipulado o Regime Jurídico dos servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Dentre os pontos principais da Lei cabe destacar a garantia do ingresso por meio de concurso público (ressalvadas as demais formas de provimento no cargo público - Art. 8). Chama-se atenção, também, para o parágrafo 3º do Art. 41 em que se destaca a irredutibilidade do vencimento em cargo efetivo, assim como para o Art. 240 em que garantiu o direito à livre associação sindical. (BRASIL, 1990)

É importante destacar, no marco histórico de aprovação do RJU, que tramitou paralelamente a ele o PL 4.059 sobre as Diretrizes de Planos de Carreira (DPC), uma demanda apontada pelo Art. 37 da Constituição de 1988, proposto pelo poder executivo e que adentrou a Câmara dos Deputados em 25 de março de 1989. Apesar da não aprovação do PL e de seu arquivamento em 24 de março de 1995, chama atenção para alguns elementos iniciais da lógica gerencial na condução do Estado. Fica explícito ao se verificar no Art. 20, que versa sobre a qualificação profissional, a defesa em realizar "cursos de natureza gerencial" para os que assumiriam cargos de direção.

Logo da apresentação do PL pelo executivo, o MD se posicionou de modo desfavorável ao teor do projeto. A principal crítica assentava-se na lógica burocrática de encarar o serviço público e o MD enfatizava a diferenciação entre "servidores do Estado" e "servidores do público", está última constituindo a sua defesa. Conforme explícito do relatório final do 9º Congresso do ANDES-SN:

> O atual projeto de lei, Nº. 4059/89, longe de se constituir em diretrizes gerais, desenvolve um plano semi-acabado de carreira, profundamente viciado. **Inviabiliza a gestão transparente e democrática do serviço público, desestimula a competência e qualidade técnica e se constitui em verdadeiro "plano de carreira de burocratas"**. Assim, deve-se rejeitar a concepção contida neste projeto e apresentar proposta a ser negociada no Congresso Nacional e com o conjunto do movimento dos Servidores Públicos Federais. (ANDES-SN, 1990, p. 52, grifo nosso).

O debate entorno da Carreira Docente não cessava. De modo oposto, ampliava-se ao longo dos anos em virtude da conjuntura e do nível de desenvolvimento do MD, fundamentado na defesa da Carreira Única. No 22º CONAD do ANDES-SN, em fins de 1990,

realizou-se o I Seminário Nacional sobre Carreira Docente e Avaliação do PUCRCE. Desta forma, ao longo dos anos de 1990 e 1994, nos Congressos e CONAD do ANDES-SN, o tema da Carreira Docente foi um dos focos de debate. Os principais pontos de defesa do MD podem ser assim sintetizados: 1. Carreira Única Nacional; 2. Piso Salarial Nacional Unificado; 3. Padrão Unitário de Qualidade nas IES; 4. Desvinculação da Avaliação com a Carreira.

Tais reivindicações foram pontos de pauta das greves que seguiram nos anos de 1991, 1993 e 1994. Em 1991 os pontos que se relacionavam à Carreira foram: 1. recomposição dos salários aos valores reais de abril de 1990, implicando numa reposição de 144,38%; 2. incorporação aos vencimentos dos docentes das perdas salariais provocadas pelos planos econômicos "Bresser" (26,06%), "Verão" (25,05%) e "Collor I" (93,54%)[80]; (Reajuste total reivindicado: 640,39%); 3. abertura de concurso público para preencher vagas existentes nas IFES e para expansão do quadro de pessoal. O resultado nessa greve foi de dois reajustes no ano de 1991 e aumento nos acréscimos ao vencimento básico por titulação (o mestre ampliou de 15% para 25% e o doutor de 25% para 50%) e para o Regime de Dedicação Exclusiva (de 50% para 55%). (BRASIL, 1991)

Em 1992, na ocasião da Lei Delegada n. 13, de 27 de agosto, ficou instituída a Gratificação de Atividade Executiva (GAE) para todo o funcionalismo público civil do poder executivo. Tal gratificação foi a saída encontrada pelo governo para não elevar os vencimentos básicos das categorias dos SPF. Contudo, a GAE não assumiu uma política isonômica, incidiu com percentuais distintos entre as categorias dos SPF. Para os Docentes do Magistério Superior o percentual foi de 30%, em 1 de agosto de 1992 e o máximo de 80% a partir de 1 de novembro de 1992, conforme disposto no Art. 11. (BRASIL, 1992)

Iniciou, dessa forma, o uso das gratificações na composição dos vencimentos, que implicou na possibilidade de não incorporação à aposentadoria, assim como, a partir do momento em que a Lei Delegada n. 13/92 fixou percentuais distintos para as categorias dos SPF, estabeleceu uma grande divisão entre as categorias. Vale destacar que o percentual máximo para a GAE, fixada pela Lei supracita, foi de 160%, ou seja, o dobro do permitido para a Carreira do Magistério Superior. (BRASIL, 1992)

Esta foi uma das pautas da greve de 1993 do MD. Além desse item, no que toca à Carreira, lutou-se pelo reajuste salarial e por um Plano Nacional de Capacitação Docente para impulsionar o desenvolvimento da Pós-Graduação *stricto sensu*, com o objetivo de qualificar

[80] Cf. Pretto Neto (2003, p. 44-56).

o corpo docente nesse nível de ensino e garantir o processo de progressão no Plano de Carreira. (ANDES-SN, 1993, p. 79-81)

O resultado dela, dentre outros pontos, foi a ampliação do percentual máximo da GAE para os docentes, até junho de 1994, o que estabeleceu a proporção do vencimento básico sobre a remuneração, para os docentes em regime de DE, de 38% para os graduados e mestres, e de 46% para o doutor. Essa proporção ficou maior no regime de 20h, alcançando 57% para o doutor.

Crescia, na categoria, a ideia de uma Carreira Única do Magistério das Instituições de Ensino Superior no Brasil (Público e Privado) que materializava a concepção de Carreira do MD (ANDES-SN, 1993, p. 72-78). Essa bandeira foi uma das pautas da greve de 1994, contudo as ações do governo federal em se relacionar com o MD de modo intimidador, a ponto de ameaçar com corte de pontos e inquéritos administrativos, próprio dos fundamentos do Estado Neoliberal, fez com que o MD se retirasse da greve com diversas derrotas.

Paralelo a efetivação da Carreira Unificada, que perpassava por um concepção de Universidade, como já abordado aqui, o MD intervia no conteúdo do texto da nova LDB. O texto do projeto de lei da LDB proposto pelo ANDES-SN, no que concerne à Carreira Docente para o Magistério Superior, destacou os seguintes pontos: isonomia, concurso público para acesso à carreira e ao cargo final, avaliação de desempenho acadêmico e titulação para a progressão funcional, semestre sabático, prioridade para o regime de trabalho de Dedicação Exclusiva na carreira, extinção de regime de 40 horas sem Dedicação Exclusiva e gratificação por tempo de serviço a cada ano[81]. (ANDES-SN, 1989b, p. 45-46)

---

[81] A proposta completa de Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB do ANDES-SN, foi publicada na Revista Universidade e Sociedade n. 1, da própria entidade, em 1991. Destacam-se os Arts. 94 e 95 que abordam a Carreira:

Art. 94 - A estrutura da carreira docente incentivará o desempenho acadêmico, a titulação e a qualificação profissional.

Parágrafo Único - Cargos administrativos não farão parte da carreira.

Art. 95 - Aos docentes das instituições de ensino superior será garantido Plano de Carreira única que assegure:

I - identidade de estrutura de cargos e funções e respectiva isonomia de salários;

II - acesso exclusivamente por concurso público de provas e títulos para a primeira investidura em cargo de carreira e também para a investidura no cargo final;

III- regime de progressão funcional, baseado na avaliação do desempenho acadêmico e titulação;

IV - direito ao exercício de atribuições administrativas e de cargos eletivos, independentemente da posição funcional;

V - capacitação do pessoal docente, através de uma política de pós-graduação que garanta a ampliação do número de vagas na carreira docente e a possibilidade permanente de aperfeiçoamento;

VI - instituição do semestre sabático para a carreira docente, cuja concessão será aprovada pelo departamento ou unidade de ensino equivalente e vinculada à aprovação de plano de atividade;

VII - instituição da licença especial para a carreira docente em conformidade com o disposto em lei;

Em 1993, na ocasião da apresentação do primeiro bloco de emendas do Senador Darcy Ribeiro ao PL 101/93 (LDB)[82], o Relator do PL, o então Senador Cid Saboia de Carvalho, incorporou as emendas do Senador Darcy Ribeiro, no particular da Educação Superior (Arts. 52 a 67). A conclusão a que chegou o MD foi a seguinte:

> A natureza das mudanças propostas expressa, com clareza, a eleição do mercado como um eixo fundamental na definição da diretrizes políticas para a universidade. Tal concepção submete a universidade às vicissitudes do mercado, negando com isso o seu papel estratégico para o desenvolvimento da sociedade.
> Outro aspecto igualmente comprometedor diz respeito ao conceito de avaliação, vinculando-a à definição de recursos e como um mecanismo punitivo. (ANDES-SN, 1993, p. 57).

Contudo, após aprovação da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no que toca à Carreira Docente, o único dispositivo presente está relacionado com a autonomia das Universidades (Art. 53 e 54). Ao tratar da autonomia didático-científica ficou garantido aos colegiados de ensino e pesquisa decidir sobre "Planos de Carreira Docente". Contudo, ao tratar das IFES, há um Plano Nacional Unificado que extrapola as unidades. (BRASIL, 1996a)

Ainda no tocante à Carreira, o Projeto de Lei Complementar (PLC) n. 119 de 1992, apresentado pelo então Deputado Federal Ubiratan Aguiar, com base no Art. 165 da

---

VIII - direito a adicional por tempo de serviço após cada ano de efetivo exercício, correspondente a um por cento do respectivo salário;
IX - regime de trabalho em dedicação exclusiva, sendo permitida a opção por 20 horas;
X - aposentadoria integral, paritária com os docentes da ativa;
XI - férias anuais de 45 dias;
XII - afastamento de docentes para exercício de atividades em órgãos públicos não universitários, desde que sujeito à aprovação prévia do departamento ou unidade equivalente e sem ônus para a instituição de origem;
§ 1º - Serão mantidos todos os direitos dos docentes durante o período de afastamento para aperfeiçoamento em instituição nacional ou estrangeira previsto no inciso V.
§ 2º - Para fins do disposto no inciso V, o professor será liberado das atividades docentes, ainda que realize a pós-graduação na própria instituição, e terá apoio institucional no caso do deslocamento para a capacitação em outras instituições do país ou do exterior.
§ 3º - Os prazos para o afastamento previsto no inciso V serão regulamentados pela instituição de origem, em consonância com as exigências da instituição de destino.
§ 4º - O afastamento previsto no inciso XII terá duração máxima de cinco anos, garantida a contratação de professores substitutos. (ANDES-SN, 1991)

[82] Destaca-se que o início da construção formal do texto da LDB, pós-constituição de 1988, ocorreu a partir do Projeto de Lei n. 1.258, na sessão plenária da Câmara dos Deputados Federais do dia 28 de novembro de 1988, pelo Deputado Federal Octavio Elisio, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Para a análise desse período vale consultar Pino (2008, p. 17-41).

Constituição de 1988[83], afim de versar sobre a gestão financeira e patrimonial das IFES. O posicionamento do ANDES-SN foi de não aceitar o conteúdo original, pois iria desvincular os recursos necessários ao pagamento de pessoal da folha do governo federal, inviabilizando a efetivação de um Plano de Carreira Unificado, além de já sinalizar a criação de previdência privada como forma de complementação à aposentadoria. Ao longo da década de 1990, o PLC foi arquivado, contudo reivindicado pelo MD (com diversas modificações no texto), na década de 2000. (ANDES-SN, 1993, p. 59-60; ANDES-SN, 2006, p. 22-24)

Os problemas econômicos e sociais não retraiam. O fraco crescimento da Educação Superior Pública nos sete primeiros anos da nova Constituição foi reflexo da conjuntura em fins do Governo de Itamar Franco, com a inflação descontrolada e as taxas de crescimento irrisórias. As matrículas e o efetivo de docentes pouco ampliou no período de 1988 a 1994. O efetivo de docente regrediu no período, elevando a relação docente/matrícula de 7,2, em 1988, para 8,5 em 1994. Esse quadro se intensificou, e com ele a política de Carreira, a partir da consolidação do Neoliberalismo no Brasil, com o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso que iniciou em 1995.

Portanto, há nessa fase inicial da Carreira Unificada nas IFES, grandes conquistas. Contudo, inicia-se, da mesma forma, a construção das grandes modificações que a Carreira iria passar. Começa a cristalizar as bases para uma concepção de Carreira distinta da que foi formatada na década de 1980, para atender as novas necessidades do Estado e da dinâmica produtiva, numa constante relação entre o Estado e o Mercado.

3.2 A Reforma do Estado e o Trabalho Flexível e seus impactos na Carreira Docente

As primeiras greves do MD das IFES, na década de 1990, até o ano de 1994, centraram em pautas que problematizavam a Carreira, a partir do aprofundamento da compreensão de Plano de Carreira Unificado que o ANDES-SN formulou nesse período em seus espaços de debate nacional (Congressos e CONAD). De modo oposto, as políticas para a Educação Superior percorriam caminhos que não se alinhavam com a concepção de Universidade defendida pela organização docente.

A mudança de plano econômico, em julho de 1994, contribuiu para a estabilização da moeda e abriu passagem para a eleição presidencial de Fernando Henrique Cardoso em fins

[83] Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: § 9º - Cabe à lei complementar: II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos. (BRASIL, 1988)

de 1994 que, desde 1993, ocupara a Pasta Fazendária. O PPA de 1996-1999 lançou as seguintes estratégias: 1. **Construção de um Estado Moderno e Eficiente**; 3. Redução dos Desequilíbrios Espaciais e Sociais e; 3. **Inserção Competitiva e Modernização Produtiva**. (BRASIL, 1996b, Anexo, grifo nosso)

Associada às três estratégias o plano elencou um conjunto de diretrizes. Merece destaque as seguintes diretrizes: I. Construção de um Estado Moderno e Eficiente - Diretrizes: 1. consolidação do processo de saneamento das finanças públicas; 2. aumento da eficiência do gasto público, com ênfase na redução dos desperdícios e no aumento da qualidade e da produtividade dos serviços públicos; 3. aprofundamento do programa de desestatização; 4. reformulação e fortalecimento da ação reguladora do Estado, inclusive nos serviços públicos privatizados; 5. modernização dos Sistemas de Previdência Social. II. Inserção Competitiva e Modernização Produtiva - Diretrizes: 1. aumento da participação do setor privado em investimentos para o desenvolvimento; 2. fortalecimento de setores com potencial de inserção internacional e estímulo à inovação tecnológica e à reestruturação produtiva; 3. melhoria educacional, com ênfase na educação básica; 4. modernização das relações trabalhistas. (BRASIL, 1996b, Anexo)

O Plano deixa claro quanto à sua opção de nova forma jurídico-política do Estado, assim como quanto as opções realizadas no que concerne às políticas educacionais e do mundo do trabalho. A ênfase exclusiva é dada à Educação Básica, conforme indicação do Banco Mundial para os países da periferia do capitalismo[84]. Para a Educação Superior o PPA deixa nítido a política do Banco Mundial de estender "[...] aos alunos carentes de oportunidade de acesso e permanência no ensino superior, através da concessão de 'crédito educativo'". (BRASIL, 1996b, Anexo)

Para uma vitoriosa implementação do primeiro PPA do governo FHC era necessário, contudo, não apenas a estabilização da moeda com controle da inflação. Constituiu fator determinante para a implementação do "Estado Moderno e Eficiente" e redução da capilaridade na garantia direta dos direitos sociais constitucionalmente delimitados. Desta feita, a manutenção das privatizações da máquina pública e estatal permaneceu, assim como

[84] O documento intitulado "Prioridades e estratégias para a educação: exame do Banco Mundial" delimita a educação básica como nível educacional prioritário para os investimentos públicos. No capítulo 7 - Investimento público focalizado na educação básica - fica expresso as ações que os estados nacionais deveriam adotar quanto aos investimentos públicos na educação. O centro é a prioridades dos investimentos para a educação básica combinada com pagamento de taxas para o nível médio de ensino (secundário ou segundo ciclo) e a cobrança de taxas em toda a educação superior pública, articulada com programas de financiamento/crédito estudantil. (BM, 1996, p. 115-125)

um conjunto de reformas no campo trabalhista (legislação e regime de acumulação) e previdenciário.

É sabido que as medidas de ajustes na superestrutura jurídico-política para implementar o receituário Neoliberal (já abordado aqui), como política adequada à América Latina, tiveram início, de acordo com Silva Júnior e Sguissardi (1999), no Governo Collor de Mello, em 1990, na tentativa de iniciar a reforma do "Aparelho do Estado". Todavia, a necessária "reforma" só decolou em 1995, com o primeiro Governo FHC.

As privatizações foram alavancadas a partir de 1991, com grande expressão ao longo dos quatro anos seguintes. De acordo com Anuatti Neto *et al.* (2005), o Governo Federal vendeu, sob a forma de leilões, diversas companhias federais e estaduais[85], privatizações essas que seguiram ao longo dos dois mandatos presidenciais de FHC (1995-1998/1999-2002)[86].

No período de 1991 a 2000, houve redução de 186 para 102 empresas estatais controladas pelo Estado. Essas privatizações somaram o montante de US$ 56,841 bilhões (ANUATTI NETO *et al.*, 2005, p. 170), com destaque para a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), vendida por US$ 6,858 bilhões, que, apenas em 2008, obteve lucro líquido de R$ 21,279 bilhões[87].

Como visto, a política de privatização das empresas estatais foi cumprida pelos governos que presidiram o Brasil durante a década de 1990, seguindo as indicações do "Consenso de Washington" para *modernizar* o Estado e possibilitar o desenvolvimento do setor privado, a critério das *leis do mercado*.

---

[85] São elas: 1991 – USIMINAS, CELMA, MAFERSA, COSINOR; 1992 – SNBP, INDAG, AFP, PETROFLEX, COPESUL, CAN, CST, NITRIFLEX, FOSFÉRTIL, POLISUL, PPH, GOIASFÉRTIL, ACESITA, CBE; 1993 – POLIOLEFINAS, CSN, ULTRAFÉRTIL, COSIPA, AÇOMINAS, OXITENO; 1994 – PQU, ARAFÉRTIL, CARAÍBA, ACRINOR, COPERBO, CIQUINE, POLIALDEN, POLITERO, EMBRAER. (ANUATTI NETO *et al.*, 2005, p. 171)

[86] No período de 1995 a 2000, as empresas privatizadas pelo Governo Federal foram: 1995 – ESCELSA, COPENE, CPQ, CQR, SALGEMA, NITROCARB, PRONOR; 1996 – POLIPROP, KOPPOL, LIGHT, DETEN, POLIBRASIL, EDN, Rede Ferroviária Federal - RFF (OESTE), RFF (SUDESTE), RFF (SUL), RFF (Tereza Cristina), RFF (CENTRO-LESTE); 1997 – CVRD, CODESP, RFF (NORDESTE), MERIDIONAL; 1998 – CDRJ (Porto de Angra dos Reis; Porto de Sepetiba; Porto do Rio), CDES (Cais de Capuaba; Cais de Paul), RFF (SP), EMBRATEL, TELESP, CENTRO SUL (Telefonia), NORTE LESTE (Telefonia), TELESP CEL, SUDESTE CEL, TELEMIG CEL, CELULAR SUL, NORDESTE CEL, LESTE CEL, CENTRO-OESTE CEL, TELENORTE CEL, GERASUL, GUARARAPES; 1999 – GUARARAPES, CODEBA; 2000 – BANESPA, PETROBRÁS. (ANUATTI NETO *et al.*, 2005, p. 171-172). Destaca-se que as privatizações seguiram até o final do segunda mandato presidencial de FHC e continuaram ao longo dos governos de Lula de modo minoritário. Ocorreu por meio da manutenção do Programa Nacional de Desestatização (PND), iniciado em 1990. O volume de recursos arrecadados com as receitas de vendas e transferências de dívidas, pela União e Estados, no período de 1990 até dezembro de 2009, somou US$ 105,8 bilhões. (BNDES, 2010)

[87] Publicado na Folha Online, em 19 fev. 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ ult91u506862.shtml>. Acesso em: 18 nov. 2009.

Com o intuito de garantir as medidas de reestruturação da máquina pública, agora não mais na oferta dos serviços e na gerencia das empresas, por terem sido privatizadas, adequando-se às novas necessidades de desenvolvimento da política neoliberal, com ênfase no mercado, e delegando ao Estado o papel de regulador e fiscalizador das políticas, o MARE, criado em 1995, tendo a sua frente o então Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, desenvolveu as ações necessárias para implementar a "desburocratização" da administração pública a partir da lógica gerencial. (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 1999)

O PDRE constituiu a materialização, para a realidade brasileira, do projeto Neoliberal de enfrentamento à crise da década de 1970, ou de suas possíveis raízes. A concepção de público e de privado desenvolvida pelo PDRE elimina a contradição subjacente a estes dois âmbitos da sociedade, a oposição entre Estado e Mercado, quando se visualiza no Estado o ente garantidor de direitos fundamentais e universais. Diluindo, ainda que fantasiosamente, a polaridade entre os dois campos é que se consolida a ideia de um espaço público em que transitam as ações do público e do privado, com finalidades equivalentes – atender ao público. (BRASIL, 1995)

Em verdade, a natureza neoliberal força a manifestação da essência do Estado no capitalismo e deixa nítido a ação desta entidade como instrumento de desenvolvimento dos tentáculos do Mercado. Nessa perspectiva, o PDRE delimita quatro setores constitutivos do aparelho do Estado: 1. Núcleo Estratégico (Poder executivo, Presidente da República, ministros, auxiliares e assessores diretos; poder Legislativo e Judiciário e o Ministério Público); 2. Atividades exclusivas do Estado (Polícia, Fazenda, Receita Federal, Segurança Pública, Seguridade Social, etc.); 3. Serviços não exclusivos do Estado; 4. Produção de bens e serviços para o mercado (Setor privado). Em relação ao terceiro setor o documento define como:

> Setor onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas. As instituições desse setor não possuem o poder de Estado. [...] São exemplos deste setor: **as universidades, os hospitais**, os centros de pesquisa e os museus. (BRASIL, 1995, p. 41, grifo nosso).

Essa nova definição organizativa do aparelho do Estado, com forte prioridade para o setor privado e para o setor das chamadas "organizações sociais", entidades sem fins lucrativos, que prestariam serviços para o Estado gerenciando parte do aparelho público, assim como se mesclando com o próprio Estado, quando este terceiriza algumas atividades que outrora eram realizadas por servidores públicos, possibilitou uma abertura para o

desenvolvimento do setor privado e das parcerias entre Estado e Mercado na oferta da educação, em especial, de nível superior.

Com isso, ficou delimitado o novo campo de organização das relações jurídicas entre o Estado e o Mercado, com grandes possibilidades de crescimento de novos tipos de mercadorias, a exemplo da Educação Superior, e de relações simbióticas do *modus operandi* da administração científica forjada pelo toyotismo na dinâmica do espaço estatal, contudo, não necessariamente apenas gestado pelo setor público e suas relações jurídicas.

No primeiro ano do governo FHC, os docentes das IFES realizaram pequena greve, com duração de 23 dias e pouco mais de 15 mil docentes paralisados. As pautas incluíam diversos pontos, com destaque para o controle social das empresas e do serviço público, a defesa da previdência pública e das aposentadorias por tempo de serviço e uma política salarial de valorização da profissão.

A partir de 1995, com diversas ações no âmbito da Reforma do Estado, modifica-se o quadro de desenvolvimento da Educação Superior no Brasil. Amplia-se o volume de IES privadas e freia-se o crescimento das IES públicas. Nesse movimento, as Universidades Federais apresentam pífio crescimento no período de 1995 a 2002. A Tabela 18 apresenta dados referentes ao crescimento das IES públicas no Brasil.

Ao longo de sete anos consecutivos, as Universidades Federais não sofreram nenhuma modificação em seu quantitativo, permanecendo o valor estacionário de 39 instituições entre os anos de 1995 a 2001. Apenas no ano de 2002 é que se tem o crescimento no número de Universidades Federais, na ordem de 10,2%, um salto de 39 para 43 instituições. Contudo, esse movimento não se expressa no número de matrículas dentro das Universidades Federais. O salto de 2001 para 2002 ficou na casa de 8,1%, valor inferior, por exemplo, ao ano de 2000[88].

[88] Destaca-se que a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) foi o desmembramento da UFPB, por meio da Lei n. 10.419, de 9 de abril de 2002. A Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) foi apenas a conversão em Universidade Federal da Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (FUNREI), por meio da Lei n. 10.425, de 19 de abril de 2002. A Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), instituição com mais de 100 anos de existência, foi convertida em Universidade Federal por meio da Lei n. 10.435, de 24 de abril de 2002. A Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), instituição com quase 100 anos de existência, foi convertida em Universidade Federal por meio da Lei n. 10.611, de 23 de dezembro de 2002. A Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) foi criada por meio da Lei n. 10.473, de 27 de junho de 2002, sem derivar de quaisquer instituição. A Universidade Federal do Tocantins (UFT), oficialmente criada por meio da Lei n. 10.032, de 23 de outubro de 2000, originária de outras instituições, iniciou suas atividades apenas em maio de 2003.

Tabela 18 - Evolução do número de IES e matrículas, em cursos de graduação presenciais e à distância, no setor público - Brasil - 1995-2002

Ano	IES				Matrículas			
	Públicas	Δ (%) a.a.	Univ. Federais	Δ (%) a.a.	Públicas	Δ (%) a.a.	Univ. Federais	Δ (%) a.a.
1995	210	..	39	..	700.540	..	353.235	..
1996	211	0,5	39	-	735.427	5,0	373.880	5,8
1997	211	-	39	-	759.182	3,2	380.980	1,9
1998	209	-0,9	39	-	804.729	6,0	392.873	3,1
1999	192	-8,1	39	-	832.022	3,4	421.353	7,2
2000	176	-8,3	39	-	888.708	6,8	459.311	9,0
2001	183	4,0	39	-	944.584	6,3	473.826	3,2
2002	195	6,6	43	10,2	1.085.977	15,0	512.423	8,1
Δ (%) 95-02	**-7,1**	**..**	**10,2**	**..**	**55,0**	**..**	**45,0**	**..**

Fontes: INEP (2000a; 1999a; 1999b; 2000b; 2001; 2002; 2003).
Nota: Sinal convencional utilizado:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
.. Não se aplica dado numérico.

Apesar da disparidade aqui apresentada, as Universidades Federais obtiveram resultado positivo no período, ante a redução de 7,1% das IES públicas. De modo desigual, as matrículas nas IES públicas ampliaram acima do valor das Universidades Federais, com percentuais de 55,0% e 45,0%, respectivamente, no período dos governos de FHC.

Ao mesmo tempo que os dados das matrículas no setor público são desiguais, eles se combinam diante da desigualdade que existe ao se comparar com o crescimento do setor privado em igual período. De 1995 para 2002 o crescimento das matrículas em cursos de graduação presenciais e à distância, no setor privado, fechou em 129,8%, um salto de 1.059.163 para 2.434.650 (INEP, 2000a; 2003), numa clara demonstração das prioridades do governo FHC alinhado às orientações determinadas no Consenso de Washington, nos documentos do Banco Mundial e pertencente ao corpo teórico da Reforma do Estado com clara delineação política no PPA 1996-1999.

Cabe destacar que, a partir do ano 2000, as matrículas em cursos de graduação na modalidade à distância nas Universidades Federais tem início. Com um valor irrisório no primeiro ano (300 matrículas), passa a ser representativo a partir de 2002, com 11.964 matrículas. Esses dados implicam na nova carga de trabalho que os docentes passaram a assumir nessas instituições. Em 2002, o percentual de matrículas em cursos de graduação na modalidade à distância equivaleu a 2,4% das matrículas presenciais, ao longo da década esse valor alcançou 10,0%, em 2012. (INEP, 2001; 2003; INEP, 2012)

Ainda quanto às matrículas, destaca-se o desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu* que empreendeu uma nova dinâmica ao trabalho docente, particularmente, nas

Universidades Federais. A Tabela 19 apresenta os dados das matrículas nesse nível de ensino, considerando os cursos de mestrado (acadêmico e profissional) e de doutorado.

Tabela 19 - Evolução do número de matrículas totais, em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, no setor público - Brasil - 1998-2002

Ano	Matrículas			
	Públicas	**Δ (%) a.a.**	**Univ. Federais**	**Δ (%) a.a.**
1998	65.797	..	34.792	..
1999	72.670	10,4	38.859	11,7
2000	80.965	11,4	44.967	15,7
2001	84.429	4,3	45.658	1,5
2002	87.637	3,8	48.318	5,8
Δ (%) 98-02	**33,2**	**..**	**38,9**	**..**

Fonte: GEOCAPES (2015).
Nota: Sinal convencional utilizado:
.. Não se aplica dado numérico.

Verifica-se que o crescimento desse nível de ensino apresenta grande impacto nas Universidades Federais. O crescimento apenas nessas instituições, no período de 1998 a 2002, foi de 38,9% contra 33,2% nas IES públicas. Tais dados apresentam relevância para a análise da Carreira Docente tendo em vista que o ano de 1998 demarca o início de uma nova política para a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil a partir de novos critérios de avaliação dos cursos.

Ferreira (2015, p. 93, grifo nosso) constata que a partir de fins de 1998, por meio de portarias do MEC, o sistema nacional de Pós-Graduação sofreu modificações em direção há um "[...] novo regulamento para avaliação dos cursos em busca de um **reconhecimento internacional** sobre o desempenho dos Programas de Pós-Graduação [...]". É a partir dessa reestruturação que os programas *stricto sensu* adentraram numa sistemática constante de avaliações, com escala de conceitos (de 1 a 7), tempo de validade dessa avaliação e consolidação de comissões de avaliação balizadas por documentos e critérios específicos de cada área do conhecimento.

Esse movimento de crescimento da *stricto sensu* nas Universidades Federais é acompanhado pela vertiginosa evolução no número de doutores nessas instituições. Conforme Tabela 21, fica nítido o decréscimo no volume de professores mestres, especialistas e graduados no período de 1995 a 2002. É verdade que, nesse período, o número total de funções docentes, em exercício, cresceu apenas em 2,5%, apesar do crescimento de 45,0% nas

matrículas em cursos de graduação e 38,9 nas matrículas em cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Antes de apresentar os dados referentes ao quadro docente nas Universidades Federais, é importante abordar os recursos financeiros que mantiveram essas instituições no período em tela. Esses dados são apresentados na Tabela 20, estratificados em três níveis: 1. Pessoal e Encargos Sociais; 2. Outras Despesas Correntes e; 3. Investimentos. Um dos pontos determinantes para o desenvolvimento de uma política consequente de educação superior perpassa pelo volume de recursos destinados para tal.

Tabela 20 - Orçamento geral liquidado das Universidades Federais - Brasil - 1995, 1998 e 2002

Ano	Orçamento das Universidades Federais [1]			
	Pessoal e Encargos Sociais	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Total**
1995	15.390.631	2.747.157	636.102	18.790.488
1998	13.165.289	2.686.128	116.224	15.971.535
2002	15.161.322	1.924.475	118.324	17.207.878
Δ (%) 95-02	**-1,5**	**-29,9**	**-81,4**	**-8,4**

Fontes: CÂMARA DOS DEPUTADOS (1995; 1998; 2002).
[1] Os valores se encontram em R$ 1.000,00. Utilizou-se o IPCA de janeiro de 2015 para atualizar monetariamente os valores.

Os dados presentes na Tabela 20 apontam para um quadro de possível precarização das Universidades Federais. Conforme já abordado, houve crescimento no número de matrículas em cursos de graduação, de pós-graduação *stricto sensu* e no número das instituições, contudo houve redução na ordem de 8,4% no volume total do orçamento liquidado nas Universidades Federais. A redução no período, 1995-2002, é maior para os Investimentos, na casa de -81,4%, o que indica redução brusca da expansão na estrutura física, e em Outras Despesas Correntes, com o valor de -29,9%, incidindo na manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas instituições.

Ao contrastar os dados financeiros com o quadro de funções docentes em exercício fica explícito indícios de uma precarização salarial. Vale destacar que os recursos de Pessoal e Encargos Sociais inclui os técnico-administrativos e, no período 1995-2002, houve redução de 39,4% de funcionário (em exercício e afastados) nas Universidades Federais (MEC/SEDIAE/INEP, 1996; 2003). É provável que a redução de 1,5% para pagamento de pessoal tenha explicação nessa redução dos técnicos, apesar de que o número de doutores ampliou em 89,0%.

A partir de 1995 se aprofundou o crescimento de docentes com doutorado e mestrado nas Universidades Federais. Os motivos são distintos e de difícil análise, contudo a formação continuada é componente necessário para a ampliação da qualidade da educação superior, o que constitui aspecto importante e positivo. Três outros aspectos precisam destaque: 1. Ampliação da demanda por cursos *stricto sensu*; 2. Melhoria da remuneração; 3. Consolidação da função docente no magistério superior federal.

Na Tabela 21 fica expresso esse movimento. Ressalta-se que, no período de 1995 a 2002, a ampliação de 89,0% no número de funções docentes, em exercício, com formação em nível de doutorado. Constitui, ao se considerar o nível de formação, o único salto positivo, ou seja, o número de mestres, especialistas e graduados reduziu no período de análise. A maior queda ficou para o efetivo de especialistas, com -38,7%, seguido pelos graduados (-17,2) e pelos mestres (-16,8).

Tabela 21 - Evolução do número de funções docentes em exercício nas Universidades Federais, por titulação - Brasil - 1995-2002

Ano	Docentes por Titulação						
	Doutor [B]	**α (%) B-A**	**Mestre [C]**	**α (%) C-A**	**Esp./Aperf.**	**Graduado**	**Total [A]**
1995	9.694	23,0	14.568	34,6	9.472	8.373	42.107
1996	9.773	24,1	14.236	35,2	8.417	8.066	40.492
1997	11.428	24,2	16.428	34,8	9.421	9.937	47.214
1998	12.669	29,2	15.560	35,8	7.781	7.400	43.410
1999	14.056	31,6	15.668	35,3	7.349	7.362	44.435
2000[1]	16.115	33,6	16.464	34,4	7.756	7.587	47.922
2001[1]	17.447	35,7	16.147	33,0	7.570	7.762	48.926
2002	18.327	42,4	12.118	28,1	5.802	6.928	43.175
Δ (%) 95-02	**89,0**	**..**	**-16,8**	**..**	**-38,7**	**-17,2**	**2,5**

Fontes: INEP (2000a; 1999a; 1999b; 2000b; 2001; 2002; 2003).
Nota: Sinal convencional utilizado:
.. Não se aplica dado numérico.
[1] Os dados do quantitativo de docentes para esses anos são em exercícios e afastados.

Diante da pequena expansão no número de funções docentes, em exercício, de apenas 2,5%, ocorreu grande modificação na composição do todo. Se, em 1995, 23,0% do total eram doutores, em 2002, esse percentual passou a 42,4%. Somados com o número de mestres, o quantitativo de docentes, em 2002, alcança o percentual de 70,5% do total. Cabe frisar que é sobre os doutores que pesa mais as obrigações na Carreira Docente das Universidades Federais. Num período em que se consolida a política de pós-graduação *stricto sensu* da CAPES, com forte caráter produtivista, meritocrático e de avaliação punitiva

(FERREIRA, 2015), recai sobre esses docentes o maior impacto das modificações da carreira docente.

O crescimento no número de doutores é acompanhado pela ampliação do número de funções docentes em Tempo Integral. Configura-se como item necessário para a consolidação de uma política de carreira a fixação do docente apenas na Universidade, com vistas a realização das atividades docentes no espaço público. A Tabela 22 demonstra crescimento de 19,4% no número de docentes em Tempo Integral e uma redução de -15,2% de Tempo Parcial.

Tabela 22 - Evolução do número de funções docentes em exercício nas Universidades Federais, por regime de trabalho - Brasil - 1995-2002

Ano	Docentes por Regime de Trabalho			
	Tempo Parcial	**Tempo Integral [B] [1]**	**α (%) B-A**	**Total [A] [2]**
1995	8.161	33.946	80,6	42.107
1996	5.891	34.601	85,5	40.492
1997	6.275	40.939	86,7	47.214
1998	6.068	37.008	85,3	43.410
1999	7.028	36.765	82,7	44.435
2000[3]	7.216	40.706	84,9	47.922
2001[3]	7.711	41.215	84,2	48.926
2002[3]	6.920	40.555	84,4	48.056
Δ (%) 95-02	**-15,2**	**19,4**	**..**	**14,1**

Fontes: INEP (2000a; 1999a; 1999b; 2000b; 2001; 2002; 2003).
Nota: Sinal convencional utilizado:
.. Não se aplica dado numérico.
[1] Estão incluídos os dados relativos aos docentes em regime de trabalho de 40 horas sem dedicação exclusiva e com dedicação exclusiva. Contudo, salienta-se que o regime de 40 horas sem dedicação exclusiva apresenta valores diminutos - em 2013 esse percentual chegou a 14%. (INEP, 2014)
[2] No valor total de docentes por regime de trabalho está incluso o quantitativo de docentes horistas, que não constam discriminados na tabela em virtude do número reduzido de docentes com esse vínculo em apenas três anos no período de análise da presente tabela.
[3] Os dados do quantitativo de funções docentes para esses anos são em exercícios e afastados.

O confronto desses dados, por si só, deixa claro a nova dinâmica que a Carreira Docente adentrara: alta produtividade, competição, captação de recursos externos para desenvolver pesquisa, alta qualificação do corpo docente, precarização das condições de trabalho[89] e intensificação na jornada de trabalho, conversão do trabalho imaterial

[89] Utiliza-se o termo a partir do que Alves (2007) definiu para o processo de precarização do trabalho. Neste, a precarização assume a forma histórico-social determinada, atinge o "[...] *núcleo organizado* do mundo do trabalho que conseguiu instituir, a partir da luta política e social de classe, alguma forma

improdutivo em trabalho imaterial/material produtivo para uma parcela de docentes que atuam na pós-graduação *stricto sensu* e se relacionam com o setor produtivo[90].

O aspecto da produtividade do trabalho docente, sob a lógica do capital, ocorre exclusivamente entre os docentes que se vinculam ha pesquisas financiadas pelo setor privado ou que o produto de suas pesquisas atendam a demanda desse setor. A vinculação à pós-graduação *stricto sensu*, para as agências de fomento a pesquisa, passou a se configurar como uma necessidade, um critério de concessão do financiamento e, num período em que existiu redução dos recursos para a manutenção das IFES, tornou-se necessário adentrar nesse espaço.

Na Tabela 23 se apresenta os dados relativos ao número de docentes que estavam inseridos nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, considerando as IES Públicas e as Universidades Federais. Nota-se, quando comparada com a Tabela 21, que o percentual de doutores que estão vinculados a esse nível de ensino é significativo, o que possibilita indicar o movimento tendencial de crescimento do volume de doutores e de sua inserção na pós-graduação *stricto sensu*.

---

de controle sobre suas condições de existência através de mediações juridico-politicas." (ALVES, 2007, p. 115, grifo do autor). Trata-se, dessa forma, de um processo de perda de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora no movimento da luta de classes. Destaca-se, ainda, que a precarização do trabalho "[...] é um elemento estrutural da mundialização do capital em sua etapa de crise estrutural." (ALVES, 2007, p. 142)

[90] Do ponto de vista da materialidade do trabalho docente no magistério superior, especificamente, nas Universidades Federais, trata-se da forte relação estabelecida entre o trabalhador docente altamente qualificado e produtivo, desde o ponto de vista da produção de Ciência, Tecnologia e Inovação, e o setor produtivo propriamente dito - produtor de mercadorias. A materialidade assenta-se na produção de novas mercadorias que se configuram como rentáveis do ponto de vista do capital. O trabalhador docente, dessa forma, além de se configurar com um produtor material, converte-se em trabalhador produtivo ao adentrar à massa de trabalhadores coletivos que contribuem para a reprodutibilidade do capital. Em Marx (2013), o trabalhador coletivo é a forma social que o trabalho assume no estágio de subsunção real do trabalho ao capital, de modo que, para ser trabalhador produtivo é necessário pertencer ao trabalhador coletivo, "[...] trabalhar produtivamente, já não é mais necessário fazê-lo com suas próprias mãos; basta, agora, **ser um órgão do trabalhador coletivo**, executar qualquer uma de suas subfunções." (MARX, 2013, p. 577, grifo nosso). Ser um órgão é pertencer nalgum nível da produção e circulação de mercadorias, desde a sua concepção (e aqui implica estrutura organizacional e inovação) até a venda ao consumidor, momento em que se realiza a mais-valia. A intervenção docente junto ao setor produtivo na concepção de Inovação Tecnológica, converte-o, fatalmente, em trabalhador produtivo. Elaboração nessa perspectiva pode ser encontrada em Marini (2012).

Tabela 23 - Evolução do número de docentes, em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, no setor público - Brasil - 1998-2002

Ano	Docentes			
	Públicas	**Δ (%) a.a.**	**Univ. Federais**	**Δ (%) a.a.**
1998	24.583	..	13.455	..
1999	25.971	5,6	13.963	3,8
2000	27.359	5,3	14.942	7,0
2001	27.302	-0,2	14.892	-0,3
2002	28.758	5,3	16.024	7,6
Δ (%) 98-02	**17,0**	**..**	**19,1**	**..**

Fonte: GEOCAPES (2015).
Nota: Sinal convencional utilizado:
.. Não se aplica dado numérico.

Da mesma forma que exposto na Tabela 19, o movimento de expansão da pós-graduação *stricto sensu* ocorreu, com maior força, nas Universidades Federais. No total das IES Públicas, no período de 1998 a 2002, o crescimento de docentes foi de 17,0%, já nas Universidades Federais o valor ficou na casa dos 19,1%. Destaca-se que, conforme previsto no Artigo 57 da Lei n. 9.394/96, os professores das IES Públicas são obrigados a permanência mínima de oito horas semanais de aulas, contudo não se delimitou o nível de ensino. Apesar disso, os docentes que atuam no ensino de pós-graduação continuam vinculados ao ensino de graduação.

Dentro da Jornada de Trabalho semanal, conforme previsto no PUCRCE, o docente deve atuar no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão. Com a redução significativa do número de técnicos, a ampliação do número de matrículas na graduação, a ampliação da intervenção docente no espaço da pós-graduação *stricto sensu* e o pouco crescimento do número de funções docentes nas Universidades Federais, visualiza-se a extrapolação da Jornada de Trabalho docente. Contudo para dar conta do produtivismo empreendido pelas agências de fomento externo, torna-se necessário essa extrapolação.

Com base na Lei n. 9.394/96, foi garantido às Universidades, conforme prevê o artigo 52, a função de formação de profissionais de nível superior, caracterizados como aqueles que realizarão estudos sistemáticos com o objetivo de elevar a produção intelectual institucionalizada, com o intuito de responder problemas relevantes da sociedade. O citado artigo estabelece, ainda, o valor mínimo de um terço do corpo docente com titulação de mestre ou doutor, assim como um terço em regime de tempo integral. (BRASIL, 1996a)

A chamada "autonomia universitária", prevista no artigo 53 da Lei em tela, é fixada em relação de dependência das Universidades com as diretrizes e normas gerais estabelecidas

pela União ou pelo respectivo sistema de ensino. Por exemplo, é garantido às Universidades fixar os currículos dos cursos e programas, desde que estes observem o que preconizam às diretrizes gerais, como diretrizes curriculares de cursos de graduação, que direcionam a formação, em nível de graduação, para adequar os profissionais às novas necessidades de "tipo de trabalhador" postuladas pela reestruturação produtiva, ou seja, um trabalhador polivalente.

Em convergência com a nova estrutura do aparelho do Estado, a autonomia universitária garante, também, a possibilidade de se estabelecer contratos, acordos e convênios, e receber subvenções, doações, heranças, legados e firmar cooperação financeira que resultem de convênios com entidades públicas ou privadas, legitimando a relação público/privada, em que as primeiras oferecem o aparato material e humano necessário para o desenvolvimento da ciência e tecnologia e o setor privado o financiamento de pesquisas. (BRASIL, 1996a)

Portanto, a atual LDB apresenta íntima relação com as orientações do Banco Mundial para a educação dos países "em desenvolvimento", coincidentemente ou não. Ou ainda, tal dispositivo jurídico foi a mediação necessária para inserir a estrutura das Universidades Federais na ciclo da reprodutibilidade do capital produtivo e fictício, próprio da padrão Neoliberal. (PAULANI, 1999; OLIVEIRA, 2009)

A tese de que, para os países em desenvolvimento, é prioritário o investimento em educação básica em virtude do maior retorno social e individual foi exaustivamente abordada pelo BM no documento "*Financing education in developing countries: An exploration of policy options*"[91], de 1986. (SGUISSARDI, 2006)

De igual modo, as orientações do Banco para a reforma da Educação Superior se expressam na LDB e nas legislações que a sucederam. Sguissardi (2006) faz alusão ao documento "*Higher education: the lessons of experience*"[92], publicado em 1994, como a mais importante publicação do Banco das duas últimas décadas. Tanto que, em 1995, a sua versão em espanhol veio a público. O maior exemplo de modelo de reforma educacional utilizado pelo Banco, neste documento, para realizar as suas indicações, é o caso Chileno, por ter ido além das perspectivas do Banco.

Neste documento, a equipe do BM realizou uma caracterização dos desafios e das limitações das políticas de reformas educacionais para os países em desenvolvimento, em seguida, aponta a sua política nos seguintes tópicos: 1. Maior diferenciação das instituições; 2.

[91] Financiamento da educação nos países em desenvolvimento: uma análise das opções políticas.
[92] Educação superior: as lições da experiência.

Diversificação do financiamento das instituições estatais e **adoção de incentivos para o seu desempenho**; 3. **Redefinição da função do governo** e; 4. Enfoque na qualidade, na **adaptabilidade** e na equidade. (BANCO MUNDIAL, 1995)

O principal problema que impossibilita o crescimento da Educação Superior nos países em desenvolvimento, de acordo com o BM, está relacionado ao "uso ineficiente" dos recursos financeiros. O "uso ineficiente" é proveniente da baixa taxa na relação discente/docente, dos serviços subutilizados, das elevadas taxas de desistência e repetência, e de um elevado montante do orçamento educacional que, na lógica do Banco, é destinado a "gastos não educacionais", ou seja, gastos com moradia estudantil, alimentação (Restaurantes Universitários), e outros serviços para os estudantes. (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 3)

Dessa forma, o BM propõe uma completa ruptura com o modelo de Universidade de Pesquisa (Humboldtiano), por ser muito cara e pouco apropriada para os países dependentes. Para isso, é necessário ampliar as possibilidades de oferta da educação superior extrauniversitária, ou seja, aumentar a diferenciação institucional (Instituições de ensino e Instituições de ensino e pesquisa) e subsidiar o ensino privado para se desenvolver. Paralelo à diferenciação institucional, é necessário atrelar o financiamento das IES Públicas aos **critérios de desempenho e produtividade**. (BANCO MUNDIAL, 1995)

O êxito do processo de reforma da educação superior depende, na ótica do Banco, de três elementos: "1. O estabelecimento de um marco rigoroso de políticas; 2. Maior apoio nos incentivos e mecanismos orientados ao mercado para aplicar as políticas e; 3. Maior autonomia administrativa das instituições públicas."[93] (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 10, tradução nossa). Vale enfatizar que a autonomia administrativa diz respeito à ampliação das relações entre as instituições públicas e as empresas privadas, tanto no que diz respeito ao direito de voz na estrutura organizacional das IES Públicas, quanto no financiamento de cursos e pesquisas.

Na perspectiva das diretrizes do BM, a política para o ensino superior, no período FHC, foi de facilitar a expansão do ensino privado, reduzir os investimentos públicos para as IES Públicas, em específico para as IFES e, com isso, aplicar uma política de contenção salarial dos docentes, e implementar uma política de avaliação dos resultados. A educação superior estatal foi vítima de um amplo processo de sucateamento das suas instalações e das

[93] No original: "*1) el establecimiento de um marco coherente de políticas; 2) mayor apoyo en los incentivos y mecanismos orientados al mercado para aplicar las políticas, y 3) mayor autonomía administrativa de las instituciones públicas.*" (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 10)

condições de trabalho e completamente aberta (autônoma) para captar recursos no setor privado.

Nessa conjuntura, o nível de mobilização e organização do MD se ampliou conforme avançou a intervenção do governo de FHC sobre o funcionalismo público e as Universidades Federais. Após a greve de 1995, o MD cresceu em 1996 e 1998. O MD adentrara numa constante luta de impedir a aprovação de Proposta de Emenda à Constituição (PEC), Projetos de Lei e Medidas Provisórias que partiam do executivo ou da base do governo no legislativo federal com o objetivo de dar continuidade à Reforma do Aparelho de Estado.

A greve de 1996 teve as seguintes pautas centrais: reajuste de 46,19% no salário, congelados há 17 meses; retirada dos projetos de reforma da Previdência e Administrativa[94]. Contudo, após 66 dias de greve, em 45 IFES, foi suspensa por não haver possibilidade de negociação com o Governo FHC, apesar disso, mesmo com a ameaça do Governo de corte de ponto e demissões, o Supremo Tribunal Federal (STF) emitiu julgamento favorável aos SPF quanto ao direito de greve. Além disso, o Governo recuou na posição de enviar ao Congresso o Projeto de Autonomia das Universidades (PEC n. 233/95).

A greve de 1998 foi deflagrada em virtude de dois pontos centrais: o Reajuste salarial de 48,65% (de janeiro de 1995 a dezembro de 1997) e a revogação da Medida Provisória n. 1.616-15/98. Ao longo de várias reapresentações da MP 1.616, em sua 15ª versão, o governo inseriu o Programa de Bolsas de Incentivo a Docência (PID), na linha da "modernização e transformação do ensino de graduação", um apêndice da modernização do Estado para a Educação Superior Federal.

Contudo, o programa previa a concessão de bolsas financeiras a uma pequena parcela de docentes. O parágrafo 3º do artigo 6º, versava sobre "quotas de bolsas às IFES", ou seja, alguma unidade das IFES iriam decidir quem seria agraciado com as bolsas, além de excluir os aposentados e os professores da educação básica. A greve de 1998 entrou para a história do MD como uma das maiores greves, tanto em relação à sua duração (104 dias), quanto a sua abrangência (51 IFES de um total de 57).

As perdas salariais eram tamanhas nesse período, fruto de uma política de desvalorização salarial, apesar de sempre ter se configurado como pauta do MD a apresentação dessa desvalorização. Mesmo assim, a estrutura remuneratória da carreira ainda se mantinha, com os steps escalonados (entre níveis e entre classes), todavia os percentuais

[94] Particularmente as PEC n. 173/95 e 233/95. O primeira trata de elementos da Reforma do Estado, com possibilidades de retirada do magistério público do serviço público. O segundo, retirava a autonomia universitária do texto constitucional, lançando para regulamentações infraconstitucionais (ANDES, 1996). Ainda sobre a Reforma da Previdência na era FHC, vale consultar Faleiros (2000).

sofreram discreta redução no período de 1991 a 1998. A Tabela 24 apresenta a desvalorização salarial até fins da década de 1990.

Tabela 24 - Evolução da remuneração do corpo docente permanente, com graduação, mestrado e doutorado, em regime de trabalho de 20h e DE das IFES - Brasil - 1991, 1996 e 1998 [1]

Classes e Nível		Outubro de 1991 [2]		Dezembro de 1996		Junho de 1998 [3]	
		20h	DE	20h	DE	20h	DE
Titular	**U**	3.206,56	9.940,33	2.537,28	7.865,50	2.864,72	8.880,59
Adjunto	**1**	2.215,96	6.869,46	1.831,46	5.677,53	2.067,83	6.410,24
Assistente	**1**	1.450,17	4.495,53	1.227,00	3.803,66	1.385,34	4.294,55
Auxiliar	**1**	911,06	2.824,30	789,15	2.446,34	891,00	2.762,06
Valor Médio		1.945,94	6.032,41	1.596,22	4.948,26	1.802,22	5.586,86
Δ (%) Média (91-96/98)		..	..	-17,9	-17,9	-7,4	-7,4

Fontes: Brasil (1991; 1996c); MOG/SEAP (1999b).
Notas: Sinal convencional utilizado:
.. Não se aplica dado numérico.
[1] Foi considerando, para fins de comparação, utilizar a gratificação por titulação de mestre para a classe de Assistente e de doutor para as classes de Adjunto e Titular. A atualização monetária da tabela ocorreu a partir do IPCA, para valores referentes a janeiro de 2015.
[2] Utilizou-se para corrigir os valores em Cruzeiro (Cr$) a Calculadora do Cidadão disponibilizada do *site* do Banco Central do Brasil para realizar a atualização da moeda e monetária, a partir do IPCA[95].
[3] Os dados utilizados para o ano de 1998 apresentam valores de junho que não possuía a GED.

Conforme pode ser observado na Tabela 24, a desvalorização salarial foi significativa na primeira metade da década de 1990. Os docentes obtiveram defasagem salarial real próximo aos 70,0%, expressão da política Neoliberal e da nova dinâmica produtiva adentrando o serviço público e as relações de trabalho. Apenas a partir de 1998 é que ocorre uma recuperação salarial.

Destaca-se que, entre os poucos pontos de conquista da greve, a retirada do PID se deu a partir da grande mobilização que o MD desenvolveu ao longo da greve de 1998[96]. No entanto, ainda no percurso da greve, foi apresentado pelo governo o Projeto de Lei n. 4.605, de 6 de junho de 1998, com vistas a instituir a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior (GED)[97].

[95] O acesso à Correção de Valores da Calculadora do Cidadão pode ser feita no seguinte link: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO>.
[96] A partir de 1998, a gratificação por titulação que incidia sobre o vencimento base do Graduado, que outrora era paga apenas para os possuidores de título de Mestrado e Doutorado, foi concedida para os que possuíam Aperfeiçoamento (5%) e Especialização (12%).
[97] Nesta ocasião, o MD lançou mão de uma ferramenta de resistência radical. Ao longo de nove dias, 14 docentes realizaram Greve de Fome, com início no dia 15 de junho de 1998, a partir da

No texto da exposição de motivos anexa ao PL foi construído algumas justificativas para a aprovação da GED. O primeiro argumento da Exposição de Motivos Interministerial n. 71, de 9 de junho de 1998, do MEC e do MARE (ministros Paulo Renato de Souza e Luiz Carlos de Bresser Gonçalves Pereira, respectivamente), versava sobre a necessidade de garantir, no ensino de graduação, a presença dos professores mestres e doutores.

Ocorre que, a carência de professores nas Universidades não se deu pela negligência em estar na sala de aula, mas sim pela não realização de concursos públicos suficientes para repor o quadro docente no período. Como visualizado na Tabela 21, o volume de docentes no período de 1995 a 2002 pouco avançou. O ano de 1998 foi marcado por grande número de aposentadorias em virtude da nova lógica que se configurou para as Universidades Federais e pela mudança no regime previdenciário[98].

O segundo argumento utilizado pelos Ministros foi relativo à ampliação do volume de recursos para custeio nas Universidades Federais. O que se demonstrou por meio da Tabela 20, considerando a carga inflacionária atual, é que houve sim uma significativa redução no orçamento das Universidades Federais no período de 1995 a 1998, com pequena melhora até o final do segundo mandato de FHC, contudo não foi suficiente para criar um saldo positivo no conjunto dos dois mandatos presidenciais.

Os Ministros defenderam que a GED teria como objetivo "[...] estimular a atividade docente dos professores tanto na graduação quanto na pós-graduação, e instituir um programa de avaliação da produção acadêmica e do desempenho docente dos professores." (BRASIL, 1998d, p. 15.769)

De modo autoritário e sem diálogo com o MD, com vistas a consolidação do produtivismo acadêmico nas IFES, como ficou explícito na Exposição de Motivos, foi sancionada a Lei n. 9.678, de 3 de julho de 1998, que instituiu a GED. Ela estabeleceu a maior ruptura no PUCRCE ao diferenciar a remuneração em cinco níveis: 1. entre docentes em efetivo exercício e afastados; 2. entre docentes da ativa e aposentados; 3. entre os distintos regimes de trabalho; 4. entre as classes e; 5. entre os docentes por nível de formação. As modificações na remuneração podem ser vistas na Tabela 25.

---

publicização de um Manifesto (Ver Anexo B). Após o quarto dia, cinco professores se incorporaram ao grupo inicial.

[98] A aprovação da EC n. 20, de 15 de dezembro de 1998, modificou o texto do Art. 40 da Constituição de 1988. Na prática, o professor do magistério superior deixou de ter o direito da aposentadoria especial, com 25 anos de contribuição para as mulheres e 30 anos para os homens. (BRASIL, 1998c)

Tabela 25 - Evolução da remuneração do corpo docente permanente, com graduação, mestrado e doutorado, em regime de trabalho de 20h e DE das IFES - Brasil - 1991 e 1998 [1]

Classes e Nível		Outubro de 1991 [2]		Julho de 1998 [3]		Julho de 1998 [4]	
		20h	DE	20h	DE	20h	DE
Titular	**U**	3.206,56	9.940,33	2.863,95	8.878,21	3.762,02	12.521,46
Adjunto	**1**	2.215,96	6.869,46	2.067,42	6.408,99	2.851,76	9.491,43
Assistente	**1**	1.450,17	4.495,53	1.387,53	4.301,59	1.924,81	6.262,43
Auxiliar	**1**	911,06	2.824,30	898,66	2.786,05	1.118,28	3.440,97
Valor Médio		1.945,94	6.032,41	1.804,39	5.593,71	2.414,22	7.929,07
Δ (%) Média (91-98)		..	..	-7,2	-7,2	24,0	31,4

Fontes: Brasil (1991); MOG/SEAP (1999a).
Notas: Sinal convencional utilizado:
.. Não se aplica dado numérico.
[1] Foi considerando, para fins de comparação, utilizar a gratificação por titulação de mestre para a classe de Assistente e de doutor para as classes de Adjunto e Titular. A atualização monetária da tabela ocorreu a partir do IPCA, para valores referentes a janeiro de 2015.
[2] Utilizou-se para corrigir os valores em Cruzeiro (Cr$) a Calculadora do Cidadão disponibilizada do *site* do Banco Central do Brasil para realizar a atualização da moeda e monetária, a partir do IPCA[99].
[3] Remuneração sem a GED.
[4] Remuneração com a GED no valor da gratificação máxima (140 pontos).

A quebra da isonomia salarial pode ser visualizada a partir dos dados da Tabela 25. O aumento salarial real ficou explícito apenas para os docentes que conseguiram pontuar e, assim, obter a GED. Os docentes que não conseguiram a pontuação mínima e, consequentemente, não obtiveram a GED ficaram com seus vencimentos defasados em relação a 1991. Além disso, a GED reduziu ainda mais a proporção do vencimento básico sobre o total da remuneração. A partir de 1998, essa proporção ficou entre 27% a 39%.

O principal objetivo foi de incentivar o produtivismo acadêmico entre os docentes em serviço, com pontuação individual contabilizadas a partir da quantidade de atividades realizadas no ensino e na pesquisa, com ênfase para as atividades de ensino. Com ela, o Governo conseguiu dividir a categoria em dois grupos salariais: docentes com graduação, aperfeiçoamento e especialização permanecem com salários aproximados; e os mestres e doutores se diferenciam dos demais docentes com um acréscimo maior, via GED, em seus proventos.

Uma análise rigorosa sobre a GED precisa ser feita para demonstrar a sua relação com a descaracterização do PUCRCE. O primeiro ano de implementação desse modelo de produtividade/compensação salarial foi o ano da aprovação da Lei. A análise realizada por

[99] O acesso à Correção de Valores da Calculadora do Cidadão pode ser feita no seguinte link: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO>.

Belloni (1999), sobre o primeiro ano de efetivação da GED para a composição salarial apresenta um movimento de grandes desigualdades entre os trabalhadores da carreira docente.

A Lei n. 9.678/98, estipulou duas faixas de pontuação para alcançar a gratificação relacionada à produtividade. A primeira faixa ficou na ordem de 60%, que equivalia a 84 pontos, e a segunda faixa era a totalidade dos pontos, no valor de 140. A centralidade ficou destinada para o tempo de sala de aula, com a possibilidade de somar 120 pontos. Para contabilizar, no âmbito de horas aula, cada hora de sala de aula (independente do nível de ensino) correspondia a 10 pontos. Todas as orientações para o preenchimento da "ficha de avaliação" foram definidas pelas IFES a partir das regulamentações estipuladas pelo MEC e definidas por meio do Decreto n. 2.668, de 13 de julho de 1998.

O balanço do primeiro ano de GED indicou que 62% do total de docentes das IFES alcançaram os 140 pontos. Como se trata de um valor médio, houve diversas variações para baixo e para cima desse percentil. O Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Minas Gerais e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), obtiveram os menores percentuais, com 15% e 17%, respectivamente. O total de instituições com menos de 50% de docentes que atingiram os 140 pontos, esteve representado por 14 instituições de um total de 45. O que implica dizer que 1/3 dos docentes, no Brasil, pertenciam a instituições em que menos da metade dos docentes receberam o valor total da gratificação. (Ver Anexo A)

Destaca-se, ainda, que 6% do total de docentes das IFES não recebeu a GED, com percentuais máximos de 22% no CEFET-MG, 20% na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e 19% no CEFET do Maranhão. O que ficou para os docentes foi a abertura de uma fissura no que diz respeito ao PUCRCE. A isonomia foi quebrada, a localização em determinado estágio da carreira não correspondeu mais a uma determinada remuneração. (Ver Anexo A)

Na prática, não ocorreu reajuste salarial, mas sim uma grande corrida para garantir, cada um, a máxima liberal, por méritos próprios, o seu "reajuste" via bonificação por produtividade. Um instrumento previsto na Reforma do Estado, oriundo do Consenso de Washington, com vistas a "priorizar as despesas públicas" e garantir melhor "eficiência" da máquina estatal, tal como delimitado no PPA 1996-1999. Constitui, ainda, uma das novas formas de pagamento dos trabalhadores no âmbito do regime de acumulação flexível. Alves (2007, p. 194) destaca que, articulado com o sistema de pagamento "[...] existe um sistema de avaliação de desempenho que incentiva o espírito de competição entre operários e empregados."

Diversas análises sobre a GED foram desenvolvidas, cabe aqui apresentar a síntese do debate. Para além da questão salarial que a nova gratificação trouxe, a GED teve como consequência direta a introdução, na dinâmica acadêmica, de "[...] um modelo racional de organização em que o **professor perde o controle sobre o seu próprio processo de trabalho**, na medida em que ocorre uma ingerência da administração do Estado sobre ele, o que traz como consequência a perda da autonomia e a desqualificação [...]" (CHAVES, 2008, p. 78, grifo nosso). O que constitui, a partir da observação de Chaves (2008), a efetivação da subsunção real do trabalho ao capital no âmbito do trabalho docente nas IFES.

A gratificação funcionou, então, como fator de desqualificação dos docentes que não se curvaram diante das suas premissas. Logo, estes passaram a ser vistos como não produtivos, fragmentando a categoria entorno da quantidade de trabalho desempenhado por cada um e, ainda, salientado por Chaves (2008), como instrumento de perda de controle do processo de trabalho pelo docente.

Um dos aspectos que incidiu de modo antagônico com o projeto de Universidade defendido pelo MD, é a centralidade aos elementos quantitativos que a GED empreendeu sobre o quadro docente. Essa análise foi desenvolvida por Longo (2002), na ocasião em que investigou a materialização da GED na UFRJ. Em virtude da secundarização dos aspectos da qualidade da Universidade, a sala de aula passou a ser o espaço privilegiado.

Tal realidade obrigou os docentes a fazerem opção pelo que iriam desenvolver na Universidade ou, e esse parece ter se configurado como a real intenção, criar uma nova sociabilidade entre os docentes, por meio de ajustes na carreira, para que intensificassem sua carga de trabalho. Ao passo que permaneceriam na sala de aula, tendo em vista a maior pontuação, os docentes se lançavam a continuar na pesquisa e na extensão, por conceberem o espaço da Universidade a partir do tripé. (LONGO, 2002)

Outra crítica realizada a GED incide, diretamente, no volume do quadro docente, conforme abordado na Tabela 21. Com a ausência de concursos suficientes para repor o quadro docente, articulado com a ampliação das aposentadorias impulsionadas pela MP do PID, o recurso utilizado na GED contribuiu para garantir a expansão das matrículas (no ensino de graduação e de pós-graduação) sem a ampliação do quadro docente. Tal perspectiva foi salientado por Chaves (2008) e é detalhado por Longo (2002):

> Na verdade, essa gratificação foi também uma tentativa do governo federal em resolver o problema de falta de professores nas IFES. Com as reformas neoliberais na previdência social, muitos docentes se aposentaram e não houve concurso para o preenchimento dessas vagas. (LONGO, 2002, p. 4).

Rocha (2005) ao analisar de modo rigoroso o processo de implementação da GED ao longo dos anos de 1998 a 2003 na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), conseguiu apresentar as mediações que existem entre as políticas dos organismos internacionais do capital e a materialização da GED como política de Estado para o espaço da Universidade Pública.

Desta forma, ao articular política de avaliação com o plano de carreira, a GED passou a ser "[...] considerada [...] como a estratégia que mais se aproximou do perfil mercadológico orientado pelos organismos multilaterais. [...] com o propósito de transformação das práticas docentes [...]". (ROCHA, 2005, p. 61).

Nessa perspectiva, a GED conseguiu aproximar a dinâmica do trabalho docente dos determinantes da produção flexível, como já aludido por Chaves (2008). O excerto que segue detalha esse movimento:

> Isso significa afirmar que, se por um lado, a GED favoreceu a um processo de diferenciação salarial nas instituições, por outro lado, em boa medida, contribuiu, também, para uma crescente padronização do trabalho entre as IFES e no interior de cada Instituição. Assim como no processo de reconfiguração do mundo do trabalho, marcado por uma flexibilização na organização dos processos de trabalho acompanhada de uma padronização flexível da produção, também no caso da educação superior [...] presenciamos a um processo de padronização flexível de trabalho científico e acadêmico. (ROCHA, 2005, p. 112-113).

Após a experiência inicial da GED em 1998, Pinto (2000) avaliou que ela incidiu, frontalmente, na subjetividade docente. Nessa perspectiva a GED potencializou a especialização docente. A partir da sua lógica de funcionamento forçou os docentes a lançarem prioridades e se alinhar a novas formas de se relacionar com a vida universitária. Em síntese, não era mais possível o corpo docente se envolver, amplamente, com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, assim como forçou o afastamento da estrutura sindical. O critério, e aqui é uma mudança na subjetividade docente, para definir as ações a serem desenvolvidas, ganha o corpo de quantificação/pontuação/remuneração que dividiu a categoria de conjunto.

Nesse particular, ela funcionou como um significativo instrumento, na estrutura estatal, de captura da subjetividade. Cada vez mais, para efetivar o Estado Moderno e adequar o funcionalismo público às formas flexíveis que o mundo do trabalho adentrara, era necessário manipular o quadro docente das IFES para uma nova concepção de Universidade. Como destacou Alves (2007, p. 185), "[...] o 'momento predominante' da reestruturação

produtiva, é a 'captura' da subjetividade do trabalho indispensável para o funcionamento dos dispositivos organizacionais do toyotismo [...] que sustentam a grande empresa capitalista.”

A GED anunciou a forma do trabalho que se desenvolveu a partir das relações de produção capitalistas. Não importou mais a natureza concreta do trabalho dos professores, a qualidade que se imprimia no produto do trabalho desenvolvido por eles, quer seja no ensino, na pesquisa ou na extensão. O que se potencializou com a GED foi a forma abstrata do trabalho, ou seja, o tempo de trabalho despendido por cada docente, a quantidade de trabalho comum realizada de forma individual, logo, como expresso por Marx, do trabalho humano abstrato como “[...] uma simples geleia de trabalho humano indiferenciado, de dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio.” (MARX, 2013, p. 116)

Esta mudança orgânica no PUCRCE - a GED -, configura-se, ainda, como um dos principais determinantes da precarização do trabalho docente no magistério superior federal da era FCH. Portanto, a correlação que se estabeleceu entre as mudanças no âmbito das relações de trabalho e a nova forma que o Estado assumiu, no Brasil da década de 1990, embebe as “políticas sociais” da precarização do trabalho, e essa relação orgânica é delimitada por Alves (2007):

> O Estado neoliberal é a forma de Estado político que se surge com a mundialização do capital. É o elemento político constitutivo da lógica da precarização do trabalho que hoje se impõe à reprodutibilidade capitalista. O neoliberalismo não é apenas uma forma de governo, mas uma forma de Estado político. Por isso é que, entra governo e sai governo, a dinâmica neoliberal continua se impondo. A constituição da precariedade e o processo de precarização do trabalho é reflexo da nova estatalidade política neoliberal que surge com o capitalismo global. (ALVES, 2007, p. 149).

Nos anos que seguem, já no segundo mandato presidencial de FHC, verifica-se a ampliação das políticas de precarização das IFES. Observa-se, novamente, que não foi formulado uma política para reestruturar a Educação Superior. De modo oposto, ampliaram-se as ações desenvolvidas ao longo do primeiro mandato, particularmente no que diz respeito à GED.

As próprias orientações aprovadas no PPA 2000-2003, não apresentaram nada substancial para a Educação Superior. O centro foi a educação básica e o ensino profissionalizante, ou seja, a manutenção da lógica de formação para o mercado com vistas a ampliar a competitividade na economia nacional - formar precariamente a mão de obra no Brasil para atrair novos setores industriais.

Ao tratar da Educação Superior, amplia-se a defesa da sua relação com o mercado, com o argumento de essa relação garantir a resolução dos problemas sociais do país:

> É necessário, portanto, superar a precária capacidade do Pais em transformar os resultados da pesquisa e a competência tecnológica em inovações e vantagens competitivas. Isto implica em desenhar uma estratégia nacional de desenvolvimento científico e tecnológico efetivamente articulada às estratégias privadas de desenvolvimento industrial. Trata-se de alocar os investimentos segundo critérios de uma política de inovação para solução dos problemas mais emergenciais da sociedade, colocando o capital cientifico e tecnológico do Pais a serviço, do aumento da competitividade das empresas e das necessidades dos mercados e da redução de desigualdades regionais e solução dos problemas sociais (combate à fome e à pobreza, erradicação de moléstias, etc). Para isso, buscar-se-á:
> - Estimular a expansão das atividades empresariais em Pesquisa e Desenvolvimento, em articulação com órgãos públicos de apoio ao setor, universidades e laboratórios.
> - Desenvolver e difundir novas aplicações das redes de alta velocidade e capacitar recursos humanos para este fim.
> - Orientar o modelo de gestão das instituições de pesquisa e desenvolvimento e das universidades para melhorar o desempenho quanto ao atendimento da demanda tecnológica.
> - Intensificar o esforço de formação e especialização nas áreas de engenharia.
> - Ampliar os sistemas de certificação da qualidade de produtos, serviços, profissionais e sistemas de gestão, com o objetivo de assegurar os direitos dos consumidores. (BRASIL, 2000)

Nessa perspectiva, a GED ganha novas configurações no que diz respeito a forma de pontuação nas diversas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Contudo, não modificou a natureza produtivista já abordada aqui, apenas potencializou essa característica. Apesar disso, o aumento salarial propalado pelo governo a partir da GED não foi duradouro. Portanto, a GED instaurou mais do que uma nova política salarial, ela modificou a natureza do trabalho docente ao inserir, de modo rigoroso, alguns dos princípios da dinâmica da produção de mercadorias, conforme destacou Luz (2006):

> A GED tratou de acalmar os ânimos dos docentes que questionavam o projeto de privatização interna nas universidades federais e defendiam a democratização e universalização da educação pública superior, anseios contrários aos do capital. Eram quatro anos sem política de reajuste no salário. A GED surge do enfrentamento entre os docentes e o governo a essa política salarial, estabelecendo uma idéia por parte do governo, de aumento de salário, a depender, do desempenho quantitativo de cada um. Na verdade, a GED materializou uma política [...] de não aumento salarial, institucionalizando uma gratificação de desempenho para a produção docente, subjugando, assim, a ação docente e a natureza de seu trabalho. (LUZ, 2006, p. 4).

Em 2000, uma nova greve dos docentes foi deflagrada no mês de maio. Um dos pontos de pauta era a reposição salarial na ordem de 64%. As pautas colocadas para o primeiro ano do século XXI foram aprovadas no 39º CONAD, que ocorreu em novembro de 1999, na cidade de Curitiba. O eixo central foi a atualização do Plano de Lutas que perpassou por três eixos: Autonomia Universitária; Democratização do Acesso à Riqueza; Integridade Nacional. (ANDES-SN, 1999, p. 44)

Colocar na condição de ordem do dia num Plano de Lutas de um sindicato nacional de docentes do magistério superior a preocupação com a socialização da riqueza e a integridade do país indica elevada maturidade político-sindical na análise de conjuntura, por compreender que a Autonomia Universitária perpassa por um projeto de nação.

A centralidade da luta aprovada nesse CONAD ficou no combate às políticas do segundo governo FHC que ampliou a Reforma do Estado. Paralelo a essa luta que se unificava com demais categorias dos SPF, o MD passou a reivindicar, de modo específico, uma pauta referente ao financiamento das IFES para combater as tentativas de se modificar a concepção de Autonomia Universitária no sentido de forçar à busca por recursos extraorçamentários, uma defesa realizada desde a década de 1960, contudo não implementada diretamente pelos governos. A pauta da Carreira Única se mantém com força, na condição de eixo do Plano de Luta, com vistas a garantir a sua negociação junto ao MEC. (ANDES-SN, 1999)

No particular sobre a Carreira, o CONAD aprovou a necessidade de incorporar as gratificações que se acumulavam na composição da remuneração, sendo que a GED, como já destacado aqui, apresentava valor variável e a GAE que incidia em 160% sobre o vencimento básico. Assim como, manutenção dos percentuais de desconto previdenciário, paridade entre ativos e aposentados, estabilidade no emprego público e uma luta imediata pela revogação das reformas administrativa e previdenciária que já estavam em curso. Por fim, o MD aprovou a necessidade de uma Greve Geral dos SPF para o ano de 2000. (ANDES-SN, 1999, p. 50-51)

Como produto da greve de 2000, que durou 87 dias, conseguiu-se garantir o engavetamento do projeto de Autonomia proposto pelo MEC. Contudo a ampliação salarial pretendida não foi atendida pelo governo e ocasionou mais um ano de defasagem salarial.

O 40º CONAD, em meados de 2000, ainda no período da greve, inseriu no Plano de Lutas aprovado em 1999, a necessidade da luta pela realização de concurso público para docentes. Conforme foi destacado a partir dos dados contidos na Tabela 21, no período 1995 a 2002 houve crescimento irrisório de 2,5%, contudo no segundo governo FHC ocorreu uma

redução de -2,8%. Nesse CONAD o setor das IFES aprovou 18 itens para o Plano de Lutas. (ANDES-SN, 2000, p. 60-61)

Para fechar a análise do período FHC, em 2001, ocorreu a última greve do MD do magistério superior federal e entrou para a história como uma das maiores greves já realizada. Foram 108 dias paralisados (o segundo maior no período 1980-2012), com 80,6% das instituições que aderiram ao movimento (o quarto maior no período)[100].

Entre as pautas principais esteve o reajuste salarial pretendido pelos docentes foi de 75,58%, a manutenção do RJU, a abertura de 8.000 vagas para contratação de docentes por meio de concurso público e a incorporação das gratificações ao vencimento básico. Foi uma greve que obteve muitas conquistas, a começar pelo reajuste salarial, que variou de 8% a 15%, pela abertura de 2.000 vagas para concurso e pela manutenção do RJU.

Portanto, apesar das conquistas auferidas na última greve, o saldo do segundo governo FHC, principalmente quanto à política salarial, não foi favorável para o fortalecimento da Carreira Docente e consequente consolidação do PUCRCE. Conforme dados da Tabela 26, o período 1998 a 2002 foi de perdas salariais, apesar do discurso do governo de melhoria salarial a partir da GED.

Tabela 26 - Evolução da remuneração do corpo docente permanente, com graduação, mestrado e doutorado, em regime de trabalho de 20h e DE das Instituições Federais de Ensino Superior - Brasil - 1998 e 2002 [1]

Classes e Nível		Julho de 1998 [2]		Dezembro de 2002 [2]	
		20h	DE	20h	DE
Titular	**U**	3.762,02	12.521,46	3.334,54	11.187,46
Adjunto	**1**	2.851,76	9.491,43	2.545,91	8.537,94
Assistente	**1**	1.924,81	6.262,43	1.724,44	5.641,40
Auxiliar	**1**	1.118,28	3.440,97	1.288,73	3.068,02
Valor Médio		2.414,22	7.929,07	2.223,41	7.108,71
Δ (%) Média (98-02)		..	..	-7,9	-10,3

Fontes: MOG/SEAP (1999a); MP/SRH (2002).
Notas: Sinal convencional utilizado:
.. Não se aplica dado numérico.
[1] Foi considerando, para fins de comparação, utilizar a gratificação por titulação de mestre para a classe de Assistente e de doutor para as classes de Adjunto e Titular. A atualização monetária da tabela ocorreu a partir do IPCA, para valores referentes a janeiro de 2015.
[2] Remuneração com a GED no valor da gratificação máxima (140 pontos).

O discurso oficial do MEC em fins de 2002, ao fazer um balanço da sua política para a Educação Superior da era FHC, abordou a GED como uma "medida revolucionária" (MEC,

[100] Cf. Apêndice B.

2002, p. 23), num tom que destoou da produção teórica relativa à gratificação e do próprio MD. Da mesma forma, a análise dos dados salariais e dos dados referentes ao corpo docente e a sua relação com as matrículas (na graduação e na pós-graduação *stricto sensu*), não indicam que houve uma revolução, o que ocorreu foi uma grande regressão na política de Carreira Docente com a imposição da GED.

Essa foi a concepção de Educação Superior privilegiada pelo governo FHC, com explícitos vínculos às políticas de ajustes à produção e na gerencia do Estado. O excerto que segue demonstra isso:

> Esse processo favoreceu a reorganização da atividade docente, com mudanças institucionais relevantes que melhoraram a qualidade do ensino superior nas instituições públicas e estimularam o aumento de vagas e a ampliação dos cursos noturnos. A valorização diferenciada e individual, além de ter impacto positivo na remuneração do professor, reconhece seu trabalho e dedicação nas universidades e escolas federais, estimula o ensino de graduação e premia o docente que enriquece, permanentemente, suas atividades, induzindo ao equilíbrio e à integração entre ensino, pesquisa e extensão. (MEC, 2002, p. 23-24).

Por fim, na disputa entre movimentos sociais organizados e o Governo pela pauta específica de construção e aprovação de um Plano Nacional de Educação, o ANDES-SN em conjunto com diversas organizações e partidos políticos do campo da esquerda formularam uma proposta, democraticamente construída, da Sociedade Brasileira. Nesta estava previsto, também, um plano para a Educação Superior que foi sintetizado na consigna do "Padrão Unitário de Qualidade", que consistia de:

> [...] carreira unificada, isonomia salarial, estabilidade no emprego, estrutura curricular, regime de contratação, concurso público de provas e títulos para ingresso na carreira, critérios transparentes para aprovação de projetos de pesquisas, política de capacitação de técnico-administrativos e docentes. (PNE, 2000, p. 19).

Contudo, o plano aprovado pelo governo, materializado por meio da Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, deixou de fora a estruturação da Carreira Docente para a Educação Superior (BRASIL, 2001a). A resposta do MD, reunido no 42º CONAD, foi uníssona: denúncia aos vetos presidenciais ao PNE aprovado e defesa do PNE da Sociedade Brasileira. (ANDES-SN, 2001, p. 77)

Dessa forma, a Política de Carreira Docente do Magistério Superior Federal, no período em que deveria se consolidar, a partir da qualificação do PUCRCE aprovado em 1987, o que se verificou a partir da análise do período 1987 a 2002, foi o início da sua adequação as demandas da nova forma jurídica do Estado e das novas relações produtivas,

com uma clara orientação com as formulações internacionais para a Educação Superior dos países da periferia do capitalismo.

4 A FRENTE POPULAR PREVENTIVA E O DESMANTELAMENTO DA POLÍTICA DE CARREIRA DOCENTE

Construção (1971)
Amou daquela vez como se fosse a última
Beijou sua mulher como se fosse a última
E cada filho seu como se fosse o único
E atravessou a rua com seu passo tímido
Subiu a construção como se fosse máquina
Ergueu no patamar quatro paredes sólidas
Tijolo com tijolo num desenho mágico
Seus olhos embotados de cimento e lágrima
Sentou pra descansar como se fosse sábado
Comeu feijão com arroz como se fosse um príncipe
Bebeu e soluçou como se fosse um náufrago
Dançou e gargalhou como se ouvisse música
E tropeçou no céu como se fosse um bêbado
E flutuou no ar como se fosse um pássaro
E se acabou no chão feito um pacote flácido
Agonizou no meio do passeio público
Morreu na contramão atrapalhando o tráfego
Chico Buarque (2010c, p. 36)

Após oito anos de implementação profunda dos fundamentos do Neoliberalismo no Brasil, desenvolvida por um governo de nítida concepção política, econômica, social e ideológica delimitada no campo da direita, chega à direção do país um novo governo. Oriundo das greves no ABC paulista de fins da década de 1970, o PT, representado pelo carismático Luiz Inácio Lula da Silva, elegeu seu candidato à presidência do país no ano de 2002, a partir da configuração de uma grande Frente Popular Preventiva.

Sob esse novo marco é que se configura uma nova política para a Educação Superior e, consequentemente, para a política de Carreira Docente nas Universidades Federais. Trata-se de realizar a devida caracterização do significado de uma Frente Popular Preventiva, nos moldes que o PT construiu para ascender ao poder.

Desta forma, esta seção aborda a conjuntura política, econômica e social do período 2003 a 2012, articulado com as opções que a Frente Popular Preventiva assumiu ao longo desses anos na condução do país. Analisar o movimento de continuidade e ruptura das ações entre os três governos do Plano Real perpassa por uma caracterização qualificada do governo petista.

Imerso nessa nova conjuntura criada a partir de 2003 é que se forjou um novo nível de relacionamento – jurídico-político – entre a estrutura pública e o mercado, como agente principal que compõe a sociedade civil. Sob novas relações Estado/Mercado, as políticas para a Educação Superior foram traçadas e implementadas, paulatinamente.

Por fim, analisa-se o movimento de mudanças no qual a Carreira Docente do Magistério Superior Federal vivenciou ao longo da década petista. Nesse particular, a ação docente, organizado por meio do ANDES-SN, configurou-se como o acirramento da luta de classes pela defesa dos direitos historicamente conquistados.

4.1 De Lula "Paz e Amor" à Dilma "Em frente com Fé"

A construção de uma grande Frente Popular para a disputa das eleições presidenciais de 2002, no Brasil, possibilitou uma mudança na correlação de forças entre o bloco da direita que conduzia o país, marcado, principalmente, pelos oito anos de FHC, e o campo da esquerda. Contudo, a configuração da Frente Popular, pela sua natureza, modificou a forma/conteúdo da esquerda petista e, consequentemente, seu projeto político, econômico, social e ideológico.

A natureza mimética que o PT assumiu nos idos da década de 1990, impulsionada pela Articulação[101], foi a mola propulsora que esse partido necessitava para alcançar mais espaço na política eleitoral. Nesse processo, as mudanças programáticas no partido ocorreram, paulatinamente, em diversos encontros e congressos com o objetivo de ampliar o arco de alianças com setores tradicionais da política nacional, assim como com setores representantes do empresariado.

Desde as eleições presidenciais de 1998, houveram grandes avanços em direção ao distanciamento com o conteúdo da Carta de Princípios do PT, de 1979, com o objetivo de possibilitar a construção de uma plataforma programática eleitoral que atendesse ao paladar do tradicionalismo na política brasileira. Gutierrez (2004) ao analisar a postura de três grupos trotskistas do Brasil[102], identificou dois movimentos: uma ruptura político-programático com o PT (posição do PSTU) e uma postura conservadora na perspectiva de disputar os rumos do PT (posturas da DS e do OT).

Em 2002, o programa presidencial do PT aprofundou a dita "guinada para a direita". Conforme frisou Gutierrez (2004, p. 101): "[...] em 2002, o PT foi além de realizar uma

[101] O grupo surgiu em 1983, a partir do Manifesto dos 113 que tinha como lema central: Trabalho, Terra e Liberdade. Também conhecido, à época, como Articulação dos 113 e que, posteriormente, passou a ser identificada por Articulação – Unidade na Luta (AUNL). Dentre os principais representantes figuram Lula e José Dirceu. Para a eleição de 2002, a Articulação assumiu a denominação de Campo Majoritário e, após a crise do Mensalão, foi reconfigurada como Construindo um Novo Brasil (CNB), em 2007, para reestabelecer sua hegemonia no partido perdida em 2005, fato que ocorreu em 2009. (O MANIFESTO, 2013; Site Oficial da CNB, 2015)

[102] São eles: Democracia Socialista (DS), O Trabalho (OT) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

aliança com setores da burguesia: contra tudo o que vinha pregando nos últimos anos, incorporou parte do discurso burguês neoliberal em seu programa."

Essa postura é produto do Vendaval Oportunista, do início da década de 1990, que impactou nas tradicionais direções dos trabalhadores no Brasil, com sua expressão prática na política adotada com maior ênfase a partir de 2002, não contribuíram para qualificar o nível de consciência de classe nos trabalhadores, ao ponto de gerar nesses a crença de que eleger Lula em 2002 se configuraria como um marco de ruptura com o modelo de gerência do Estado adotado pela direita clássica na década de 1990. Gutierrez (2004) destaca essa análise:

> O fato de "as massas acreditarem em Lula" não quer dizer que o seu programa seja progressista. Por isso, vimos a contradição em que caiu a corrente O Trabalho: ajudou a eleger a candidatura Lula-Alencar, com um programa social-liberal – que na prática não deixava de ser um programa neoliberal com medidas paliativas – contra toda a sua base teórica, contra o programa histórico que defendia e que representava o inverso das medidas que reivindicavam. (GUTIERREZ, 2004, p. 110).

Com a expressão fática da candidatura Lula em conjunto com o candidato à Vice-Presidência José de Alencar[103], pertencente ao Partido Liberal (PL), ficou estabelecido a grande conciliação de classe para chegar ao poder maior do país. Essa aliança que se desenhou é a clássica configuração de uma Frente Popular que, naquela conjuntura, assumiu o papel de prevenir o avanço da organização e do programa histórico da classe trabalhadora num período de ascensão das lutas. De modo que, desde a configuração da chapa já estava definido qual seria o papel político-social que o PT iria cumprir no Brasil, conforme salientou Gutierrez (2004):

> O PT não precisou passar pela experiência para provar para que vinha, houve vários indícios durante o ano de 2002 que mostravam em qual sintonia estava o partido. Assinou a "Carta ao povo brasileiro", comprometendo-se com os especuladores e o setor financeiro; declarou sua subserviência ao Fundo Monetário Internacional, no segundo semestre, ao aceitar a manutenção do acordo assinado por Fernando Henrique Cardoso; abandonou qualquer perspectiva classista ao se aliar com o Partido Liberal e, mais tarde, a possibilidade de afirmar uma política progressista na questão externa saindo da organização do plebiscito da Área de Livre Comércio das Américas. (GUTIERREZ, 2004, p. 110).

Essa mudança de forma foi analisada por Garcia (2000), ao investigar a trajetória político-programática do PT desde as eleições de 1982 até 1994. Em 1982, os slogans centravam-se em elementos que estabeleciam uma ruptura com a velha política: "'trabalhador

[103] Destaca-se que José de Alencar, um tradicional empresário do setor têxtil no Brasil, foi proposto para assumir a vice-presidência por José Dirceu. Apesar de não ter sido consenso, dentro do PT, a coligação com o PL, ela foi aprovada na convenção do PT. (PIRES; VERSIANI, 2002)

vota em trabalhador', 'quem vota em peão, não vota em patrão', 'vote no três, que o resto é burguês'". (GARCIA, 2000, p. 26)

Nas eleições para prefeitos, em 1988, Garcia (2000) demarca como o último processo eleitoral no qual o PT manteve as suas bandeiras históricas ainda em destaque, conforme segue: "[...] avaliamos que a partir dos êxitos eleitorais, notadamente o de 1988, o partido começou a romper com a lógica da ruptura, iniciando um processo de integração ao regime que se aceleraria no decorrer da década de [19]90." (GARCIA, 2000, p. 34). Destaca-se que, nesse pleito, conforme dados do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), o PT obteve 28,8% dos votos totais nas cem maiores cidades do Brasil, emplacando a primeira posição na conquista das prefeituras das maiores cidades do país. (GARCIA, 2000, p. 44)

Desta forma, apesar do grande ascenso que a classe trabalhadora vivenciara ao longo da década de 1980, no particular de sua organização de classe em nível político e sindical, frisa Garcia (2000), o "modo petista de governar" conduziu esse ascenso para a integração ao regime democrático burguês pintado de democrático popular.

Uma das expressões desse processo está na composição social do PT já no início da década de 1990. A pesquisa desenvolvida por César (1995) destaca, dentre outros determinantes, que a composição social dos militantes do PT, no ano de 1991, deixara de refletir a configuração que a classe trabalhadora brasileira possuía nesse ano.

Na análise de Garcia (2000), esse movimento tendencial de mudança na composição social do PT, contribuiu para o processo de burocratização de seus militantes. A principal característica é o crescimento do volume de profissionais no partido decidindo as ações nos encontros e congressos, conforme destaca o autor:

> Em [19]97 esta situação deu um salto. 60,0% dos delegados do Encontro é de profissionalizados, o que atesta cabalmente que eles determinam a vida interna do partido. Destes, 18% são parlamentares, 13% os assessoram, 8% são funcionários de confiança no governo, 6% são dirigentes profissionalizados pelo PT, 2% são profissionalizados por suas tendências, 1% é funcionário/assessor do partido, 1% exerce mandato executivo e 9% são profissionalizados pelo movimento social. Somente 9% não responderam e 31% não eram profissionalizados. (GARCIA, 2000, p. 65).

Além das mudanças na base social do PT, há metamorfoses significativas quanto ao programa do partido. Na análise do autor, que abarca as resoluções dos encontros e congressos, desde o início da década de 1980 até fins da década de 1990, ele constata a diluição de um programa partidário alinhado com a independência de classe ante os partidos da ordem e o próprio Estado, com a defesa radical dos interesses dos trabalhadores em

perspectiva antagônica às ações da burguesia, assim como com a luta anti-imperialista[104] em bandeiras que, no debate da luta pela hegemonia, a opção sempre foi por apenas duas posições.

Desta forma, no tema "[...] sobre hegemonia, estava embutido, mais uma vez, o debate entre reforma ou revolução, leninismo ou social-democracia, partido como instrumento de luta ou partido institucional, política eleitoral como tática ou estratégica." (GARCIA, 2000, p. 93). A opção pelo reformismo, pelas bandeiras sociais democratas, pelo partido institucional e pela política eleitoral como estratégia – e abandono do socialismo – conduziu o PT a realizar alianças político-eleitorais, por exemplo, com o PSBD antes de 1995. Tal fato possibilitou Garcia (2000, p. 92) caracterizar que "[...] a ampliação da política de alianças por critérios apenas eleitorais deixa bem evidente que a independência de classe é apenas coisa do passado no PT."

A contradição programática e da sua base social, com início em fins da década de 1980, construiu um partido com alta dependência material em relação ao Estado, adentrando no calendário eleitoral bienal como única alternativa, o que conduziu a militância para se esforçar eleitoralmente e contribuiu para arrefecer o cotidiano da luta de classes. Contudo, já alertava Garcia (2000) antes do PT chegar à presidência do país:

> Mas a pressão material logo abre espaço para a pressão política e a corrupção. Começa a pesar a necessidade de defender posições "populares", a busca por ter boas relações com a imprensa, a consideração excessiva com a opinião da classe média, e a tendência a discutir questões que não têm nada a ver com os interesses dos trabalhadores, mas sim com a gestão do estado, sem falar do abandono físico das lutas em troca da presença constante no parlamento e em outras instituições. (GARCIA, 2000, p. 66-67).

Portanto, não é qualquer partido que chegou ao poder em 2002. Foi outro PT. Com novas determinações, tanto programáticas quanto da sua base social. O PT da "Carta de Princípios", de 1979, foi substituído pelo PT da "Carta ao Povo Brasileiro", de 2002. E nesta última, a tônica foi a ampla política de alianças[105], a articulação do empresariado com o novo projeto petista e o cristalino discurso do Estado Moderno, conforme segue: "O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional." (PT, 2002, p. 2-3). E neste pacote a manutenção dos acordos internacionais, o pagamento da dívida externa, a

[104] Com centralidade para a luta pelo não pagamento da dívida externa aos banqueiros internacionais e o combate ao sistema financeiro. (GARCIA, 2000)

[105] A Coligação Lula Presidente era composta por cinco partidos (PT; PL; PMN; PCB; PCdoB) e apoio informal do PMDB.

preservação do superávit primário e o agronegócio são mantidos e aprofundadas em conjunto com a reforma agrária, a agricultura familiar, a geração de emprego, a política habitacional, o combate a fome e a alta inflacionária. Nessa queda de braço, o lado mais forte saiu ganhando.

Essa é a configuração da Frente Popular Petista[106]. Para Moreno (2003), a Frente Popular tem origem na classe trabalhadora, com um programa democrático, contudo instala-se com o apoio de parte da burguesia e, com isso, caminha para os dois lados na luta de classes. Nessa contradição, o campo que a Frente Popular irá assumir é o campo da burguesia, como tradicionalmente a história da Frente Popular no mundo demonstrou, com sua melhor expressão no Governo de Mitterrand, na França[107].

A configuração da Frente Popular no Brasil foi o produto de uma série de fatos históricos, tanto no interior do PT, quanto na conjuntura político-econômico-social que o país adentrara. O aprofundamento da crise do capital, no Brasil, a partir de 1998/1999 foi determinante para a sua configuração, conforme caracterizou Canary (2010):

> As Frentes Populares surgem quando a burguesia se vê fragilizada e não encontra forças para implementar ela mesma os ataques necessários ao bom funcionamento do capitalismo. Essa fragilidade leva à derrota do candidato preferencial do grande capital e o partido operário vence as eleições, em geral apoiado por uma ala minoritária da burguesia. A maior parte da burguesia passa para a oposição ao governo e apenas um setor participa diretamente nos ministérios e gabinetes.
> Para entender esse esquema, basta olhar nossa história recente. Desde o final dos anos 1990, o projeto neoliberal de FHC se desmoralizou enormemente perante as massas, que resolveram dar um voto de confiança no PT e em Lula. Por outro lado, sentindo a aproximação de uma forte crise, um setor da burguesia também resolveu dar um voto de confiança em Lula, mas com o objetivo oposto: **manter a exploração capitalista e evitar a explosão de uma crise revolucionária**. Em linguagem popular, "entregaram os anéis para não perder os dedos". Devemos admitir que foi uma sábia decisão e que Lula não os decepcionou. (CANARY, 2012, p. 59-60, grifo nosso).

Na perspectiva que Canary (2012) definiu os objetivos do Governo Lula, ao manter a exploração capitalista e evitar a explosão de uma crise revolucionária, Arcary (2014) dá a verbalização necessária ao caráter real que a Frente Popular Petista assumiu no Brasil: uma Frente Popular Preventiva. Apesar da sua base social não se configurar mais como oriunda da maioria da classe trabalhadora, como destacou César (1995) ainda no início da década de 1990, o apoio de diversos setores dos movimentos sociais e sindicais que se construíram no campo da esquerda, foi determinante para a ascensão da Frente Popular e de seu caráter Preventivo.

---

[106] Ver mais sobre a história da Frente Popular na América Latina em Queiroz (2013).
[107] François Maurice Adrien Marie Mitterrand presidiu a França no período de 1981 a 1995.

A CUT e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) configuraram-se como os agentes que poderiam ter conduzido a situação pré-revolucionária que o país vivia no segundo mandato de FHC para uma situação revolucionária a partir de 2003. Contudo, essa não foi a direção política que o PT destinou para essas duas ferramentas históricas da classe trabalhadora brasileira do final do século XX. Essa definição é central para compreender as políticas desempenhadas no Brasil a partir de 2003 e ela é abordada por Arcary (2014):

> O Lula que chegou à presidência não era mais o catalisador das grandes mobilizações de massas dos anos 1978/1984. **Não era um incendiário de mudanças, mas um bombeiro**. **Lula não foi eleito**, com a tolerância da burguesia que pôde usufruir, **porque o Brasil estava em uma situação revolucionária, mas porque a sua presença no governo era um fator que deveria preveni-la**, considerando-se o contexto latino-americano do início da década, com Chávez derrotando a tentativa de golpe na Venezuela no primeiro semestre de 2002 [antecedido pela situação revolucionária que a Argentina vivia em 2001]. O PT não chegou ao poder como consequência do ascenso operário e popular que desafiou Figueiredo, mas em 2003, portanto, dezoito anos depois do fim da ditadura. (ARCARY, 2014, p. 11, grifo nosso).

Ao deixar de ser um "incendiário de mudanças" e se configurar como "bombeiro", Lula "Paz e Amor" conseguiu arrancar 61,3% dos votos válidos no segundo turno do pleito de 2002, com maioria de votos em 25 estados mais o distrito federal. Com isso, impôs uma derrota avassaladora à Coligação Grande Aliança encabeçada por José Serra (PSDB) e pela sua vice-presidente Rita Camata (PMDB) que contou ainda com o apoio do Partido da Frente Liberal (PFL) de Antônio Carlos Magalhães.

Cabe aqui analisar alguns determinantes que caracterizaram o Governo Lula e os dois primeiros anos do Governo Dilma Rousseff (2010 a 2012). Para isso, alguns dados serão priorizados. Nesse particular, Filgueiras e Gonçalves (2007), ao empreenderem análise sobre o primeiro mandato presidencial de Lula, lançam mão de seis variáveis para caracterizar a economia política do primeiro mandato presidencial de Lula, são elas: 1. Crescimento da renda; 2. Hiato de crescimento; 3. Acumulação de capital (capital fixo); 4. Inflação; 5. Fragilidade financeira; 6. Vulnerabilidade externa.

O uso dessas variáveis serviu para analisar historicamente o desempenho dos presidentes do Brasil no período republicano, que somavam, à época da publicação do livro, 28 presidentes em 30 mandatos. Para realizar esta análise em perspectiva histórica, os autores se utilizam do Índice de Desempenho Presidencial (IDP) para cada variável e a média aritmética das seis variáveis definem o IDP geral, numa escola de zero a cem (melhor desempenho). (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007)

Ao tratar da primeira variável – crescimento da renda – os autores indicam dois períodos ao longo da série histórica. O primeiro, e maior, compreende os anos de 1890 a 1980, que teve a taxa média anual de crescimento real na ordem de 5,1%, e foi creditado, esse grande crescimento, ao processo de industrialização do país. O segundo período, que abrange os anos de 1980 a 2006, a média anual esteve na casa de 2,5%, portanto, metade do período anterior, e os autores creditaram esse resultado reduzido à crise da dívida externa que iniciara na década de 1980[108]. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007)

O Governo Lula obteve a nona pior posição entre os 30 mandatos presidenciais do período republicano. Sua média ficou em 3,3%, valor que se localizou quase um ponto percentual acima da média do segundo período de análise, entretanto inferior em relação ao primeiro período e inferior em relação a todo o período da república brasileira, que somou 4,5%. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 121)

O segundo parâmetro utilizado pelos autores é denominado de "hiato de crescimento", que expressa a diferença entre o crescimento do PIB do Brasil e o PIB mundial. No período republicano essa média ficou na ordem de 1,2%, a partir da média nacional de 4,5% e da média mundial de 3,2%. Tal dado indica que o Brasil conseguiu ampliar a sua riqueza nacional em 1,3% acima da média internacional. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007)

Contudo, no primeiro mandato do Governo Lula este valor ficou negativo, na ordem de -1,5%. Apesar do crescimento do PIB positivo, com média de 3,3%, o PIB mundial avançou 4,9%. Com isso, o governo Lula ficou com a quarta pior classificação no hiato de crescimento do período republicano. E, dessa forma, concluem os autores: "[...] durante o governo Lula o Brasil 'anda para trás', pois há hiato de crescimento negativo, ou seja, a economia brasileira cresce a taxas significativamente menores do que a economia mundial." (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 125)

A terceira variável de análise dos autores é denominada por "formação bruta de capital fixo" (FBCF) e tem relação com a produção material da riqueza, distintamente da produção fictícia de capital, que ganha corpo no Brasil a partir da década de 1990 e salta, vertiginosamente, na primeira década do século XXI.

No período de análise essa taxa obteve média de 4,2% e no Governo Lula a média foi de 3,5%, o que lhe garantiu a décima primeira pior posição. Os autores são categóricos quanto as conclusões para essa variável em relação ao Governo Lula:

[108] Os dados completos estão disponíveis no Anexo C.

> Comparativamente aos outros presidentes, Lula mostra desempenho insatisfatório. [...] Assim, a taxa de acumulação de capital durante o governo Lula está abaixo da média e da mediana. Ou seja, pelos padrões históricos do país, a acumulação de capital durante o governo Lula tem sido fraca. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 126).

A "inflação" é a quarta variável em análise. Nesse quesito o governo Lula caminha positivamente. O controle inflacionário no primeiro mandato de Lula foi exemplar, com drástica redução em relação aos últimos anos do segundo mandato de FHC. A média do Governo Lula ficou em 8,7%, portanto abaixo dos 15,7% do período republicano, o que fez se localizar na décima segunda melhor posição do período republicano[109]. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 129)

A relação entre a dívida mobiliária federal (dívida interna) e o PIB é identificada pelos autores como a "fragilidade financeira", que constitui a quinta variável. Nesse parâmetro o Governo Lula emplaca a última posição do período republicano. Implica dizer que foi o governo que ampliou a proporção do endividamento público em relação ao PIB, aproximando o valor da dívida ao PIB nacional. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 131)

Por fim, a "vulnerabilidade externa" constitui a última variável que compõe o IDP e possui relação com o endividamento externo do país e o volume de exportações. Nesse quesito, o comportamento do governo Lula é satisfatório, fato que lhe garantiu a nona melhor posição do período em análise. Contudo, a análise realizada pelos autores é do conjunto das seis variáveis. Dos 30 mandatos presidenciais o primeiro mandato de Lula ocupou a posição de quarto pior resultado, com o valor de 43,8 dentro de uma escala de 0 a 100, em que o número 0 indica o pior resultado do IDP. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 136)

Diante desses dados da economia política do primeiro governo Lula os autores são categóricos em afirmar que foi um dos piores presidentes que o Brasil teve. Desnuda a farsa criada pelo PT de um governo democrático-popular, com centralidade para o desenvolvimento de grandes políticas sociais, como pode ser visualizado na Tabela 27.

[109] Para essa análise os autores realizam uma observação. A média do período republicano fica na casa de 15,7% de média inflacionária anual, contudo, para se obter esse valor eles desconsideram o período de crise inflacionária que compreende os anos de 1984 a 1994. Ao inserir a inflação desse período a média salta para 138,4%. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 127)

Tabela 27 - Desempenho do governo Lula: síntese das variáveis e dos índices [1]

	Lula		Variáveis e índices		Desempenho em relação à média e à mediana
	Variável	Ordem	Média	Mediana	
PIB, var.	3,3	9ª menor	4,5	4,6	desfavorável
Hiato	-1,5	4ª menor	1,2	0,8	desfavorável
FBCF, var.	3,5	12ª menor	4,2	8,2	desfavorável
Inflação	8,7	21ª maior	15,7	12,7	favorável
Fragilidade financeira	41,3	1ª maior	7,5	10,1	desfavorável
Vulnerabilidade externa	170,2	22ª maior	203,2	222,3	favorável

Fonte: Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 137).
Nota: [1] Valores em %. Ordem: pior = 1 / melhor = 30.

O que se observa ao longo dos demais anos, a partir do segundo governo Lula e dos dois anos do governo Dilma, é a continuidade de um suposto crescimento sustentável, de uma suposta melhoria das condições de vida, de uma possível melhoria na distribuição da renda, da redução do desemprego e da garantia dos direitos fundamentais. A caracterização final dos autores é emblemática e representativa em relação aos 10 anos de governos petistas aqui analisados (2003 a 2012): "De fato, o desempenho do governo Lula está muito abaixo da média e, principalmente, do desempenho dos chamados 'desenvolvimentistas' (por exemplo, Juscelino Kubitschek[110]) [...]". (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 138)

Retomando Arcary (2014), trata-se de um governo populista com discurso sicofanta. O sustentáculo das campanhas presidenciais de 2006 e 2010[111] estruturou-se em uma falsa realidade, reproduzido pelo conjunto da base de sustentação política do PT: 1. Redução do desemprego; 2. Recuperação do salário médio; 3. Aumento da mobilidade social; 4. Elevação do salário mínimo e; 5. Ampliação dos benefícios do Bolsa Família. (ARCARY, 2014, p. 11)

Cabe debater alguns desses argumentos. O primeiro, e principal, trata da redução do desemprego no Brasil, por configurar-se como um fator objetivo para a manutenção das condições básica na vida da classe trabalhadora. De fato, os dados oficiais do IBGE apontam nessa direção, uma redução tendencial da taxa de desocupação de 2003 a 2012. Tal redução, ao se considerar a média das principais regiões metropolitanas do Brasil[112], foi de 13,0%, em 2003, para 5,4%, em 2012. (IBGE, 2013, p. 142)

Como se observa, trata-se de uma redução significativa, acompanhada, ainda, da ampliação da população ocupada em trabalho formal, que ampliou de 44,6%, em 2002, para

[110] Cf. Anexos C e D.
[111] Destaca-se que nas eleições de 2006 o PT ganhou em 19 estados mais o distrito federal e nas eleições de 2010 em 15 estados mais o distrito federal.
[112] Nos dados utilizados estão presentes as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre. (IBGE, 2013, p. 142)

56,9%, em 2012, considerando as regiões do Brasil (IBGE, 2013, p. 143). Defende-se a redução do desemprego e a universalização do trabalho formal, contudo é necessário investigar a qualidade dessa redução na taxa de desocupação e, para isso, os dados da Tabela 25 esclarecem a qualidade dos rendimentos dos ocupados no Brasil e Regiões.

Tabela 28 - Distribuição percentual dos ocupados, por faixas de rendimento em todos os trabalhos - Brasil e Grandes Regiões - 2002 e 2012 [1]

Regiões	Rendimentos - 2002				Rendimentos - 2012				Δ (%) 2002-2012	
	Até 2 SM			> 2 SM	Até 2 SM			> 2 SM	Até 2 SM	> 2 SM
	< 1 SM	1 a 2 SM	Total		< 1 SM	1 a 2 SM	Total			
Norte	36,9	31,0	67,9	32,1	44,2	33,1	77,3	22,6	13,8	-29,6
Nordeste	56,3	24,7	81,0	19,0	58,2	26,0	84,2	15,8	3,9	-16,8
Sudeste	20,6	31,3	51,9	48,1	20,5	42,5	63,0	37,0	21,4	-23,1
Sul	21,2	34,3	55,5	44,5	19,3	43,8	63,0	37,0	13,5	-16,8
C. Oeste	27,8	32,3	60,0	40,0	24,3	37,5	61,8	36,6	3,0	-8,5
Brasil	**31,8**	**30,3**	**62,1**	**37,9**	**31,4**	**37,8**	**69,2**	**30,8**	**11,4**	**-18,7**

Fontes: DIEESE (2004, p. 5); DIEESE (2013, p. 9).
Nota: [1] Excluído trabalhadores sem rendimento e sem declaração.

Os dados expressos na Tabela 28 qualificam os rendimentos da população ocupada no Brasil nos anos de 2002 e 2012. De modo que, paralelo à redução da taxa de desocupação foi ampliado o percentual de ocupados com rendimento até dois salários mínimos. Implica em afirmar, categoricamente, que o governo petista ampliou os baixos rendimentos e reduziu o percentual da população ocupada com rendimentos acima de dois salários mínimos. A ampliação dos baixos salários, no Brasil, foi de 11,4% no período, um salto de 62,1% para 69,2%, e a redução dos rendimentos acima de dois salários mínimos foi de -18,7%, com a queda de 37,9% para 30,8%, entre 2002 e 2012.

Nessa perspectiva de análise, o salário médio sofreu ampliação real, contudo o crescimento foi maior para os empregadores. O rendimento médio mensal de pessoas ocupadas com mais de 16 anos de idade saltou em 14,7% para empregados com carteira de trabalho assinada (excluído trabalhador doméstico), contudo a evolução foi de 21,6% para os empregadores, no período 2002 a 2012. (IBGE, 2013, p. 148)

A ampliação real do salário mínimo contribuiu para o crescimento do salário médio. Até 2012 o salário mínimo conseguiu recuperar o patamar do salário do início da década de 1980. Os maiores aumentos reais concentraram-se, no período de 2003 a 2012, nos anos de 2005 (8,2%), 2006 (13,0%) e 2012 (7,6%), com um salto total de 70,5%. Contudo, entre os que possuem sua remuneração referenciada no salário mínimo nacional o DIEESE estimou que, do impacto de R$ 32 bilhões à economia com o aumento do salário mínimo de R$ 622,00 para R$ 678,00, entre 2012 e 2013, aproximadamente R$ 16 bilhões seriam consumidos com

carga tributária, direta e indireta, ou seja, tanto com o imposto de renda, quanto com o pagamento de tributos pelo consumo em geral. (DIEESE, 2012, p. 5)

Por sua vez, a política social de maior repercussão do Governo Lula foi o Programa Bolsa Família (PBF), que se configura como uma ação focal de transferência de renda mínima condicionada. Na prática, não houveram mudanças significativas no quadro real das condições socioeconômicas da ampla população atendida pelo programa, as mudanças visualizadas são aparentes, no sentido de que a partir do instante em que se retirar o auxílio, o quadro caótico de miséria e pobreza irá se expressar com força novamente[113]. Essa é a conclusão que Filgueiras e Gonçalves (2007) realizam sobre o programa.

Por fim, a mobilidade social é fruto da política focal encabeçada pelo PBF, não pela natureza e abrangência do programa, mas pela nova forma de caracterização socioeconômica no Brasil, assim como pela ampliação do salário mínimo. Contudo, as críticas à tese da "nova classe média" são significativas e fundamentadas.

A respeito desse tema, Pochmann (2012) analisou as mudanças no mundo do trabalho desde a década de 1970 até o final do segundo Governo Lula com centralidade para a classe média e para a "nova classe média". Na análise do economista, não houve a expansão da classe média (que se localiza nos postos de trabalho em que a qualificação é demandada), mas o desenvolvimento de uma nova classe trabalhadora, oriunda de estratos que se encontravam desempregados ou no trabalho informal, motivo pelo qual ampliou o consumo e o acesso a alguns serviços privados. Contudo,

> [...] entende-se que não se trata da emergência de uma nova classe - muito menos de uma classe média. O que há, de fato, é uma orientação alienante

[113] Há pesquisas que apontam diversos limites quanto à mudança no quadro socioeconômico provocado pelo PBF. As limitações quanto à garantia dos direitos fundamentais aos beneficiários PBF se localizam, pelo menos, em três níveis: Saúde, Educação e Trabalho. No particular do acesso aos serviços de Saúde, as médias de acesso são menores em relação aos demais usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). A relação direta que deveria existir entre os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e a presença na escola, não é acompanhada do modo que deveria ser - todos frequentarem regularmente o sistema educacional na faixa etária de 6 a 17 anos. No particular do Trabalho, os dados indicam que existe um grau de instabilidade no emprego maior entre os beneficiários do PBF. (CURRALERO, 2012). Alberini (2010) não verificou grandes mudanças nas famílias moradoras de favelas da região metropolitana de São Paulo, nos aspectos da saúde, educação e trabalho ou no modo de vida. Zylberberg (2008) apontou que a transferência de renda do PBF não apresenta uma relação direta na concentração de renda, o que implica dizer que a existência do programa não reduziu a concentração de renda como propagado pelo governo. Amado (2015) identificou que o PBF promove de modo restrito a complementação de renda o que impacta no consumo de alimentos, essencialmente, contudo a sua pesquisa concluiu que em nenhum caso foram associadas mudanças estruturais nas condições de vida antes e depois do recebimento do benefício, nem se conseguiu identificar a conquista da autonomia ou emancipação destas famílias por influência ou impacto do PBF. Contudo, há pesquisas que apontam validade na política do PBF com melhorias em alguns índices.

> sem fim, orquestrada para o sequestro do debate sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais, incapaz de permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social e sua comparação com outros períodos dinâmicos do Brasil. (POCHMANN, 2012, p. 8)

O crescimento do emprego formal, com rendimentos de até dois salários mínimos, incide sobre postos de trabalho em que a formação/qualificação não é complexa e, tão pouco, se desenvolve por meio de planos de carreira que considere o tempo de trabalho e a melhoria da formação/qualificação. De outra forma, Pochmann (2012) afirma a existência da redução da classe média e de seus salários médios, que incide, também, sobre os professores universitários.

Articulado com o crescimento da nova classe trabalhadora e a redução da classe média, Pochmann (2012) identifica que houve, principalmente a partir do século XXI, um descompasso do crescimento do emprego formal na classe trabalhadora com a sindicalização e a representação política. O crescimento da base sindical foi tímido e o referencial político dessa nova classe trabalhadora não se alinha com o projeto de sociedade historicamente formatado pelos trabalhadores, mas sim a defesa do projeto de sociabilidade burguesa.

Na análise de Arcary (2014) sobre a "nova classe média", há uma aproximação com a perspectiva de Pochmann (2012) no sentido de não concordar que se desenvolveu, no Brasil do século XXI, a ampliação da classe média, mas sim que a parcela pauperizada da classe trabalhadora ampliou seu consumo. E mais, ao tratar da divisão da riqueza nacional Arcary (2014) é taxativo ao discriminar quem reduziu a sua "fatia do bolo":

> Quem perdeu participação na riqueza nacional foram os assalariados com educação mais elevada, inclusive os que conquistaram nível superior, ou, na tradição brasileira, **os trabalhadores mais especializados, ou sindicalmente melhor organizados**: professores, bancários, funcionários públicos e servidores de estatais e, também, metalúrgicos, petroleiros, químicos etc. (ARCARY, 2014, p. 32, grifo nosso).

Por fim, num outro patamar, as ações políticas de maior amplitude se configuraram como marca dos dez anos do PT. Aqui será priorizado quatro determinações: 1. Reforma da Previdência do setor público; 2. Cooptação Sindical; 3. Corrupção no governo e; 4. Impulso ao Grande Capital (produtivo e financeiro).

O primeiro aspecto foi responsável por uma histórica fissura no interior do PT. Garantir a aprovação da Reforma da Previdência do setor público, num patamar de retirada de

direitos superior às mudanças empreendidas por FHC, por Lula e seus aliados, em conjunto com o PSDB e o PFL, findou na expulsão de alguns parlamentares do PT[114].

Na prática o PT conseguiu atender as orientações estabelecidas no Consenso de Washington quanto à privatização de tudo que poderia ser "mercadorizável"/rentável, do ponto de vista do capital. Para Fattorelli (2013), a Reforma da Previdência segue orientações claras do FMI e do BM para o modelo previdenciário a ser adotado nos países da América Latina. O novo modelo precisa adequar-se ao desenvolvimento do capital financeiro, de modo que a previdência necessitava ser privatizada.

O compromisso em manter os acordos do governo brasileiro com o FMI, já em 2003, como destacado na Carta ao Povo Brasileiro, é explícito. A "Carta de intenção", de 28 de fevereiro de 2003, é cristalina quanto à Reforma da Previdência, conforme o fragmento:

> O governo deseja aumentar a eqüidade do sistema previdenciário, além de reforçar as condições de sustentabilidade de longo prazo das bases financeiras do sistema de previdência do setor público, como identificado na Carta de Brasília. Com este propósito, estão sendo examinadas diversas opções, incluindo o aumento da idade para a aposentadoria, a elevação no número de anos de contribuição que dá direito a uma aposentadoria, assim como uma revisão das regras que regem as pensões. [...] A votação do Projeto de Lei Complementar regulando a aposentadoria complementar para o setor público (PL9) continua entre as prioridades do governo e fará parte das reformas da previdência. (CARTA, 2003, s/p).

Para Marques e Mendes (2004), não ocorreu uma reforma, mas sim uma contrarreforma da previdência (e essa passaria a ser o *modus operandi* das "reformas" dos governos petistas). Destaca as autoras que a defesa do conteúdo da Reforma da Previdência do governo Lula esteve assentada em falsas verdades e a principal delas foi o *Deficit* da Previdência. A forma ideológica que o *Deficit* assumiu entre os trabalhadores serviu como recurso para justificar a sua complementação privada ou a sua total privatização.

Contudo, o real é distinto do discurso governista. Na prática, em 2002, a previdência foi superavitária em R$ 15,08 bilhões (MARQUES; MENDES, 2004, p. 10). E parte desse

[114] O posicionamento contrário ao projeto de Reforma da Previdência apresentado pelo PT pelos deputados Luciana Genro (RS) e João Batista, o Babá (PA), João Fontes (SE), e pela senadora Heloísa Helena (AL), todos pertencentes ao PT, resultou na deliberação do Diretório Nacional do partido de expulsar esses parlamentares, numa votação de 55 à favor a expulsão contra 27 desfavoráveis, em meados de dezembro de 2003 (MIGNONE, 2003). Posteriormente esses parlamentares impulsionaram a construção de um novo partido de esquerda, que findou na criação, em 2005, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), um partido com organização interna por tendências, composta, em 2015, por 17 tendências.

volume de recursos serviu para configurar o superávit primário do governo, que a essa altura a meta era de 4,25% do PIB, conforme acordos mantidos com o FMI[115].

Dessa forma, Fattorelli (2013) sintetizou a Reforma da Previdência do governo Lula em seis itens: 1. Privatizar a previdência do setor público; 2. Transformar o regime fundamentado na Solidariedade em um regime Financeirizado, sujeito a regras de mercado; 3. Instituir imposto para os inativos - aposentados e pensionistas - sob a roupagem de "Contribuição"; 4. Estabelecer idade mínima para aposentadoria; 5. Reduzir o valor das pensões e; 6. Quebrar a paridade e a integralidade[116].

Esse foi a primeira grande ação do governo Lula. Apenas na condição de Frente Popular, conseguiu realizar ações que os governos FHC não conseguiram. E só foi possível, dentre outros fatores, pela elevada cooptação que o movimento sindical sofreu, em virtude de à frente da direção da CUT o PT figurar entre as principais forças políticas e se encontrar degenerados desde a década de 1990. Como destacou Anderson (1996) e Alves (2007), o movimento sindical, na lógica neoliberal e no toyotismo, é convencido a desempenhar ações de colaboração de classe.

A criação, em julho de 2003, do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), funcionou como ferramenta para se desenvolver o processo de reforma trabalhista e sindical, numa relação direta de colaboração de classe ao inserir num mesmo espaço representantes da grande burguesia, representantes da classe trabalhadora e representantes do governo, em números iguais, o que passou a ser delimitado como Fórum Tripartite.

Mota (2006), ao analisar o discurso de membros do governo Lula sobre as possibilidades reais do FNT relacionado aos objetivos iniciais do fórum, verificou um nível de contradição significativo. Ou seja, o discurso para a criação do fórum foi, aos poucos, abandonado, conforme destacou o autor:

> Tais manifestações permitem, pois, apreender a ambiguidade das proposições do governo Lula ao reconhecer a ineficácia das reformas sindical e trabalhista como instrumentos de incremento do nível de emprego, e ao mesmo tempo não hesitar em promover a defesa da flexibilização da legislação trabalhista. O Fórum Nacional do Trabalho se iniciaria, assim, permeado por uma falsa idéia de que a necessidade do consenso visaria o desenvolvimento do mercado de trabalho e o incremento dos níveis de emprego. (MOTA, 2006, p. 74).

[115] O superávit primário dos 10 anos do governo petista esteve na média de 3,1% do PIB. (CUCULO; ALEGRETTI, 2014)

[116] As modificações no Regime de Previdência Pública foram efetivadas por meio da EC n. 41, de 19 de dezembro de 2003.

A representação majoritária das entidades representantes dos trabalhadores é composta pelas organizações sindicais que representam a base do governo Lula, direta ou indiretamente. Dentre elas, a CUT, a Força Sindical (FS) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) são as que possuem o maior quantitativo de assentos. Contudo, são centrais sindicais que se alinham as orientações do governo Lula, a ponto de, por exemplo, aceitarem o projeto de Reforma Previdenciária aprovado em 2003 que, como verificado aqui, representou uma retirada de direitos históricos do funcionalismo público.

Mattos (2003) observou que ocorreu no primeiro ano de governo Lula um processo de cooptação das direções das centrais sindicais na perspectiva de construção de um sindicalismo conciliador, em oposição ao sindicalismo combativo da década de 1980. Na avaliação dele, isso ocorreu em virtude do distanciamento das direções de suas bases, com direções sindicais altamente burocratizadas e fisiológicas.

O produto inicial do FNT foi um esqueleto do projeto de Reforma Sindical que possuía, dentre os pontos mais críticos, a consolidação das negociações coletivas como instrumento primordial de relação entre empregadores e empregados, a mudança na representação sindical com maior ampliação de representações regionais com percentuais pequenos de representatividade na base das categorias e a manutenção do imposto sindical, com possibilidades de ampliar o percentual retirado compulsoriamente dos trabalhadores. (MOTA, 2006)

O que se verificou ao longo dos 10 anos foi o abandono das lutas diretas, da intervenção na base das categorias, da construção cotidiana da mobilização dos trabalhadores pela garantia de direitos e, em contrapartida, uma relação ampla entre as direções e o empresariado, a ação direta da burocracia sindical nas negociais com o empresariado e com os governos e a mutação do 1º de maio em megaevento para sorteio de prêmios.

Contudo, o movimento sindical combativo não deixou de existir. Em 2004, iniciou-se a construção de uma nova alternativa sindical na conjuntura de reorganização que seu abriu a partir do abandona da CUT das lutas dos trabalhadores fundamentada no princípio da independência de classe e de governos e patrões. É então que, no Encontro Nacional Sindical de 2004 que se aprovou uma Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) como espaço amplo, composto por sindicatos que se posicionavam de modo crítico em relação ao caminho que o movimento sindical no Brasil percorria, em larga escala a partir das proposições que saíram do FNT[117].

[117] *Site* da Central: <http://cspconlutas.org.br>.

A CONLUTAS deu origem ao que se conhece na atualidade como Central Sindical e Popular - Conlutas (CSP-Conlutas), a partir do I Congresso das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) que ocorreu em 2010, na cidade de Santos. Dentre os principais sindicatos que participaram dessa construção, destaca-se o papel que o ANDES-SN cumpriu e cumpre nessa nova alternativa de movimento sindical combativo no Brasil em tempo de aprofundamento do neoliberalismo.

A luta contra as políticas de reformas do governo Lula caminhou paralela aos escândalos de corrupção no governo. Configura-se, esse temário, como um capítulo especial na história da Frente Popular do PT. O que ficara conhecido na história do século XXI, no Brasil, como Mensalão, configurou-se como um caso de corrupção dentro da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), com envolvimento principal do então Deputado Federal Roberto Jefferson (PTB).

A partir da denúncia de corrupção que ele protagonizou no Correios, desnudou um grande esquema de compra de votos da base aliada no PT na Câmara dos Deputados para garantir aprovação nas pautas de interesse do governo Lula. O uso de propina nesse esquema e a sua suposta periodicidade constituiu a origem do termo Mensalão.

Cabe aqui apenas apresentar que há indícios da postura corrupta que, fatalmente, o PT teve que adentrar para chegar à presidência pela via eleitoral. Posicionamentos sobre a veracidade dos fatos e a construção de argumentos falaciosos são encontrados na literatura que versou sobre o tema, particularmente sobre o julgamento da Ação Penal n. 470 do Supremo Tribunal Federal (STF)[118].

Por último, como destacou Filgueiras e Gonçalves (2007), a fragilidade financeira foi uma marca dos 10 anos do PT no sentido de seu endividamento público. E isso não ocorreu apenas para reduzir o endividamento externo que o Brasil possuía, até mesmo no início do governo Lula, entretanto serviu para potencializar o principal setor que financiou a eleição da Frente Popular.

O crescimento do PIB no período do governo Lula esteve relacionado com o crescimento do setor produtivo, apoiado pelo capital especulativo. Uma relação embrionária

[118] Villa (2012, p. 148) apresentou um conjunto de fatos e argumentos comprobatórios da existência do Mensalão e do envolvimento, na direção do esquema, de José Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares e Marcos Valério com os crimes de formação de quadrilha e corrupção ativa, para os três primeiros e, além desses, peculato, lavagem de dinheiro e evasão de divisas para o último. Na análise realizada por Leite (2013) sobre o julgamento do Mensalão é que foi o maior exemplo de arbitrariedade no âmbito do Direito, ao realizar condenações sem comprovação cabal dos fatos. O relatório da Ação Penal n. 470 do STF está disponível no *link*: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/relatoriomensalao.pdf>.

precisou ser desenvolvida. Ao passo que as campanhas passaram a ser financiadas por esses setores, o governo precisou dar a contrapartida com obras públicas e abertura e incentivo para antigos e novos mercados. As mudanças no campo jurídico também foram necessárias, principalmente as relacionadas ao âmbito financeiro. Para fazer o setor produtivo crescer, foi necessário ampliar o endividamento público, por meio da emissão de títulos do tesouro, para financiar as grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) I e II, lançados em 2007 e 2011, respectivamente.

Nessa conjuntura de crescimento do setor privado (capital produtivo e financeiro), para ilustrar, vale destacar cinco segmentos: 1. Montadoras; 2. Mineradoras; 3. Agronegócio; 4. Empreiteiras e; 5. Bancos.

O crescimento na produção de automóveis no Brasil, de 2003 a 2007, foi 1,8 milhões para 2,9 milhões de unidades produzidas, uma variação de 62% (CASOTTI; GOLDENSTEIN, 2008, p. 159). Como o Brasil mantém uma das maiores taxas de lucro das montadoras no mundo, o crescimento de seus lucros nesse período ampliou na mesma proporção[119].

Entre os anos de 2009 a meados de 2012, os lucros remetidos pelas montadoras instalados no Brasil às suas matrizes no exterior somaram US$ 14,6 bilhões. Nesse período, a saída encontrada pelos governos Lula e Dilma para manter as vendas foi de reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para as montadoras, que somou a cifra R$ 26 bilhões não arrecadados pelo governo nesse período. (DANTAS, 2012)

Entre as maiores Mineradoras que exploram em terras brasileiras está a Vale e a Samarco. A primeira está entre as maiores multinacionais desse setor e a segunda é uma empresa nacional que a Vale detém metade de suas ações. No período de 2003 a 2010, a Vale saltou de um lucro de R$ 4,5 bilhões para R$ 30,1 bilhões. Por sua vez, a segunda maior do Brasil, saltou de R$ 1,5 bilhão para R$ 2,2 bilhões no mesmo período. (LUCRO, 2004; FATURAMENTO, 2004; MINÉRIO, 2011; VALE, 2011)

Somados o lucro dos 10 maiores grupos do Agronegócio no Brasil, em 2003, obteve-se a cifra de R$ 3 bilhões (AGUIAR; BORBA; SILVA, 2006, p. 7), potencializada com a liberação dos transgênicos. Para o ano de 2012 esse valor saltou para R$ 5,5 bilhões (considerando o dólar a 2,07 em dezembro de 2012). O Brasil passou a ocupar, em 2011, a 2ª posição entre os países exportadores de produtos oriundos do agronegócio, e o primeiro da América Latina. Os três maiores importadores são a União Europeia, a China e os EUA. Saiu

[119] A margem de lucro das montadoras no Brasil está na média de 10%, o dobro da escala mundial. (LEITE, 2012)

de um volume de exportação na casa dos US$ 21,7 bilhões, em 2003, para US$ 81,8 bilhões, em 2011. (AS EXPORTAÇÕES, 2015)

Contraditoriamente, o governo que chegou à presidência com o apoio massivo dos movimentos sociais agrários, a exemplo do MST, manteve números referentes à Reforma Agrária insatisfatórios. Comparativamente, o número médio de assentamentos de trabalhadores rurais, no período 1995-2002, foi de 69.442, no período 2003-2012 esse valor caiu para 65.918 por ano. Assim como no número médio de projetos para os assentamentos que saiu de 535 para 377 por ano, entre os dois períodos. Os valores são significativos, no segundo período, apenas quanto à área dos projetos e saiu do número médio de 2,5 milhões de hectares para 5 milhões de hectares por ano. (INCRA, 2013)

Por sua vez, o grupo das Empreiteiras está entre os que mais se envolveram com a política. Não apenas no financiamento de um ou outro partido, mas da ampla maioria dos partidos que possuem representação no Congresso Nacional (RESENDE; SARDINHA, 2015; BELISÁRIO, 2014). Três são os maiores grupos: Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e OAS. Em 2010, as três somadas auferiram lucros na ordem de R$ 2 bilhões. Figurando entre as principais empresas que participaram dos grandes projetos do PAC II, principalmente os energéticos e das obras para a Copa do Mundo FIFA de 2014. (CONSTRUTORAS, 2011; GRUPOS, s/d)

Por fim, os Bancos aparecem entre os que mais lucraram no país ao longo dos 10 anos de PT. Os cinco maiores bancos que atuam no Brasil respondem por cerca de 90% do lucro desse setor. No período 2003-2012 os lucros somados do Itaú, Banco do Brasil, Bradesco, Santander e Caixa Econômica Federal (CEF), foi de R$ 297,7 bilhões, sendo que 60% desse valor foram garantidos nos últimos quatro anos (2009-2012), período de aprofundamento da crise financeira no mundo. Ainda assim, a primeira posição nesse *ranking* coube ao Itaú com R$ 85,6 bilhões, assim como o recorde de lucro anual entre esses bancos no ano de 2011, com R$ 13,8 bilhões. (DINIZ, 2011; BARBOSA, 2013; CAIXA, 2012; 2013)

Portanto, não se trata de qualquer governo, tão pouco um governo que veio para materializar o constructo histórico da classe que o constituiu. O sentimento da classe trabalhadora da década de 1980 foi flexibilizado pelo PT nos anos de 1990 e remodelado ao longo dos seus 10 anos à frente da presidência do país. Como concluiu Garcia (2000) acerca do que era PT mesmo antes de sua conquista do cargo máximo no executivo:

> O PT das origens não existe mais. O partido que se impôs como uma diferença no cenário político nacional, hoje é um grande partido eleitoral,

> com políticas cada vez mais social-democratas, ainda que seus dirigentes formalmente não se assumam como tal. (GARCIA, 2000, p. 119).

Formalmente o PT ainda tenta se confundir com um projeto popular, oriundo da e para a ampla massa trabalhadora e pobre do país. Contudo, o real aqui demonstrado expressa a essência da sua intervenção política, econômica, social e ideológica. A expressão prática da Frente Popular Preventiva se apresenta nas opções feitas pelo partido ao longo desses 10 anos, nos principais campos.

Desta forma, analisar as políticas para a Carreira Docente do Magistério Superior Federal, implica na análise das ações sobre a Educação Superior e em considerar essa forma de governo. Nessa conjuntura não há espaço para colaboração de classe, tão pouco para ações de minimização das críticas à política que se construiu nesses dois campos da política educacional do país ao longo desses 10 anos.

4.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TEMPOS DE GOVERNO DE FRENTE POPULAR

A partir da caracterização do governo do PT como Frente Popular Preventiva é que se analisará a sua proposição política para a Reforma da Educação Superior. De início, há aqui, um claro posicionamento de que o que ocorreu, ao longo dos 10 anos de governo petista, foi uma clara Contrarreforma[120] da Educação Superior, conforme destacou o ANDES-SN, em agosto de 2004, a partir da análise desenvolvida pelo Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) sobre os primeiros documentos do governo Lula para a Educação Superior (ANDES-SN, 2004a). Tal perspectiva foi mantida e desenvolvida por Leher (2004), Deus (2008), Lima (2009), Gregório (2012) e Guimarães (2014), para citar alguns autores que dialogam com essa tese e se configura como a continuidade do projeto para a educação superior encabeçado, com maior ênfase, a partir de 1995.

A história demonstrou que a investida do governo Lula, por meio de seus Ministros da Educação do primeiro governo[121], de iniciar com um grande projeto de Reforma da Educação Superior não foi satisfatória, por dois problemas centrais: conteúdo e forma. O conteúdo expressou as orientações macros dos "sujeitos políticos coletivos do capital" (LIMA, 2005) e a forma consolidou o afastamento desse governo dos trabalhadores que

[120] Utiliza-se o termo como expressão da negação de um projeto de Reforma da Educação Superior que atendesse os interesses dos trabalhadores na perspectiva da melhorias das condições de oferecimento desse nível de ensino.

[121] Cristóvão Buarque foi o primeiro Ministro da Educação do governo Lula, no período de 1 de janeiro de 2003 a 27 de janeiro de 2004. Tarso Genro ocupou a pasta até 29 de julho de 2005. Por fim, assumiu Fernando Haddad por longo período, e findou em 23 de janeiro de 2012. (MEC, 2015)

constroem a Universidade, ou seja, uma Contrarreforma da Educação Superior imposta à comunidade acadêmica.

Essa Contrarreforma se localiza no bloco da terceira etapa de reformas da educação superior, conforme destacou o Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe (IESALC) da UNESCO[122], em 2006, a partir da publicação intitulada "*Informe sobre la educación superior en América Latina y el Caribe 2000-2005: la metamorfosis de la educación superior*". O artigo que abre o documento, assinado por Claudio Vitale, deslinda sobre as três reformas e suas características definidoras, são elas: 1. Educação Superior autônoma e co-governada - Modelo monopolítico público (Reforma de Córdoba em 1918 até início da década de 1970); 2. Educação Superior mercantilizada e diferenciada - Modelo dual público-privado (meados da década de 1970 até fins de 1990); 3. Educação Superior massificada e internacionalizada - Modelo tripartite público-privado-internacional (século XXI). (VITALE, 2006)

Esse terceiro período de reforma apresenta diversas determinações, conforme destacou Ferreira (2009):

> A terceira reforma vem marcada pela internacionalização da educação superior, das novas tecnologias de comunicação e informação, das demandas das populações excluídas desse nível de ensino, da *sociedade do conhecimento*, da educação ao longo da vida, da mercantilização do conhecimento e da renovação permanente dos saberes. A internacionalização vem promovendo a mobilidade estudantil, o estabelecimento de *standards* internacional de qualidade, da importância da relevância local e global, da educação transfronteiriça e das modalidades da educação em rede, da educação virtual. (FERREIRA, 2009, p. 45, grifo do autor).

Contudo, há períodos transitórios entre esses modelos. Conforme as mudanças na relação mercado/Estado se desenvolveram, a Educação Superior foi adequada às necessidades de formatação de novas mercadorias para novos consumidores. Nessa perspectiva, as determinações da Organização Mundial do Comércio (OMC), especificamente firmadas a partir da incorporação dos preceitos definidos na reunião anual de 1995 do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (*General Agreement on Trade in Services* - GATS) entre os países membros, delimitou-se a educação como um dos 12 serviços comercializáveis no mundo. (SIQUEIRA, 2004)

Na prática, ficou livre para o desenvolvimento dos serviços educacionais de proporções mundiais. Isso possibilitou o desenvolvimento da internacionalização da

[122] Ressalta-se que o uso dessa documentação da UNESCO foi realizada por não se encontrar melhor periodização para as reformas da educação superior no mundo.

educação, como mercadoria global, independente das políticas nacionais. Não mais como um direito universal, mas como mercadoria, a partir do momento em que ela estabelecia que a única exceção, não identificado como serviços educacionais, seria os "caracterizados como fornecidos no exercício da autoridade governamental, e que não sejam oferecidos de forma comercial nem entrem em competição com um ou mais provedores de serviço." (OMC, 1995, p. 258 *apud* SIQUEIRA, 2004, p. 56).

Siqueira (2004) explica as implicações dessa excepcionalidade no que diz respeito aos serviços educacionais:

> Ou seja, no caso da educação, caso qualquer governo cobre qualquer taxa pelos serviços educacionais, ofereça cursos pagos diretamente, em convênios ou desenvolva pesquisas e receba remuneração – o que é o caso em muitos países -, estará ofertando serviços em bases comerciais e, portanto, estará fora da exceção. Mais ainda, se o governo oferecer cursos que outros provedores privados também ofereçam, ele estará em concorrência com esses outros fornecedores de serviços, portanto, excluído também da excepcionalidade. E, como ele tem financiamento público, pelas leis que regem o comércio isso seria uma concorrência desleal, portanto sujeita a sanções da OMC. (SIQUEIRA, 2004, p. 56).

Nutridos dessa compreensão sobre Educação Superior é que se formatou a Contrarreforma da Educação Superior do governo Lula, como introdução do Brasil na terceira reforma. Tem-se, então, no período de 25 a 27 de novembro de 2003, em Brasília, o Seminário Internacional Universidade XXI, organizado pelo MEC em parceria com o BM, a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização dos Estados Ibero-Americanos, o Conselho Britânico, a Universidade das Nações Unidas e a Rede ORUS tendo à sua frente Edgar Morin. E a lógica da ORUS é de que "com o seu projeto, os atrasados latino-americanos poderão ser finalmente 'civilizados' pelo que Morin denomina de pensamento complexo". (LEHER, 2004, p. 3)

O documento síntese do Seminário Universidade XXI apresentou várias conclusões referentes à Educação Superior no Brasil. Dentre elas, a de que o ensino público não se configura mais como apenas o financiado pelo Estado, mas sim toda e qualquer forma de ensino, tanto o público quanto o privado. Tem-se, então, a retomada dos princípios basilares da Reforma de Bresser Pereira, do sistema público não estatal, em que o Estado passaria a financiar as instituições privadas para oferecerem vagas totalmente gratuitas ou parcialmente gratuitas, tal como descrito no texto do relatório:

> De um ponto de vista mais amplo, conceituando-se a educação com um bem público, é possível pensar a existência de um sistema plural de instituições públicas e privadas, que adote diferentes modelos de financiamento e atenda

> diretrizes voltadas para uma clara política de ampliação da oferta e democratização do processo educacional. (DOCUMENTO SÍNTESE, 2004, p. 4-5).

A partir desse seminário as políticas para a construção da Contrarreforma da Educação Superior iniciam a sua materialização organizada, como expressão de continuidade da política de educação superior dos governos anteriores. A primeira medida do governo Lula foi o encaminhamento da PEC de n. 217, em 11 de dezembro em 2003 (LIMA, 2004). A referida emenda propunha um "novo" modelo de avaliação das instituições de ensino superior, no entanto não apresentou modificações profundas, quando comparada com o antigo modelo, o "Provão" do período FHC. Mas, foi por meio da MP n. 147, de 15 de dezembro de 2003, propondo a criação do Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior (SINAES), que se iniciou a construção do novo modelo de avaliação institucional.

Do mesmo modo que a Reforma Universitária de 1968 foi coordenada de fora do país, a Contrarreforma da Educação Superior do governo Lula não se configurou como exceção à regra. De tal forma que, em 9 de dezembro de 2003, foi publicado uma "proposta" de desenvolvimento para o Brasil, intitulada "Um Brasil mais justo, sustentável e competitivo - estratégia de assistência ao país 2004-2007", do BM.

Não podia ser diferente do que foi estabelecido na década de 1990, a política para o sistema educacional apontou para o fortalecimento da educação fundamental (por perceber que o mercado necessita de mão de obra, minimamente, alfabetizada) e a privatização da Educação Superior, investindo nas instituições privadas e cortando gastos no setor público. Potencializar, dessa forma, o setor privado, por meio do sequestro do fundo público (OLIVEIRA, 2009), era o caminho a ser desenvolvido, como explícito no referido documento do BM em seu item 149:

> Os **projetos de crédito universitário** e empréstimos para ciência e tecnologia são oportunidades de se elevar o nível profissional para modernizar a economia, de acordo com a AAA [Atividade Analítica e de Aconselhamento] das questões de conhecimento e capacitação profissional. No setor de ensino superior, há espaço para sinergias com a IFC [Corporação Financeira Internacional], por meio de seu possível apoio ao maior acesso às universidades privadas e ao treinamento vocacional. (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 79-80, grifo nosso).

Estava presente a base para a construção da nova relação entre Estado e mercado no âmbito da Educação Superior. O crédito universitário passaria a ser o principal programa do governo Lula, na perspectiva da massificação, como apontado por Vitale (2006), assim como da gradual internacionalização da Educação Superior privada.

Desta forma, a lógica de melhoria do sistema educacional superior, na visão do BM, está nas ações de privatização das instituições públicas e no fortalecimento da educação privada já existente, com o auxílio do Estado por meio da concessão de bolsas de estudo em troca de isenções fiscais. Siqueira (2004) explica os caminhos que o BM pretendia percorrer para reformar a Educação Superior. Aponta a terceirização da administração das Universidades Públicas em que "[...] o contrato poderia ser com instituições privadas" (SIQUEIRA, 2004, p. 53), deslocando a gestão das Universidades Públicas para empresas privadas.

Essas políticas para a Educação Superior se materializam nas ações do Governo ao longo dos mandatos. O ponto de partida, oficial, do bloco da Contrarreforma da Educação Superior se deu com o Decreto s/n, de 20 de outubro de 2003, o qual instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), com o objetivo de realizar uma análise das condições de oferecimento da Educação Superior no Brasil e, dessa forma, ter base para propor um plano de ação para reestruturar e democratizar o acesso às IFES.

O GTI era composto por membros do governo, em número de 12, sendo dois representantes (titular e suplente) de cada um dos órgãos que se seguem: Ministério da Educação; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Fazenda; Casa Civil e Secretaria Geral da Presidência da República. (BRASIL, 2003)

Em dezembro de 2003, no fervor da Reforma da Previdência, veio a público uma versão da relatoria final do GTI. O conteúdo do documento apresentou quatro seções: 1. Ações emergenciais; 2. Autonomia universitária das Universidades Federais; 3. Primeiros passos para o redesenho do quadro atual e; 4. Etapas da elaboração da proposta de Reforma Universitária Brasileira. Além dessas seções, o anexo ao texto versou sobre as "Alternativas ao financiamento". (BRASIL, 2003a)

A caracterização era de uma grande crise nas IFES, com quadro docente e técnico-administrativo reduzido, deficiência nos recursos para investimentos e manutenção das IFES, relação aluno/docente baixa, uso ineficiente dos recursos humanos das instituições. E esse quadro de crise, destaca o relatório, existiu em virtude das "[...] conseqüências da crise fiscal do Estado que incidem sobre seus recursos humanos, de manutenção e de investimento." (BRASIL, 2003a)

Como conclusão para as ações emergenciais, propõe-se um grande plano de reestruturação, com ampliação dos recursos, do quadro docente, do quadro técnico-administrativo, da relação aluno/docente e da potencialização da pós-graduação *stricto sensu*.

Ao final o documento apresentou um calendário para se discutir amplamente o novo projeto para a reforma universitária no Brasil.

A partir de 2004, com Tarso Genro à frente do MEC, inicia-se a tentativa de se aprovar uma Lei Orgânica para a Educação Superior, que sintetizaria tudo que havia sido formulado até então sobre o novo modelo de Educação Superior. Contudo, a partir de Medidas Provisórias e Projetos de Lei que versavam sobre partes da Reforma Universitária, tanto o MD quanto parte do Movimento Estudantil, iniciaram um grande combate à Contrarreforma da Educação Superior do governo Lula.

Ainda em 2003, a Medida Provisória n. 147, de 15 de dezembro de 2003, tratou de instituir o novo sistema de avaliação. O Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior (SINAPES) criou uma nova estrutura para controlar a avaliação desse nível de ensino. A abrangência da avaliação, o que implica no maior controle da Educação Superior, atingiu todos os segmentos: docentes, discentes e técnico-administrativos. Tão logo apreciado pelo legislativo, converteu-se na Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior (SINAES). (BRASIL, 2003b; 2004a)

Em 2004, na tentativa de iniciar a implementação da Reforma Universitária, sem amplo debate na comunidade acadêmica, o executivo apresentou dois Projetos de Lei. O PL n. 3.582/04 e o PL n. 3.627/04, ambos no mês de maio. O primeiro versou sobre reserva de vagas, o que veio a se configurar como o embrião da política de cotas, e o segundo apresentou a proposta da compra de vagas pelo Estado nas instituições privadas, por meio de isenção fiscal, denominado Programa Universidade para Todos (PROUNI).

O ANDES-SN ao lançar uma avaliação prévia do que se iniciara no governo Lula, desnudou os reais interesses da proposta de Reforma Universitária que estava sendo gestada. Sobre o PROUNI a avaliação do sindicato foi categórica:

> Uma das principais características desse projeto de lei é o tratamento indiferenciado de questões cruciais, como:
> 1) o eixo da expansão, se público ou privado;
> 2) o problema da burla da filantropia, matéria que pode ser objeto de dispositivo específico;
> 3) as formas das políticas de ação afirmativa.
> Ao tratar dessas três matérias simultaneamente, o PROUNI pretende eclipsar o eixo privado da expansão do ensino superior. É nesse sentido que a avaliação de reitores, do Movimento Docente e de ampla parcela do Movimento Estudantil se contrapõe à dos empresários da educação. O abandono da centralidade do setor público aprofunda a heteronomia cultural, científica e tecnológica do país, nos empurrando rumo à condição de enclave colonial. (ANDES-SN, 2004a, p. 55-56).

Quanto ao novo modelo de avaliação, o ANDES-SN apresentou deliberação oriunda do 47º CONAD que rejeitou a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) devido ao seu caráter antidemocrático e heteronômico (ANDES-SN, 2003, p. 35). Tal órgão, majoritariamente composta por membros da estrutura do poder executivo, caberia a formulação de procedimentos, dos mecanismos, das diretrizes e das propostas para o desenvolvimento das instituições. Em síntese, o ANDES-SN avaliou que o SINAES viria para estruturar as bases da Reforma Universitária, "[...] como 'novo' mecanismo de regulação e ajuste da educação às exigências dos organismos internacionais." (ANDES-SN, 2004a, p. 64)

Paralelo às investidas no âmbito legal, por meio de portaria do Ministério da Educação, de 12 de fevereiro de 2004, instituiu-se o Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior. A primeira publicização teórica do grupo foi feita em 2 de agosto de 2004, com o documento "Reafirmando Princípios e Consolidando Diretrizes da Reforma da Educação Superior".

Na avaliação do ANDES-SN, tratou-se de expor a concepção de diluição da oposição entre público e privado no trato da Educação Superior, tal como indicado pela UNESCO.

Os docentes da educação superior representados pelo ANDES-SN entendem que a manifestação do povo no pleito eleitoral de 2002 corrobora uma agenda em favor da educação pública. E conclui o sindicato sobre a proposta de reforma universitária a partir do teor desse documento:

> Essa reforma favorece os empresários da educação em crise em busca de novos campos de exploração, **tornando a educação um dos mais lucrativos setores de investimentos para empresários brasileiros e estrangeiros**. [...] É nesse sentido que a privatização por dentro das instituições públicas e o estímulo ao empresariamento da educação estão colocados. (ANDES-SN, 2004a, p. 22, grifo nosso).

Com essa caracterização o ANDES-SN conseguiu verificar o movimento tendencial expresso na nova base jurídica para a Educação Superior formatada pelo governo de Frente Popular Preventiva do PT, em direção ao modelo tripartite público-privado-internacional da terceira fase de reformas, que massifica e internacionaliza a Educação Superior.

Para o sindicato, a Contrarreforma da Educação Superior do governo Lula estruturada nos dois primeiros anos do primeiro mandato presidencial, possuía várias frentes que são articuladas: "o conteúdo político-pedagógico; a estrutura departamental; o financiamento; a avaliação; a gestão; a autonomia universitária e a carreira docente." (ANDES-SN, 2004a, p. 22)

Como não foi possível aprovar o PROUNI por meio do PL, impôs-se como Medida Provisória n. 213, de 10 de setembro de 2004. Uma semana após a edição da MP n. 213/04, o ANDES-SN se pronunciou com a crítica ao PROUNI no sentido de que se tratava de um mero programa para subsidiar o setor empresarial. (ANDES-SN, 2004b)

Acirrava-se o embate entre o então Ministro da Educação Tarso Genro e os movimentos sociais contrários à proposta de Contrarreforma. Após a publicação do documento "Reafirmando Princípios..." foi apresentado na Câmara dos Deputados o PL n. 4.212/04, pelo Deputado Átila Lira (PSDB), em que um dos pontos centrais era a maior liberdade para o desenvolvimento do setor privado, com plena autonomia dessas instituições junto ao MEC.

No ano de 2005 outros dois documentos foram publicados pelo MEC, em maio e julho, e já se configuravam como Anteprojeto de Lei para a Reforma da Educação Superior. Uma análise extensa do Anteprojeto de maio foi realizada pelo GTPE do ANDES-SN, em junho daquele ano, e a conclusão foi de que o texto expressava uma opção pelo setor privado em detrimento do público. (ADUFPA, 2005)

Em fins de julho de 2005 ocorreu a permuta do Ministro da Educação, na ocasião em que assume a pasta Fernando Haddad. É então que, em 12 de junho de 2006, dá-se entrada na Câmara dos Deputados o PL n. 7.200, assinado pelos Ministros da Educação, da Fazenda, de Planejamento, Orçamento e Gestão e da Ciência e Tecnologia.

As quatro versões da proposta de reforma da educação superior, divulgadas no governo Lula, explicitaram as tensões historicamente existentes quando se trata de reformar essa etapa da educação, com destaque para a divergência entre o público e o privado, o financiamento, a autonomia universitária e o modelo de gestão e avaliação.

A partir de 2007, há um significativo abandono da tentativa do governo de se aprovador uma Lei Orgânica de Reforma da Educação Superior. Contudo, a Contrarreforma já estava em curso, desde 2003, de modo fragmentado, por meio de vários dispositivos jurídicos. Destaca-se, no Quadro 4, a base legal principal que construiu a política de Educação Superior ao longo dos 10 anos de governo do PT.

Quadro 4 - Ordenamento Jurídico da Educação Superior - 2004-2010

Base Legal	Resumo
Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004	Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências.
Decreto n. 5.205, de 14 de setembro de 2004	Regulamenta as parcerias entre as Universidades Federais e as Fundações de Apoio.
Lei n. 10.973, de 02 de dezembro de 2004	Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Possibilidades de impacto na Carreira Docente e no modelo de Pesquisa Científica.
Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004	Institui normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito da administração pública.
Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005	Institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei n. 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Em conjunto com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).
Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005	Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Regulamentação da oferta de educação à distância.
Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006	Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).
Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Reduziu as instituições de ensino superior a três formas de organização acadêmica: 1. Faculdades; 2. Centros Universitários e; 3. Universidades. Consolidou o SINAES como ferramenta de efetivação da base de regulamentação para a Educação Superior.
Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007	Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).
Lei n. 12.349, de 15 de dezembro de 2010	Amplia a ação das fundações de direito privado nas Universidades Federais.
Decreto n. 7.233, de 19 de julho de 2010	Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. Estabeleceu base legal para a diferenciação dos orçamentos das IFES, de acordo com índices de produtividade no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e dos resultados obtidos por meio do SINAES.
Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).
Medida Provisória n. 520, de 31 de dezembro de 2010	Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. (EBSERH) e dá outras providências. Início da terceirização na gestão dos Hospitais Universitários.

Fonte: Elaboração própria.

A partir desse novo ordenamento jurídico para a Educação Superior, em conformidade com o projeto de sociedade desenvolvido pelo PT, com centralidade para políticas focalizadas e um bloco de ações afirmativas articuladas com ampla prioridade para o setor privado, a Educação Superior manteve o movimento tendencial da década de 1990 e efetivou a natureza da terceira reforma no Brasil - massificação e internacionalização (com grande espaço para o capital financeiro).

Os dados apresentados nas Tabelas 29 e 30 demonstram o distanciamento na oferta do ensino superior pelo setor público e a preponderância do setor privado nesse nível de ensino no Brasil. O crescimento do número de IES privadas e de matrículas em cursos de graduação presenciais, no período que compreende o primeiro ano do governo de FHC (1995) e o ano de 2012, já no início do governo Dilma, é a principal prova da política de diferenciação das IES e do cumprimento no que diz respeito às orientações, como expressas no documento do BM (1995), para a educação superior dos países "em desenvolvimento".

Tabela 29 - Evolução das Instituições de Ensino Superior, por categoria administrativa - Brasil - 1995, 2002, 2003 e 2012

Categoria Administrativa		Instituições de Ensino Superior						
		1995	2002	2003	2012	Δ 95/02	Δ 03/12	Δ 95/12
Pública	Absoluto	210	195	207	304	-15	97	94
	Relativo	23,5%	11,9%	11,1%	12,5%	-7,1%	46,8%	44,7%
Privada	Absoluto	684	1.442	1.652	2.112	758	460	1.428
	Relativo	76,5%	88,1%	88,9%	87,5%	110,8%	27,8%	208,7%
Total	Absoluto	894	1.637	1.859	2.416	743	557	1.522
	Relativo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	83,1%	29,9%	170,2%

Fontes: INEP (2000a; 2003; 2005; 2012).

A evolução dos números da educação superior demonstram, ao se analisar os dois períodos - FHC 1995/2002 e Lula/Dilma 2003/2012 -, diferentes níveis de crescimento percentual. O período FHC foi marcado pela redução do número de IES Públicas e pelo crescimento de 110,8% das IES privadas. Por outro lado, a quantidade de cursos e matrículas, na graduação presencial e a distância, apresentaram dados positivos para o setor público e privado, contudo o crescimento maior ficou para o setor privado, principalmente para o volume de matrículas.

Tabela 30 - Evolução dos cursos e das matrículas em cursos de graduação presencial e a distância, por categoria administrativa - Brasil - 1995, 2002, 2003 e 2012

Ano	Número de cursos de graduação presenciais e a distância [1]					Matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância [1]				
	Total	Pública	(α%)	Privada	(α%)	Total	Pública	(α%)	Privada	(α%)
1995	6.252	2.782	44,5	3.470	55,5	1.759.703	700.540	39,8	1.059.163	60,2
2002	14.445	5.289	36,6	9.156	63,4	3.520.627	1.085.977	30,8	2.434.650	69,2
2003	16.505	5.698	34,5	10.807	65,5	3.936.933	1.176.174	29,9	2.760.759	70,1
2012	31.866	10.905	34,2	20.961	65,8	7.037.688	1.897.376	26,9	5.140.312	73,1
Δ 95/02	131,0	2.507	90,1	5.686	163,8	100,0	385.437	55,0	1.375.487	129,8
Δ 03/12	93,0	5.207	91,4	10.154	93,9	78,7	721.202	61,3	2.379.553	86,2
Δ 95/12	409,7	8.123	292,0	17.491	504,0	299,9	1.196.836	170,8	4.081.149	385,3

Fontes: INEP (2000a; 2003; 2005; 2012).

[1] Os dados relativos aos cursos e às matrículas em cursos de graduação a distância iniciam no Censo da Educação Superior do INEP do ano 2000.

O movimento que se observa ao longo dos 10 anos do PT é desigual e combinado. Ao passo que nele se verifica aumento significativo do número de instituições públicas frente às privadas, com percentuais de 46,8% para as públicas contra 27,8% para as privadas no sentido oposto ao período de FHC, o volume de cursos e matrículas não acompanha essa tendência. Os dados da Tabela 30 confirmam que o crescimento maior, tanto em número absoluto quanto relativo, continuou a ser para o setor privado, o que manteve o movimento tendencial da década de 1990 com pequena redução em termos relativos, contudo com grande crescimento em termos absolutos.

A política desenvolvida pela Frente Popular Preventiva não apresentou diferenciação. A maior comprovação dessa tese é a proporção que a Educação Superior pública apresenta diante do todo. Se em 1995 o volume de cursos do setor público representava 44,5% do total, em 2012 esse percentual regrediu para 34,2% de modo linear. A mesma análise pode ser desenvolvida para as matrículas, com uma redução da proporção percentual frente o todo da ordem de 39,8%, em 1995, para 26,9%, em 2012.

O diferencial na política de expansão da Educação Superior no governo Lula/Dilma está relacionado ao elevado crescimento das matrículas nos cursos de graduação a distância, principalmente no setor privado, em direção à massificação por meio dessa modalidade de ensino. Se em 2003 esse valor era de pouco mais de 10 mil matrículas, o ano de 2012 encerrou com a cifra de 932 mil matrículas no setor privado. (INEP, 2005; 2012)

Como conclusão desse processo de diferenciação das IES, Sguissardi (2004) caracteriza as universidades no Brasil como um modelo que não se enquadra mais na forma "napoleônica" - ausência de estrutura de pós-graduação *stricto sensu*, docentes majoritariamente com vínculos parciais e sem qualificação, prioridade para as atividades de ensino - ou "humboldtiana" - estrutura organizada de pós-graduação *stricto sensu*, dedicação exclusiva dos docentes e alta qualificação profissional, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão -, mas pertencentes a uma nova forma de universidade: neoprofissional, heterônoma e competitiva.

Diante desse quadro amplo do desenvolvimento das políticas da Contrarreforma da Educação Superior no Brasil, que modificou em larga escala o caráter da Universidade com base no ensino, na pesquisa e na extensão, dividindo-a em Instituições de Ensino e Instituições de Pesquisa, um dos setores que é penalizado por tais políticas e que dele depende

o desenvolvimento da expansão é o do Trabalhador Docente, com centralidade para a seu desenvolvimento no interior das relações de trabalho estabelecidas com o Estado, particularmente no Magistério Superior Federal.

4.3 A Política de Carreira Docente do Magistério Superior Federal no contexto da Contrarreforma da Educação Superior da Frente Popular

Para abordar o último período de desenvolvimento da política de Carreira Docente do Magistério Superior Federal, conforme delimitação do período de análise - 1987-2012 -, torna-se indispensável a necessária clareza teórica sobre a natureza da Frente Popular petista, principalmente no particular sobre o aprofundamento, na gerência do Estado, da pauta neoliberal e suas repercussões no movimento sindical. Assim como, não se pode descolar a análise do movimento pelo qual a política de Carreira Docente percorreu no período 2003-2010 sem a sua articulação com a estrutura macro que ela se insere, enfim a Contrarreforma da Educação Superior.

De igual modo, a correlação entre o MD, organizado nacionalmente no ANDES-SN, e a construção da política de Carreira Docente passa a ser estruturada num nível superior diante das contradições que a conjuntura nacional reservou a partir de 2003. Se ao longo da década de 1990 o combate aos governos neoliberais declarados possibilitou análises e caracterizações precisas para a definição das políticas pelo MD, a realidade adquire, a partir de 2003, um grau de complexidade a tal ponto que dificultou, mas não impossibilitou, a definição das ações de combate às políticas dos governos Lula/Dilma.

O ano de 2003 anunciou uma nova etapa nas lutas pela efetivação de uma política de Carreira Docente que atendesse às demandas do MD. O início do ano foi marcado pelo reajuste anual na tabela salarial, conforme estabelecido na Lei n. 10.331, de 18 de dezembro de 2001, que regulamentou o inciso X do Art. 37 da Constituição de 1988 e definiu a revisão anual para os SPF no mês de janeiro. (BRASIL, 2001b)

O reajuste salarial no vencimento básico, para 2003, foi de 1%. Após quase seis meses de governo, o executivo apresentou o PL n. 1.083, de 26 de maio de 2003, em que mantinha a data base dos SPF para janeiro daquele ano e definia o valor de 1% para reajustar as remunerações e os subsídios. O texto foi aprovado integralmente, convertendo-se na Lei n. 10.697, de 2 de julho de 2003.

Paralelo ao reajuste de 1% foi sancionada a Lei n. 10.698, de 2 de julho de 2003, que garantiu a Vantagem Pecuniária Individual (VPI), no valor fixo de R$ 59,87 para todos os

SPF, incluindo aposentados e pensionistas. A justificativa do governo foi de reduzir o valor entre o piso e o teto das tabelas salariais dos SPF, em direção a uma possível isonomia. O efeito na Carreira Docente foi a redução de -21,7% entre o piso e o teto.

Destaca-se que, desde 2002, a tabela salarial iniciou uma distorção no que diz respeito aos percentuais de ampliação entre níveis, classes e para o Titular[123]. Desde 1996 já houvera redução nesses percentuais definidos em 1987 e ampliados em 1989. A Tabela 31 apresenta o movimento desses percentuais definidos no PUCRCE.

O que se observa a partir de 2002 é o aprofundamento da negação da isonomia salarial preconizada no PUCRCE. Destinaram-se, sutilmente, percentuais menores para as classes iniciais em ambas as progressões, e mantiveram-se os percentuais para o Adjunto e o Titular. Em 2003, não houve correção dessa distorção no plano, manteve-se junto com o aumento de 1% no vencimento básico e a VPI.

Tabela 31 - Valores de ampliação percentual para as Progressões, entre níveis e classes, da tabela de remuneração da Carreira Docente do Magistério Superior Federal - Brasil - 1987, 1989, 1996 e 2002

Progressão	**Ano**			
	1987	**1989**	**1996**	**2002**
Entre níveis	4%	5%	4,5%	Aux. - 4,35% Ass. 1/2 - 4,38% 2/3 - 4,42% 3/4 - 4,5% Adj. - 4,5%
Entre classes	10%	10%	9%	Aux.-Ass. - 8,7% Ass.-Adj. - 9%
Para Titular	25%	25%	21,4%	21,4%

Fontes: BRASIL (1987b; 1989; 1996c); MP/SRC (2002).

A defesa do ANDES-SN, no que diz respeito à defesa tática de disputa da política no PUCRCE, passou a ser a incorporação da GED ao vencimento básico. Contudo, no ano de 2003 a principal pauta do MD foi a defesa da Previdência Pública ameaçada pela Reforma do governo Lula. Essa pauta constituiu o principal item das reivindicações da greve de 2003, que teve início em 8 de julho e duração de 59 dias.

[123] Com as mudanças na previdência o cargo de professor Titular foi penalizado para os docentes que adentraram antes das mudanças de 2003. Como se tratava de um novo cargo, não acessível pelo processo de progressão, mas por meio de concurso público, um novo vínculo era gerado, de modo que era necessário permanecer cinco anos naquele cargo para fazer jus à aposentadoria integral. Sobre as modificações da Reforma da Previdência Pública, de 2003, conferir exposição realizada por Pacheco Filho e Winckler (2005).

A partir dessa greve se iniciou uma articulação sindical entre os diversos cargos dos SPF, pela unidade que se desenvolveu no movimento de defesa da Previdência Pública. As conquistas da greve foram pontuais, localizadas nalgumas modificações do texto principal da Reforma da Previdência, contudo não se evitou a sua aprovação.

A luta pela aprovação do projeto de Carreira Única defendido pelo ANDES-SN foi reafirmada em fins de 2002, depois da consumação do pleito presidencial. No 45º CONAD, um dos itens do plano de lutas do setor das IFES foi a deliberação de realizar exigências aos parlamentares pela aprovação da Carreira Única. (ANDES-SN, 2002, p. 56)

Ainda constituiu pauta de debate e deliberação nesse CONAD a luta contra a implementação do Programa de Qualificação Institucional (PQI) proposto pela CAPES em substituição do Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT). A diferença central não é de conteúdo, mas de forma.

Enquanto o PICDT se desenvolvia a partir de demandas internas das instituições em que uma Comissão de Capacitação Docente conduzia a distribuição das cotas de bolsas de acordo com as demandas oriundas do quadro docente, o PQI se configurou como ferramenta para ampliar o controle sobre a produção do conhecimento, na perspectiva de que a política de Capacitação Docente, como instrumento de formação continuada do PUCRCE, passou a ser definida por meio de editais da CAPES. Com isso, retirou-se a autonomia das universidades definirem sua política própria de Capacitação Docente.

A justificativa fenomênica da CAPES para tal mudança esteve relacionada com a pouca inserção dos docentes nos programas de pós-graduação *stricto sensu* (COSTA, 2007, p. 70). Uma falsa realidade. Como pode ser constatado na Tabela 21 ocorreu redução do número de funções docentes em exercício no período 1998-2002 de -0,5%, entretanto houve aumento de 19,1% no número de docentes inseridos na pós-graduação *stricto sensu* em igual período (Tabela 23).

Em nota, o ANDES-SN denunciou essa falsa moralidade da política de Capacitação Docente, e explicitou os reais objetivos da CAPES para com o PQI:

> **A desvalorização do trabalho docente que perde sua autonomia e passa a ser controlado, adequado e uniformizado segundo critérios de produtividade**, a partir da lógica racionalizadora do capital, gerando na prática a sua desqualificação gradativa (a primeira ação nessa direção foi a imposição da famigerada GED). (ANDES-SN, 2003a, s/p, grifo nosso).

Em contraposição à política do governo, por meio da CAPES, para a Capacitação Docente, o ANDES-SN, ao realizar uma atualização da sua "Proposta para a Universidade

brasileira", publicou, em 2003, a terceira versão do Caderno 2[124]. Nele foi apresentado uma proposta clara e concisa para a Carreira e a Capacitação Docentes[125]. (ANDES-SN, 2003b)

Anexa a proposta de Carreira Única o Plano Nacional de Capacitação Docente (PNCD) era responsável por organizar a formação continuada na Carreira, articulado pelo projeto de Universidade defendido pelo MD. O PNCD passou a se configurar como uma alternativa do MD na disputa com o governo contra o PQI (ANDES-SN, 2003a). E, dessa forma, sintetizou a importância da defesa de uma política de Capacitação Docente como um dos pilares do Plano de Carreira Única:

> O MD entende que uma política de capacitação docente deva ser o suporte para uma carreira docente única, estruturada na progressão por titulação e por avaliação de desempenho acadêmico do corpo docente, que garanta, desse modo, um processo contínuo de capacitação nas IES públicas. É ela que levará à construção de um padrão unitário de qualidade entre as IES.
> A proposta de diretrizes do PNCD do ANDES-SN prevê que a responsabilidade pela sua elaboração seja do Conselho Nacional de Educação, constituído nos moldes propostos pelo PNE da sociedade brasileira, devendo fixar mecanismos que garantam o afastamento integral dos docentes, visando à realização dos programas de capacitação; a manutenção de todos os direitos, garantias e vantagens permanentes dos docentes durante o período de afastamento para titulação; auxílio de translado extensivo a dependentes; bolsa de estudo, tendo valores compatíveis com os gastos gerados pela realização da atividade de capacitação; e recursos financeiros necessários para o efetivo desempenho dos programas de capacitação. (ANDES-SN, 2003a, s/p).

O PICDT, portanto, constituiu-se como o programa de qualificação que mais se aproximou da defesa expressa no PNCD. Nessa perspectiva, o 45º CONAD deliberou pela construção de evento nacional para construir os encaminhamentos necessários à aprovação do Plano de Carreira Única formatado pelo sindicato. (ANDES-SN, 2002)

Após a greve de 2003 e seu saldo pouco positivo, o MD passou a desenvolver uma política de exigências junto à organização sindical nacional dos trabalhadores. A CUT, a essa altura, já se demonstrava como ferramenta de apoio do governo Lula, a exemplo do papel que cumpriu na Reforma da Previdência. Apesar disso, o 47º CONAD aprovou a necessidade da Central organizar "[...] debates a fim de armar as categorias para o embate conta as reformas do governo [...]". (ANDES-SN, 2003c, p. 81)

A tendência do que seria a Era da Frente Popular para a política de Carreira Docente já se explicitava ao longo das ações de 2003, e a caracterização da natureza desse governo,

[124] Foi incorporado à essa edição o Projeto de Lei de Carreira Única para o Magistério das Instituições de Ensino Superior, publicado no Caderno 14 "Carreira e Capacitação Docente", com algumas alterações. (ANDES-SN, 1994, p. 16-25)
[125] Cf. Anexo E.

como já abordado aqui, não deixa dúvida quanto às suas opções. O ano de 2004 foi de reorganização do movimento para poder empreender ações qualificadas na luta que se instalara acerca da Contrarreforma da Educação Superior.

Na avaliação do MD, reunido no 48º CONAD, em junho de 2004, os documentos oriundos do GTI do governo colocavam em risco a Carreira Docente conquistada no PUCRCE, conforme segue:

> [...] as características nocivas à educação superior pública contidas no documento do Grupo de Trabalho Interministerial, a saber: aprofundamento dos processos de privatização e de procedimentos produtivistas; **agravamento da precarização do trabalho docente; substituição de política salarial por política de gratificações; extinção da carreira única e da isonomia**; fomento da diferenciação e da segmentação das instituições; diversificação das fontes de financiamento; expansão de vagas e cursos, tendo a educação a distância como mecanismo prioritário; e, especialmente grave, a instituição da autonomia financeira das IES públicas, entendida como captação de recursos, e a regulamentação das relações entre universidades e fundações de apoio. (ANDES-SN, 2004a, p. 92, grifo nosso).

Constava na pauta de reivindicações desse ano o reajuste salarial de 127%, conforme cálculo do DIEESE, a paridade na remuneração entre pessoal da ativa e aposentados e, exclusivamente, a extinção da GED com incorporação das gratificações ao vencimento básico. O resultado ocorreu no sentido contrário às pautas do MD. A GED foi mantida com significativa ampliação do seu valor e com a possibilidade de abandonar o caráter produtivista, conforme versou a MP n. 208, de 20 de agosto de 2004, ainda no período da greve.

A ampliação no valor da GED ocorreu em dois patamares, tanto no valor pago por ponto obtido, quanto no total de pontuação alcançável. Para exemplificar, em 2003, o professor na classe de Adjunto, com título de doutor, em regime de DE, recebia R$ 10,69 por ponto da GED. A pontuação máxima era de 140, o que rendia a esse professor uma gratificação de R$ 1.496,60.

A proposta do governo contida na MP n. 208/04, foi de elevar linearmente o valor pago por ponto, assim como a pontuação máxima para 175. Desta forma, o exemplo tratado, passou a receber R$ 16,75 por ponto. Assim, a ampliação percentual média na remuneração total dos docentes ficou no intervalo de 20% a 50%, apenas com o impacto da GED.

Contudo a ampliação não ocorreu numa perspectiva isonômica, priorizaram-se as maiores titulações e o regime de DE. Este foi, inclusive, um dos argumentos utilizados pelos

Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação, senhores Guido Mantega e Tarso Genro, respectivamente, conforme segue:

> Importante ressaltar que o formato escolhido, de aumento do valor do ponto da Gratificação de Estímulo à Docência - GED por classe, nível de titulação e regime de trabalho, permite a valorização dos servidores em função de sua qualificação e dedicação de maior tempo às atividades docentes, o que está em consonância com as diretrizes de Governo de promover uma política de revitalização de remunerações. (BRASIL, 2004c, s/p).

A essa altura, o MD desenvolvia uma relação de clara oposição ao governo, em virtude da ausência de interlocução, no sentido de síntese coletiva das mesas de negociação, na construção da política de Carreira Docente. Paralelo a isso, em fins de 2004, o 49º CONAD aprovou seis pontos referentes à relação do ANDES-SN com a CUT em direção à sua desfiliação[126]. Produto do abandono das pautas históricas da classe trabalhadora brasileira, incluindo o funcionalismo público, a CUT não se constituía mais como ferramenta que unificava os trabalhadores, principalmente diante de um governo que empreendia Contrarreformas em todos os setores, com prioridades para o capital produtivo e financeiro[127].

O ano de 2005 iniciou com a sanção da Lei n. 11.087, de 4 de janeiro, que manteve a íntegra da MP n. 208/04 relativa à GED. Todavia, nesse ano não houve reajuste salarial sobre o vencimento básico, assim como o governo cortou o diálogo quanto à incorporação das gratificações ao vencimento básico.

Por deliberação do 50º CONAD, na perspectiva de modificar a correlação de forças entre o MD e o governo na luta pela aprovação da Carreira Única, amplia-se a unidade com o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica

---

[126] 1. Relação do ANDES-SN com a CUT:
1.1 indicar às seções sindicais a discussão sobre a desfiliação do ANDES-SN da CUT, a ser deliberada no 24º Congresso, quando o assunto será pautado;
1.2 manter a suspensão do pagamento à CUT, até que as seções sindicais expressem sua posição no próximo congresso;
1.3 desautorizar a CUT a falar em nome do ANDES-SN.
1.4 promover um debate nacional, antecedendo o 24º Congresso do ANDES-SN, especialmente com representações dos trabalhadores e de movimentos sociais que permanecem com um perfil de atuação autônoma e classista sobre o atual quadro do movimento sindical brasileiro e como deve dar-se a organização geral dos trabalhadores.
1.5 a Diretoria do ANDES-SN deve publicar, até o mês de janeiro, um Informandes especial sobre a questão de sua desfiliação da CUT, abrindo espaço para a manifestação de diferentes posições sobre o tema (com defesas da manutenção da filiação e da desfiliação, sob diferentes pontos de vista);
1.6 apresentar ao 24º Congresso um quadro informativo sobre o posicionamento das assembleias de base do ANDES-SN sobre a questão da desfiliação, para subsidiar o debate e orientar a deliberação. (ANDES, 2004b, p. 73)

[127] Em contrapartida ao indicativo de desfiliação da CUT, o 49º CONAD deliberou que o ANDES-SN e suas seções sindicais participassem do encontro promovido pela CONLUTAS no Fórum Social Mundial em janeiro de 2005. (ANDES, 2004b, p. 73)

(SINASEFE). Contudo, o ANDES-SN utiliza nova tática para disputar, exclusivamente, a política de Carreira Docente para as IFES. Desta forma, apresentou 14 princípios para a definição da Carreira Única para os Professores nas Instituições Federais de Ensino, são eles:

> 1. a seleção, a contratação e a carreira dar-se-ão exclusivamente sob o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos da União, RJU, e de acordo com o disposto no inciso V do art. 206 da Constituição Federal;
> 2. a carreira única será respeitada em sua integralidade por todas as instituições federais de ensino e não haverá, portanto, carreiras e remunerações suplementares nas IFE;
> 3. a diferenciação por critérios de produtividade, em nenhuma hipótese, será admitida, pois haverá isonomia remuneratória para os docentes da mesma classe e nível, bem como paridade entre pessoal da ativa, aposentados e pensionistas;
> 4. os direitos adquiridos inclusive aposentadoria especial para professores de 1º e 2º graus dos atuais ocupantes de cargo de professor nas IFE, dos aposentados e pensionistas serão respeitados integralmente na implantação da carreira única e na definição das normas de transposição para a nova carreira;
> 5. o ingresso na carreira dar-se-á exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
> 6. as IFE terão autonomia para definição de vagas, áreas de conhecimento e exigências de capacitação para os candidatos em concursos;
> 7. a implementação do padrão unitário de qualidade entre as IFE terá como base a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
> 8. a avaliação de cada docente para fins de progressão na carreira será parte integrante da avaliação institucional, a partir de sua vinculação a um projeto científico pedagógico institucional, do seu departamento, da sua unidade, bem como de seu desempenho ao longo do processo e deve ser feita nas instâncias em que se realiza o trabalho docente, envolvendo todos os que dele participam (docentes, discentes e ténicos-administrativos);
> 9. o processo de avaliação não é pessoal e, sim, institucional, passando pela avaliação do desempenho profissional individual; a IFE é, primordialmente, responsável por ele, bem como seu objeto prioritário;
> 10. a avaliação deve ter como objetivo a formulação - ou reformulação - da política acadêmica das unidades de ensino, na qual fiquem explicitadas todas as condições necessárias para que ela se desenvolva plenamente;
> 11. a articulação da implementação da carreira com o plano nacional de capacitação docente e com os planos internos das IFE será adotada para possibilitar as condições plenas para que o docente curse e conclua sua formação;
> 12. o regime de dedicação exclusiva deverá ser adotado como regime preferencial na contratação nas IFE;
> 13. na transposição da carreira antiga para a nova o professor aposentado ou em final de carreira seja enquadrado em nível e classe equivalentes aos da carreira anterior;
> 14. na transposição de carreira será destacado que a migração não deve implicar em novo cargo. Dessa forma, todos os direitos previdenciários dos docentes serão mantidos. (ANDES, 2005, p. 83-84).

A deliberação do 50º CONAD foi categórica diante da Contrarreforma da Educação Superior do governo Lula. Há um posicionamento contrário, nesses princípios, do modelo de

avaliação desenvolvido pelo SINAES, da política de capacitação docente expressa no PQI, da base jurídica definida na Lei de Inovação Tecnológica e na Lei de Parceria Público-Privada, assim como da estrutura remuneratória e de progressão da Carreira Docente.

Desta forma, no segundo semestre desse ano, aos cinco dias do mês de setembro, iniciou-se a greve das IFES. As pautas centrais foram o reajuste de 18%, incorporação ao vencimento básico da GED e da GAE, abertura imediata de discussão do Plano de Carreira Única do ANDES-SN e realização de concurso público para reposição de vagas. Com duração de 106 dias, encerrou em 19 de dezembro sem resultado positivo para os professores. O único ponto favorável foi o envio pelo governo à Câmara dos Deputados do PL n. 6.368 em 8 de dezembro de 2005.

O presente PL incorporou pequena parte da proposta de Carreira Única do ANDES-SN contido na terceira edição do Caderno 2: a introdução da classe de Associado, entre as classes de Adjunto e Titular. Assim como o critério de acesso à essa classe, que seria, exclusivamente, por meio de progressão vertical a partir do atendimento aos seguintes critérios: 1. Permanência mínima de dois anos no último nível da classe de Adjunto; 2. Título de Doutor e; 3. Avaliação de desempenho acadêmico. (BRASIL, 2005)

O PL propunha, ainda, elevar o percentual de retribuição pela titulação sobre o vencimento básico do graduado. Os docentes possuidores de certificado de aperfeiçoamento ampliariam de 5% para 7,5%, os de especialização de 12% para 18%, os possuidores do título de mestrado de 25% para 37,5% e os de doutorado de 50% para 75%. (BRASIL, 2005)

O conteúdo expresso no PL n. 6.368/05 foi apresentado pelo executivo, em 2006, no corpo da MP n. 295, de 29 de maio, que reestruturava um conjunto de planos de carreira dos SPF. A íntegra do PL n. 6.368/05 foi aprovada no corpo da Lei n. 11.344, de 8 de setembro de 2006, em que se criou a classe de Associado e se ampliou os percentuais de retribuição pela titulação ao vencimento básico. Contudo, ficou mantida a GED, a GAE e a VPI, no momento em que o MD continuava a reafirmar a incorporação das gratificações ao vencimento básico.

A nova estrutura da Carreira Docente aprofundou a quebra da isonomia. A nova classe não significou ganhos reais para os docentes. O que ocorreu, na prática, foi a diluição do percentual de reajuste no vencimento que existia ao acessar a classe de Titular, que era de 21,4%. Esse percentual incidia sobre o vencimento básico do nível 4 da classe de Adjunto, que permanecia com reajuste de 4,5% entre os 4 níveis.

Ao inserir a classe de Associado, o percentual de reajuste do vencimento básico do nível 4 do Associado para a classe de Titular reduziu para 5,4%. Os 16% restantes foram distribuídos entre os níveis do Associado. O ganho real foi insignificante. Destaca-se, ainda,

que não foi possibilitado a todos os docentes o acesso a essa classe por tempo de serviço, tendo em vista a exigência de titulação em nível de doutorado como um dos critérios que gabaritam o professor aprovação para essa progressão vertical. Vale aqui explicitar o modo como a tabela remuneratória da Carreira Docente se encontrava. Para isso, será utilizado o regime de trabalho DE, com titulação de doutor e GED de 175 pontos, sem a VPI[128].

Tabela 32 - Remuneração no Magistério Superior Federal, do DE com doutorado - jan. 2006

Classe	Nível	Vencimento Básico (75%)			GAE		GED (175)		Total (T)
		VA	Δ (%)	α (%)/T	VA	α (%)/T	VA	α (%)/T	
Titular	U	1.671	21,4	21,4	2.674	34,2	3.463	44,4	7.808,63
Adjunto	4	1.376	4,3	21,1	2.201	33,8	2.931	45,1	6.509,29
	3	1.319	4,4	20,7	2.111	33,2	2.931	46,1	6.362,24
	2	1.263	4,5	20,3	2.022	32,5	2.931	47,2	6.217,31
	1	1.209	8,9	19,9	1.935	31,8	2.931	48,3	6.075,90
Assistente	4	1.110	4,4	21,7	1.776	34,7	2.234	43,6	5.122,13
	3	1.063	4,2	21,3	1.701	34,0	2.234	44,7	4.999,82
	2	1.019	4,2	20,9	1.631	33,4	2.234	45,7	4.886,59
	1	978	8,3	20,5	1.566	32,8	2.234	46,7	4.779,71
Auxiliar	4	903	4,2	21,2	1.445	34,0	1.902	44,8	4.251,09
	3	866	4,1	20,8	1.386	33,4	1.902	45,8	4.155,83
	2	832	4,1	20,5	1.331	32,7	1.902	46,8	4.066,36
	1	799	..	20,1	1.279	32,1	1.902	47,8	3.981,24

Fonte: MP/SRH (2006a).

Tabela 33 - Remuneração no Magistério Superior Federal, do DE com doutorado - dez. 2006

Classe	Nível	Vencimento Básico (75%)			GAE		GED (175)		Total (T)
		VA	Δ (%)	α (%)/T	VA	α (%)/T	VA	α (%)/T	
Titular	U	1.755	5,4	21,9	2.808	35,0	3.463	43,1	8.025,86
Associado	4	1.665	2,5	22,9	2.664	36,7	2.931	40,4	7.260,67
	3	1.624	2,6	22,7	2.598	36,3	2.931	41,0	7.153,16
	2	1.583	2,6	22,5	2.532	35,9	2.931	41,6	7.045,83
	1	1.541	12,0	22,2	2.466	35,5	2.931	42,3	6.938,47
Adjunto	4	1.376	4,3	21,1	2.202	33,8	2.931	45,1	6.509,29
	3	1.320	4,4	20,7	2.111	33,2	2.931	46,1	6.362,24
	2	1.264	4,5	20,3	2.022	32,5	2.931	47,2	6.217,31
	1	1.209	8,9	19,9	1.935	31,8	2.931	48,3	6.075,90
Assistente	4	1.111	4,4	21,7	1.777	34,7	2.235	43,6	5.122,13
	3	1.063	4,2	21,3	1.702	34,0	2.235	44,7	4.999,82
	2	1.020	4,2	20,9	1.632	33,4	2.235	45,7	4.886,59
	1	979	8,3	20,5	1.566	32,8	2.235	46,7	4.779,71
Auxiliar	4	903	4,2	21,3	1.445	34,0	1.902	44,7	4.251,09
	3	867	4,1	20,9	1.387	33,4	1.902	45,7	4.155,83
	2	832	4,1	20,5	1.332	32,8	1.902	46,7	4.066,36
	1	800	..	20,1	1.279	32,1	1.902	47,8	3.981,24

Fonte: MP/SRH (2006b).

[128] Para fins dessa análise, optou-se por retirar das tabelas a gratificação da VPI, que permanecia incidindo sobre todos os regimes de trabalho da Carreira Docente no valor de R$ 59,87. Desta forma, por ser valor fixo e igual para todos, não implica em prejuízo na análise estatística.

O que se quer explicitar com os dados contidos nas Tabelas 32 e 33 está relacionado com a introdução da classe de Associado e a repercussão financeira derivada dessa classe. Como se observa a introdução de mais uma classe serviu para diluir o percentual da progressão para a classe de Titular. A partir da perspectiva de que as vagas de Titular eram limitadas, em virtude de representar um novo cargo, a classe de Associado garantiu ampliação da remuneração para os doutores por mais alguns anos, tendo em vista não implicar na mudança de cargo para o docente. O acesso às vagas de Titular, como já abordado aqui, a partir de 2003, com a Reforma da Previdência, passou a representar a perda de direitos previdenciários para os docentes que ingressaram antes desse ano nas Universidades Federais.

Outra constatação que permite compreender a defesa do MD na incorporação das gratificações ao vencimento básico está no percentual que as gratificações ocuparam nesse ano. Pouco mais de 20% da remuneração total correspondia ao vencimento básico, de modo que quase 80% era relativo às gratificações e, por se tratar de gratificação, a possibilidade de deixar de existir era real. Para os aposentados isso ocorreu com a GED, em que eles não recebiam o valor máximo, referente aos 175 pontos. Em fins de 2006, os aposentados passaram a receber o valor correspondente a 115 pontos de GED. (MP/SRH, 2006b, p. 75)

A deformação já se demonstrava como uma tendência sem retorno. Essencialmente, o que o governo realizou, na conjuntura de Contrarreforma da Educação Superior, com o objetivo de reduzir gastos com pessoal, foi a descaracterização de um plano de remuneração precisamente delimitado. Os percentuais de progressão deixaram de ser isonômicos, o crescimento das gratificações foi vertiginoso, o vencimento básico ficou reduzido a pouco mais de 20%, a diferença salarial para os doutores ampliou e o desenvolvimento até o final da Carreira ficou condicionado a titulação de doutor.

Configurava-se a construção de uma nova Carreira, com centralidade para a reorganização da remuneração. A partir da Lei n. 11.344/06 os docentes só obtiveram novo reajuste com a publicação da Lei n. 11.784, de 22 de setembro de 2008, em que, novamente, foi realizado um conjunto de modificações em diversas carreiras dos SPF.

De imediato, foi extinta a GED e, de certa forma, foi introduzida a Gratificação Temporária para o Magistério Superior (GTMS) em seu lugar. Na prática, o valor da GTMS não seguiu um padrão definido, porém foi estabelecida com valor muito próximo do que era a GED em sua máxima pontuação.

A GTMS existiu transitoriamente até se iniciar um novo padrão para a composição da Remuneração. Até fins de 2008, a composição ficou com o vencimento básico, a VPI, a

GAE e a GTMS. A partir de 1º de janeiro de 2009, como definiu o artigo 20 da Lei n. 11.784/08, a estrutura remuneratória passou a ser composta por vencimento básico, retribuição por titulação e uma nova gratificação, a Gratificação Específica do Magistério Superior (GEMAS). Essa nova estrutura perdurou até a Reforma de 2012 em que se estabeleceu um novo marco na Carreira Docente do Magistério Superior Federal[129]. (BRASIL, 2008)

A estrutura de 2009 possibilitou retomar os percentuais fixos de reajuste entre os níveis e as classes. Contudo, os percentuais ficaram reduzidos. Entre os níveis o reajuste passou para 3,0% e entre as classes ficou em 6,0% para as classes de Assistente, de Adjunto e de Titular e, para a classe de Associado houve redução de 12% para 8,9%.

A Retribuição por Titulação (RT), existente desde o início do PUCRCE, em 1987, e que havia obtido seu último reajuste em 2006, com a Lei n. 11.344/06, conforme artigo 6º, obteve seus percentuais ampliados, porém descaracterizados. Houve uma diferença na forma de aplicação dessa retribuição. Antes de 2008 o percentual incidia sobre o vencimento básico do graduado para formatar o vencimento básico dos docentes que possuíam titulação. Com o advento da Lei n. 11.784/08, o vencimento básico passou a ser igual para todos e se definiu valores aleatórios para constituir o montante da RT.

Conforme dados da Tabela 34 a relação percentual entre o vencimento básico e a RT para os possuidores dos títulos de Especialista, Mestre e Doutor não indicam qualquer relação percentual lógica, mas sim valores aleatórios, o que demarca uma completa descaracterização do plano. O resultado prático disso é a incerteza na definição de uma política de reajustes. Com esse tipo de organização na estrutura remuneratória, não ficou garantido aos docentes que um dado reajuste sobre o VB irá aumentar o valor da RT e, dessa forma, ampliar a remuneração de modo isonômico.

Portanto, como síntese do projeto de carreira defendido pelo ANDES-SN e do projeto de Contrarreforma da Educação Superior do governo Lula/Dilma, a Carreira Docente do Magistério Superior Federal foi reestruturada. Prevaleceu a posição impositiva do governo de Frente Popular, com ausência ou reduzido diálogo com a categoria organizada, no intuito de tornar "eficiente" a gestão da carreira nessas instituições.

[129] Incorpora-se a esse novo marco as mudanças previdenciárias por meio da Lei n. 12.618, de 30 de abril de 2012, em ficou estabelecido o regime de previdência complementar para os SPF e do Decreto n. 7.808, de 20 de setembro de 2012, em que criou a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (FUNPRESP-EXE), um fundo de pensão para atender às modificações definidas na Lei 12.618/2012.

Tabela 34 - Remuneração no Magistério Superior Federal, vencimento básico e retribuição por titulação - 2009

Classe	Nível	Vencimento Básico (VB)	RT					
			Esp.		Me.		Dr.	
			VA	α(%)/VB	VA	α(%)/VB	VA	α(%)/VB
Titular	1	3.110,85	629,19	20,2	2.259,29	72,6	5.865,99	188,6
Associado	4	2.934,77			2.524,80	86,0	5.591,44	190,5
	3	2.849,30			2.524,17	88,6	5.530,30	194,1
	2	2.766,32			2.523,54	91,2	5.472,95	197,8
	1	2.758,26			2.522,91	91,5	5.299,92	192,1
Adjunto	4	2.533,72	572,31	22,6	1.765,18	69,7	3.583,43	141,4
	3	2.459,91	540,38	22,0	1.688,73	68,7	3.476,98	141,3
	2	2.388,27	507,87	21,3	1.628,50	68,2	3.373,38	141,2
	1	2.318,71	483,11	20,8	1.569,09	67,7	3.365,27	145,1
Assistente	4	2.187,45	443,65	20,3	1.409,95	64,5		
	3	2.123,75	424,90	20,0	1.408,84	66,3		
	2	2.061,90	407,54	19,8	1.407,73	68,3		
	1	2.001,86	391,13	19,5	1.406,62	70,3		
Auxiliar	4	1.888,55	361,04	19,1				
	3	1.833,56	346,44	18,9				
	2	1.780,14	332,68	18,7				
	1	1.728,28	319,64	18,5				

Fonte: MP/SRH (2009).

Para finalizar a análise da carreira no governo de Frente Popular, torna-se necessário verificar os dados da expansão que ocorreu nas Universidades Federais ao longo desse período. Assim como, caracterizar o comportamento da expansão do quadro docente, principalmente a partir da expansão da pós-graduação *stricto sensu*.

Como exposto aqui, a expansão da Educação Superior nos governos Lula/Dilma, seguiu os caminhos percorridos pela política da década de 1990, essencialmente dos governos de FHC. Entretanto, há algumas particularidades que diferenciam um período do outro de forma pontual.

O movimento de expansão das Universidades Federais é um dado que distingue os dois períodos de governos (1995-2002 / 2003-2012), apesar do crescimento das IES particulares nos governos Lula/Dilma ter permanecido e potencializado, conforme dados da Tabela 30. A evolução do número de Universidades Federais, no período 2003-2012, foi de 34,1%, com a criação de 15 instituições, conforme atestam os dados presentes na Tabela 35.

Tabela 35 - Evolução do número de IES e matrículas, em cursos de graduação presenciais, no setor público - Brasil - 2003-2012

Ano	IES				Matrículas			
	Públicas	**Δ (%) a.a.**	**Univ. Federais**	**Δ (%) a.a.**	**Públicas**	**Δ (%) a.a.**	**Univ. Federais**	**Δ (%) a.a.**
2003	207	..	44	..	1.136.370	..	527.719	..
2004	224	8,2	46	4,5	1.178.328	3,7	533.892	1,2
2005	231	3,1	52	13,0	1.192.189	1,2	549.171	2,9
2006	248	7,4	53	1,9	1.209.304	1,4	556.231	1,3
2007	249	0,4	55	3,8	1.240.968	2,6	578.536	4,0
2008	236	-5,2	55	-	1.273.965	2,7	600.772	3,8
2009	245	3,8	55	-	1.351.168	6,1	696.693	16,0
2010	278	13,5	58	5,5	1.461.696	8,2	763.891	9,6
2011	284	2,2	59	1,7	1.595.391	9,1	842.606	10,3
2012	304	7,0	59	-	1.715.752	7,5	885.716	5,1
Δ (%) 03-12	**46,8**	**..**	**34,1**	**..**	**51,0**	**..**	**67,8**	**..**

Fontes: INEP (2005; 2006a; 2007a; 2006b; 2007b; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).
Nota: Sinal convencional utilizado:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
.. Não se aplica dado numérico.

Uma observação sobre esse crescimento precisa ser realizada. Parte dessas instituições é originária de antigas Universidades Federais ou de outras instituições já existentes, logo apenas algumas foram efetivamente criadas. Apesar disso, o crescimento do número de matrículas nas Universidades Federais é significativo, superando o volume do total das IES Públicas, com 67,8% contra 51,0%.

O Projeto de Expansão das Universidades Federais foi consolidado a partir do ano de 2007, com o Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007 que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). As críticas ao programa foram contundentes, tanto pela forma quanto pelo conteúdo. O REUNI materializou a experiência de se estabelecer um acordo no âmbito da gestão das Universidades Federais, por meio da adesão ao programa as instituições se comprometiam em cumprir determinadas metas de expansão para fazer jus aos recursos dessa política de expansão. (BRASIL, 2007)

De imediato, uma análise apressada sobre o REUNI, demonstra que foi possível ampliar os recursos globais das Universidades Federais. Os dados expressos na Tabela 36 indicam crescimento real dos recursos na ordem de 113,2% no período aqui analisado - 2003-2012. Porém, a análise seccionada em dois extratos indica que com o REUNI, percentualmente, impactou de forma menor em relação ao seu período anterior - 2003-2007.

Tabela 36 - Orçamento geral liquidado das Universidades Federais - Brasil - 2003, 2007 e 2012

Ano	Orçamento das Universidades Federais [1]			
	Pessoal e Encargos Sociais	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Total**
2003	13.877.367	1.767.646	162.301	15.807.314
2007	19.809.381	3.122.742	882.503	23.814.626
2012	25.035.999	5.946.408	2.718.833	33.701.240
Δ (%) 03-07	**42,7**	**76,6**	**443,7**	**50,6**
Δ (%) 07-12	**26,4**	**90,4**	**208,1**	**41,5**
Δ (%) 03-12	**80,4**	**236,4**	**1.575,1**	**113,2**

Fontes: CÂMARA DOS DEPUTADOS (2003; 2007; 2012).
[1] Os valores se encontram em R$ 1.000,00. Utilizou-se o IPCA de janeiro de 2015 para atualizar monetariamente os valores.

De igual modo, com o REUNI, o crescimento percentual gasto com pessoal foi de 26,4%, contra 42,7% do período antes do REUNI. Os dados percentuais indicam grande impacto do REUNI apenas para as Outras Despesas Correntes. Entretanto, a análise dos valores absolutos precisa ser considerada. Nesse caso, no período de vigência do REUNI, o orçamento global foi ampliado em quase R$ 10 bilhões, contra R$ 8 bilhões do período anterior. O mesmo movimento é observado para os gastos com Investimentos e Outras Despesas Correntes. Apenas com o pagamento de pessoal existiu uma redução dos valores absolutos no período do REUNI, o que indica a possibilidade de arrocho salarial.

Articulado com os dados do orçamento das Universidades Federais se tem o crescimento do corpo docente, precisamente, das funções docentes em exercício. Os dados presentes na Tabela 37 explicitam a ampliação do corpo docente nos níveis máximo de qualificação. Em 2003, o número de mestres e doutores representavam 72,2% do total de funções docentes em exercício nas Universidades Federais. Em 2011, esse percentual saltou para 88,2% do total. O maior crescimento no quadro de titulação foi para os doutores, com 127,7%, de 2003 a 2011, valor quase duas vezes superior ao crescimento total das funções docentes em exercício no período em questão.

Tabela 37 - Evolução do número de funções docentes em exercício nas Universidades Federais, por titulação - Brasil - 2003-2011

Ano	Docentes por Titulação						
	Doutor [B]	**α (%) B-A**	**Mestre [C]**	**α (%) C-A**	**Esp./Aperf.**	**Graduado**	**Total [A]**
2003	19.955	44,8	12.214	27,4	4.909	7.464	44.542
2004	20.857	46,1	11.642	25,7	4.594	8.190	45.283
2005	22.743	47,0	12.325	25,5	4.879	8.428	48.375
2006	24.951	50,3	12.706	25,6	4.525	7.400	49.582
2007	27.818	52,5	12.967	24,5	4.136	8.102	53.023
2008	29.279	54,5	13.025	24,2	3.918	7.544	53.766
2009	36.487	56,3	15.368	23,7	3.839	9.148	64.842
2010	41.878	60,1	18.163	26,1	3.848	5.778	69.667
2011	45.453	62,0	19.198	26,2	3.648	5.070	73.369
Δ (%) 03-11	**127,7**	**..**	**57,2**	**..**	**-25,7**	**-32,0**	**64,7**

Fontes: INEP (2005; 2006a; 2007a; 2006b; 2007b; 2008; 2009; 2010; 2011).
Nota: Sinal convencional utilizado:
.. Não se aplica dado numérico.

O desenvolvimento na Carreira Docente deixou de ser nos patamares iniciais, nas classes de Auxiliar e Assistente, como se verificou nas décadas de 1960 e 1970, para se configurar nas classes finais da Carreira. Contudo, agregado a isso, ampliaram-se as obrigações específicas para o cargo de professor do Magistério Superior Federal, quer seja pela nova dinâmica que a pós-graduação *stricto sensu* inseriu nas Universidades Federais, quer seja pela necessidade de ampliar os proventos por meio das bolsas de pesquisa, de ensino, de extensão, ou da oferta de cursos pagos no interior das instituições públicas.

Como destacou Sguissardi e Silva Júnior (2009) a respeito das condições de trabalho do professores-pesquisadores, compreendido aqui como os doutores,

> [...] as condições de trabalho são, evidentemente, o resultado de múltiplos fatores destacando além da remuneração salarial, os montantes de financiamento estatal para a efetiva manutenção das instituições, em especial para o pagamento de pessoal, a estrutura da carreira, a estabilidade no emprego, a evolução da relação professor/alunos. (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 149).

Conforme as mudanças na Carreira Docente ocorreram, por diversos dispositivos que impactaram no seu todo, da remuneração vinculada à produção (a exemplo da GED), da qualificação e da pesquisa induzida, perpassando pela progressão em bases a critérios produtivistas, a relação dos docentes estabelecida com a Universidade Pública sofreu modificações em direção à privatização do espaço público, não pela sua venda direta, mas pelo dispositivo do "sequestro do fundo público".

A pesquisa e a qualificação docente, modificada pelo PQI e pela nova dinâmica que a CAPES empreendeu para a pós-graduação *stricto sensu*, conforme destacado por Ferreira (2015), foram substância para o que Guimarães (2014) identificou como uma participação passiva dos docentes na materialização da Contrarreforma da Educação Superior.

A análise do *éthos* do quadro docente da UFPA possibilitou Guimarães (2014) identificar diversas contradições entre o papel que a Universidade Pública deve desempenhar na sociedade e o seu modo particular de funcionamento. Centralmente os pontos que apresentam relação com a Carreira podem ser identificados como a estrutura precária para desempenhar as atividades obrigadas pelo cargo que ocupa. É o exemplo de um jovem doutor que é aprovado para o curso de Educação Física de um campus no interior de um estado e, ao planejar suas atividades de ensino, descobre que não possui um Laboratório de Anatomia para ministrar essa disciplina. As possibilidades para esse docente se desenvolver na Carreira são, desta forma, limitadas.

Nessa perspectiva a fala de um dos entrevistados por Guimarães (2014) indica a contradição que existe nas Universidades Federais entre a Carreira Docente e as condições de trabalho para se desenvolver nela:

> [...] esse prédio, por exemplo, que a gente está ocupando aqui há quase (eu acho que a gente ocupa aqui desde 99) 15 anos, foi construído para dividir ainda quando era Educação Artística: ao lado direito Música, ao lado esquerdo Artes Plásticas. Depois mudou para ICA e nós ficamos aqui, continuamos do lado direito do prédio. Mas esse prédio aqui, por exemplo, ele não atende as nossas necessidades de Curso de Música: não tem tratamento acústico, já não tem espaço pra todas as atividades que o novo projeto pedagógico trouxe [...]. Então, a gente sempre trabalha assim meio arranjado. (GUIMARÃES, 2014, p. 200).

Com essa base para a Carreira Docente - de condições de trabalho precárias -, a complementação salarial passa a ser perseguida, já que a remuneração não caminhou a partir de uma política de valorização. As bolsas passam a ser um cotidiano na composição da remuneração dos docentes, porém, agregado a elas, está um regime de trabalho que não se insere dentro das 40 horas semanais.

O espaço para a pesquisa, na Carreira, ficou reduzido ao âmbito da pós-graduação *stricto sensu*. Em conjunto com esse crescimento, está a ampliação de doutores e de docentes em regime de DE. Como pode ser observado na Tabela 38, o volume de funções docentes em exercício em tempo integral de trabalho, em 2012, alcançou o patamar de 91,5% do total.

Há instituições que não possuem docentes em regime de tempo parcial (20 horas), principalmente as instituições criadas nos governos Lula/Dilma, a exemplo da Universidade

Federal do ABC (UFABC), da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) e da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), que não possuíam docentes nesse regime de trabalho, em 2012, ou da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) que não chegaram ao número de 10 em funções docentes em tempo parcial. (INEP, 2013)

Tabela 38 - Evolução do número de funções docentes em exercício nas Universidades Federais, por regime de trabalho - Brasil - 2003-2012

Ano	Tempo Parcial	Tempo Integral [B] [1]	α (%) B-A	Total [A] [2]
2003[3]	6.916	40.317	83,0	48.570
2004[3]	7.748	40.577	82,6	49.104
2005[3]	8.376	43.326	83,6	51.838
2006[3]	7.034	44.077	83,4	52.881
2007[3]	7.657	47.888	84,3	56.833
2008[3]	7.735	49.447	85,7	57.688
2009	7.438	56.912	87,8	64.842
2010	6.901	62.570	89,8	69.667
2011	6.182	67.113	91,5	73.369
2012	6.529	70.549	91,5	77.084
Δ (%) 03-12	**-5,6**	**75,0**	**..**	**58,7**

Fontes: INEP (2005; 2006a; 2007a; 2006b; 2007b; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).
[1] Estão incluídos os dados relativos aos docentes em regime de trabalho de 40 horas sem dedicação exclusiva e com dedicação exclusiva.
[2] No valor total de docentes por regime de trabalho está incluso o quantitativo de docentes horistas, que não constam discriminados na tabela em virtude do número reduzido de docentes com esse vínculo.
[3] Os dados do quantitativo de docentes para esses anos são em exercícios e afastados.

Desta forma, é o conjunto dos docentes doutores que vem construindo o Sistema Nacional de Pós-Graduação, fundamentado nos PNPG. Entretanto a lógica estabelecida no último PNPG (que seria o 5º plano), com vigência para o período de 2011 a 2020, em articulação com o novo Plano Nacional de Educação (PNE), indica a tendência de grandes mudanças na Carreira Docente para garantir a efetivação do atual PNPG.

A perspectiva apresentava pela CAPES para a construção da atual etapa da política de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, aprofunda, em direção a sua consolidação, as relações entre o público e o privado. Não se trata apenas de financiamento, mas sim de que "[...] pesquisador pode e deve, além de promover a inovação, participar da inserção do resultado de sua pesquisa no mercado produtivo. Esse fato já foi registrado na proposta MEC/MPOG, que cuida da flexibilização da dedicação exclusiva, e em outros estudos". (CAPES, 2010, p. 279)

Em 2009, quando da formulação da nova proposta de Carreira, o governo anunciou a possibilidade de flexibilizar o regime de DE. A defesa da CAPES no PNPG 2011-2020 referente a essa flexibilização indica a possibilidade de mais uma grande mudança na Carreira, para atender ao movimento de ampliar a relação entre produção do conhecimento científico e o capital produtivo. Nessa perspectiva, o PNPG 2011-2020 defende, nitidamente, uma nova Carreira específica para a pós-graduação *stricto sensu*:

> Um primeiro passo nesse sentido seria estimular a criação de uma carreira específica para esses cientistas, vinculada a um órgão federal, como por exemplo o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT. Isso possibilitaria um maior aproveitamento do conhecimento desses pesquisadores, que poderiam ser envolvidos em estudos compartilhados entre universidades, indústrias ou outros órgãos públicos. (CAPES, 2010, p. 279)

Com o crescimento desordenado das Universidades Federais com o REUNI, as obrigações do quadro docente se ampliaram. Apesar disso, os dados sobre a evolução do número de docentes inseridos na pós-graduação *stricto sensu*, no período de 2003 a 2012, cresceram significativamente, num patamar superior ao segundo governo de FHC, que fechou com 19,1% no período 1998-2002, conforme Tabela 23.

Ao longo dos 10 anos dos governos Lula/Dilma, o número de docentes nesse nível de ensino, nas IES Públicas, ampliou em 88,9%. Esse percentual representou a introdução de 27.138 docentes nos programas de pós-graduação. Por sua vez, o crescimento obtido pelas Universidades Federais rendeu-lhe ampliar de 56,6% do total de docentes das IES Públicas para 60,5%, conforme demonstra a última coluna da Tabela 39.

A elevação de 102,1% no período em análise obteve três picos anuais acima dos 10%. Os anos de 2004, 2006 e 2011 foram responsáveis pelos percentuais de 14,2%, 10,5% e 12,8%, respectivamente. Apesar desse crescimento, é possível observar, na variação entre 2011 e 2012, que pode existir um movimento inicial de queda a partir dos dados das IES Públicas e das Universidades Federais.

Tabela 39 - Evolução do número de docentes, em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, no setor público - Brasil - 2003-2012

Ano	Docentes				
	Públicas	**Δ (%) a.a.**	**Univ. Federais**	**Δ (%) a.a.**	**α (%) / Públicas**
2003	30.510	..	17.265	..	56,6
2004	34.936	14,5	19.720	14,2	56,4
2005	36.987	5,9	21.053	6,8	56,9
2006	40.180	8,6	23.273	10,5	57,9
2007	43.036	7,1	25.276	8,6	58,7
2008	45.771	6,4	27.198	7,6	59,4
2009	48.209	5,3	28.705	5,5	59,5
2010	51.335	6,5	31.273	8,9	60,9
2011	57.651	12,3	35.281	12,8	61,2
2012	57.648	0,0	34.889	-1,1	60,5
Δ (%) 03-12	**88,9**	**..**	**102,1**	**..**	**6,9**

Fonte: GEOCAPES (2015).
Nota: Sinal convencional utilizado:
.. Não se aplica dado numérico.

O acúmulo de atividades, as funções de gestão articuladas com as demais funções, os critérios de permanência nos programas, a política de remuneração incerta em conjunto com a indução de pesquisa, podem ser determinantes que indiquem essa redução no número de docente entre 2011 e 2012. Ou ainda, pela conjuntura de crise que a Carreira passou no ano de 2012, pode se configurar como conjuntural.

Por fim, a análise das tabelas salariais ao longo do período 2003-2012 possibilitam verificar a tendência para o próximo período da nova Carreira Docente. Os dados contidos na Tabela 40, organizados em dois períodos, demonstram particularidades no processo de crescimento real das remunerações e desigualdades para a remuneração de algumas classes no regime de DE.

Ao longo do primeiro governo de Lula, possivelmente produto das greves, houve ampliação salarial real, da média das classes, na ordem de 25,2% no regime de 20h e de 32,5% para o DE. Um dado importante a ser explicitado é de que não se verifica redução salarial em nenhuma classe no período 2003 a 2006, todas obtiveram ampliação.

Como já exposto aqui, a maior parte do corpo docente das Universidades Federais é comporta por mestres e doutores em regime de DE. Dessa forma, houve uma valorização salarial acima da carga inflacionária para esses docentes no primeiro período de análise. Entretanto, os dados do segundo período são distintos em relação ao primeiro de forma radical.

Tabela 40 - Evolução da remuneração do corpo docente permanente, com graduação, mestrado e doutorado, em regime de trabalho de 20h e DE das IFES - Brasil - 2003, 2006 e 2012 [1]

Classes e Nível		Maio de 2003 [2]		Maio de 2006 [2]		Março de 2012	
		20h	DE	20h	DE	20h	DE
Titular	**U**	3.220,89	10.540,46	3.801,89	12.895,28	4.330,04	14.614,76
Associado	**1**	..	..	2.902,19	12.009,54	3.750,44	13.307,46
Adjunto	**1**	2.486,98	8.071,18	2.902,19	9.785,45	3.130,94	9.117,77
Assistente	**1**	1.792,47	5.371,48	2.361,72	6.259,64	2.477,91	5.783,21
Auxiliar	**1**	1.502,79	2.972,03	2.127,28	3.700,95	1.910,24	3.434,37
Valor Médio		2.250,78	6.738,79	2.819,05	8.930,17	3.119,91	9.251,51
Δ (%) Média (03-06/12)		..	..	25,2	32,5	38,6	37,3
Δ (%) Média (06-12)		..	..	..	..	10,6	3,6

Fontes: MP/SRH (2003; 2006c); MP/SEGEP (2012).
Notas: Sinal convencional utilizado:
.. Não se aplica dado numérico.
[1] Foi considerando, para fins de comparação, utilizar a gratificação por titulação de mestre para a classe de Assistente e de doutor para as classes de Adjunto, Associado e Titular. A atualização monetária da tabela ocorreu a partir do IPCA, para valores referentes a janeiro de 2015.
[2] Remuneração com a GED no valor da gratificação máxima.

A partir de maio de 2006, foi introduzida a classe de Professor Associado para possibilitar a continuidade da valorização salarial na Carreira para os docentes que se encontravam nos últimos níveis da classe de Adjunto e, a essa altura, o concurso para Titular, além de ser escasso não era mais atrativo em virtude dos ajustes previdenciários oriundos da Reforma da Previdência de 2003.

O segundo período exposto na Tabela 40, que compreende maio de 2006 até março de 2012, apresenta o quadro de estagnação na remuneração. O aumento real ficou na ordem de 10,6% para o 20h e de diminutos 3,6% para o DE, ou seja, a maioria dos docentes, em 2012, permanecia com o salário de 2006. A ampliação média, nesse período, para o DE, foi de R$ 321,34.

O quadro geral expressa um movimento tendencial para mais arrocho salarial. Isso se justifica no movimento desigual que as classes obtiveram no período 2006-2012. Apesar do aumento de 3,6% para a média geral no segundo período, o Auxiliar obteve redução de -7,2%, o Assistente de -7,6% e o Adjunto de -6,8%. Apenas o Associado e o Titular obtiveram ganhos reais, com os percentuais de 10,8% e 13,3%, respectivamente. Inserido num período (2006-2012) em que o salário mínimo obteve ganho real de 42,8% e o PIB cresceu 44,2% acima da inflação, uma redução salarial se configura como uma contradição sem precedentes.

Portanto, é possível afirmar que a maioria do corpo docente que compõem a Carreira Docente do Magistério Superior Federal enfrenta um período de redução salarial real. No

interior das maiores Universidades Federais a quantidade de Professores Associados e Titulares é inferior ao número dos que estão nas demais classes da carreira[130].

O saldo da política para a Carreira Docente no período de governos de Frente Popular numa conjuntura de Contrarreformas não foi de ganhos para os trabalhadores docentes das Universidades Federais. O que se verificou nas análises foi a necessidade de ampliar o nível de organização político-sindical para manter a conquistas do PUCRCE e, para isso, a opção pelas greves, algumas radicalizadas, configura-se como única ferramenta à disposição da classe para arrancar vitórias de um governo que não priorizou o espaço público e as bandeiras históricas da classe trabalhadora.

[130] Alguns dados expressam isso: UNB - 2014: 15,6% Associado; 4,8% Titular (UNB/DGP, 2014). UFRGS - 2013: 36,3% Associado; 4,9% Titular (UFRGS, 2014, p. 246). UFF - 2014: 25,2% Associado; 3,0% Titular (UFF, 2014). UFPA - 2013: 19,1% Associado; 0,5% Titular (UFPA, 2014, p. 47).

5 CONCLUSÃO

Os que lutam
Há aqueles que lutam um dia; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são os imprescindíveis.
Bertold Brecht (2007)

O movimento do pensamento retorna, agora, ao ponto de partida do processo de investigação. O movimento do objeto singular aqui analisado em seus pormenores, a partir de uma série de particularidades, possibilitou reduzir as fragilidades fenomênicas que dantes se colocavam quando do contato inicial do pesquisador perante o objeto no momento da formulação da pergunta que demarcou o fio condutor da pesquisa.

Nesse retorno, elementos essenciais do objeto são passíveis de identificar, caracterizar, analisar e correlacionar em conjunto com a dinâmica política, econômica e social em que ele se insere. Por isso, a análise da política de Carreira Docente do Magistério Superior Federal não seria possível numa abstrata realidade, despregada do conjunto de determinações que a implicam e a explicam em seu movimento ao longo do período histórico aqui delimitado.

Contudo, não é possível realizar síntese do percurso histórico da política de Carreira Docente sem identificar os sujeitos que atuam na dinâmica interna desse objeto. Trata-se da ação laboriosa de sujeitos que compõem a estrutura do Estado, na execução de um determinado cargo público regido por dispositivos legais previstos do RJU.

Dessa relação, duas conclusões necessitam ser ponderadas inicialmente: 1. O Estado como organismo da opressão da classe burguesa; 2. A organização sindical como síntese da resistência do trabalhador coletivo ante a exploração burguesa. Nessa relação entre o Estado e o Sindicato, no particular sobre a Carreira Docente, é que se construiu a política para esse cargo público.

Nessa perspectiva a relação estabelecida entre Estado e Sindicato, especificamente o ANDES-SN, configura-se como uma intervenção de classe organizada na luta pela garantia dos seus interesses. A ação docente ao longo dos anos da gênese, do desenvolvimento e da consolidação da Carreira Docente do Magistério Superior Federal, ocorreu ancorada na independência de classe diante da burguesia organizada na estrutura político-militar do Estado, como bem defendeu Lênin (1961) ao tratar da relação entre Sindicatos e Estado: “O princípio fundamental, o primeiro preceito de todo movimento sindical, consiste no seguinte:

não confiar no ‘Estado’, confiar unicamente na força de sua classe. O Estado é a organização da classe dominante.” (LÊNIN, 1961, p. 270)

Antes da existência de uma configuração de Carreira Docente não existia, naturalmente, a necessária organização de classe para garantir direitos no campo trabalhista específicos de determinado corpo de sujeitos constitutivos de um dado cargo público. O relatório (*Gardner Report*) da primeira comissão da USAID que aportou no Brasil, em 1963, indicou uma precária estruturação do corpo docente, o que implicou em afirmar a ausência de uma Carreira para esse cargo público.

Desta forma, é possível concluir que a mera existência das IFES não implica na organização de uma Carreira Docente estruturada, delimitada em seus pormenores. Trata-se, portanto, de uma construção jurídica no campo trabalhista que necessitou do impulso da categoria que compusera esse cargo público para se desenvolver.

Contudo, desde a década de 1960 foi possível verificar elementos constitutivos da política de Carreira Docente presentes no conjunto da base legal relativo à Reforma Universitária formatada nessa década. Ainda no governo Jango, na perspectiva de se garantir democracia quanto ao acesso no Magistério Superior, foi defendido a existência de concurso público, assim como uma vigorosa defesa pela extinção da cátedra universitária.

A Reforma Universitária de 1968, do governo Militar, com seu projeto estadunidense de conceber a Educação Superior no Brasil, estabeleceu uma ruptura importante para a criação da Carreira Docente. Tratou os aspectos do regime de trabalho, da remuneração e da progressão por mérito em oposição aos títulos. Ficou, dessa forma, estabelecido as bases para a Carreira Docente Unificada que tem origem em fins da década de 1980.

Um dos princípios na Carreira Docente, que teve origem na Reforma de 1968, é a Isonomia Salarial. Esse princípio não se configura como algo secundário, nele incide uma centralidade. Ancorar na estrutura da Carreira a Isonomia implica em dirimir as diferenças socialmente estabelecidas para as distintas profissões, na prática é afirmar a necessidade em remunerar, de igual modo, um médico e um pedagogo, considerando apenas o regime de trabalho, a titulação e o tempo de serviço.

Esse princípio possibilitou o início de uma ruptura. O docente deixa de se identificar como pertencente a um conjunto de trabalhadores isolados, para assumir a forma do trabalhador coletivo, que se insere dentro de uma realidade comum a todos. A natureza do trabalho docente começa a se desenvolver na execução do cargo e, nesse particular, a formação continuada em nível de pós-graduação *stricto sensu*, configura-se como uma necessidade.

Ao longo da década de 1970, o crescimento do quantitativo de mestres e doutores em regime de trabalho de tempo integral ampliou significativamente. Entretanto, a conjuntura político-econômica dessa década desenvolveu um quadro inicial de precarização das condições de trabalho, particularmente sobre os salários, em virtude do impacto da crise do capital no final dessa década.

Nas relações estabelecidas com os governos do período, ainda sob o Regime Militar, a categoria docente vive um período de transição em direção à sua paulatina profissionalização. A conjuntura de alta inflacionária, de arrocho salarial e a persistência, de um lado, dos elementos de autoritarismo do Estado e, de outro, das lutas do ABC Paulista por meio de uma onda de greves vitoriosas, desde 1978, possibilitou a consolidação do MD por meio de suas AD.

Conforme avançava o efetivo de docentes em regime de DE no interior das Universidades Federais, ampliava-se a profissionalização do magistério superior. O abandono da relação profissional na condição de profissional liberal e a construção da identidade de trabalhador docente, como trabalhador coletivo, foi a matéria necessária para a construção do MD e de sua luta pela Carreira Docente.

A partir do Decreto n. 85.487/80, ficou definido a estrutura da Carreira Docente que viria a se constituir como Carreira Unificada a partir de 1987, com a aprovação do PUCRCE. O aprofundamento da crise do capital, ao longo da década de 1980, e o ressurgir do movimento sindical e das organizações político-partidárias da esquerda, possibilitaram ganhos significativos na disputa pela condução política do PUCRCE.

Portanto, o PUCRCE é uma unidade do que foi conquistado desde a década de 1960 e formulado, paulatinamente, pelos docentes no constante confronto com o Estado. A base do PUCRCE é a Isonomia Salarial, assentada no regime de trabalho, nos níveis dentro das classes, na titulação e no tempo de trabalho.

O segundo princípio está relacionado com as Atividades Docentes que deviam ser desempenhadas no exercício do cargo ao longo da Carreira. Desta forma, as atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão universitárias eram responsabilidades de todos os docentes, sem distinção de classe e titulação, e deviam ser realizadas dentro do regime de trabalho de 20 horas semanas ou 40 horas com DE e, excepcionalmente, de 40 horas sem DE.

Naturalmente, a cada classe da Carreira ampliava-se as possibilidades de inserção nas atividades do cargo. A estrutura de classes definida a partir de 1987 seguiu o padrão estabelecido desde fins de 1960. Organizadas em número de quatro (Auxiliar, Assistente, Adjunto e Titular), com exceção da classe de Titular todos as demais possuíam quatro níveis.

Com isso, o desenvolvimento na Carreira era possível para todos os docentes até o último nível da classe de Adjunto. A progressão entre níveis iniciava a partir de 2 anos de interstício e o critério para auferi-la era a avaliação de desempenho, ou ainda num intervalo de tempo de 4 anos, obrigatoriamente, o docente progrediria.

Da mesma forma, a progressão entre classes era permitida pelo obtenção da titulação ou pelo tempo de serviço de 2 ou 4 anos, conforme as regras para a progressão entre níveis. Essa estrutura garantia ampla democracia e valorização salarial para os docentes. Ainda no campo democrático, o concurso público de provas e títulos foi a forma definida para o acesso ao cargo, tanto no início da Carreira quanto para a classe de Titular.

Com as políticas de Reformas no âmbito da Educação Superior iniciadas na década de 1990, a Carreira Docente aprovada em 1987 sofreu diversas modificações, em direção a negação dos princípios que fundam o PUCRCE. A Isonomia Salarial foi perdida, principalmente pela política de premiação por produtividade a partir da GED, em 1998, fruto das orientações para a política educacional no segundo governo de FHC.

A remuneração nesse período passou por significativas mudanças e impactou frontalmente a política de Carreira. Ao longo dos anos 2000, o PUCRCE sofreu duas grandes alterações que desestruturaram a carreira docente: 1. o percentual de progressão e; 2. a estrutura de classes. O percentual de progressão entre classes e níveis foi extinto provocando uma distorção na estrutura da Carreira uma vez que as diferenças entre classes e níveis passaram a ser estabelecidas em valores nominais sem nenhuma lógica sendo definidas de acordo com o orçamento disponível pelo governo. Em relação a estrutura de classes foi criada uma nova classe - a de Associado, exclusivamente para os detentores do título de doutor.

O movimento é cíclico. Desde fins de 1990 a pós-graduação *stricto sensu* vivenciava um processo de crescimento e de ampliação da produtividade docente, assim como uma relação maior com o setor privado. A exigência para esse nível de ensino reside, essencialmente, na titulação em nível de doutorado, de modo que, o crescimento do número de doutores que adentraram a carreira nesse nível da estrutura de classe, ou seja, na classe de Adjunto, criou uma limitação das progressões para esses docentes a partir do momento em que alcançavam o nível 4 dessa classe, que ocorria em menos de uma década.

Por outro lado, o acesso à classe de Titular não foi incentivado, tanto pela limitação de vagas, por implicar em novo concurso público, quanto pelos prejuízos previdenciários que os docentes anteriores à Reforma da Previdência Pública de 2003 iriam auferir. O que ocorreu, a partir de 2006, foi a introdução de uma nova classe. O Associado garantiu mais alguns anos de progressão à grande parte do corpo docente.

No que concerne à identificação das características da produção flexível a do Estado gerencial brasileiro nas políticas de Carreira Docente, é possível concluir que elas estão presentes ao longo dos anos de desenvolvimento da Carreira Unificada, de modo explícito ou velado.

Nesse período foi possível verificar a presença de algumas características do regime de acumulação flexível, tais como: redução salarial, intensificação da jornada de trabalho, avaliação por desempenho articulado com a premiação. A redução/estagnação na remuneração é uma marca emblemática da política de Carreira Docente do período 1987-2012, paralela à ampliação da jornada de trabalho, de forma absoluta e relativa.

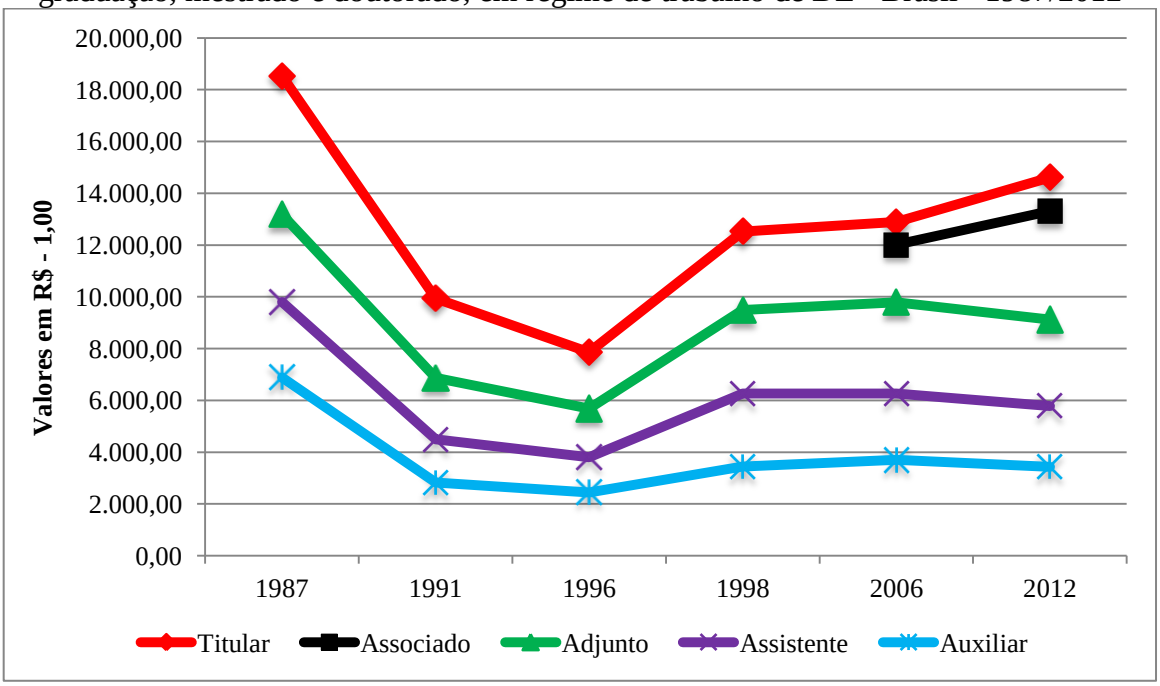
De modo geral, a intensificação da jornada de trabalho é a maior marca que identifica na política de Carreira Docente a face da produção flexível. Ela ocorreu desde o início da década de 1990 ao ampliar o número de discentes por docente nas Universidades Federais. Sem considerar as matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, a proporção de discentes por docente cresceu de 7,1, em 1990, para 11,5, em 2012.

A partir das mudanças na forma avaliativa da pós-graduação *stricto sensu* realizada pela CAPES, a intensificação nesse nível de ensino se aprofunda em virtude de não se articular, com o novo modelo avaliativo, uma redução das atividades para os docentes que atuam nesse nível de ensino. Ou seja, a dinâmica do sistema avaliativo no interior das Universidades Federais conduz os docentes a permanecerem em todos os níveis de ensino e, pelos menos, em duas atividades docentes.

Desta forma, novas atividades sob a responsabilidade dos docentes são desenvolvidas, principalmente para os doutores, a ampliação das cobranças por produção articulada com a progressão funcional por mérito passa a ser regra e incorporada pelos docentes, assim como a introdução da modalidade de ensino à distância por meio da UAB e, a partir de 2007, um novo patamar de intensificação do trabalho na Carreira Docente por meio do REUNI.

Especificamente sobre a remuneração, o Gráfico 1 expressa a síntese das tabelas salariais apresentadas ao longo das seções desta pesquisa. Como expressa o Gráfico 1, a retomada do crescimento na remuneração docente, após grande declínio no período 1987-1996, ocorreu em 1998 com a introdução da GED. A gratificação sacralizou a relação condicionada de pagamento por produtividade, uma tática do regime flexível de produção. Essa lógica já havia sido indicada quando da publicação do III PNPG, no final da década de 1980 e, além de estabelecer um dispositivo flexível na remuneração ela impulsionou de modo vigoroso a intensificação do trabalho docente.

Gráfico 1 - Evolução da remuneração do corpo docente permanente das IFES, com graduação, mestrado e doutorado, em regime de trabalho de DE - Brasil - 1987/2012



Fontes: Brasil (1987; 1991; 1996c); MOG/SEAP (1999a); MP/SRH (2006c); MP/SEGEP (2012).

De 1998 a 2006 a remuneração permaneceu praticamente estagnada. Em 2006, com a alteração no PUCRCE por meio da Lei n. 11.344/06 que criou a classe de Associado e desestruturou a progressão na Carreira, provocou uma redução na remuneração das classes de Adjunto, Assistente e Auxiliar abaixo dos patamares de 1998. Apenas as classes de Associado e Titular auferiram crescimento real entre 2006 e 2012.

Por sua vez, o estreitamento das relações entre o público e o privado constitui um dos fundamentos do Neoliberalismo. Dentre as suas características, cabe mencionar o impacto que ele trouxe sobre a garantia dos direitos fundamentais aos trabalhadores, tais como seguridade social, educação, transporte, moradia, saneamento e trabalho. De igual modo, ele incide frontalmente na estrutura de organização da classe trabalhadora, sobre os sindicatos.

O que se verificou ao longo do período histórico desta pesquisa foi uma paulatina implementação dos postulados Neoliberais, com início desde o Programa de Governo de Collor de Melo. E seguiu ao longo dos demais anos, sem exceção, com a implementação dos fundamentos do Consenso de Washington.

A pauta previdenciária impactou profundamente a Carreira Docente do Magistério Superior Federal. Com a aprovação do PUCRCE a aposentadoria integral foi garantida e reafirmada com a publicação do RJU. Contudo, para readequar a máquina estatal das Universidades Federais no sentido de reduzir gastos, priorizar investimentos e despesas, a

aposentadoria especial foi retirada em 1998 (25 anos de contribuição para as mulheres e 30 anos para os homens), por meio da EC n. 20/98, que passou a vincular a idade (48 anos para mulheres e 53 para os homens) ao tempo de contribuição (30 anos para as mulheres e 35 anos para os homens).

O impacto na Carreira com o fim da aposentadoria integral com a Reforma da Previdência Pública, em 2003, foi ainda maior. Desestruturou o próprio processo de progressão ao longo da Carreira pela desvantagem que seria o acesso à classe de Titular. Com a aprovação da EC n. 41/03 (Reforma da Previdência Pública), a idade para aposentadoria dos professores do magistério federal superior foi aumentada (55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens) e a integralidade na aposentadoria foi eliminada, no entanto, somente em 2012, com a criação do Regime de Previdência Pública pelo Decreto 7.808/12, que os servidores públicos federais, contratados a partir de então, terão seus benefícios de aposentadoria limitados ao teto vigente para o Regime Geral de Previdência.

Na prática, o que se conclui é que, com a Reforma do Estado brasileiro e a efetivação dos serviços não exclusivos do Estado, as IES Públicas e, particularmente, as Universidades Federais perdem centralidade no âmbito da ação do Estado para com a ampliação da oferta da educação superior. Apesar disso, amplia-se a relação entre a estrutura das Universidades e o setor privado.

Essa perspectiva foi impulsionada desde o III PNPG e aprofundada, principalmente, por meio das parcerias entre as Universidades Federais e as Fundações de Apoio, pelas Parcerias Público-Privadas, pela Lei de Inovação Tecnológica, por meio da possibilidade de flexibilização da DE e pela pesquisa induzida. Para fazer com que se estreitasse os vínculos entre o espaço público e o espaço privado, era necessário introduzir no cargo do magistério superior federal o *modus operandi* formatado pelo capital produtivo.

Apesar desse quadro caótico é possível concluir que a resistência daqueles que materializam a Carreira Docente, frente às políticas do Estado, é que contribuiu para a conquista e a manutenção dessa Carreira. Contudo, diante da lógica Neoliberal, todas as formas de resistência foram duramente combatidas pelos governos, seja da direita ou uma Frente Popular.

O novo crescimento que o movimento político-sindical de esquerda obteve no início da década de 1980, contribuiu de modo decisivo para a transição da organização associativista do MD, na figura da ANDES, para o Sindicato Nacional - ANDES-SN. Como verificado, o combustível da ação político-sindical, em diversos momentos, era a necessidade da conquista de direitos com foco na Carreira Unificada e, após 1987, na Carreira Única que fundamenta a

proposta do sindicato para Universidade Brasileira. E o catalisador para auferir vitórias era a greve, que em diversos anos, desde 1980, emplacou as manchetes nacionais.

Além da mobilização permanente da categoria e das greves como estratégia última de negociação com os governos, o MD se utilizou de estratégias extremas para defender o seu projeto de Carreira e de Universidade. A greve de fome realizada em 1998 constituiu uma ação extrema que demonstrou o nível de compromisso dessa categoria com a educação superior pública na luta contra as ações do Estado. A independência frente aos governos foi mantida nas diversas ações referentes à Carreira defendidas pelo ANDES-SN.

Uma das conclusões que é possível extrair do PUCRCE trata da organização do MD. A Carreira Unificada não apenas objetivou articular, num só plano de Carreira, docentes de Universidades Fundacionais e Autárquicas, contudo foi produto do nível de organização que o MD auferiu ao longo da década de 1980. Isso apresenta íntima relação com o processo de profissionalização que o magistério superior federal vivenciou ao longo da década de 1970 e 1980.

A principal ferramenta se configurou na organização de classe, única e sólida, nacionalmente determinada por meio do ANDES-SN. Apenas dessa forma seria possível enfrentar todos os governos que assumiram a direção do Estado burguês no período analisado. Localmente, o MD se capilarizou a partir das AD constituídas em cada Universidade Federal do país.

A aposta na articulação sindical macro da classe trabalhadora brasileira foi uma das estratégias do ANDES-SN para garantir vitórias nas pautas específicas sobre Carreira Docente. A intervenção na Constituinte, no conteúdo do RJU, no texto da LDB e na construção do PNE da Sociedade Brasileira foram expressão dessa articulação.

O MD se fundamentou na defesa do serviço público e na defesa da educação pública a todos, com acesso gratuito e qualidade socialmente determinada. Logo, travou um oposição categórica contra a privatização das IFES e sua relação com o mercado, por constituírem ações que desestruturam a Carreira Docente. E sempre foi propositivo, formulando política para a Carreira por meio de documentos e propostas de projetos de lei.

Ao longo dos anos de governos de Frente Popular aqui analisados (2003 a 2012), o MD saiu na frente junto com outras organizações e partidos na denuncia contra as políticas implementadas por esses governos, pois não caminham na direção histórica construída e defendida pela classe trabalhadora brasileira. A Contrarreforma da Educação Superior do governo Lula foi amplamente analisada desde o seu nascedouro e seus impactos sobre a Carreira foram denunciados pela organização sindical.

Contudo, mesmo com o nível de organização do ANDES-SN e sua rigorosidade científica na construção de propostas para a Universidade Brasileira, não foi possível evitar as diversas fissuras realizadas no PUCRCE ao longo do período de sua implementação. Apesar disso, o MD segue mantendo sua posição na defesa da construção de uma sociedade socialista e radicalmente democrática.

Portanto, torna-se possível responder a questão colocada nesta pesquisa a partir do que foi apresentado, de modo que, é possível afirmar que a Carreira Docente do Magistério Superior Federal, no período 1987-2012, foi constituída e consolidada em direção aos princípios da reestruturação produtiva e da reforma do Estado brasileiro, apesar do enfrentamento e da resistência do MD. A política pública referente à Carreira Docente, instituída pelos governos desse período, assumiu essa configuração.

Os limites da pesquisa se encontram no intervalo delimitado. É sabido que a partir de 2012 uma nova Carreira foi estabelecida, com particularidades que ainda se encontram em processo. Tais particularidades são constitutivas de um período que se iniciou a partir das modificações no conjuntura do quadro docente inseridas pelo REUNI. Os jovens doutores que adentraram as Universidades Federais encontraram uma nova conjuntura para o desenvolvimento nesse cargo público.

A Carreira Docente, praticamente, não se inicia mais nos patamares iniciais, nas classes de Auxiliar e Assistente, apesar de formalmente se configurar dessa forma. Os docentes se formam fora da Carreira, com pouca idade e sem a experiência das atividades desenvolvidas no cargo, principalmente para as atividades de ensino, afinal a pós-graduação *stricto sensu* não objetiva formar professores, mas sim pesquisadores.

As condições precárias de ensino, pesquisa e extensão se articulam com a estagnação e redução na remuneração propiciados pelos últimos governos do período analisado. Logo, há um estímulo para a complementação salarial por meio de bolsas, a ampliação das relações com o setor privado, principalmente para o financiamento de pesquisa e custeio de materiais diversos, ou ainda, a simples realização de consultorias à pessoas jurídicas.

O que se apresenta, na ordem do dia, perpassa pela necessidade da manutenção da independência de classe. Garantir a unidade na organização classista, representado pelo ANDES-SN, é o ponto de partida para a manutenção das lutas sobre a Carreira Docente. Articulado com esse princípio, é preciso afirmar, novamente, a identificação da categoria e de seu sindicado com os interesses históricos e o projeto societal defendido pela classe trabalhadora. Qualquer formulação política no que diz respeito ao projeto de Carreira Docente

e ao projeto de Universidade que não seja construída sob essas bases caminhará para a conciliação com o Estado burguês.

É preciso, por fim, ter a compreensão do significado da defesa do projeto socialista, que não é uma abstração ou mero produto da retórica. Configura-se, antes de tudo, na defesa obstinada da destruição do Estado burguês. Apenas por meio dessa ação da classe trabalhadora, e o MD é constitutivo dessa classe, existirá possibilidades para a construção de uma Carreira Docente que reestabeleça os princípios defendidos pelo ANDES-SN.

6 REFERÊNCIAS

ALBERINI, Marilene. *Nos limites do viver e do sobreviver*: o programa bolsa família, modos de vida e desenvolvimento social no contexto urbano. 2010. 301 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ALCADIPANI, Rafael; BERTERO, Carlos Osmar. A Guerra Fria e o Ensino do Management no Brasil: o Ponto IV e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EAESP). In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 3., 2011, João Pessoa. *Anais*... João Pessoa, 2011. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2011/ENEPQ162.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2014.

ALVES, Giovanni. Do "novo sindicalismo" à "concertação social": ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 15, p. 111-124, nov. 2000.

ALVES, Giovanni. *Dimensões da globalização*: o capital e suas contradições. Londrina: Práxis, 2001.

ALVES, Giovanni. *Dimensões da reestruturação produtiva*: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

AMADO, Maria Madalena Serpa Pimentel Dias. *Programa bolsa família*: estratégia para a autonomia e emancipação?. 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo*: as políticas sociais e o estado democrático. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?*: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

ANUATTI NETO, Francisco; BOROSSI FILHO, Milton; CARVALHO, Antonio Gledson de; MACEDO, Roberto. Os efeitos da privatização sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas privatizadas. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 2, p. 151-175, abr. jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbe/v59n2/a01v59n2.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2009.

APPLE, Michael W. *Trabalho docente e textos*: economia política das relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da história*: um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista. 2000. 581 f. Tese

(Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ARCARY, Valério. *Um reformismo quase sem reformas*: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira. 2. ed. São Paulo: José Luis e Rosa Sundermann, 2014.

AS EXPORTAÇÕES brasileiras - O agronegócio. *Economia BR*, 2015. Disponível em: <http://www.economiabr.com.br/Eco/Eco_exportacao_agro.htm>. Acesso em: 20 jul. 2015.

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - SEÇÃO SINDICAL. *A política econômica e as reformas neoliberais do governo Lula*. Caderno ADUFPA 4. Belém, PA, out. 2005.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *O controle ideológico na USP*: 1964-1978. São Paulo: ADUSP, 2004.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR. *Relatório final do V CONAD*. Belo Horizonte, 11-13 jun. 1982. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>. Acesso em: 20 set. 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR. *Relatório final do VII CONAD*. Rio de Janeiro, 3-5 jun. 1983. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>. Acesso em: 20 set. 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR. *Relatório final do IX CONAD*. Belo Horizonte, 21-24 jun. 1984. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>. Acesso em: 20 set. 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR. *Relatório final do XIII CONAD*. São Paulo, 20-22 jun. 1986a. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>. Acesso em: 20 set. 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR. *Relatório final do XIV CONAD*. Curitiba, 2-5 out. 1986b. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>. Acesso em: 20 set. 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR. *Relatório final do XVII CONAD*. Porto Alegre, 2-5 jun. 1988. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>. Acesso em: 20 set. 2012.

BADO, Alvaro Roberto Labrada. *A política econômica externa do governo Castelo Branco (1964-1967)*. 2006. 229 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BANCO MUNDIAL. *La enseñanza superior*: las lecciones derivadas de la experiencia. Washington, DC: BM, 1995. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2005/06/14/000090341_20050614161209/Rendered/PDF/133500PAPER0Sp1rior0Box2150A1995001.pdf >. Acesso em: 8 nov. 2014.

BANCO MUNDIAL. *Prioridades y estratégias para a educación*: examen del Banco Mundial. Washington, DC: BM, 1996. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2005/06/13/000160016_20050613172136/Rendered/PDF/14948010spanish.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2015.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Programa Nacional de Desestatização. Relatório de Atividades - 2009. Rio de Janeiro: BNDES, 2010. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Privatizacao/200912_1.html>. Acesso em: 24 mar. 2015.

BARBOSA, Daniela. Os 13 maiores lucros dos bancos brasileiros em 2012. *Revista Exame*, Negócios, 21 fev. 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/os-13-maiores-lucros-dos-bancos-brasileiros-em-2012#1>. Acesso em: 20 jul. 2015.

BELISÁRIO, Adriano. As quatro irmãs. *Pública*, Reportagens, Empresas, 30 jun. 2014. Disponível em: <http://apublica.org/2014/06/as-quatro-irmas/>. Acesso em: 20 jul. 2015.

BELLONI, Isaura. Função da universidade: notas para reflexão. In: VI Conferência Brasileira de Educação. *Universidade e Educação*. Campinas: Papirus, 1992. p. 71-78.

BELLONI, Isaura. A GED e a política de educação superior. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. 22., 1999, Caxambú. *Anais*..., Caxambú: ANPED, 1999, p. 1-12. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/22/BELLONI.htm>. Acesso em: 2 abr. 2015.

BOITO JÚNIOR, Armando. *O sindicalismo de estado no Brasil*: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas: UNICAMP, 1991.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Brasília, DF, 9 abr. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 25 mar. 2014.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. *Diário Oficial [da]*

República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 dez. 1968d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 12 abr. 2014.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 set. 1946. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-norma-pl.html>. Acesso em: 28 mar. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de janeiro de 1967. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 24 jan. 1967. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1960-1969/constituicao-1967-24-janeiro-1967-365194-norma-pl.html>. Acesso em: 28 mar. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html>. Acesso em: 1 maio 2014.

BRASIL. Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 jul. 1951. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-norma-pe.html>. Acesso em: 05 maio 2014.

BRASIL. Decreto nº 60.231, de 16 de fevereiro de 1967. Modifica a tabela de salário-mínimo aprovada pelo Decreto n° 57.900, de 2 de março de 1966, e alterada pelo Decreto n° 58.154, de 5 de abril de 1966. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 17 fev. 1967c. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60231-16-fevereiro-1967-400952-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 mar. 2014.

BRASIL. Decreto nº 62.024, de 29 de dezembro de 1967. Institui Comissão Especial para propor medidas relacionadas com os problemas estudantis. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 29 dez. 1967b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62024-29-dezembro-1967-403237-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 mar. 2014.

BRASIL. Decreto nº 62.937, de 2 de julho de 1968. Dispõe sobre a instituição de grupo de trabalho para promover a reforma universitária e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 3 jul. 1968b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62937-2-julho-1968-404810-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 mar. 2014.

BRASIL. Decreto s/n, de 2 de julho de 1968. O Presidente da República resolve: DESIGNAR: O Professor Antônio Moreira Couceiro, Padre Fernando Bastos D'Avila, Reitor João Lyra Filho, Doutor João Paulo dos Reis Velloso, Doutor Fernando Ribeiro do Val, Professor Roque Spencer Maciel de Barros, Professor Newton Sucupira, Professor Valnir Chagas e os estudantes João Carlos Moreira Bessa e Paulo Bouças para, sob a presidência do Ministro da Educação e Cultura, constituírem o grupo de trabalho criado pelo Decreto nº 62.937, de 2 de julho de 1968, para promover a reforma universitária. *Diário Oficial [da]*

República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 jul. 1968d. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2938829/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-03-07-1968/pdfView>. Acesso em: 20 maio 2015.

BRASIL. Decreto nº 64.442, de 1 de maio de 1969. Altera a tabela de salário mínimo aprovada pelo Decreto nº 62.461, de 25 de março de 1968. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2 maio 1969. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2952720/pg-5-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-02-05-1969/pdfView>. Acesso em: 12 abr. 2014.

BRASIL. Decreto nº 73.411, de 4 de janeiro de 1974. Institui o Conselho Nacional de Pós-Graduação e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 7 jan. 1974. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73411-4-janeiro-1974-421858-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 maio 2014.

BRASIL. Decreto nº 85.487, de 11 de dezembro de 1980. Dispõe sobre a carreira do magistério nas instituição federais autárquicas e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 dez. 1980b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85487-11-dezembro-1980-435094-norma-pe.html>. Acesso em: 12 jul. 2014.

BRASIL. Decreto nº 87.814, de 16 de novembro de 1982. Aprova o II Plano Nacional de Pós-Graduação. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 nov. 1982. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-87814-16-novembro-1982-437804-norma-pe.html>. Acesso em: 18 jun. 2014.

BRASIL. Decreto nº 90.381, de 29 de outubro de 1984. Fixa novo salário mínimo para todo o território nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 30 out. 1984. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-90381-29-outubro-1984-440657-norma-pe.html>. Acesso em: 18 jun. 2014

BRASIL. Decreto nº 91.177, de 29 de março de 1985. Institui Comissão Nacional visando à reformulação da educação superior e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 1 abr. 1985b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91177-29-marco-1985-441184-norma-pe.html>. Acesso em: 18 jun. 2014.

BRASIL. Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987. Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 24 jul. 1987b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D94664.htm>. Acesso em: 09 set. 2009.

BRASIL. Decreto nº 95.579, de 29 de dezembro de 1987. Reajusta o valor do Piso Nacional de Salários. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 30 dez. 1987d. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-95579-29-dezembro-1987-445870-norma-pe.html>. Acesso em: 26 jul. 2014.

BRASIL. Decreto nº 2.668, de 13 de julho de 1998. Dispõe sobre critérios para pagamento da

Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 14 jul. 1998d. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1998/decreto-2668-13-julho-1998-397936-norma-pe.html>. Acesso em: 3 abr. 2015.

BRASIL. Decreto s/n, de 20 de outubro de 2003. Institui Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 21 out. 2003a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9998.htm>. Acesso em: 15 maio 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.808, de 20 de setembro de 2012. Cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - Funpresp-Exe, dispõe sobre sua vinculação no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 21 set. 2012b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2012/decreto-7808-20-setembro-2012-774261-norma-pe.html>. Acesso em: 15 maio 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 ago. 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm>. Acesso em: 9 mar. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as Universidades Federais e dá outras providencias. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Brasília, DF, 21 nov. 1966. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-53-18-novembro-1966-373396-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 mar. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 28 fev. 1967a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-252-28-fevereiro-1967-376151-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 mar. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 fev. 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0464.htm>. Acesso em: 10 mar. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 465, de 11 de fevereiro de 1969. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.539, de 27 de novembro de 1968 e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 fev. 1969b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0465.htm>. Acesso em: 12 abr. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do*

Brasil, Brasília, DF, 26 fev. 1969a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm>. Acesso em 12 abr. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.086, de 25 de fevereiro de 1970. Fixa os vencimentos básicos do pessoal docente do ensino superior federal, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 fev. 1970. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1086-25-fevereiro-1970-375351-norma-pe.html>. Acesso em: 28 jul. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.820, 11 de dezembro de 1980. Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como das pensões e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 dez. 1980a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1980-1987/decreto-lei-1820-11-dezembro-1980-370816-norma-pe.html>. Acesso em: 12 jul. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.969, de 25 de novembro de 1982. Altera e estrutura salarial da classe de Professor Titular da carreira do magistério superior das instituições federais autárquicas, dispõe sobre a incorporação da Gratificação de Dedicação Exclusiva e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 dez. 1980a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1980-1987/decreto-lei-1969-25-novembro-1982-366993-norma-pe.html>. Acesso em: 24 jul. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.228, de 17 de janeiro de 1985. Reajusta os atuais valores dos vencimentos, salários, proventos, pensões e da Gratificação de Dedicação Exclusiva dos servidores que menciona e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 jan. 1985a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1980-1987/decreto-lei-2228-17-janeiro-1985-349306-norma-pe.html>. Acesso em: 18 jun. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.351, de 7 agosto de 1987. Institui o Piso Nacional de Salários e o Salário Mínimo de Referência e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 10 ago. 1987c. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1980-1987/decreto-lei-2351-7-agosto-1987-374967-norma-pe.html>. Acesso em: 26 jul. 2014.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 dez. 1998c. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1998/emendaconstitucional-20-15-dezembro-1998-356870-norma-pl.html>. Acesso em: 20 maio 2015.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003. Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 31 dez. 2003e. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2003/emendaconstitucional-41-19-dezembro-2003-497025-norma-pl.html>. Acesso em: 15 maio 2015.

BRASIL. Exposição de Motivos nº 88, de 25 de março de 1985. Propõe a constituição de uma comissão de alto nível para apresentar subsídios visando á formação de uma nova política para a educação superior brasileira. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2 abr. 1985c. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/expmot/1980-1987/exposicaodemotivos-88-25-marco-1985-483360-norma-me.html>. Acesso em: 19 jun. 2014.

BRASIL. Exposição de Motivos Interministerial nº 233, de 18 de agosto de 2004. Altera dispositivos da Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998, que institui a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior, e dá outras providências. *Diário [da] Câmara [dos] Deputados [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 14 ago. 2004c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Exm/EM-233-MEC-04.htm>. Acesso em: 15 maio 2015.

BRASIL. Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 jan. 1951. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1310-15-janeiro-1951-361842-norma-pl.html>. Acesso em: 05 maio 2014.

BRASIL. Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 nov. 1952. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1711impressao.htm>. Acesso em: 12 abr. 2014.

BRASIL. Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960. Dispõe sobre a Classificação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo, estabelece os vencimentos correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1960. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3780-12-julho-1960-354408-norma-pl.html>. Acesso em: 12 jul. 2014.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 10 mar. 2014.

BRASIL. Lei nº 4.330, de 1 de junho de 1964. Regula o direito de greve, na forma do art. 158, da Constituição Federal. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Brasília, DF, 3 jun. 1964. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4330-1-junho-1964-376623-norma-pl.html>. Acesso em; 18 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Brasília, DF, 10 dez. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4881A.htm>. Acesso em: 12 abr. 2014.

BRASIL. Lei nº 5.539, de 27 de novembro de 1968. Modifica dispositivos da Lei número 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 29 nov. 1968e. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5539.htm#art25>. Acesso em: 10 mar. 2014.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 nov. 1968c. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm>. Acesso em: 11 mar. 2014.

BRASIL. Lei nº 6.151, de 4 de dezembro de 1974. Dispõe sobre o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1975 a 1979. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 6 dez. 1974b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6151-4-dezembro-1974-357400-norma-pl.html>. Acesso em: 11 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 6.182, de 11 de dezembro de 1974. Fixa a retribuição do Grupo-Magistério do Serviço Civil da União e das Autarquias Federais, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 13 dez. 1974a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6182-11-dezembro-1974-357577-norma-pl.html>. Acesso em: 14 abr. 2014.

BRASIL. Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-Lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 13 abr. 1987a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7596-10-abril-1987-368125-norma-pl.html>. Acesso em: 15 out. 2012.

BRASIL. Lei nº 7.814, de 8 de setembro de 1989. Altera disposições do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos aprovado pelo Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 set. 1989. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7814-8-setembro-1989-365420-norma-pl.html>. Acesso em: 13 jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 dez. 1990. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8112-11-dezembro-1990-322161-norma-pl.html>. Acesso em: 13 jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 8.243, de 14 de outubro de 1991. Dispõe sobre os vencimentos dos professores incluídos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 out. 1991. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8243-14-outubro-1991-376223-norma-pl.html>. Acesso em: 13 jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.276, de 9 de maio de 1996. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 1996/1999 e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 10 maio 1996b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9276-9-maio-1996-372360-norma-pl.html> Acesso em: 13 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996. Fixa critérios para a progressiva unificação das tabelas de vencimentos dos servidores, altera o Anexo II da Lei n. 8.237, de 30 de setembro de 1991, para implementação da isonomia a que se refere o § 1º do art. 39 da Constituição, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 dez. 1996c. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9367-16-dezembro-1996-349427-norma-pl.html. Acesso em: 24 maio 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-norma-pl.html>. Acesso em: 14 nov. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998. Institui a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 6 jul. 1998a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9678.htm>. Acesso em: 11 jan. 2010.

BRASIL. Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2000/2003. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 24 jul. 2000. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-9989-21-julho-2000-359790-norma-pl.html>. Acesso em: 24 maio 2015.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 10 jan. 2001a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-norma-pl.html>. Acesso em: 13 jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001. Regulamenta o inciso X do art. 37 da Constituição, que dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 dez. 2001b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10331-18-dezembro-2001-428599-norma-pl.html>. Acesso em: 24 maio 2015.

BRASIL. Lei nº 10.697, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, de que trata a Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001, referente ao ano de 2003. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 3 jul. 2003d. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10697-2-julho-2003-497184-norma-pl.html>. Acesso em: 15 maio 2015.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 15 abr. 2004a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10861-14-abril-2004-531708-norma-pl.html>. Acesso em: 15 maio 2015.

BRASIL. Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008. Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei nº 11.357 [...]. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 set. 2008. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11784-22-setembro-2008-581033-norma-pl.html>. Acesso em: 15 maio 2015.

BRASIL. Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012. Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud); altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2 abr. 2012a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12618-30-abril-2012-612780-norma-pl.html>. Acesso em: 15 maio 2015.

BRASIL. Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992. Institui Gratificações de Atividade para os servidores civis do Poder Executivo, revê vantagens e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 28 ago. 1992. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leidel/1992/leidelegada-13-27-agosto-1992-354944-norma-pl.html>. Acesso em: 22 jan. 2015

BRASIL. Medida Provisória nº 1.616-15, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o número de Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino Superior, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e das Escolas Agrotécnicas Federais, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 13 fev. 1998b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1998/medidaprovisoria-1616-15-12-fevereiro-1998-357750-norma-pe.html>. Acesso em: 3 abr. 2015.

BRASIL. Medida Provisória nº 147, de 15 de dezembro de 2003. Institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior e dispõe sobre a avaliação do ensino superior. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 dez. 2003b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2003/medidaprovisoria-147-15-dezembro-2003-497411-norma-pe.html>. Acesso em: 15 maio 2015.

BRASIL. Medida Provisória nº 208, de 20 de agosto de 2004. Altera dispositivos da Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998, que institui a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 ago. 2004b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2004/medidaprovisoria-208-20-agosto-2004-533723-norma-pe.html>. Acesso em: 15 maio 2015.

BRASIL. Medida Provisória nº 569, de 11 de maio de 2012. Dispõe sobre servidores do Instituto Nacional de Meteorologia, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, da Agência Brasileira de Inteligência, da Comissão de Valores Mobiliários, do Instituto Evandro Chagas, do Centro Nacional de Primatas, da Fundação Oswaldo Cruz, do Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada, do Instituto Nacional do Seguro Social, da Superintendência de Seguros Privados, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, do Serviço Exterior Brasileiro, do Instituto Brasileiro de Turismo, da Superintendência da Zona Franca de Manaus, do ex-Território de Fernando de Noronha e do Ministério da Fazenda, sobre os ocupantes de cargos de Médico do Poder Executivo, de cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, de cargos de Agente de Combate às Endemias e de cargos das carreiras de Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de Analista de Infraestrutura, de Ciência e Tecnologia, de Tecnologia Militar, de Desenvolvimento de Políticas Sociais e de Finanças e Controle, sobre as gratificações e adicionais que menciona, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 14 maio 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Mpv/568.htm>. Acesso em: 11 out. 2013.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília: Imprensa Nacional, nov. 1995. Plano aprovado pela Câmara da Reforma do Estado da Presidência da República em setembro de 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 475, de 26 de agosto de 1987. Expede Normas Complementares para a execução do Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 31 ago. 1987. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3588630/pg-27-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-31-08-1987/pdfView>. Acesso em: 25 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Relatório elaborado pela Comissão Especial criada pelo Decreto nº 62.024, de 29 de dezembro de 1967. Suplemento ao nº 168. Seção I. Parte I. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 30 ago. 1968a. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1968/08/30>. Acesso em: 30 fev. 2014.

BRASIL. Projeto de Lei nº 4.605, de 6 de junho de 1998. Institui a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior, e dá outras providências. *Diário [da] Câmara [dos] Deputados [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 6 jun. 1998d. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=222891>. Acesso em: 2 abr. 2015.

BRASIL. Projeto de Lei nº 1.083, de 26 de maio de 2003. Dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional. *Diário [da] Câmara [dos] Deputados [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26 maio 2003c. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=116898>. Acesso em: 15 maio 2015.

BRASIL. Projeto de Lei nº 6.368, de 8 de dezembro de 2005. Altera a estrutura e a remuneração da Carreira do Magistério Superior pertencente ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e dá outras providências. *Diário [da] Câmara [dos] Deputados [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 8 dez. 2005. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=309461>. Acesso em: 15 maio 2015.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 173, de 18 de agosto de 1995. Modifica o capitulo da administração publica, acrescenta normas as disposições constitucionais gerais e estabelece normas de transição. *Diário [do] Congresso Nacional [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 ago. 1995a. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=169506>. Acesso em: 3 abr. 2015.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 233, de 23 de outubro de 1995. Modifica o artigo 34 e o Capítulo III, Seção I, da Constituição Federal e o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário [da] Câmara [dos] Deputados [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 24 out. 1995b. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=24986>. Acesso em: 3 abr. 2015.

BRECHT, Bertold. Privatizado. In: CITELLI, Adilson. Bertold Brecht: comunicação, poesia e revolução. *Comunicação e Educação*, v. 12, n. 2, p. 109-112, maio/ago. 2007.

BRECHT, Bertold. Os que lutam. In: CITELLI, Adilson. Bertold Brecht: comunicação, poesia e revolução. *Comunicação e Educação*, v. 12, n. 2, p. 109-112, maio/ago. 2007.

CABALLERO, Cecilia; RODRIGUES, Julia de Souza. A Universidade do Brasil em Reforma: uma análise da sistematização da legislação nacional - Lei de Reforma Universitária de 1968 a partir da reforma da Universidade do Brasil de 1962. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI/UFU CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito. 21., 2012, Florianópolis. *Anais...*, Florianópolis: FUNJAB, 2012, p. 263-283. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=916d3891a243c10f>. Acesso em: 20 fev. 2014.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Caixa tem lucro de R$ 5,2 bi. Notícias, 2012. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/imprensa/noticias/asp/popup_box.asp?codigo=6911474>. Acesso em: 20 jul. 2015.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Caixa tem lucro recorde de R$ 6,1 bi em 2012. Notícias, 19 fev. 2013. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/imprensa/noticias/asp/popup.asp?codigo=7012669>. Acesso em: 20 jul. 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. *Execução da Lei Orçamentária Anual da União*. Banco de Dados. 1995. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/loa/execucao.html>. Acesso em: 19 mar. 2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. *Execução da Lei Orçamentária Anual da União*. Banco de Dados. 1998. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/loa/execucao.html>. Acesso em: 19 mar. 2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. *Execução da Lei Orçamentária Anual da União*. Banco de Dados. 2002. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/loa/loa2002>. Acesso em: 19 mar. 2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. *Execução da Lei Orçamentária Anual da União*. Banco de Dados. 2003. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/loa/loa2003>. Acesso em: 19 mar. 2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. *Execução da Lei Orçamentária Anual da União*. Banco de Dados. 2007. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/loa/loa2007/execucao/loa2007.html>. Acesso em: 19 mar. 2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. *Execução da Lei Orçamentária Anual da União*. Banco de Dados. 2012. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/loa/loa2012/consultas-e-relatorios-de-execucao>. Acesso em: 19 mar. 2014.

CANARY, Henrique. O que é frente popular. In: _____. *O que é... Conceitos fundamentais de política, economia e sociedade*. São Paulo: José Luis e Rosa Sundermann, 2012. p. 58-63.

CARTA da UNE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 15, 4 ago. 1967.

CARTA de Goiânia. *Educação e Sociedade*, São Paulo, n. 25, p. 5-10, dez. 1986.

CARTA de intenção referente à segunda revisão do acordo. Ministério da Fazenda. Ajuste Fiscal. Segunda Revisão. 28 fev. 2003. Disponível em: <http://161.148.1.43/portugues/fmi/acordofmi.asp>. Acesso em: 8 jul. 2015.

CASTRO, Davi de. *Entenda as greves dos servidores federais*. EBC. Notícias. Brasil. 16 ago. 2012. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2012/08/greve>. Acesso em: 11 jan. 2014.

CASOTTI, Bruna Pretti; GOLDENSTEIN, Marcelo. Panorama do setor automotivo: as mudanças estruturais da indústria e as perspectivas para o Brasil. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 147-188, set. 2008. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set2806.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

CERDEIRA, Bernardo. Breve história da corrente trotskista morenista no Brasil. *Opinião Socialista*, São Paulo, n. 355, p. 10-11, 1 out. 2008.

CÉSAR, Benedito Tadeu. *Verso, reverso, transverso*: o PT e a democracia no Brasil. 1995. 339 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. *Poder do estado e poder dos docentes*: um olhar sobre o movimento docente na UFPA. Belém, PA: SPEP/GRAPHITTE, 1997.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Política de gestão e financiamento da expansão das Universidades Federais via precarização do trabalho docente. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SILVA JÚNIOR, João dos Reis (Orgs.). *Educação Superior no Brasil e diversidade regional*. Belém, PA: EDUFPA, 2008. p. 67-88.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; MEDEIROS, Luciene G. Miranda; VASCONCELLOS, Helena Corrêa de. Cadernos Andes: a produção científica dos militantes do movimento docente nas universidades brasileiras. In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (Org.). *Educação superior*: avaliação da produção científica. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 2000. p. 193-209.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (Org.). *A finança mundializada*: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 35-67.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COELHO, Pedro Rabelo. *Sindicalismo na universidade*: um estudo do movimento docente. Santa Maria: SEDUFSM/ANDES-SN, 1996.

COGGIOLA, Osvaldo. *O capital contra a história*: gênese e estrutura da crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 2002.

COLLOR, Fernando. *Brasil*: um projeto de reconstrução nacional. Brasília: Senado Federal, 2008.

CONSTRUINDO UM NOVO BRASIL. Quem Somos. Disponível em: <http://www.construindoumnovobrasil.com.br/index.php/cnb/quemsomos/>. Acesso em: 12 jun. 2015.

CONSTRUTORAS lucram R$ 2 bilhões em 2010. *IG*, São Paulo, 29 abr. 2011. Empresas. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/empresas/construtoras-lucram-r-2-bilhoes-em-2010/n1300120148392.html>. Acesso em: 20 jul. 2015.

COSTA, Iris Santiago. *Programa de Qualificação Institucional - PQI*: Uma experiência de avaliação da CAPES. 2007. 148 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CUCULO, Eduardo; ALEGRETTI, Laís. Superávit primário de 2013 fica abaixo da meta do governo. *Estadão*, 31 jan. 2014. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,superavit-primario-de-2013-fica-abaixo-da-meta-do-governo,176870e>. Acesso em: 8 jul. 2015.

CUNHA, Luiz Antonio Constant Rodrigues da. *A universidade reformada*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Luis Antônio Constant Rodrigues da. A cátedra universitária no Brasil: persistência, mudança e desaparecimento. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 18., 1994, Caxambu. *Anais*... Caxambu: ANPOCS, 1994. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7418&Itemid=363>. Acesso em: 28 mar. 2014.

CURRALERO, Cláudia Regina Baddini. *O enfrentamento da pobreza como desafio para as políticas sociais no Brasil*: uma análise a partir do Programa Bolsa Família. 2012. 257 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. 1º de maio – dia do trabalho: a questão do salário. Boletim. Edição Especial. maio 2004.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Balanço das greves em 2012. *Estudos e Pesquisas*, n. 66, maio 2013. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2014

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Política de valorização do salário mínimo: salário mínimo de 2013 será de R$ 678,00. Nota Técnica, n. 118, dez. 2012. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notaTec118salarioMinimo2013.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Política de valorização do salário mínimo: valor para 2014 será de R$ 724,00. Nota Técnica, n. 132, dez. 2013. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2013/notaTec132SalarioMinimo2014.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

DESPESA DA UNIÃO POR FUNÇÃO. Tesouro Nacional. 2009. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/execucao_orcamentaria_do_GF/Despesa_Regionalizada2009.xls>. Acesso em: 9 maio 2010.

DEUS, Maria Alba Pereira de. *Reforma da educação superior e gestão das universidades federais*: o planejamento institucional na Universidade Federal de Viçosa. 2008. 246 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

DINIZ, Eduardo Baltazar. O lucro dos bancos nos últimos dez anos. *Brasilianas*, Blogs, 9 out. 2011. Disponível em: <http://advivo.com.br/blog/eduardo-diniz/o-lucro-do-bancos-nos-ultimos-dez-anos>. Acesso em: 20 jul. 2015.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo: neo-imperialismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 1-19, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n1/a01v16n1.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2009.

DURANS, Cláudia Alves. *Limites do sindicalismo e reorganização da luta social*: um estudo das experiências de ferroviários e metalúrgicos maranhenses. São Luís: EDUFMA, 2008.

DUSSEL, Henrique. *A produção teórica de Marx*: um comentário ao Grundrisse. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ENGUITA, Mariano Fernández. *A face oculta da escola*: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ENGUITA, Mariano Fernández. *Trabalho, escola e ideologia*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

ESTUDANTES programam atos contra as eleições indiretas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5, 4 out. 1966.

ESTUDANTES condenam fim da UNE e apontam Suplicy como o seu inimigo n.º 1. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5, 20 out. 1964.

FALEIROS, Vicente de Paula. A questão da reforma da previdência social no Brasil. *Ser Social*, n. 7, p. 97-116, 2000.

FATTORELLI, Maria Lucia. É nula a reforma da previdência de Lula. *Auditoria Cidadã da Dívida*. Brasília, jan. 2013. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Carta-reforma-da-previdencia.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2015.

FATURAMENTO da Samarco cresce 14% no semestre. *Infomet*, 26 ago. 2004. Mineração. Disponível em: <http://www.infomet.com.br/site/noticias-ler.php?bsc=ativar&cod=21617>. Acesso em: 20 jul. 2015.

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade* "*modernizada*" *à universidade disciplinada*: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez, 1990.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Em defesa da universidade pública. In: VI Conferência Brasileira de Educação. *Universidade e educação*. Campinas: Papirus, 1992. p. 121-133.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para discussão. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 23., 2000, Caxambu. *Anais*... Caxambu: ANPED, 2000. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.PDF>. Acesso em: 28 mar. 2014.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FERREIRA, Suely. *A universidade do século XXI*: concepções, finalidades e contradições. 2009. 305 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

FERREIRA, Luciana Rodrigues. *O trabalho do professor jovem-doutor na pós-graduação*: produção de conhecimento e discurso do professor. 2015. 183 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2015.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FONTANA, Klalter Bez. *Trabalho docente e capitalismo*: um estudo sobre a natureza do trabalho docente nas pesquisas em educação na década de 1990. 2005. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Nova Cultura, 1982.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). 10. ed. *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1991.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*: um (re)exame das relação entre educação e estrutura econômico social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FUKUYAMA, Francis. The end of history?. *The National Interest*, 1989. Disponível em: <http://ps321.community.uaf.edu/files/2012/10/Fukuyama-End-of-history-article.pdf>. Acesso em: 02 set. 2014.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Instituto Brasileiro de Economia. Índice geral de preços - disponibilidade interna. Metodologia. Rio de Janeiro: FGV, 2013. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=http://portalibre.fgv.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp%3FfileId%3D8A7C82C53F58BFCA013F77D675292878&sa=U&ei=DZ_dU9nIIOup8QHY_IHoCQ&ved=0CAsQFjAG&client=internal-uds-cse&usg=AFQjCNFfHm4cDdlt2aRJJiDCpYAZOlmZgg>. Acesso em: 15 maio 2014.

GARCIA, Cyro. *Partido dos trabalhadores*: rompendo com a lógica da diferença. 2000. 125 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

GIANNASI, Carlos Alberto. *A doutrina de segurança nacional e o "milagre econômico" (1969/1973)*. 2011. 313 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GOVERNO Lula também quer reformular Carreira Docente. Mas ao seu modo... *Informandes*. Brasília: ANDES-SN, 29 jul. 2010.

GREGÓRIO, José Renato Bez de. O papel do Banco Mundial na contra reforma da educação superior no Brasil: uma análise dos documentos que precederam o REUNI. *Trabalho Necessário*, n. 14, p. 1-26, 2012. Disponível em:

<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN14Joserenato.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

GRUPOS econômicos. *Vai mudar na copa*, s/d. Disponível em: <http://vaimudar.org/grupos-economicos/>. Acesso em: 20 jul. 2015.

GUIMARÃES, André Rodrigues. *Trabalho docente universitário*: participação dos professores na materialização da contrarreforma da educação superior na UFPA. 2014. 284 f. Tese (Doutorado em Educação) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2014.

GUIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. Lutas em torno da primeira LDBN e movimentos populares em educação. In: _____. *História da educação brasileira*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 87-110.

GUTIERREZ, Andriei da Cunha Guerrero. *O trotskismo e o capitalismo neoliberal no Brasil*: Democracia Socialista, PSTU e O Trabalho - uma análise das campanhas eleitorais de 1998 e 2002. 2004. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

HÁ 32 ANOS professores federais realizavam a primeira greve. Educação. Reivindicações. Site do NE10. 2012. Disponível em: <http://ne10.uol.com.br/canal/educacao/noticia/2012/08/16/ha-32-anos-professores-federais-realizavam-a-primeira-greve-361894.php>. Acesso em: 10 mar. 2014.

HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HERNANDEZ, Martín. Um vendaval oportunista corre o mundo. *Opinião Socialista*, São Paulo, n. 175, 1 jun. 2004. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/node/4450>. Acesso em: 02 set. 2014.

HISTÓRICO de greves. Reivindicações e resultados. Site da SEDUFSM. 2014. Disponível em: <http://www.sedufsm.org.br/index.php?secao=greve>. Acesso em: 10 mar. 2014.

HOLLANDA, Chico Buarque. Chico Buarque - 1978. In: _____. *Coleção Chico Buarque*. V. 1. São Paulo: Abril, 2010a.

HOLLANDA, Chico Buarque. Chico Buarque - 1984. In: _____. *Coleção Chico Buarque*. V. 11. São Paulo: Abril, 2010b.

HOLLANDA, Chico Buarque. Construção. In: _____. *Coleção Chico Buarque*. V.2. São Paulo: Abril, 2010c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores IBGE. *Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - IPCA/INPC*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Precos_Indices_de_Precos_ao_Consumidor/IPCA/Fasciculo_Indicadores_IBGE/>. Acesso em: 20 jul. 2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf >. Acesso em: 20 jun. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Reforma Agrária*. Números da Reforma Agrária. 2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria>. Acesso em: 15 abr. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da educação superior*: sinopse estatística - 2002. Brasília: O Instituto, 2003. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/267>. Acesso em: 16 jul. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da educação superior*: sinopse estatística - 2003. Brasília: O Instituto, 2005. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/422>. Acesso em: 16 jul. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da educação superior*: sinopse estatística - 2004. Brasília: O Instituto, 2006b. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/445>. Acesso em: 16 jul. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da educação superior*: sinopse estatística - 2005. Brasília: O Instituto, 2007a. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/633>. Acesso em: 20 ago. 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da educação superior*: sinopse estatística - 2006. 2006c. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2006/Sinopse_EducacaoSuperior_2006.zip>. Acesso em: 16 jul. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da educação superior*: sinopse estatística - 2007. 2007b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2007/Sinopse2007.zip>. Acesso em: 12 dez. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da educação superior*: sinopse estatística - 2008. 2008. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/censo/2008/sinop_sup_2008_versao_preliminar.zip>. Acesso em: 5 dez. 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da educação superior*: sinopse estatística - 2009. 2009. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/sinopse_da_educacao_superior_2009.xls>. Acesso em: 20 maio 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da educação superior*: sinopse estatística - 2010. 2010. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/2010/sinopses_estatisticas_ed_superior/sinopse_educacao_superior_2010_2.zip>. Acesso em: 20 maio 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da educação superior*: sinopse estatística - 2011. 2011. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_superior/sinopse_educacao_superior_2011.zip>. Acesso em: 20 maio 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da educação superior*: sinopse estatística - 2012. 2012. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_superior/sinopse_educacao_superior_2012.zip>. Acesso em: 20 maio 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Evolução do ensino superior - graduação*: 1980-1998. Brasília: O Instituto, 2000a. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/26>. Acesso em: 16 jul. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse estatística do ensino superior*: graduação 1997. Brasília: O Instituto, 1999a. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/353>. Acesso em: 16 jul. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse estatística do ensino superior*: graduação 1998. Brasília: O Instituto, 1999b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/miolo-Superior1-98.pdf >. Acesso em: 16 jul. 2008

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse estatística do ensino superior*: graduação 1999. Brasília: O Instituto, 2000b. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/273>. Acesso em: 16 jul. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse estatística da educação superior - 2000*. Brasília: O Instituto, 2001. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/177>. Acesso em: 16 jul. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse estatística da educação superior - 2001*. Brasília: O Instituto, 2002. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/294>. Acesso em: 16 jul. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Microdados do Censo da Educação Superior 2009*. Brasília: INEP, nov. 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar> . Acesso em: 16 jan. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Microdados do Censo da Educação Superior 2013*. Brasília: INEP, dez. 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>. Acesso em: 16 jan. 2015.

KOPNIN, Pavel Vassílyevitch. *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KORNIS, George Edward Machado. *Repensando o PAEG*: uma revisão das análises da política econômica brasileira - 1964/1966. 1983. 246 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEHER, Roberto. *A contra-reforma universitária de Lula da Silva*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://barricadasabremcaminhos.files.wordpress.com/2010/06/leher-reuni.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

LEITE, Joel Silveira. O "lucro Brasil" das montadoras. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 dez. 2012. Opinião. Tendências/debates. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/83696-o-quotlucro-brasilquot-das-montadoras.shtml>. Acesso em: 15 jun. 2015.

LEITE, Paulo Moreira. *A outra história do mensalão*: as contradições de um julgamento político. São Paulo: Geração, 2013.

LÊNIN, Vladimir Ilyich Ulyanov. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. 6. ed. São Paulo: Global, 1989.

LÊNIN, Vladimir Ilyich Ulyanov. *O estado e a revolução*. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

LÊNIN, Vladimir Ilyich Ulyanov. *Que fazer?*. São Paulo: Hucitec, 1988.

LÊNIN, Vladimir Ilyich Ulyanov. *Sobre os sindicatos*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. *Diretas já*: 15 meses que abalaram a ditadura. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Contra-reforma da educação nas universidades federais: o REUNI na UFF. 2009. Disponível em: <http://www.aduff.org.br/especiais/download/20090917_contra-reforma.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

LIMA, Kátia Regina de Souza. *Reforma da Educação Superior nos anos de contra-revolução neoliberal*: de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva. 2005, 466 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Reforma universitária do governo Lula: o relançamento do conceito de público não-estatal. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (Org.). *Reforma universitária do governo Lula*: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004. p. 23-46.

LONGO, Henrique Innecco. Reflexos da gratificação de estímulo à docência nas instituições federais de ensino superior. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA, 30., 2002, Piracicaba. *Anais...* Piracicaba: ABENGE, 2002. Disponível em: <http://www.abenge.org.br/CobengeAnteriores/2002/artigos/37.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2015.

LOPES, Atnágoras. Classe média, eu?. In: GODEIRO, Nazareno. (Org.). *Os motivos da revolta popular*: um balanço crítico do governo do PT. São Paulo: ILAESE, 2014.

LUCRO da Vale sobe 121% e fecha 2003 em R$ 4,5 bi. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 mar. 2004. Folha Mercado. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2503200410.htm>. Acesso em: 20 jul. 2015.

LUZ, Silvia Letícia de Oliveira da. Avaliação do trabalho docente superior: o caso da GED. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E CURRÍCULO, 5., 2006, Belém, PA. *Anais...* Belém, PA: 2006.

MACEDO, Francisco Barbosa de. *A greve de 1980*: redes sociais e mobilização coletiva dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. 2010. 208 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente na pós-graduação. *Universidade e Sociedade*, Brasília, n. 48, p. 76-83, jul. 2011.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente e produção do conhecimento. *Psicologia e Sociedade*, v. 25, n. 3, p. 519-526, 2013.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 23, n. 2, p. 73-91, 2010.

MANCEBO, Deise; LÉDA, Denise Bessa. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. *Educação e Realidade*, v. 34, n. 1, p. 49-64, jan./abr. 2009.

MANIFESTO dos professores universitários em greve de fome na defesa da universidade pública. *A página da educação*, n. 70, p. 10, jul. 1998. Disponível em: <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=70&doc=7393&mid=2>. Acesso em: 3 abr. 2015.

MARGARIDO, Marcos. *Os bastidores de fundação da IV Internacional*: a Conferência Internacional de 1938. PSTU, 11 set. 2008. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/node/13816>. Acesso em: 12 jul. 2014.

MARINI, Ruy Mauro. O conceito de trabalho produtivo: nota metodológica. *Crítica Marxista*, n. 34, p. 125-131, 2012.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O governo Lula e a contra-reforma previdenciária. *São Paulo em Perspectiva*, n. 18, v. 3, p. 3-15, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n3/24774.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2015.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e Ditadura Militar*: 1964-1968. Campinas: Papirus, 1987.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Rebelião estudantil*: 1968 - México, França e Brasil. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

MARX, Karl. *Teorias da mais-valia*: história crítica do pensamento econômico (livro 4 de O Capital). São Paulo: DIFEL, v. 2, 1983.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. 2. ed. T. 1. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

MASSON, Gisele. Orientações para o desenvolvimento de investigação em políticas educativas a partir da teoria marxista. In: TELLO, César; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. *Estudos epistemológicas no campo da pesquisa em política educacional*. Campinas: Mercado das Letras, 2013. p. 55-76.

MATOS, Patrícia de Oliveira. *Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND*. 2002. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002.

MATTOS, Marcelo Badaró. Reformas sindical e trabalhista abrem caminho para retirada de direitos. *Opinião Socialista*, São Paulo, n. 164, dez. 2003. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/node/4096>. Acesso em: 20 jun. 2015.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. Trabalho docente no contexto das reformas. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 28., 2005, Caxambu. *Anais...* Caxambu, 2005. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt05/GT05-433--Int.rtf>. Acesso em: 20 set. 2010.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. A política de Educação Superior para a formação e o trabalho docente: a nova regulação educacional. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 31., 2008,

Caxambu. *Anais...* Caxambu, 2008. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT11-3974--Int.pdf>. Acesso em: 20 set. 2010.

MEKSENAS, Paulo. *Pesquisa social e ação pedagógica*: conceitos, métodos e práticas. Loyola, 2002.

MIGNONE, Ricardo. PT expulsa radicais do partido. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 dez. 2003. Política. Poder. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u56445.shtml>. Acesso em: 8 jul. 2015.

MINÉRIO com valor agregado - Roberto Carvalho. *Siderurgia Brasil*, n. 73, jun. 2011. Disponível em: <http://www.guiadasiderurgia.com.br/novosb/component/content/article/213-materiassb73/2023-minerio-com-valor-agregado--roberto-carvalho>. Acesso em: 20 jul. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010. Anexo - Documentos Oficiais. I PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação. Brasília, 2004a.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010. Anexo - Documentos Oficiais. II PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação: 1982-1985. Brasília, 2004b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010. Anexo - Documentos Oficiais. III PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação: 1986-1989. Brasília, 2004c.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Galeria de Ministros*. Portal. Institucional. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13462&Itemid=1178>. Acesso em: 10 jul. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Política e resultados 1995-2002*. O ensino superior: maior e melhor. Brasília: MEC, dez. 2002. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000679.pdf>. Acesso em: 15 maio 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Superior. Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior. Uma nova política para a educação superior brasileira. Brasília, nov. 1985.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Superior. Subsecretaria de Desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior. Coordenadoria de Apoio às Instituições de Ensino Superior. A isonomia no contexto da política de recursos humanos das Instituições Federais de Ensino Superior: década de 80. Brasília: A Coordenadoria, 1989.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Administração Geral. Coordenação de Planejamento Setorial. Coordenadoria de Informações para o Planejamento. Sinopse Estatística do Ensino Superior - Graduação. Censo Educacional 1988. Brasília: MEC, jun. 1990a.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Administração Geral. Coordenação de Planejamento Setorial. Coordenadoria de Informações para o Planejamento. Sinopse Estatística do Ensino Superior - Graduação. Censo Educacional 1989. Brasília: MEC, dez. 1990b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Administração Geral. Coordenação Geral de Planejamento Setorial. Evolução do ensino superior no Brasil (Graduação) - 1962-90. Brasília, jun. 1992.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Situação atual da Pós-Graduação: Brasil - 75. Brasília: CAPES, jun. 1976.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria de Ensino Superior. Instituições federais do ensino superior - encontros regionais - documentos de trabalho e programação. Brasília: SESu, 1979b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria de Ensino Superior. O ensino superior no Brasil - 1974/1978: relatório. Brasília: SESu, 1979a.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria de Administração Geral. Coordenação Geral de Planejamento Setorial. Coordenação do Sistema Estatístico da Educação. Sinopse Estatística do Ensino Superior - Graduação. Censo Educacional 1992. Brasília: MEC, nov. 1993.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria de Administração Geral. Coordenação Geral de Planejamento Setorial. Coordenação do Sistema Estatístico da Educação. Sinopse Estatística da Educação Superior - Graduação. Censo Educacional 1993. Brasília: MEC, set. 1994a.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria de Administração Geral. Coordenação Geral de Planejamento Setorial. Coordenação do Sistema Estatístico da Educação. Sinopse Estatística da Educação Superior - Graduação. Censo Educacional 1994. Brasília: MEC, dez. 1994b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria de Avaliação e Informação Educacional. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Evolução das estatísticas do ensino superior no Brasil - 1980-1996. Brasília, out. 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Coordenação-Geral de Estatísticas da Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Evolução do ensino superior: 1980-1998. Brasília: O Instituto, 1999.

MINISTÉRIO DO ORÇAMENTO E GESTÃO. Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio. *Tabela de remuneração dos servidores públicos federais*. Brasília: MOG, v. 1, jan. 1999b. Disponível em: <http://www.servidor.gov.br/publicacao/tabela_remuneracao/tab_remuneracao/tab_rem_98/tab_01_jun1998.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2009.

MINISTÉRIO DO ORÇAMENTO E GESTÃO. Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio. *Tabela de remuneração dos servidores públicos federais*. Brasília: MOG, v. 2, jan. 1999a. Disponível em: <http://antigo.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/tabela_de_remuneracao/tab_rem_98/tab_02_jul1998.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2009.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Secretaria de Recursos Humanos. *Tabela de remuneração dos servidores públicos federais*. Brasília: MP, v. 10, dez. 2002. Disponível em: <http://antigo.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/tabela_de_remuneracao/tab_rem_02/tab_10_dez2002.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2009.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Secretaria de Recursos Humanos. *Tabela de remuneração dos servidores públicos federais*. Brasília: MP, v. 11, maio 2003. Disponível em: <http://antigo.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/tabela_de_remuneracao/tab_rem_03/tab_11_mai2003.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2009.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Secretaria de Recursos Humanos. *Tabela de remuneração dos servidores públicos federais*. Brasília: MP, v. 22, jan. 2006a. Disponível em: <http://antigo.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/tabela_de_remuneracao/tab_rem_06/tab_22_jan2006.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2009.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Secretaria de Recursos Humanos. *Tabela de remuneração dos servidores públicos federais*. Brasília: MP, v. 26, maio 2006c. Disponível em: <http://antigo.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/tabela_de_remuneracao/tab_rem_06/tab_26_mai2006.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2009.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Secretaria de Recursos Humanos. *Tabela de remuneração dos servidores públicos federais*. Brasília: MP, v. 32, dez. 2006b. Disponível em: <http://antigo.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/tabela_de_remuneracao/tab_rem_06/tab_32_dez2006.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2009.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Secretaria de Recursos Humanos. *Tabela de remuneração dos servidores públicos federais*. Brasília: MP, v. 43, mar. 2008. Disponível em: <http://www.servidor.gov.br/publicacao/tabela_remuneracao/tab_remuneracao/tab_rem_08/tab_43_mar2008.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2009.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Secretaria de Recursos Humanos. *Tabela de remuneração dos servidores públicos federais*. Brasília: MP, v. 47, jun. 2009. Disponível em: <http://antigo.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/tabela_de_remuneracao/tab_rem_09/tab_47_2009.pdf>. Acesso em: 10 maio 2013.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Secretaria de Gestão Pública. *Tabela de remuneração dos servidores públicos federais*. Brasília: MP, v. 58, mar.

2012. Disponível em: <http://antigo.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/tabela_de_remuneracao/tab_rem_12/tab_58_2012_03.pdf>. Acesso em: 10 maio 2013.

MINTO, Lalo Watanabe. *O público e o privado nas reformas do ensino superior brasileiro*: do golpe de 1964 aos anos 90. 2005. 295 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MONTE, Emerson Duarte. *Trabalho docente na educação a distância*: a UFPA como expressão do fenômeno. 2010. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2010.

MONTEIRO NETO, Aristides; GOMES, Gustavo Maia. Quatro décadas de crescimento econômico no Centro-Oeste brasileiro: recursos públicos em ação. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 30, n. especial, p. 856-875, dez. 1999. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Anais/docs/ren1999_v30_ne_a28.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2014.

MOREIRA, Cássio Silva. *O projeto de nação do governo João Goulart*: o plano trienal e as reformas de base (1961-1964). 2011. 404 f. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MORENO, Nahuel. *A traição da OCI*. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermman, 2003.

MOTA, Daniel Pestana. *CUT, sindicato orgânico e reforma da estrutura sindical*. 2006. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho, Marília, 2006.

MUNHOZ, Dercio Garcia. Inflação brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30. *Revista de Economia Contemporânea*, n. 1, p. 59-87, jan./jun. 1997. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%201/REC_1.1_03_Inflacao_brasileira_os_ensinamentos_desde_a_crise_dos_anos_30.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2014.

NEGRÃO, João José. *Para conhecer o neoliberalismo*. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método em Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, André Magalhães. *Educação superior na Assembleia Nacional Constituinte*: agenda de transição e debates na constituinte. Rio de Janeiro: Observatório Universitário, 2009. Disponível em: <http://www.observatoriouniversitario.org.br/documentos_de_trabalho/documentos_de_trabalho_85.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. Prefácio – Recuperando a visão? In: SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *Trabalho intensificado nas federais*: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

O MANIFESTO dos 113. Mandacaru: não dá sombra nem encosto. 6 maio 2013. Disponível em: <http://www.mandacaru13.com.br/2013/05/o-manifesto-dos-113.html>. Acesso em: 12 jun. 2015.

O MANIFESTO dos pioneiros da educação nova (1932). *Revista HISTEDBR*, Campinas, n. especial, p. 188-204, ago. 2006.

O"NEILL, Jim. Building Better Global Economic BRICs. *Global Economics Paper*, n. 66, nov. 2011. Disponível em: <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2014.

OTRANTO, Celia Regina. Movimento sindical docente: história e crise. *Universidade Rural (Série Ciências Humanas)*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 111-121, jul./dez. 2000. Disponível em: <http://www.celia.na-web.net/pasta1/Texto_7.pdf>. Acesso em: 6 set. 2010.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Programa 2002. Carta ao Povo Brasileiro. 22 jun. 2002. Disponível em: <http://www.construindoumnovobrasil.com.br/images/downloads/cartaaopovobrasileiro.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2015.

PAULANI, Leda Maria. Neoliberalismo e individualismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 13, p. 115-127, dez. 1999.

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. *Uma aventura política*: as movimentações estudantis dos anos 70. 1997. 282 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

PESQUISA Brasil: Nunca Mais. Tomo II. Volume 2. Os atingidos. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985.

PETRAS, James. O manifesto comunista: qual sua relevância hoje?. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Osvaldo Coggiola (Org.). São Paulo: Boitempo, 1998. p. 239-254.

PINO, Ivany. A lei de diretrizes e bases da educação: a ruptura do espaço social e a organização da educação nacional. In: BRZEZINSKI, Iria (Org.). *LDB dez anos depois*: reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2008. p. 17-41.

PIRES, Claudia; VERSIANI, Isabel. *Lula oficializa candidatura e ataca preconceito contra aliança*. UOL. Últimas notícias. 29 jun. 2002. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/inter/reuters/2002/06/29/ult27u23596.jhtm>. Acesso em: 15 maio 2015.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Proposta da sociedade brasileira. II Congresso Nacional de Educação. Belo Horizonte, 9 nov. 1997. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/files/PNE/pnebra.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2015.

POCHMANN, Marcio. *Nova classe média?*: o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

PRETTO NETO, Dary. *Um histórico das recentes políticas econômicas de combate à inflação no Brasil*. 2003. 101 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PROIBIDAS as passeatas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 maio 1977. Incomunicabilidade. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_10mai1977.htm>. Acesso em: 25 jun. 2014.

QUADRO das greves. Intensificação. Mobilização Sindical. Site Nacional ANDES-SN. 2009. Disponível em: <http://www.andes.org.br/greve/quadro_das_greves/default.asp>. Acesso em: 28 dez. 2009.

QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti de. *Bonapartismo e frente-populismo na tradição latino-americana*. Blog Convergência. Colaboradores. 10 mar. 2013. Disponível em: <http://blogconvergencia.org/?p=1115>. Acesso em: 12 jun. 2015.

RAMÍREZ, Hernán Ramiro. *Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o estado em perspectiva comparada*: Argentina e Brasil, 1961-1996. 2005. 709 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

REFORMA Universitária. Ministério da Educação e Cultura. Brasília, 1972. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002292.pdf >. Acesso em: 25 ago. 2013.

RESENDE, Sara; SARDINHA, Edson. Doações das empreiteiras da Lava Jato cresceram cinco vezes desde 2002. *Congresso em Foco*, Notícias, Manchetes, 23 abr. 2015. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/doacoes-das-empreiteiras-da-lava-jato-cresceram-cinco-vezes-desde-2002-2/>. Acesso em: 20 jul. 2015.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JÚNIOR, Armando *et al*. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 11-42.

ROTHEN, José Carlos. Os bastidores da reforma universitária de 1968. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 103, p. 453-475, maio/ago. 2008.

SCHULTZ, Theodore W. *O capital humano*: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SEGENREICH, Stella Cecília D. A relação pesquisa e ensino de graduação no contexto da revista Ciência e Cultura. In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (Org.). *Educação superior*: avaliação da produção científica. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 2000. p. 159-174.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL UNIVERSIDADE XXI. Novos caminhos para a educação superior. Documento Síntese. Brasília, mar. 2004.

SGUISSARDI, Valdemar. Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 1021-1056, out. 2006.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a18v2796.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade no Brasil: dos modelos clássicos aos modelos de ocasião? In: MOROSINI, Marília (Org.). *A universidade no Brasil*: concepções e modelos. 2. ed. Brasília: INEP, 2011. p. 275-289.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769/8999>. Acesso em: 25 ago. 2010.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. O professor pesquisador nas universidades públicas no contexto da internacionalização do capital: a produtividade do trabalho imaterial superqualificado. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 22, n. 1, p. 145-177, 2009.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; FERREIRA, Luciana Rodrigues; KATO, Fabíola Bouth Grello. Trabalho do professor pesquisador diante da expansão da pós-graduação no Brasil pós-LDB. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, n. 53, p. 435-499, abr./jun. 2013.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; LUCENA, Carlos; FERREIRA, Luciana Rodrigues. Mundialização e o trabalho do ser social professor pesquisador. *Educação*, Santa Maria, v. 38, n. 3, p. 483-494, set./dez. 2013.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. *Novas faces da Educação Superior no Brasil*: reforma do estado e mudança na produção. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. *Trabalho intensificado nas federais*: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar; SILVA, Eduardo Pinto e. Trabalho intensificado na universidade pública brasileira. *Universidade e Sociedade*, Brasília, n. 45, p. 9-25, jan. 2010.

SILVA, Eduardo Pinto e; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Carreira Docente diante da atual configuração da pós-graduação: pragmatismo, intensificação e precarização do trabalho do professor. In: MANCEBO, Deise; OLIVEIRA, João Ferreira de; SILVA JÚNIOR, João dos Reis (Orgs.). *Reformas e políticas*: Educação Superior e pós-graduação no Brasil. Campinas: Alínea, 2008. p. 189-222.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. *A contra-reforma da educação superior*: uma análise do ANDES-SN das principais iniciativas do governo de Lula da Silva. Brasília, GTPE/ANDES-SN, ago. 2004.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. *Carreira e capacitação docente*. Cadernos ANDES, n. 14. Brasília: ANDES-SN, jun. 1994

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. *Educação superior*: uma proposta para enfrentar a crise. 2. ed. Brasília: ANDES-SN, 2006.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. *PICDT, PQI e PNCD*: nexos e determinações entre capacitação docente e a reforma da educação superior. Brasília: ANDES-SN, 2003a. Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br/4poli/documentos/picdt_pqi_pncd.htm>. Acesso em: 20 jun. 2015.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. Projeto de lei de diretrizes e bases da educação nacional. *Universidade e Sociedade*, Brasília, n. 1, fev. 1991.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. *Proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira*. 3. ed. atua. e rev. Cadernos ANDES, n. 2. Brasília: ANDES-SN, 2003b.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. *Prouni*: um programa para subsidiar o setor empresarial. Brasília, 17 set. 2004b.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. *Relatório do 8º Congresso do ANDES-SN*. São Paulo, 14-18 fev. 1989b. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>. Acesso em: 20 set. 2012.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. *Relatório do 9º Congresso do ANDES-SN*. Londrina, 6-10 fev. 1990. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>. Acesso em: 20 set. 2012.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. *Relatório final do 19º CONAD*. Uberlândia, 9-13 ago. 1989a. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>. Acesso em: 20 set. 2012.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. *Relatório final do 27º CONAD*. Pelotas, 2-6 nov. 1993. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>. Acesso em: 20 set. 2012.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. *Relatório final do 31º Congresso do ANDES-SN*. Manaus, 15-20 jan. 2012. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>. Acesso em: 20 set. 2012.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. *Relatório final do 32º CONAD*. Guaratinguetá, 28-30 jun. 1996. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>. Acesso em: 20 set. 2012.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. *Relatório final do 39º CONAD*. Curitiba, 19-22 nov. 1999. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>. Acesso em: 20 set. 2012.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. *Relatório final do 40º CONAD*. Brasília, 22-24 jun. 2000. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>. Acesso em: 20 set. 2012.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. *Relatório final do 42º CONAD*. Uberlândia, 28 jun.-1 jul. 2001. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>. Acesso em: 20 set. 2012.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. *Relatório final do 45º CONAD*. Belém, PA, 1-3 nov. 2002. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>. Acesso em: 20 set. 2012.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. *Relatório final do 47º CONAD*. Natal, 31 out.-2 nov. 2003c. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>. Acesso em: 20 set. 2012.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. *Relatório final do 48º CONAD*. Aracajú, 17-20 jun. 2004a. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>. Acesso em: 20 set. 2012.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. *Relatório final do 49º CONAD*. Brasília, 5-7 nov. 2004b. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>. Acesso em: 20 set. 2012.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. *Relatório final do 50º CONAD*. Fortaleza, 15-17 jul. 2005. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>. Acesso em: 20 set. 2012.

SIQUEIRA, Ângela Carvalho de. Organismos internacionais, gastos sociais e reforma universitária do governo Lula. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (Org.). *Reforma universitária do governo Lula*: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004. p. 47-71.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. A temática universidade e sociedade na revista Educação & Sociedade: questionamentos e proposições. In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (Org.). *Educação superior*: avaliação da produção científica. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 2000. p. 175-192.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Decanato de Gestão de Pessoas. *Perfil dos professores da UNB - mar. 2014*. 2014. Disponível em: <http://www.dgp.unb.br/estatisticas-do-dgp?download=47779%3Aperfil-dos-docentes-da-unb-08032014>. Acesso em: 18 mar. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. *Anuário Estatístico 2014*: Ano base 2013. Belém, PA: UFPA, 2014. Disponível em: <http://www.proplan.ufpa.br/site/>. Acesso em: 18 mar. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Prestação de contas ordinária anual*. Relatório de gestão do exercício de 2013. Porto Alegre: UFRGS, mar. 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2013>. Acesso em: 18 mar. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pró-Reitoria de Planejamento. Home. Síntese dos dados mais solicitados. O corpo docente e técnico administrativo. Docentes. *Docentes por titulação e regime de trabalho - 2014*. 2014. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxwZ2lwcm9wbGFudWZmfGd4OjRmZTFiMmRmYjdkNGVhNzI>. Acesso em: 18 mar. 2015.

VALE fecha 2010 com lucro recorde de R$ 30,1 bilhões. *Portal G1*, São Paulo, 24 fev. 2011. Negócios. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2011/02/vale-fecha-2010-com-lucro-recorde-de-r-301-bilhoes.html>. Acesso em: 20 jul. 2015.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O último trem para Paris*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. A fantasia política: a nova alternativa de interpretação do II PND. *Revista de Economia Política*, v. 18, n. 2, abr./jun. 1998.

VIEIRA, Sofia Lerche. A Universidade Federal em tempos sombrios. In: VI Conferência Brasileira de Educação. *Universidade e Educação*. Campinas: Papirus, 1992. p. 97-114.

VILLA, Marco Antonio. *Mensalão*: o julgamento do maior caso de corrupção da história política do Brasil. São Paulo: Leya, 2012.

VITALE, Claudio Rama. Introducción: La tercera reforma de la educación superior en América Latina y el Caribe: masificación, regulación e internacionalización. In: INSTITUTO INTERNACIONAL PARA LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *Informe sobre la educación superior en América Latina y el Caribe 2000-2005*: la metamorfosis de la educación superior. Caracas: UNESCO, maio 2006. p. 11-18.

WILLIAMSON, John. *What Washington Means by Policy Reform*. Instituto Peterson de Economia Internacional, nov. 2002. Publicações. Discursos, depoimento, artigos. Disponível em: <http://www.petersoninstitute.org/publications/papers/paper.cfm?ResearchID=486>. Acesso em: 16 nov. 2009.

ZYLBERBERG, Raphael Simas. *Transferência de renda, estrutura produtiva e desigualdade*: uma análise inter-regional para o Brasil. 2008. 95 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

APÊNDICE A - HISTÓRICO DAS GREVES DE DOCENTES NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

GREVES NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - 1980-2012	
1 9 8 0	
Duração:	26 dias, de 16/11 a 11/12/80.
IES em greve:	Docentes das 19 Universidades Autárquicas e 7 Escolas Isoladas.
Reivindicações:	➢ reposição salarial de 48% retroativa a mar./80; ➢ um Novo Plano de Carreira do Magistério; ➢ verbas para a educação até atingir a 12% do Orçamento da União; ➢ reajuste salarial semestral; ➢ revogação imediata do Decreto-Lei n. 6.733/79 (lei que determinava a nomeação de reitores das Universidades Fundacionais pelo Presidente da República).
Resultado:	✓ em 11/12/80 foram publicados o Decreto-Lei n. 1.820 e o Decreto n. 85.487, estabelecendo um Novo Plano de Carreira do Magistério Superior das Instituições Federais Autárquicas e o reenquadramento dos docentes; ✓ reajuste de 35% para jan./81 e 35% cumulativos em abr./81, resultando em 82,25% de aumento para os servidores.
1 9 8 1	
Duração:	20 dias, de 11/11 a 01/12/81.
IES em greve:	Docentes das 19 Universidades Autárquicas e 5 Escolas Isoladas.
Reivindicações:	➢ reposição salarial de 45%, retroativa a mar./81; ➢ reajuste semestral igual ao INPC, em set./81; ➢ enquadramento dos professores colaboradores admitidos após 31/12/79; ➢ 12% do Orçamento da União para a educação; ➢ eliminação de distorções na Carreira do Magistério.
Resultado:	✓ reposição salarial de 30% para os docentes das IES autárquicas, a partir de 01/01/82; ✓ absorção dos colaboradores; ✓ recuo do governo federal em transformar as Universidades Autárquicas em Fundacionais e fixação de um prazo de seis meses para discutir a reestruturação das Universidade brasileiras.
1 9 8 2	
Duração:	32 dias, de 18/11 a 20/12/82.
IES em greve:	Docente das 18 Universidades Autárquicas e 3 Escolas Isoladas. Adesão dos técnico-administrativos em 29/11. Pela primeira vez, a ANDES e a FASUBRA apoiam o movimento das categorias.
Reivindicações:	➢ reposição salarial de 23,8% sobre o salário de maio/82; ➢ reajuste semestral igual ao INPC, em nov./82; ➢ aposentadoria integral; ➢ atribuição das vantagens dos estatutários aos regidos pela CLT, e vice-versa; ➢ correção de distorções no enquadramento na Nova Carreira Docente; ➢ reestruturação da universidade com base na proposta da ANDES.
Resultado:	✓ recuo do governo na implantação, via decreto, do ensino pago nas IFES e na transformação das Universidades Autárquicas em Fundações.
1 9 8 4	
Duração:	84 dias, de 15/05 a 07/08/84.
IES em greve:	Docentes das 19 Universidades Autárquicas e 8 Escolas Isoladas. Adesão

	dos técnico-administrativos.
Reivindicações:	➢ reposição de 64,8% sobre o salário de jan./84; ➢ reajuste semestral, em jul./84, com base no INPC e garantido por lei; ➢ 13° salário para os estatutários e quinquênio para os celetistas; ➢ piso salarial de três salários mínimos para os servidores técnico-administrativos; ➢ verbas para o pleno funcionamento das IES.
Resultado:	✓ a greve se encerrou sem nenhuma conquista salarial e com corte no salário em 01/08/84; ✓ formação de uma "Comissão de Alto Nível" no Congresso para reabrir negociações revertendo as punições; ✓ em jan./85 os docentes das autarquias tiveram uma reposição salarial de 20%, interpretado como resultado da greve de 84; ✓ consolidação da ANDES naquela que fora, até então, a greve mais longa e de maior amplitude; ✓ confronto entre docentes e governo.
1 9 8 5	
Duração:	45 dias, de 10/08 a 23/09/85.
IES em greve:	Docentes das 16 Universidades Fundacionais.
Reivindicações:	➢ reposição salarial de 38,5%; ➢ reajuste salarial igual ao INPC do semestre; ➢ implantação de reajuste trimestral; ➢ adicional de 5% a cada quinquênio; ➢ adicional de Dedicação Exclusiva não inferior a 50%; ➢ 5% de produtividade; ➢ aposentadoria integral; ➢ verbas para o Orçamento de Custeio e Capital das IES Fundacionais no montante de 954 bilhões de cruzeiros (valor que equivale a R$ 1 bilhão e 321 milhões, em janeiro de 2014).
Resultado:	✓ reajuste de 75,06% a partir de setembro. ✓ o MEC comprometeu-se a elaborar um novo Plano de Cargos e Salários para as IES Fundacionais, com isonomia salarial, a entrar em vigor em jan./86, contudo foi descumprido pelo MEC devido à diferença de regimes jurídicos; ✓ com o novo plano de cargos e salários, algumas categorias de docentes em algumas fundações tiveram, em 1986, ganho superior a 50%; ✓ liberação de 60 bilhões de cruzeiros (valor que equivale a R$ 83 milhões, em janeiro de 2015) para as IFES.
1 9 8 7	
Duração:	44 dias, de 25/03 a 07/05/87.
IES em greve:	Docentes de 45 IFES (Autarquias e Fundações).
Reivindicações:	➢ adoção do Plano Único de Carreira para as IFES, proposto pela ANDES; ➢ isonomia salarial plena aos docentes das Autarquias e Fundações, segundo a tabela salarial proposta pela ANDES; ➢ aposentadoria integral; ➢ verbas de Orçamento de Custeio e Capital no valor de 14,5 bilhões de cruzados para retornar aos níveis de 1973 e mais 5,8 bilhões de cruzados para retornar o pleno funcionamento das IFES, o que totalizava 20,3 bilhões de cruzados (valor que equivale a R$ 5 bilhões e 515 milhões, em janeiro de 2015); ➢ revogação da proibição de contratação de pessoal nas IES Federais.
Resultado:	✓ aprovado pelo Congresso Nacional a Lei n. 7.596, de 10 de abril de 1987, que criou o Plano Único de Classificação e Retribuição de

	Cargos e Empregos (PUCRCE); ✓ em 23/7/87, o Decreto n. 94.664 regulamentou a Lei 7.596/87. A nova tabela salarial teve efeito financeiro retroativo a abr./87.
1 9 8 9	
Duração:	66 dias, de 08/05 a 13/07/89.
IES em greve:	Docentes de 42 IFES, estudantes e técnico-administrativos em 02/05.
Reivindicações:	➢ verbas para Orçamento de Custeio e Capital correspondendo a 27,8% do orçamento global das IFES; ➢ revogação do decreto proibindo contratações e abertura imediata de concurso público para atender às necessidades das IFES; ➢ reajuste mensal de acordo com o ICV/DIEESE do mês anterior a partir de 1º de mar./89; ➢ reposição salarial de 34,90% acrescido do ICV/DIEESE de fev./89 incidindo sobre o salário de jan./89; ➢ aposentadoria integral; ➢ anuênio de 1% em substituição ao quinquênio; ➢ carreira única para os docentes de 1º, 2º e 3º graus; ➢ regulamentação integral e aplicação imediata do PUCRCE em todas as IFES.
Resultado:	✓ reposição salarial de 30% aos SPF em geral, em maio/89; ✓ em julho, o governo se comprometeu a liberar verbas para a manutenção das IFES, a título de suplementação, no montante de 453 milhões de cruzados novos (valor que equivale a R$ 1 bilhão e 541 milhões, em janeiro de 2015), a preços de abr./89, desse total foi liberado verba de emergência no valor de 60 milhões de cruzados novos; ✓ o plano de carreira dos docentes recebeu algumas alterações: o incentivo de Dedicação Exclusiva para os docentes do 3º grau, passou de 40 para 50% sobre o salário base; para os docentes de 1º e 2º graus das IFES, este percentual passou de 25 para 30%; a progressão horizontal - de um nível para outro da carreira - passou de 4 para 5%; ✓ o governo autorizou a contratação, para o conjunto das IFES, de 760 docentes e de 1.340 servidores técnico-administrativos; ✓ direito à aposentadoria integral.
1 9 9 1	
Duração:	107 dias, de 05/06 a 20/09/91.
IES em greve:	Docentes de 45 IFES e técnico-administrativos.
Reivindicações:	➢ recomposição dos salários aos valores reais de abr./90, implicando numa reposição de 144,38%; ➢ incorporação aos vencimentos dos docentes das perdas salariais provocadas pelos planos econômicos "Bresser" (26,06%), "Verão" (25,05%) e "Collor I" (93,54%); (Reajuste total reivindicado: 640,39%); ➢ repasse para as IFES do saldo das verbas previstas no orçamento de 1990 e dos recursos estabelecidos no orçamento de 1991, em valores reais; ➢ abertura de concurso público para preencher vagas existentes nas IFES e para expansão do quadro de pessoal, com a imediata contratação dos selecionados; ➢ escolha dos dirigentes das IFES por processo de eleições diretas e democráticas, esgotando-se o processo no interior das IFES; ➢ garantia de repasse para o ANDES-SN das contribuições dos docentes por ele representados (direitos sindicais), conforme a Constituição Federal de 1988 (Inciso IV do Artigo 8º).

Resultado:	✓ rejeição pelo Congresso Nacional da Medida Provisória n. 296/91, a qual excluía docentes e servidores das IFES e diversas outras categorias de SPF dos reajustes propostos pelo governo; ✓ reajuste salarial geral aos SPF de 20% e correção da tabela de vencimentos dos docentes das IFES (e de outras categorias) pelo Projeto de Lei n. 1.390/91, em jul./91; para os docentes este reajuste variou de 51,8% (para o Prof. Auxiliar 1 em regime de 20 h.) a 77,45% (para o Prof. Titular com Dedicação Exclusiva e doutorado); ✓ em set./91, os docentes das IFES conquistaram novo reajuste (nova tabela) com o Projeto de Lei n. 1.611/91, resultando num índice de aumento que variou de 20% (para o Prof. Auxiliar 1 em regime de 20 h., sem pós-graduação) a 48,8% (para o Prof. Titular com Dedicação Exclusiva e doutorado); ✓ aumento das gratificações por titulação de 15% para 25%, para o mestrado; de 25% para 50%, para o doutorado e instituiu a gratificação de 12% para especialização; ✓ aumento da gratificação por Dedicação Exclusiva de 50% para 55%.
1 9 9 3	
Duração:	31 dias, de 13/05 a 14/06/93.
IES em greve:	Primeira greve unificada dos SPF. Docentes de 43 IFES e técnico-administrativos com apoio dos estudantes.
Reivindicações:	Pauta unificada: ➢ reajuste de 106,8% para os servidores; ➢ definição de uma política salarial com reajustes mensais mediante a inflação; ➢ unificação dos percentuais das gratificações entre os três poderes pelo maior valor e incorporação aos salários; ➢ pagamento de perdas salariais; ➢ extensão das gratificações por titulação a todos os SPF; ➢ anistia para todos os servidores punidos em greves; ➢ incorporação dos 84,32% do Plano Collor e liberação imediata do FGTS; ➢ plano nacional de capacitação docente.
Resultado:	✓ anistia aos servidores punidos em greves anteriores; ✓ reajuste salarial escalonado de 85% aos servidores ao longo de um ano e abaixo da inflação (o IPCA acumulado de jul./93 a jun./94 somou 464,16%); ✓ aprovação de uma política salarial vinculada à receita líquida até jun./94, quando outra seria definida. Estabelece 50% de variação do Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM) em jul. e nov./93, 80% da variação do IRSM em set./93, 90% da variação do IRSM em maio/94 e 100% da variação do IRSM em jan./94, caso a variação da receita não fosse inferior; ✓ elevação da GAE escalonada, para os que ganham 80% até o teto de 160%, em um ano, sendo 90% em ago./93, 100% em out./93, 120% em fev./94, 140% em abr./94 e 160% em jun./94; ✓ negociação de um plano de carreira; ✓ os SPF abandonam a greve em 03/06, enquanto os docentes tentam manter o movimento por discordarem das medidas do governo, mas não conseguem por mais de 11 dias.
1 9 9 4	
Duração:	50 dias, de 19/04 a 08/06/94.
IES em greve:	Docentes de 38 IFES, técnico-administrativos e demais SPF.
Reivindicações:	➢ reposição de perdas salariais em planos econômicos: 26,06% referente

	ao Plano Bresser, 26,06% referente ao Plano Verão, 84,32% referente ao Plano Collor, 28,86% concedido aos militares, legislativo e judiciário em 1993; ➢ definição do Plano Nacional de Capacitação Docente e do Projeto de Plano de Carreira para o magistério superior das IFES públicas e privadas.
Resultado:	✓ nenhum ganho econômico; ✓ STF decide que os SPF têm direito à greve, desde que regulamentada pelo Congresso Nacional; ✓ o governo ameaça com corte de pontos e inquéritos administrativos que poderiam levar a demissões.
1 9 9 5	
Duração:	23 dias, de 09/05 a 31/05/95.
IES em greve:	Aproximadamente 15 mil docentes paralisados.
Reivindicações:	➢ controle social das empresas e do serviço público; ➢ defesa da previdência pública e das aposentadorias por tempo de serviço; ➢ política salarial; ➢ rejeição do substitutivo do Senador Darcy Ribeiro para a LDB e aprovação da Projeto de Lei Constitucional 101/93; ➢ reintegração dos demitidos na Reforma Administrativa do governo Collor.
Resultado:	✓ afastada a possibilidade de privatização das instituições públicas; ✓ resgate do substitutivo do Senador Cid Sabóia, que foi ao plenário do Senado Federal junto com o substitutivo do Senador Darcy Ribeiro.
1 9 9 6	
Duração:	66 dias, de 16/04 a 20/06/96.
IES em greve:	Docentes de 45 IFES.
Reivindicações:	➢ reajuste de 46,19%; ➢ contra a política de desmonte do serviço público e em defesa do reajuste nos salários, congelados há 17 meses; ➢ retirada dos projetos de reforma da Previdência e Administrativa.
Resultado:	✓ a greve foi suspensa no dia 20/06/96 por não haver possibilidade de negociação com o Governo FHC; ✓ STF decide que SPF tem direito à greve, que deve ser regulamentada pelo Congresso Nacional; ✓ ameaça do Governo de corte de ponto e demissões; ✓ recuo na posição de enviar ao Congresso o Projeto de Autonomia das Universidades; ✓ promessa de discussão sobre mais contratações e verbas para as IFES.
1 9 9 8	
Duração:	104 dias, de 31/03 a 13/07/98.
IES em greve:	Docentes de 51 IFES, técnico-administrativos, com apoio de estudantes.
Reivindicações:	➢ reajuste de 48,65%; ➢ recomposição do quadro de docentes das IFES; ➢ ampliação de vagas e abertura de concursos para docentes; ➢ retirada do PID. ➢ fim do provão.
Resultado:	✓ após greve de fome de 14 docentes (que se iniciou no dia 15/06/98 e findou no dia 24/06/98), não houve nenhuma conquista referente aos itens da pauta; ✓ o governo não abriu mão de seu projeto excludente e privatizante; ✓ substituiu o PID pela GED, que tem em comum diversas

	características, entre elas a quebra da isonomia salarial; ✓ não foi concedido aumento aos professores de 1º e 2º graus e os aposentados obtiveram 60% da GED.
2 0 0 0	
Duração:	87 dias, de 24/05 a 18/08/00. A UFMT entrou em 31/05 e saiu em 18/07/00.
IES em greve:	Docentes de 31 IFES, técnico-administrativos, com apoio de estudantes e servidores públicos.
Reivindicações:	Pauta unificada: ➢ reposição salarial de 64%; ➢ investimentos para o Serviço Público Federal.
Resultado:	✓ barrar o projeto de autonomia do MEC; ✓ barrar o envio ao Congresso Nacional do projeto de emprego público do Governo Federal.
2 0 0 1	
Duração:	108 dias, de 22/08 a 07/12/01.
IES em greve:	Docentes de 54 IFES, técnico-administrativos e estudantes.
Reivindicações:	➢ reajuste salarial de 75,58%; ➢ manutenção do Regime Jurídico Único; ➢ abertura de oito mil vagas; ➢ incorporação das gratificações ao vencimento básico.
Resultado:	✓ abertura de duas mil vagas; ✓ reajuste salarial variando entre 8 e 15%; ✓ equiparação da GID à GED; ✓ manutenção do Regime Jurídico Único.
2 0 0 3	
Duração:	59 dias, de 08/07 a 04/09/03.
IES em greve:	Docentes de 35 IFES e algumas IEES.
Reivindicações:	➢ defesa da Previdência Pública: não à Reforma da Previdência proposta pelo governo federal (PEC-40), que visava retirar os direitos garantidos na Constituição Federal de 1998.
Resultado:	✓ avanços na unidade e participação dos SPF das três esferas de governo. O movimento também contou com o apoio dos trabalhadores do setor privado; ✓ a PEC foi aprovada com modificações; ✓ evitou-se a perda da aposentadoria integral e da paridade entre ativos e aposentados para os atuais servidores.
2 0 0 4	
Duração:	39 dias, de 05/08 a 12/09/04.
IES em greve:	Docentes de 30 IFES, técnico-administrativos e estudantes.
Reivindicações:	➢ reajuste salarial de 127% conforme cálculos do DIEESE; ➢ isonomia salarial entre os docentes de 1º, 2º e 3º graus; ➢ paridade na remuneração entre pessoal da ativa e aposentados; ➢ extinção da GED e incorporação das gratificações ao vencimento básico.
Resultado:	✓ imposição do governo, via Medida Provisória n. 208/04, da manutenção da GED; ✓ ampliação da diferenciação na remuneração entre pessoal da ativa e aposentados; ✓ prazo de 180 dias para discutir, via grupo de trabalho entre governo e ANDES-SN, a modificação ou extinção da GED.
2 0 0 5	

Duração:	106 dias, de 05/09 a 19/12/05.
IES em greve:	Docentes de 40 IFES.
Reivindicações:	➢ reajuste de 18%, como parte de recomposição salarial; ➢ retomada dos anuênios; ➢ valorização do trabalho docente e em defesa da Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Democrática, Laica e de Qualidade Socialmente Referenciada, contra a mercantilização da educação e pelo aumento da dotação orçamentária para as IFES; ➢ incorporação da GED, com equiparação pelos seus valores mais altos e da GAE, com paridade e isonomia; ➢ abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os docentes das IFES, envolvendo o MEC, o ANDES-SN e o SINASEFE, com definição de calendário de trabalho com prazo para conclusão que anteceda o 25º Congresso do ANDES-SN; ➢ realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas IFES; ➢ implementação imediata da classe especial, para professores da carreira de 1º e 2º graus, e da classe de professor associado, para docentes do ensino superior.
Resultado:	✓ a greve foi suspensa no dia 19/12/05 por não haver possibilidade de negociação com o Governo; ✓ envio do Projeto de Lei n. 6.368/05 pelo Governo ao Congresso Nacional; ✓ montantes financeiros destinados no orçamento de 2006 para os professores das carreiras de 1º e 2º graus e do magistério do ensino superior, no valor de R$ 790 milhões (valor que equivale a R$ 1 bilhão e 280 milhões, em janeiro de 2015), foram resultantes da greve.
2 0 1 2	
Duração:	123 dias, de 17/05 a 16/09/12.
IES em greve:	Docentes de 56 Universidades Federais e 37 Institutos Federais.
Reivindicações:	➢ reestruturação da Carreira Docente, com a inclusão de 13 níveis de remuneração (atualmente são 17), variação salarial de 5% entre eles e piso de R$ 2.329,35 reais para 20 horas semanais de trabalho; ➢ melhores nas condições de trabalho e infraestrutura das IFES.
Resultado:	✓ imposição por parte do governo do seu projeto de Carreira; ✓ ausência de reajuste na remuneração.

Fontes: Coelho (1996); Chaves (1997); Quadro das Greves (2009); Há 32 anos (2012); Histórico de Greves (2014).

APÊNDICE B - SÍNTESE DAS GREVES DE DOCENTES NAS IFES

Ordem das Greves	Ano	Dias Parados	Número de IFES		
			Em Greve	Total	α do Total em Greve
1	1980	26	26	56	46,4%
2	1981	20	24	52	46,2%
3	1982	32	21	53	39,6%
4	1984	84	27	53	50,9%
5	1985	45	16	53	30,2%
6	1987	44	45	54	83,3%
7	1989	66	42	54	77,8%
8	1991	107	45	56	80,4%
9	1993	31	43	57	75,4%
10	1994	50	38	57	66,7%
11	1995	23	-	57	-
12	1996	66	45	57	78,9%
13	1998	104	51	57	89,5%
14	2000	87	31	61	50,8%
15	2001	108	54	67	80,6%
16	2003	59	35	83	42,2%
17	2004	39	30	87	34,5%
18	2005	106	40	97	41,2%
19	2012	123	93	103	90,3%

Período	Quantidade de Greves	Total de Dias Parados	Média de Dias Parados
1980-1987	6	251	41,8
1989-1994	4	254	63,5
1995-2001	5	388	77,6
2003-2012	4	327	81,7

Décadas	Quantidade de Greves	Total de Dias Parados	Média de Dias Parados
1980	7	317	45,3
1990	6	381	63,5
2000	5	399	79,8
2010	1	123	123

APÊNDICE C - RELAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS, POR ORDEM CRONOLÓGICA

Região	Estado	Nome da Universidade	Sigla	Data de Criação ou Federalização	Legislação Federal	Presidente
Sudeste	Rio de Janeiro	1. Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	07.09.1920	Decreto 14.343	Epitácio Pessoa
Nordeste	Bahia	2. Universidade Federal da Bahia	UFBA	08.04.1946	Decreto-Lei 9.155	Eurico Gaspar Dutra
Sul	Paraná	3. Universidade Federal do Paraná	UFPR	06.06.1946	Decreto-Lei 9.323	
Nordeste	Pernambuco	4. Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	20.06.1946	Decreto-Lei 9.388	
Sudeste	Minas Gerais	5. Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	16.12.1949	Lei 971	
Sudeste	Minas Gerais	6. Universidade Federal de Viçosa	UFV	04.12.1950	Lei 1.254	
Sul	Rio Grande do Sul	7. Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	04.12.1950	Lei 1.254	
Nordeste	Ceará	8. Universidade Federal do Ceará	UFC	16.12.1954	Lei 2.373	Café Filho
Nordeste	Pernambuco	9. Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	04.07.1955	Lei 2.524	Carlos Coimbra
Norte	Pará	10. Universidade Federal do Pará	UFPA	02.07.1957	Lei 3.191	Juscelino Kubitschek
Nordeste	Paraíba	11. Universidade Federal da Paraíba	UFPB	13.12.1960	Lei 3.835	
Sudeste	São Paulo	12. Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	13.12.1960	Lei 3.835 (Art. 11)	
Centro-oeste	Goiás	13. Universidade Federal de Goiás	UFG	14.12.1960	Lei 3.834-C	
Sul	Rio Grande do Sul	14. Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	14.12.1960	Lei 3.834-C (Art. 15)	
Sudeste	Rio de Janeiro	15. Universidade Federal Fluminense	UFF	18.12.1960	Lei 3.848	
Nordeste	Rio Grande do Norte	16. Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	18.12.1960	Lei 3.849	
Sul	Santa Catarina	17. Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	18.12.1960	Lei 3.849	
Sudeste	Minas Gerais	18. Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	23.12.1960	Decreto 3.858	
Nordeste	Alagoas	19. Universidade Federal de Alagoas	UFAL	25.01.1961	Lei 3.867	
Sudeste	Espírito Santo	20. Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	30.01.1961	Lei 3.868	

Região	Estado	Nome da Universidade	Sigla	Data de Criação ou Federalização	Legislação Federal	Presidente
Centro-oeste	Distrito Federal	21. Universidade de Brasília	UnB	15.12.1961	Lei 3.998	João Goulart
Norte	Amazonas	22. Universidade Federal do Amazonas	UFAM	12.06.1962	Lei 4.069-A	
Sudeste	Rio de Janeiro	23. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	10.01.1963	Decreto 1.984	
Nordeste	Maranhão	24. Universidade Federal do Maranhão	UFMA	21.10.1966	Lei 5.152	Castello Branco
Nordeste	Sergipe	25. Universidade Federal de Sergipe	UFS	28.02.1967	Decreto-Lei 269	Costa e Silva
Nordeste	Piauí	26. Universidade Federal do Piauí	UFPI	12.11.1968	Lei 5.528	
Sul	Rio Grande do Sul	27. Universidade Federal de Pelotas	UFPel	08.08.1969	Decreto-Lei 750	
Sudeste	Minas Gerais	28. Universidade Federal de Uberlândia	UFU	14.08.1969	Decreto-Lei 762	
Sul	Rio Grande do Sul	29. Universidade Federal do Rio Grande	FURG	20.08.1969	Decreto-Lei 774	
Sudeste	Minas Gerais	30. Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	21.08.1969	Decreto-Lei 778	
Centro-oeste	Mato Grosso	31. Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	10.12.1970	Lei 5.647	Emílio Garrastazu Médici
Norte	Acre	32. Universidade Federal do Acre	UFAC	05.04.1974	Lei 6.025	
Sudeste	Rio de Janeiro	33. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	05.06.1979	Lei 6.655	Ernesto Geisel
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	34. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	05.07.1979	Lei 6.674	
Norte	Rondônia	35. Universidade Federal de Rondônia	UNIR	08.07.1982	Lei 7.011	João Figueiredo
Norte	Roraima	36. Universidade Federal de Roraima	UFRR	12.09.1985	Lei 7.364	José Sarney
Norte	Amapá	37. Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	29.08.1986	Lei 7.530	
Sudeste	Minas Gerais	38. Universidade Federal de Lavras	UFLA	15.12.1994	Lei 8.956	Itamar Franco
Sudeste	São Paulo	39. Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	15.12.1994	Lei 8.957	
Norte	Tocantins	40. Universidade Federal do Tocantins	UFT	23.10.2000	Lei 10.032	Fernando Henrique Cardoso
Nordeste	Paraíba	41. Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	09.04.2002	Lei 10.419	
Sudeste	Minas Gerais	42. Universidade Federal de São João del-Rei	UFSJ	19.04.2002	Lei 10.425	
Sudeste	Minas Gerais	43. Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI	24.04.2002	Lei 10.435	

Região	Estado	Nome da Universidade	Sigla	Data de Criação ou Federalização	Legislação Federal	Presidente
Nordeste	Pernambuco / Bahia / Piauí	44. Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	27.06.2002	Lei 10.473	Fernando Henrique Cardoso
Norte	Pará	45. Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	23.12.2002	Lei 10.611	
Sudeste	São Paulo	46. Universidade Federal do ABC	UFABC	27.07.2005	Lei 11.145	Luiz Inácio Lula da Silva
Nordeste	Bahia	47. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	29.07.2005	Lei 11.151	
Sudeste	Minas Gerais	48. Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	29.07.2005	Lei 11.152	
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	49. Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	29.07.2005	Lei 11.153	
Sudeste	Minas Gerais	50. Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL	29.07.2005	Lei 11.154	
Nordeste	Rio Grande do Norte	51. Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	29.07.2005	Lei 11.155	
Sudeste	Minas Gerais	52. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	06.09.2005	Lei 11.173	
Sul	Paraná	53. Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	07.10.2005	Lei 11.184	
Sul	Rio Grande do Sul	54. Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	11.01.2008	Lei 11.640	
Sul	Rio Grande do Sul	55. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	11.01.2008	Lei 11.641	
Sul	Santa Catarina / Paraná / Rio Grande do Sul	56. Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	15.09.2009	Lei 12.029	
Norte	Pará	57. Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	05.11.2009	Lei 12.085	
Sul	Paraná	58. Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	12.01.2010	Lei 12.189	
Nordeste	Ceará / Bahia	59. Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB	20.07.2010	Lei 12.289	
Nordeste	Bahia	60. Universidade Federal do Sul da Bahia	UFSB	05.06.2013	Lei 12.818	Dilma Vana Rousseff
Norte	Pará	61. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	UNIFESSPA	05.06.2013	Lei 12.824	
Nordeste	Bahia	62. Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOBA	05.06.2013	Lei 12.825	
Nordeste	Ceará	63. Universidade Federal do Cariri	UFCA	05.06.2013	Lei 12.825	

ANEXO A - GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA (GED) - DISTRIBUIÇÃO DE DOCENTES POR GRUPOS DE PONTUAÇÃO - 1998

		Zero		1-83 p.		84 p.		85-119 p.		120 p.		121-139 p.		140 p.		Total com GED		Total de Avaliados		Total de Docentes
N.	IFES	VA	VR	VA	VR	VA	VR	VA	VR	VA	VR	VA	VR	VA	VR	VA	VR	VA	VR	VA
1	CEFET-BA	0	0	0	0	6	9	23	4	6	9	7	11	24	36	66	100	66	99	67
2	CEFET-MA	1	1	12	18	0	0	7	10	3	4	21	31	23	34	66	99	67	99	68
3	CEFET-MG	0	0	19	22	4	5	26	30	5	6	20	23	13	15	87	100	87	89	98
4	CEFET-PR	4	2	19	10	0	0	50	26	9	5	28	14	86	44	192	98	196	87	225
5	CEFET-RJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	94	100	94	100	94	93	101
6	EFEI	0	0	1	1	2	2	8	6	1	1	17	13	104	78	133	100	133	100	133
7	EFOA	0	0	2	2	0	0	5	5	0	0	20	20	73	73	100	100	100	98	102
8	ESAM	0	0	5	10	3	6	14	27	1	2	7	14	21	41	51	100	51	96	53
9	FAFEOD	0	0	1	2	0	0	7	15	0	0	11	23	28	60	47	100	47	94	50
10	FCAP	0	0	0	0	15	15	4	4	6	6	3	3	74	73	102	100	102	95	107
11	FFFCMPA	0	0	10	7	2	1	4	3	20	14	22	15	85	59	143	100	143	90	159
12	FMTM	0	0	0	0	33	27	4	3	1	1	2	2	84	68	124	100	124	100	124
13	FUAM	4	1	20	3	24	4	65	10	41	6	118	19	363	57	631	99	635	79	799
14	FUFAC	3	1	38	14	61	23	18	7	3	1	44	17	97	37	261	99	264	92	286
15	FUFAP	0	0	6	6	11	10	27	25	8	8	29	27	25	24	106	100	106	93	114
16	FUFMA	60	9	9	1	106	15	51	7	21	3	63	9	383	55	633	91	693	81	851
17	FUFMS	0	0	70	10	121	17	62	9	17	2	109	15	343	48	722	100	722	96	752
18	FUFMT	4	0	16	2	12	1	25	3	15	2	2	0	871	92	941	100	945	95	999
19	FUFOP	0	0	6	2	101	30	21	6	16	5	21	6	168	50	333	100	333	100	333
20	FUFPEL	0	0	89	12	164	23	67	9	6	1	164	23	227	32	717	100	717	100	720
21	FUFPI	0	0	0	0	160	20	59	7	145	18	250	31	197	24	811	100	811	91	890
22	FUFRR	0	0	6	3	34	18	15	8	4	2	23	12	103	56	185	100	185	83	222
23	FUFSCar	10	2	4	1	15	3	11	2	8	1	6	1	528	91	572	98	582	101	579
24	FUFSE	0	0	17	4	12	3	92	22	25	6	156	38	109	27	411	100	411	88	469
25	FUFUB	56	6	8	1	1	0	101	11	48	5	144	16	570	61	872	94	928	99	935
26	FUNREI	0	0	0	0	1	1	4	2	2	1	30	16	149	80	186	100	186	96	193

		Zero		1-83 p.		84 p.		85-119 p.		120 p.		121-139 p.		140 p.		Total com GED		Total de Avaliados		Total de Docentes
N.	**IFES**	**VA**	**VR**	**VA**	**VR**	**VA**	**VR**	**VA**	**VR**	**VA**	**VR**	**VA**	**VR**	**VA**	**VR**	**VA**	**VR**	**VA**	**VR**	**VA**
27	**FURG**	8	2	85	18	123	25	12	2	5	1	16	3	236	49	477	98	485	100	485
28	**UFAL**	0	0	9	1	55	7	66	8	18	2	76	10	559	71	783	100	783	90	871
29	**UFBA**	1	0	64	4	27	2	211	14	900	6	214	14	881	59	1.487	100	1.488	86	1.725
30	**UFC**	0	0	146	12	0	0	207	18	251	21	95	8	478	41	1.177	100	1.177	95	1.240
31	**UFES**	0	0	34	4	1	0	40	4	47	5	137	15	635	71	894	100	894	96	934
32	**UFF**	0	0	308	14	0	0	299	14	115	5	133	6	1.356	61	2.211	100	2.211	98	2.256
33	**UFGO**	0	0	100	9	81	7	141	13	15	1	162	15	616	55	1.115	100	1.115	96	1.160
34	**UFJF**	0	0	38	5	8	1	138	19	7	1	423	57	122	17	736	100	736	100	736
35	**UFLA**	0	0	1	0	0	0	4	1	0	0	7	2	290	96	302	100	302	98	309
36	**UFMG**	0	0	19	1	195	8	334	14	38	2	320	14	1.451	62	2.357	100	2.357	98	2.408
37	**UFPA**	1	0	8	1	112	8	107	7	80	5	364	25	804	54	1.475	100	1.476	91	1.624
38	**UFPB**	19	1	174	7	166	7	263	11	46	2	219	9	1.465	62	2.333	99	2.352	99	2.368
39	**UFPE**	0	0	46	3	0	0	66	5	45	3	32	2	1.264	87	1.453	100	1.453	90	1.613
40	**UFPR**	0	0	5	0	11	1	66	4	8	1	36	2	1.467	92	1.593	100	1.593	94	1.696
41	**UFRGS**	0	0	74	4	63	3	35	2	33	2	41	2	1.797	88	2.043	100	2.043	97	2.114
42	**UFRJ**	8	0	373	12	93	3	316	10	70	2	439	15	1.726	57	3.017	100	3.025	94	3.233
43	**UFRN**	2	0	133	10	16	1	107	8	53	4	140	10	935	67	1.384	100	1.386	94	1.474
44	**UFRPE**	4	1	16	4	19	5	69	19	5	1	52	14	200	55	361	99	365	100	366
45	**UFRRJ**	0	0	17	3	23	4	45	9	3	1	51	10	376	73	515	100	515	100	515
Total		185	1	2.008	5	1.881	5	3.296	9	2.150	6	4.274	12	21.500	62	34.299	99	34.484	94	36.556

Fonte: Belloni (1999).

ANEXO B - MANIFESTO DOS PROFESSORES DAS IFES EM GREVE DE FOME

MANIFESTO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS EM GREVE DE FOME NA DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Brasília, 15 de junho de 1998.

Privo-me da comida porque me privam da palavra que tem fome de ser. Privo-me da comida porque me tiram a voz, o salário e tentam tirar-me o respeito. Tenho fome de verdade. Tenho fome de saber. Tenho fome de justiça.

Nós, abaixo-assinados, docentes das Instituições Federais de Ensino Superior, sentimo-nos no dever de esclarecer à opinião pública sobre o significado político do ato pacifista e extremado, por nós materializado a partir de hoje, através de uma greve de fome. Privamo-nos da comida porque nos damos conta de uma política absurda, que produz, no Brasil, milhões de excluídos da educação, do trabalho, da moradia, do alimento básico.... e, sobretudo, da participação nas decisões que envolvem os grandes interesses públicos brasileiros. Esta estratégia é a culminância de um longo processo no qual vimos esgotadas todas as tentativas de estabelecer um efetivo diálogo com os representantes do governo Fernando Henrique Cardoso, no que tange à pauta de reivindicações protocolizada no MEC pelo ANDES/Sindicato Nacional, desde Dezembro de 1996. Nessa pauta, explicitamos a proposta de defesa da Universidade Pública, e o Governo sequer se dignou a responder.

O adeus à Universidade Pública

Ao longo dos três anos e meio do governo de FHC, as universidades públicas sofreram sucateamento, corte de verbas e de bolsas, e tiveram os seus quadros docentes drasticamente reduzidos. Para além dos casos de óbitos, um número expressivo de docentes sentiu-se coagido a aposentar-se, movido por ameaças de perda de direitos trabalhistas, quando por ocasião da reforma da previdência. Outros, por sua vez, demitiram-se das IFES, atraídos por propostas de instituições que se propunham a remunerá-los condignamente, em consonância com suas respectivas qualificações. Ao longo desse período, os docentes ligados às IFES tiveram seus vencimentos congelados, sendo obrigados a conviver com perdas salariais que hoje gravitam em torno de 50%. Na atualidade, as universidades públicas apresentam um déficit de aproximadamente sete mil professores.

Pronunciamento do Ministro: Verdades e Mentiras

Em pronunciamento em cadeia nacional, o Ministro Paulo Renato apresentou-se como uma pessoa aberta ao diálogo, fazendo um apelo aos professores em greve para que retornassem às atividades, comprometendo-se a pagar os salários que havia retido autoritariamente, querendo, com isso, vender à opinião pública uma imagem de pessoa tolerante, e a ideia de que a greve seria motivada meramente pela questão salarial. Entretanto, ao longo de seu discurso ficaram claras suas reais intenções. Ao afirmar que estava enviando ao Congresso Nacional um projeto de lei que trata da Gratificação de Estímulo à Docência, acrescentou que esse projeto contemplaria o máximo de melhorias possíveis no sentido de resolver a crise das universidades públicas federais, dentro dos limites orçamentários disponíveis pelo governo, tendo, segundo ele, o mérito de incorporar inúmeras sugestões advindas de diversos segmentos da comunidade acadêmica.

O que o ministro ocultou em seu discurso foi o desrespeito que representa tal Projeto com relação a uma série de postulados construídos ao longo das últimas décadas pelo

movimento docente, visando garantir uma universidade autônoma, cuja produção compatibilize ensino, pesquisa e extensão. Com este procedimento, o ministro procura evitar que se aprofunde o desgaste que o Governo vem sofrendo diante da sociedade por mostrar-se incapaz de resolver os problemas e de conviver com a diversidade de ideias, virtude indispensável àqueles que se propõem a exercer funções de proeminência no interior da máquina estatal, transferindo para o Congresso a responsabilidade de promulgar uma medida extremamente impopular. Protelando deliberadamente a formulação de qualquer resposta ao Movimento Docente, o Ministro pretendia cansar os professores e irritar aos alunos e aos pais dos alunos.

Greve de Fome: ato extremado e pacifista

Nas guerras contemporâneas os combatentes utilizam armas atômicas, químicas e biológicas, um arcabouço repressivo aniquilador de vidas, com um poder de destruição sem paralelo na história da humanidade. Nesta luta, em defesa das Universidades Públicas, dispomos apenas de nossos corpos. O sangue corre em nossas veias. Um coração pulsa.. Apresentamo-nos, assim, movidos por ideias, sensibilidade, gosto pela arte e amor pela vida... no limite de nossas forças.

Quem diria que os rumos da privatização das IFES, bem como a simulação da abertura ao diálogo do Ministro da Educação Paulo Renato Souza, iria conduzir-nos no dia de hoje, 15 de Junho de 1998, a revitalizar uma das mais terríveis artes de que é capaz o ser humano: A ARTE DA FOME. Tal como o protagonista kafkiano, nós também o fazemos por falta de gosto para as comidas existentes, dieta com gosto de opressão, sem possibilidade de escolha - preparada no tacho de um projeto hegemônico, marcado pela exclusão do ser humano.

Por tudo isso, estamos em Greve de Fome e exigimos:

A RETIRADA DO PROJETO DE LEI QUE 'INSTITUI A GRATIFICAÇÃO À DOCÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS' E A APRESENTAÇÃO IMEDIATA DE UM PROJETO DE LEI NEGOCIADO COM O MOVIMENTO DOCENTE DAS IFES, NO PRAZO A SER VOTADO (ATÉ 30/06/98)

Assinam:

Alexis Leite - UFPI - ADUFPI-S.SIND.
António Rafael da Silva - UFMA - APRUMA-S.SIND.
Cândido Medeiros - UFMA - APRUMA-S.SIND.
Delson Lima Filho - UFRRJ - ADUR-RJ-S.SIND.
Durval Cruz Prazeres - UFMA - APRUMA-S.SIND.
Irenilda Ângela Santos - UFMT - ADUFMAT-S.SIND.
Maria Luíza Fontenelle - UFC - ADUFC-S.SIND.
Marcelo Guina Ferreira - UFG - ADUFG-S.SIND.
Nelson O. Doki - CEFET-PR - SINDOCEFET-PR-S.SIND.
Pedro Rodolpho Jungers Abib - UFBA - APUB-S.SIND.
Carlos Adalberto Celedone - UFC - ADUFC-S.SIND.
Alexandre Luiz Gonçalves de Rezende - UnB - ADUNB-S.SIND.
Glauco Falcão de Araujo - UnB - ADUNB-S.SIND.
Jorge Paulo Watrin - UFPa - ADUFPA-S.SIND.

Fonte: Manifesto (1998).

ANEXO C - VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS SEGUNDO O MANDATO PRESIDENCIAL: 1890-2006

Tabela 4.1
Variáveis macroeconômicas segundo o mandato presidencial: 1890-2006
(valores médios, %)

	PIB Brasil	PIB mundial	Hiato	FBCF	Inflação	Fragilidade financeira	Vunerabilidade externa
Afonso Pena	-1,2	-0,3	-0,9	9,3	-1,5	11,2	194,3
Artur Bernardes	3,7	4,6	-0,9	8,3	8,8	10,9	203,2
Café Filho	8,8	6,1	2,5	-3,0	11,5	1,3	90,8
Campos Sales	3,1	3,1	0,0	-3,3	-10,4	13,3	144,5
Castelo Branco	4,1	5,9	-1,8	8,4	60,6	0,8	215,8
Collor	-1,4	2,3	-3,6	-7,5	1060,7	5,1	297,9
Costa e Silva	7,8	4,6	2,9	11,9	24,3	3,4	190,5
Deodoro	10,1	2,1	7,9	-20,2	17,4	21,3	115,0
Dutra	7,6	1,3	6,2	17,6	9,3	4,8	53,8
Epitácio Pessoa	7,4	1,0	6,4	46,0	4,6	11,8	186,3
Cardoso I	2,4	3,7	-1,2	4,3	24,0	18,8	303,1
Cardoso II	2,1	3,5	-1,3	-2,0	7,9	93,6	362,0
Figueiredo	2,2	2,6	-0,6	-3,7	108,6	6,0	297,0
Floriano	-7,5	1,3	-8,7	9,3	14,0	14,7	102,2
Geisel	6,7	3,8	2,8	6,6	38,6	6,6	231,2
Goulart	3,6	4,8	-1,2	11,5	63,7	0,4	252,0
Hermes da Fonseca	3,5	1,3	2,3	-9,3	0,1	12,9	220,3
Itamar	5,4	3,1	2,2	10,2	2114,8	9,6	280,0
Jânio	8,6	4,4	4,0	-14,2	34,6	0,3	235,1
Juscelino	8,1	3,6	4,3	9,6	21,5	0,7	192,0
Lula	**3,3**	**4,9**	**-1,5**	**3,5**	**8,6**	**41,3**	**170,2**
Médici	11,9	5,4	6,2	14,9	21,2	5,0	188,5
Nilo Peçanha	6,4	3,9	2,4	11,9	1,2	11,7	183,9
Prudente de Morais	4,5	3,6	0,8	-9,4	11,0	13,1	140,8
Rodrigues Alves	4,7	3,9	0,8	26,5	4,2	13,6	167,4
Sarney	4,4	4,0	0,4	4,8	386,3	11,5	357,8
Vargas I	4,3	2,8	1,4	4,0	6,4	9,0	324,4
Vargas II	6,2	4,7	1,4	8,3	17,0	2,2	48,9
Venceslau Brás	2,1	2,7	-0,6	-24,3	12,7	12,7	268,6
Washington Luís	5,2	1,0	4,1	-1,2	-2,0	10,0	285,2
Média	**4,5**	**3,2**	**1,2**	**4,2**	**15,7**	**7,5**	**203,2**

Fonte: Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 118).

ANEXO D - ÍNDICE DE DESEMPENHO PRESIDENCIAL: 1890-2006

Tabela 4.2
Índice de desempenho presidencial (índices, pior = zero, melhor = cem)

Posição Presidencial		PIB	Hiato	FBCF	Inflação	Fragilidade financeira	Vunerabilidade externa	IDP média
18	Afonso Pena	13,7	32,6	63,4	93,5	72,6	63,2	56,5
17	Artur Bernardes	46,1	33,0	61,6	66,2	73,4	61,1	56,9
4	Café Filho	78,6	51,0	44,6	62,1	98,0	90,7	70,8
11	Campos Sales	39,0	38,0	47,1	100,0	67,2	76,5	61,4
20	Castelo Branco	48,5	28,2	62,0	36,9	98,8	58,3	55,4
30	Collor	15,3	18,8	38,2	2,1	86,6	36,9	33,0
7	Costa e Silva	72,3	53,4	67,0	50,5	92,5	64,7	66,7
9	Deodoro	87,3	79,5	38,7	58,3	45,3	84,5	65,6
1	Dutra	71,0	58,2	75,6	66,0	88,8	99,3	76,5
3	Epitácio Pessoa	69,6	71,0	83,3	71,6	70,7	63,5	71,6
26	Cardoso I	37,4	31,1	55,4	57,7	50,3	35,0	44,5
29	Cardoso II	35,4	30,3	56,3	68,2	3,8	19,7	34,0
24	Figueiredo	38,7	35,8	44,6	27,7	85,8	36,5	44,9
22	Floriano	12,1	13,1	59,0	70,6	63,8	87,7	51,1
15	Geisel	64,9	52,6	58,9	43,4	84,3	53,7	59,6
21	Goulart	44,8	31,1	65,9	35,7	100,0	48,8	54,4
13	Hermes da Fonseca	44,8	49,6	58,1	84,8	68,0	55,5	60,1
23	Itamar	56,4	49,3	64,1	0,0	75,6	41,6	47,8
12	Jânio	77,3	58,9	28,3	45,0	100,0	53,3	60,5
5	Juscelino	74,2	60,7	63,3	53,5	99,4	63,2	69,0
27	**Lula**	**43,2**	**29,5**	**54,3**	**68,0**	**0,0**	**67,5**	**43,8**
2	Médici	95,8	70,5	71,0	52,9	88,4	65,3	74,0
6	Nilo Peçanha	63,5	50,5	67,2	88,7	71,4	66,6	68,0
16	Prudente de Morais	45,3	40,2	46,7	69,1	67,8	77,4	57,7
8	Rodrigues Alves	51,9	42,1	88,2	78,6	66,6	70,8	66,4
28	Sarney	50,0	39,6	56,7	10,8	71,5	20,5	41,5
19	Vargas I	50,1	47,4	59,0	75,2	77,8	27,2	56,1
14	Vargas II	61,5	45,1	62,0	57,0	95,4	98,6	59,9
25	Venceslau Brás	35,5	35,2	23,1	61,5	68,8	44,5	44,8
10	Washington Luís	56,0	60,0	50,9	90,5	75,6	38,9	62,0
	Média	**52,7**	**44,5**	**57,2**	**58,2**	**73,6**	**59,0**	**57,2**

Fonte: Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 135).

ANEXO E - PROJETO DE LEI DE CARREIRA ÚNICA PARA O MAGISTÉRIO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO ANDES-SN

TÍTULO I
CAPÍTULO ÚNICO
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica aprovada a Carreira Única para o Magistério das instituições de ensino superior - IES, de acordo com o disposto no inciso V do art. 206 e inciso I do art. 209 da Constituição Federal.
Art. 2º A Carreira Docente Única prevista na presente lei é aplicável a todos os docentes das instituições de ensino superior dos setores público e privado que nela ingressem nos termos definidos nesta lei.

TÍTULO II
CAPÍTULO ÚNICO
DA IMPLANTAÇÃO, COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE

Art. 3º A implantação, coordenação, supervisão e controle da Carreira Única para o Magistério a que se refere esta lei caberão a cada instituição de ensino superior.
Art. 4º A aplicação desta lei deverá ser objeto de fiscalização por parte do órgão máximo da educação nacional, instituído pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

TÍTULO III
DA ESTRUTURA DA CARREIRA
CAPÍTULO I
DAS CLASSES E NÍVEIS

Art. 5º A Carreira Única para o Magistério será constituída por classes e níveis.
§ 1º Por classe entende-se a divisão da estrutura da carreira que, fundamentada na titulação acadêmica, agrupa atribuições, responsabilidades, qualificação profissional e experiências.
§ 2º Entende-se por níveis as subdivisões de uma mesma classe.
Art. 6º A Carreira Única para o Magistério será estruturada nas seguintes classes e níveis:
I - Professor Auxiliar - Níveis A e B
II - Professor Assistente - Níveis A e B
III - Professor Adjunto - Níveis A e B
IV - Professor Associado - Níveis A e B
V - Professor Pleno - Nível Único

CAPÍTULO II
DA PROGRESSÃO
SEÇÃO I - ENTRE AS CLASSES

Art. 7º A progressão na Carreira Única para o Magistério, entre as classes de Professor Auxiliar, Assistente e Adjunto, dar-se-á, exclusivamente, por titulação. Da classe de Professor Auxiliar para a classe de Professor Assistente, exigir-se-á o título de Mestre. Da classe de Professor Assistente para a classe de Professor Adjunto, exigir-se-á o título de Doutor.
Art. 8º Na progressão da classe de Professor Adjunto para a classe de Professor Associado, exigir-se-á, além do título de Doutor, que o docente esteja no nível "B" da classe de Professor Adjunto por, pelo menos, dois anos, e avaliação de desempenho.
§ 1º A avaliação de desempenho para a progressão de que trata o caput deste artigo constituir-se-á em defesa pública de memorial descritivo e defesa pública de trabalho científico, demonstrando a consolidação da linha de pesquisa do docente ou atividades de extensão a ser apresentadas perante uma banca examinadora.
§ 2º A banca examinadora deverá ser constituída por, pelo menos, dois docentes de outras instituições de ensino superior e por um da instituição de ensino superior a que pertence o candidato.

§ 3º Os membros da banca examinadora deverão pertencer, no mínimo, à classe e ao nível pretendidos pelo candidato.
Art. 9º A progressão de Professor Associado B para Professor Pleno dar-se-á por concurso interno de acordo com os seguintes requisitos:
I - defesa pública de memorial descritivo e defesa pública de trabalho científico original, demonstrando a consolidação da linha de pesquisa do docente ou atividades de extensão, a ser apresentadas perante a banca examinadora.
II - a banca examinadora será constituída por cinco docentes pertencente à classe igual à pretendida, sendo, no mínimo, três de outras instituições de ensino superior que não a promotora do concurso.

SEÇÃO II - ENTRE OS NÍVEIS

Art. 10. A progressão entre os níveis de uma mesma classe ocorrerá após o cumprimento, pelo docente, do interstício mínimo de dois anos no nível respectivo, em obediência aos seguintes requisitos:
I - de Professor Auxiliar A para B: mediante aprovação de memorial descritivo, defendido perante comissão indicada pelo departamento de origem e referendada na instância acadêmica imediatamente superior;
II - de Professor Assistente A para B: mediante aprovação de memorial descritivo, defendido perante comissão indicada pelo departamento de origem do docente e referendada pela instância acadêmica imediatamente superior;
III - de Professor Adjunto A para B: mediante defesa pública de memorial descritivo, a ser aprovado por comissão escolhida pela instância imediatamente superior, dentre nomes indicados em lista pelo departamento de origem do docente;
IV - de Professor Associado A para B: mediante preenchimento dos requisitos abaixo:
a) defesa pública de memorial descritivo, a ser aprovado por comissão escolhida pela instância acadêmica imediatamente superior, dentre nomes indicados em lista pelo departamento de origem do docente;
b) defesa pública de documento científico, demonstrando a consolidação da linha de pesquisa do docente ou de suas atividades de extensão, a ser aprovada por comissão escolhida pela instância acadêmica imediatamente superior, dentre nomes indicados pelo departamento de origem do docente.
Parágrafo único. A homologação e o acompanhamento do processo da progressão serão de competência do Conselho Superior de Ensino de cada IES.

CAPÍTULO III
DO INGRESSO NA CARREIRA

Art. 11. O ingresso na Carreira Única do Magistério das Instituições de Ensino Superior dar-se-á exclusivamente mediante habilitação em concurso público de provas e títulos. Para inscrição no concurso será exigido diploma de:
I - graduação em curso superior para classe de Professor Auxiliar;
II - mestrado para classe de Professor Assistente.
III - doutorado para a classe de Professor Adjunto.
Parágrafo único. Poderá também candidatar-se ao cargo de Professor Pleno portador do título de notório saber concedido pelo Conselho Superior de Ensino da IES que estiver realizando o concurso.

CAPÍTULO IV
DO REGIME DE TRABALHO

Art. 12. Os professores da Carreira Única para o Magistério serão submetidos a um dos seguintes regimes de trabalho:
I - Dedicação Exclusiva - com carga de quarenta horas semanais de trabalho, distribuídas entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão e, eventualmente, gestão acadêmica.
II - Tempo parcial - com carga de vinte horas semanais de trabalho.
§ 1º O professor em regime de Dedicação Exclusiva não poderá exercer outra atividade remunerada, pública, privada ou de profissional liberal, à exceção de:

I - participação em órgãos de deliberação coletiva relacionada com as funções do magistério;
II - participação em comissões julgadoras ou verificadoras, relacionadas com ensino, pesquisa ou extensão;
III - colaboração esporádica em atividades de sua especialidade, devidamente autorizada pela unidade, setor ou departamento onde estiver lotado e;
IV - percepção de direitos autorais correlatos.
§ 2º. Todo professor da Carreira Única para o Magistério terá direito à alteração de regime de trabalho para Dedicação Exclusiva, desde que tenha seu plano de atividades aprovado pela unidade, setor ou departamento acadêmico em que estiver lotado.

CAPÍTULO V
DAS ATIVIDADES

Art. 13. São consideradas atividades próprias dos professores da Carreira Única para o Magistério:
I - as pertinentes à pesquisa, ao ensino e à extensão, respeitado o princípio constitucional da indissociabilidade destas atividades;
II - as inerentes ao exercício de direção, participação em órgãos colegiados, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição e outras previstas em lei;
III - as inerentes às atividades sindicais, científicas ou representativas de classe ou categoria profissional.

CAPÍTULO VI
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 14. Os docentes integrantes da Carreira Única para o Magistério das Instituições de Ensino Superior terão, no mínimo, as seguintes atribuições:
I - Professor Auxiliar - Exercício das atividades de ensino fundamental, médio e superior, participação em atividades de pesquisa ou extensão, em caráter coletivo ou individual, seleção e orientação de monitores e orientação de monografia de graduação, II - Professor Assistente - Além das atribuições da classe de Professor Auxiliar, atividades de ensino em cursos de pós-graduação *lato sensu*, elaboração de projetos de pesquisa ou colaboração e coordenação de projetos de extensão, orientação de alunos de pós-graduação lato senso e/ou bolsista de iniciação científica, aperfeiçoamento e participação em banca de concurso público para Professor Auxiliar;
III - Professor Adjunto - Além das atribuições da classe de Professor Assistente, atividades de ensino em curso de pós-graduação *stricto sensu*, coordenação de projetos de pesquisa, orientação de alunos de pós-graduação *stricto sensu*, participação em banca de concurso para Professor Assistente;
IV - Professor Associado - Além das atribuições da classe de Professor Adjunto, consolidação de uma linha de pesquisa e elaboração de proposta teórico-metodológica em sua área de conhecimento, participação em banca de concursos para Professor Adjunto e atividades de pós-graduação;
V - Professor Pleno - Além das atribuições da classe de Professor Associado, exercerá a coordenação de pesquisa e desempenho acadêmico de grupos de produção de conhecimento e participação em banca de concurso para Professor Associado e Pleno.

CAPÍTULO VII
DO AFASTAMENTO

Art. 15. Além dos casos previstos na legislação vigente, o docente integrante da Carreira Única para o Magistério poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus, para:
I - capacitação docente;
II - licença sabática;
III - prestar colaboração a instituição pública de ensino ou de pesquisa;
IV - comparecer a congressos ou reuniões relacionados a atividades acadêmicas, administrativas ou sindicais;
V - participar de órgão de deliberação coletiva ou outros relacionados às funções acadêmicas;

VI - participar de atividades de entidades científicas ou representativas de classe ou categoria profissional.
§ 1º O afastamento a que se refere o inciso I obedecerá aos prazos estabelecidos no título, desta lei, referente à capacitação docente.
§ 2º O afastamento será autorizado pelo órgão competente da administração central, depois de ouvida a unidade, setor ou departamento no qual o docente estiver lotado.
§ 3º Cada instituição de ensino superior deverá estabelecer normas para regulamentar esses afastamentos, priorizando os docentes em regime de Dedicação Exclusiva.
§ 4º A licença sabática a que se refere o inciso II deste artigo, com duração de seis meses, será concedida aos docentes integrantes da Carreira Única para o Magistério das Instituições de Ensino Superior, após sete anos de efetivo exercício do magistério na instituição, em regime de Dedicação Exclusiva nos últimos dois anos, assegurada a percepção de remuneração integral, observando que:
I - a licença sabática tem por objetivo permitir o afastamento do docente para a realização de estudos e aprimoramento técnico-profissional;
II - a concessão da licença sabática dar-se-á em função da importância e da correlação da atividade a ser desenvolvida no que se refere ao aprimoramento das atividades do docente e da unidade, do setor ou departamento a que estiver lotado;
III - o interstício para aquisição da licença sabática será contado a partir da data de admissão do docente na instituição;
IV - ao final da licença sabática, o docente apresentará à unidade, setor ou departamento, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas, com indicação dos resultados obtidos;
V - o disposto no parágrafo anterior, no caso de ter ocorrido afastamento para fins de capacitação, contar-se-á o interstício a partir do retorno do docente à instituição, desde que o afastamento tenha sido igual ou superior a seis meses. Em caso de duração inferior, descontar-se-á na contagem do interstício o período correspondente ao afastamento.

TÍTULO IV
CAPÍTULO ÚNICO
DA ISONOMIA

Art. 16. Os docentes da mesma classe e nível terão salários-base ou vencimentos iguais em todas as instituições de ensino superior, qualquer que seja a natureza jurídica da instituição.

TÍTULO V
DA CAPACITAÇÃO DOCENTE
CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS E DA ABRANGÊNCIA

Art. 17. A capacitação docente deve realizar-se por meio de um plano nacional de capacitação e de planos e programas institucionais, como parte inerente e indissociável da implantação de uma carreira única para o magistério das IES públicas e privadas.
Art. 18. A capacitação é parte do direito dos docentes ao exercício de sua cidadania, de seu aperfeiçoamento profissional e pessoal, devendo ser acessível a todos.
Art. 19. A capacitação docente tem por objetivo o aperfeiçoamento técnico, científico e cultural dos docentes das IES públicas e privadas, na perspectiva de construção de um padrão unitário de qualidade, e do aprimoramento do desempenho de suas funções sociais.
Art. 20. A capacitação docente compreende os programas de pós-graduação *stricto sensu* e as demais atividades técnicas, científicas e culturais vinculadas aos planos nacional e institucionais e programas de capacitação previstos nesta lei.
Parágrafo único. Nas áreas de conhecimento em que se fizerem necessários também constarão da capacitação os programas de pós-graduação *lato sensu*.

CAPÍTULO II
DO PLANO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DOCENTE - PNCD

Art. 21. O Conselho Nacional de Educação, por meio de suas instâncias competentes, é o responsável pela elaboração de um PNCD, abrangendo as IES públicas e privadas, respeitados os termos desta lei e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.
Art. 22. O PNCD tem por objetivos:
I - fixar diretrizes para os planos e programas institucionais de capacitação docente;
II - coordenar a qualificação de recursos humanos nas diferentes áreas do conhecimento abrangidas pela docência nas IES, com vista à viabilização, à integração e à execução das políticas nacionais de educação, ciência e tecnologia e cultura;
III - fixar as diretrizes para a utilização de recursos nos planos nacional e institucionais e programas de capacitação docente;
IV - estabelecer mecanismos para possibilitar a coordenação e integração, no que se refere à capacitação docente, da utilização de recursos por parte das diferentes agências governamentais ou de outros fundos criados por força da lei;
V - estabelecer mecanismos para possibilitar a coordenação e integração dos diferentes convênios e acordos de intercâmbios nacional e internacional estabelecidos por agências governamentais e tendo em vista a capacitação docente;
VI - fixar os prazos máximos para a execução dos programas de mestrado e doutorado.
Art. 23. O PNCD deve fixar mecanismos para garantir:
I - afastamento integral dos docentes visando à realização dos programas de capacitação, inclusive se esta fizer-se na própria instituição ou cidade onde o docente trabalha;
II - manutenção de todos os direitos e vantagens permanentes dos docentes durante o tempo de afastamento para a capacitação;
III - auxílio de translado extensivo a dependentes quando a capacitação obrigar o docente a fixar residência em outro município que não o do seu local de trabalho;
IV - bolsa de estudo ou de aperfeiçoamento, inclusive se a capacitação fizer-se na própria instituição ou cidade onde o docente trabalha, de acordo com os prazos fixados para mestrado e doutorado;
V - recursos financeiros necessários para o efetivo desenvolvimento dos programas de capacitação de docentes.
Parágrafo único. Os valores das bolsas de que trata o inciso IV deste artigo devem ser compatíveis com os gastos gerados pela realização da atividade de capacitação, guardando-se tratamento isonômico aos docentes das diferentes áreas do conhecimento.

CAPÍTULO III
DO PLANO E DOS PROGRAMAS INSTITUCIONAIS DE CAPACITAÇÃO DOCENTE

Art. 24. Todas as IES deverão ter um plano institucional que garanta a capacitação de seus docentes levando em consideração a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e respeitando as especificidades das diferentes áreas do conhecimento.
§ 1º O plano institucional deverá estar em consonância com o Plano Nacional de Capacitação Docente.
§ 2º. O plano institucional será constituído de programas que viabilizem sua execução nas diferentes unidades, setores ou departamentos.
Art. 25. Os programas de capacitação do plano institucional que integrarão a política geral de pessoal docente de cada unidade de ensino obedecerão aos seguintes princípios:
I - cada IES deve atender às solicitações de afastamento exclusivamente para capacitação de seus professores de modo a possibilitar a participação em programas de capacitação de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do corpo docente de cada unidade, setor ou departamento;
II - inserção dos programas da unidade, setor ou departamento, dentro de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e do plano institucional de capacitação;
III - obrigatoriedade de permanência do docente na mesma IES, por tempo igual ao do afastamento, sob pena de ressarcimento à IES da remuneração recebida no período;

IV - obrigatoriedade de apresentação de relatórios semestrais ou anuais à unidade, setor ou departamento onde estiver lotado acompanhados de parecer do professor orientador, quando for o caso, durante todo o período do afastamento;
V - o docente em regime de Dedicação Exclusiva que se afastar para capacitação não poderá obter alteração de seu regime de trabalho, por igual período de tempo em que esteve afastado;
VI - o docente poderá cumprir seu programa de capacitação dentro ou fora da instituição de origem;
VII - ao término do afastamento, o docente deverá apresentar um relatório final à unidade, setor ou departamento, onde estiver lotado, para avaliação.
Art. 26. Cada unidade, setor ou departamento deverá definir prioridades para a realização dos programas de capacitação de seus docentes.
Art. 27. A instituição deverá prever os recursos necessários à realização dos programas de capacitação docente.
Art. 28. A avaliação do plano e dos programas de capacitação docente da IES, bem como a observância do cumprimento dos mesmos são de responsabilidade de seu órgão superior competente.

TÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPÍTULO I
DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 29. Haverá, em cada instituição de ensino superior, um quadro de pessoal docente compreendendo o número de vagas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
§ 1º Os docentes deverão ser lotados em unidades nas instituições de ensino superior, independentemente de exercerem atividades no de ensino fundamental, médio ou superior.
§ 2º O número de vagas será estabelecido e administrado pelos conselhos superiores, a partir de dados fornecidos pelas unidades, setores ou departamentos envolvidos nessas atividades, que fixarão suas necessidades de acordo com os seus programas.
§ 3º Na hipótese de afastamento definitivo do docente da Carreira Única para o Magistério, deverá ser aberto concurso público no prazo de seis meses, podendo ser contratado professor substituto durante o período da vacância.

CAPÍTULO II
DA TRANSFERÊNCIA OU MOVIMENTAÇÃO

Art. 30. É facultada ao docente da Carreira Única para o Magistério a transferência de uma para outra IES, desde que haja aquiescência das instâncias deliberativas das instituições envolvidas.
Parágrafo único. Ao docente transferido fica assegurada a continuidade da carreira bem como todos os direitos, vantagens e benefícios adquiridos na IES de origem.

CAPÍTULO III
DA DEMISSÃO

Art. 31. A demissão do docente integrante da Carreira Única do Magistério poderá ocorrer a seu pedido ou por justa causa, sendo que a demissão por justa causa deve ser aprovada por dois terços dos docentes em efetivo exercício na respectiva unidade, setor ou departamento, assegurados os direitos de defesa e recursos.
Parágrafo único. Os recursos dos docentes terão efeito suspensivo.

CAPÍTULO IV
DOS DOCENTES NÃO-INTEGRANTES DA CARREIRA ÚNICA

Art. 32. Além dos integrantes da Carreira Única para o Magistério, o corpo docente também será constituído por professores visitantes e substitutos, contratados nos termos definidos nesta lei.
Art. 33. Poderá haver contratação de professores visitantes pelo prazo máximo de 24 meses, na forma desta lei, renováveis por mais 24 meses, no máximo.

§ 1º O professor visitante será contratado para atender a programas especiais de ensino, pesquisa ou extensão de acordo com normas estabelecidas pela IES.
§ 2º O salário do professor visitante será equivalente ao maior salário percebido pelos docentes enquadrados na classe correspondente a sua titulação.
Art. 34. Poderá haver contratação de professor substituto, pelo prazo de até 12 meses, para substituições eventuais de docentes da Carreira Única do Magistério, vedada a prorrogação ou renovação do contrato.
§ 1º Para efeito deste artigo, consideram-se substituições eventuais aquelas realizadas para suprir a falta de docentes da carreira, decorrente de exoneração, demissão, falecimento; de licenças previstas em lei (com exceção da licença para tratar de interesse particular) e da não-contratação de docentes por concurso público.
§ 2º O salário do professor substituto será equivalente àquele percebido pelos docentes enquadrados na classe correspondente a sua titulação.
§ 3º A contratação de professor substituto far-se-á mediante processo de seleção pública a ser estabelecido pela IES.
Art. 35. Aplica-se aos professores substitutos e aos professores visitantes o disposto nos arts. 12 e 13 desta lei.

TÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
CAPÍTULO I
DA TRANSIÇÃO

Art. 36. A transição para a Carreira Única do Magistério das IES far-se-á por opção do docente, a qualquer momento, desde que sejam preenchidos os requisitos previstos para o ingresso na nova carreira.
Parágrafo único. Caso o docente não opte pela inclusão na nova carreira, permanecerá na situação anterior, assegurados todos os direitos e vantagens da carreira considerada em extinção.

CAPÍTULO II
DA TRANSPOSIÇÃO

Art. 37. A transposição para a Carreira Única do Magistério das IES dar-se-á obedecendo aos seguintes critérios:
I - os docentes graduados serão enquadrados na classe de professor auxiliar;
II - os docentes portadores de título de mestre serão enquadrados na classe de professor assistente;
III - os docentes portadores de título de doutor serão enquadrados na classe de professor adjunto.
§ 1º Os docentes portadores de título de doutor, pertencente à classe de professor titular, serão enquadrados na classe de professor pleno.
§ 2º O enquadramento dos docentes das carreiras de 1º e 2º graus das IES obedecerá aos mesmos critérios dispostos nos incisos, I, II e III e § 1º deste artigo.
§ 3º Quanto aos níveis, a transposição dar-se-á da seguinte forma:
I - os docentes que estejam nos níveis 1 e 2 serão enquadrados no nível A da classe correspondente, conforme disposto nos incisos I a III deste artigo;
II - os docentes que estejam nos demais níveis serão enquadrados no nível B da classe correspondente, conforme o disposto nos incisos I a III deste artigo;
III - os docentes da classe C da Carreira de Magistério de 1º e 2º graus das instituições federais de ensino superior serão enquadrados no nível A, conforme o disposto no inciso I deste artigo;
IV - os docentes graduados da classe D da Carreira de Magistério de 1º e 2º graus das instituições federais de ensino superior serão enquadrados no nível B, conforme o disposto no inciso I deste artigo;
V - os docentes graduados da classe E da Carreira de Magistério de 1º e 2º graus das instituições federais de ensino superior serão enquadrados no nível B, conforme o disposto no inciso I deste artigo.

Fonte: ANDES-SN (2003b).